



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL: DOUTORADO**

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

**CARTOGRAFIA DAS MORADIAS EM CANUDOS: A DIMENSÃO POLÍTICA
DO MORAR**

Goiânia-GO, 2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

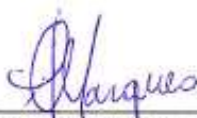
Nome completo do autor:
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

Título do trabalho:
CARTOGRAFIA DAS MORADIAS EM CANUDOS: A DIMENSÃO POLÍTICA DO MORAR

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Ana Carolina de Oliveira Marques

Ciente e de acordo:



Eguimar Felício Chaveiro (orientador)

Data: 03 / 07 / 2017

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

**CARTOGRAFIA DAS MORADIAS EM CANUDOS: A DIMENSÃO POLÍTICA
DO MORAR**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais – IESA da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Goiânia-GO, 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

DE OLIVEIRA MARQUES, ANA CAROLINA
CARTOGRAFIA DAS MORADIAS EM CANUDOS: [manuscrito] ;
A DIMENSÃO POLÍTICA DO MORAR / ANA CAROLINA DE
OLIVEIRA MARQUES. - 2017.
271 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2017.
Bibliografia. Apêndice.

1. MORADIA. 2. MOVIMENTO SOCIAL. 3. CANUDOS. 4.
CARTOGRAFIA EXISTENCIAL. I. FELÍCIO CHAVEIRO, EGUIMAR ,
orient. II. Título.

CDU 911.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
Ana Carolina de Oliveira Marques**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 09:00h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Ana Carolina de Oliveira Marques, intitulada "Cartografia das Moradias em Canudos: A Dimensão Política do Morar". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 057/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Presidente), Prof.ª Dr.ª Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva (membro titular interno), Prof. Dr. Romualdo Pessoa Campos Filho (membro titular interno), Prof. Dr. Douglas Santos (membro titular externo) e Prof. Dr. Lucas Barbosa e Souza (membro titular externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 13h40 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Presidente) – Ass. _____

Aprovada Reprovada ()

Prof.ª Dr.ª Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva – Ass. _____

Aprovada Reprovada ()

Prof. Dr. Romualdo Pessoa Campos Filho – Ass. _____

Aprovada Reprovada ()

Prof. Dr. Douglas Santos – Ass. _____

Aprovada Reprovada ()

Prof. Dr. Lucas Barbosa e Souza – Ass. _____

Aprovada Reprovada ()

Resultado final: Aprovada Reprovada ()

Houve alteração no Título? Sim () Não

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: Atender as solicitações da banca, quanto às questões finais.

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Dedicatória

*Aquelas que, em barracos de lona,
experimentam e promovem a transformação.*

Agradecimentos

Às instituições – UFG, CAPES, AULP, CNPq – pelas oportunidades de uma ampla formação, rica em experiências de intercâmbio;

Ao quadro do Instituto de Estudos Socioambientais (professores, técnico-administrativos, vigilantes, servidores gerais) pelo convívio de 10 anos desde o meu ingresso no curso de graduação em Geografia;

À minha orientadora de mestrado, professora Rusvênia Luiza, por ter me entregue as chaves da pesquisa e da pós-graduação, e ter me apresentado a casa como unidade de análise geográfica;

Aos companheiros do MST, por partilharem comigo o mais íntimo de suas moradas: suas convicções;

Aos meus amigos Thi(Sebá), Gabi e Bela, com os quais compartilhei momentos de dor e poesia na república que construímos sob a proposta de um morar solidário;

Ao Ricardo Rabuske, amigo nos momentos de tensão que anteciparam a qualificação e a convocação no concurso da Universidade Estadual de Goiás;

Aos meus colegas do Dona Alzira e da AGB, minhas casas no IESA;

Às minhas amigas e amigos de Arraias (TO) e Goiânia(GO), pela paciência que tiveram nos meus momentos de clausura, necessários à elaboração da tese;

À Dona Albertina e demais amigos moçambicanos, por me deixarem ir além da condição de visitante nos três meses de intercâmbio em Inhambane/Moçambique;

Ao professor Douglas Santos, pelas manifestações de carinho e zelo com a minha formação, além da paciência com “alguém à procura de um tema”;

Ao meu orientador de doutorado, professor e amigo Eguimar, por me apresentar a dimensão sartreana da vida: a importância de se ter projetos de leitura, de produção de texto, de educação, de militância, de profissão, de afetos;

Ao Marcos Venício, por segurar a barra quando a casa ameaçava desabar e ajudar-me a seguir em frente;

Aos meus pais, por me ensinarem o que é um lar e, sobretudo, lembrar-me de que ele aguarda o meu retorno;

À minha irmã, por me acolher em sua casa nos finais de semana de produção ininterrupta da tese;

Ao meu sobrinho, Lucas, pelas vezes que me deslocara das tensões ordinárias, lembrando-me da importância do “desorganizado” para que haja alegria em casa, e na vida.

“A casa onde o amor entrou gastou a pedra, puiu o cortinado, engordurou o azulejo. Saturou a esquerda e a direita, o alto e o baixo com o ir e vir de sua herança, de seu lajedo, de seu pombal e ainda um dia – um dia claro, entre mãos crispadas e beijos sólidos. A casa onde o amor entrou encheu cada lugar com um destino, um sucesso ou um fracasso, que passam por ela, insetos breves, como se fossem durar mais que seus tijolos, colunas, lajes.”

Nuno Ramos – “Ó” (2009, p. 160).

RESUMO

A moradia sintetiza um conjunto de opressões e apropriações constituintes do cotidiano planejado que garante a existência de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991). Feita de artefatos técnicos com ligação ao mercado, desde o cimento, o tijolo, os utensílios domésticos, passando inclusive pela cultura de massa que tende a infiltrar nos seus poros visíveis ou invisíveis, mas aberta a uma mobilidade nova de símbolos, de relações que tendem a estreitar laços de solidariedade, de compartilhamento, numa espécie de tensão entre o íntimo e o mundo, entre a concretização do viver diário e os atritos com as estruturas sociais globais de um modo de acumulação, a moradia forja-se na tensão aberta e fecunda, a qual chamamos cartografias existenciais. A partir de experiências sociais concretas dispostas nas moradias no Assentamento Canudos (Palmeiras de Goiás - GO), cartografou-se as tensões que assaltam tais territórios, e os movimentos sociais, na contemporaneidade, assim como as possibilidades e lacunas desse projeto de morar moderno. A dimensão política do morar, que faz deste ato uma instância de composição do sujeito e da ação social, tese defendida neste trabalho, reclama um olhar atento dos sujeitos e movimentos sociais a esta prática espacial cujos condicionantes e implicações extrapolam os limites físicos do edifício: morar é um projeto político e existencial. No morar o sujeito compõe relações, realiza escolhas, expressa concepções de mundo, edifica e preenche não só o objeto arquitetônico, mas sistemas de referências e valores. Estudos em diferentes campos do conhecimento além da Geografia, a exemplo da arquitetura (ROLNIK, 2015), da psicanálise (GUATTARI & ROLNIK, 1996) e da antropologia (BRANDÃO, 2009), contribuíram à composição deste trabalho. Diante de um mal-estar generalizado, anunciado por educadores, psicólogos, psicanalistas, antropólogos, sociólogos entre outros cientistas sociais, interroga-se: é possível, nessa sociedade, construir boas relações domésticas? Idas ao Assentamento Canudos, entrevistas com intelectuais, assentados e lideranças de movimentos sociais, elaboração de material cartográfico, leituras, debates, exposições variadas dos resultados parciais – palestras, oficina, apresentação de trabalho em evento – das reflexões lançadas no trabalho foram procedimentos adotados para desvelar a dimensão política do morar, e os limites e desafios postos aos movimentos sociais na contemporaneidade.

PALAVRAS CHAVE: MORADIA, MOVIMENTO SOCIAL, CANUDOS, CARTOGRAFIA EXISTENCIAL.

ABSTRACT

The housing synthesizes a set of oppressions and appropriations constituents of the planned daily life that ensures the existence of a "bureaucratic society of directed consumption" (LEFEBVRE, 1991). Made of technical artifacts connected to the market, such as cement, brick, household items, passing through the mass culture that tends to infiltrate its visible or invisible pores, but open to a new mobility of symbols, of relationships that tend to strengthen the ties of solidarity, of sharing, in a kind of tension between the intimate and the world, between the fulfillment of daily living and friction with the global social structures of a mode of accumulation, housing forges itself in open tension and fertile, which we call existential cartographies. Based on concrete social experiences in the Canudos settlements (Palmeiras de Goiás - GO), the tensions that assaulted these territories, and the social movements in contemporary times, as well as the possibilities and gaps of this modern housing project were mapped. The political dimension of housing, which makes this act an instance of composition of the subject and of social action, the thesis defended in this work, demands a close look of the subjects and social movements to this space practice whose constraints and implications extrapolate the physical limits of the building: Living is a political and existential project. In living the subject composes relationships, makes choices, expresses worldviews, builds and fulfill not only the architectural object, but systems of references and values as well. Studies from different fields of knowledge besides Geography, such as architecture (ROLNIK, 2015), psychoanalysis (GUATTARI & ROLNIK, 1996) and anthropology (BRANDÃO, 2009) contributed to the composition of this work. In the face of widespread malaise, announced by educators, psychologists, psychoanalysts, anthropologists, sociologists among other social scientists, it is questionable: is it possible in this society to build good domestic relations? Field trips to the Canudos settlement, interviews with intellectuals, settlers and leaders of social movements, preparation of cartographic material, readings, debates, various expositions of the partial results (lectures, workshops, presentation of work in event) of the reflections launched in this work were procedures adopted to unveil the political dimension of housing and the limits and challenges posed to social movements in contemporary times.

Key-words: HOUSING, SOCIAL MOVEMENT, CANUDOS, EXISTENTIAL CARTOGRAPHY.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|---|-----|
| Fotografia 1 – Capa da dissertação: Casa no distrito de "Pouso Alto" - Goiás, 2012 | 27 |
| Fotografia 2 - Oficina realizada no assentamento Dom Helder - Itaberaí (GO), 2017 | 28 |
| Fotografia 3 - Casa da Dona Albertina - Inhambane/Moçambique, 2014..... | 29 |
| Fotografia 4 - Mural no Memorial do Cerrado - Goiânia, 2014 | 30 |
| Fotografia 5 - Entrevista com Carlos R. Brandão - Pirenópolis (GO), 2016. | 36 |
| Fotografia 6 - Entrevista com Valdir Misnerovicz - Itrapuranga (GO), 2017. | 37 |
| Fotografia 7 - Atividade de extensão na comunidade Laranjal - Itapuranga (GO), 2017 | 39 |
| Fotografia 8 - Trabalho de campo em Canudos, março de 2017. | 40 |
| Fotografia 9 - Lote na área 3B – Canudos (GO), 2015. | 71 |
| Fotografia 10 - Fachada da casa de Maria - Canudos(GO), 2015. | 74 |
| Fotografia 11 - "Vão" na Casa de Joana - Canudos, 2015..... | 76 |
| Fotografia 12 - "Anexo" na casa de Maria - Canudos, 2015..... | 78 |
| Fotografia 13 - Quintal da casa de Carmem - Canudos, 2015. | 79 |
| Fotografia 14 - Fachada da casa de Carmem - Canudos, 2015..... | 80 |
| Fotografia 15 - Réplica da casa no quilombo - Memorial do Cerrado, Goiânia 2015. | 103 |
| Fotografia 16 - Réplica da aldeia indígena - Memorial do Cerrado, (Goiânia) 2015. | 106 |
| Fotografia 17 - Interior da casa do pajé Karajá - Aruanã (GO), 2015..... | 107 |
| Fotografia 18 - Réplica do rancho sertanejo - Memorial do Cerrado, (Goiânia) 2015. | 111 |
| Fotografia 19 – “Casa-mata” - Canudos, 2017 | 141 |
| Fotografia 20 - Painel da luta pela terra - Canudos, 2017 | 143 |
| Fotografia 21 - Vista frontal da casa A - Canudos, 2017 | 144 |
| Fotografia 22 - Vista frontal da casa B - Canudos, 2017 | 145 |
| Fotografia 23 - Vista frontal da casa C - Canudos, 2017..... | 146 |
| Fotografia 24 - "Biblioteca" na varanda - Canudos, 2017 | 147 |
| Fotografia 25 - Imagem cartográfica na parede da sala - Canudos, 2017 | 147 |
| Fotografia 26 - Salas de estar - Canudos, 2017..... | 149 |

| | |
|--|-----|
| Fotografia 27 - Sala de TV e costura - Canudos, 2017. | 150 |
| Fotografia 28 - Cozinhas "caipira" e "americana" – Canudos, 2017..... | 151 |
| Fotografia 29 - Varanda – Canudos, 2017. | 152 |
| Fotografia 30 - Croqui do lote de Joana | 158 |
| Fotografia 31 - Relógio e porta retrato de Joana..... | 159 |
| Fotografia 32 - Túnel no quintal de Anita | 162 |
| Fotografia 33 - Registro da festa de casamento de Anita | 163 |
| Fotografia 34 - Porta improvisada na lateral da casa de Anita | 166 |
| Fotografia 35 - Croqui do lote de Anita..... | 167 |
| Fotografia 36 - Objeto de decoração fabricado por Olga | 169 |
| Fotografia 37 - Croqui do lote de Olga | 171 |
| Fotografia 38 - Acampamento "Dom Tomás Balduino" - Corumbá de Goiás, 2015. | 190 |
| Fotografia 39 - Montagem do acampamento - Corumbá de Goiás, 2015. | 191 |
| Fotografia 40 - Ocupação de um latifúndio em Corumbá de Goiás, 2015..... | 192 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 - Croqui da República..... | 35 |
| Mapa 1 – Limites e localização do Assentamento Canudos - Goiás/Brasil..... | 50 |
| Mapa 2 - Uso do solo: Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, 2014. | 53 |
| Mapa 3 - Estado-da-arte dos assentamentos rurais no estado de Goiás nas últimas quatro décadas | 58 |
| Mapa 4 - Densidade das famílias assentadas - Goiás, 2017. | 61 |
| Mapa 5 - Grupos de pesquisa em Geografia com a temática "Moradia" | 94 |
| Mapa 6 - Déficit habitacional no Brasil (2014)..... | 101 |
| Mapa 7 - Croqui dos traços gerais das moradias em Canudos..... | 153 |
| Mapa 8 - Grupos de Pesquisa em geografia com a temática "Movimentos Sociais" - 2016. | 195 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Naturalidade dos assentados em Canudos (GO) vindos de outros estados - INCRA, 2016. | 67 |
|--|----|

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Linha do Tempo (1997-2001)..... | 48 |
| Figura 4 - Esquema teórico-metodológico..... | 133 |
| Figura 7- Croqui das relações da criança na casa | 129 |
| Figura 8 - Esquemas analíticos | 131 |
| Figura 5 - Organograma das Moradias e Cartografias existenciais..... | 172 |
| Figura 6 - Marcos espaço-temporais da trajetória do MST | 178 |

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA – Estados Unidos da América
FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FIC – Faculdade de Informação e Comunicação
FJP – Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JURA – Jornada Universitária pela Reforma Agrária
LABOTER – Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais
MCP – Movimento Camponês Popular
MPB – Música Popular Brasileira
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST – Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PGPSE - Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
POLECENTRO -
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMG – Região Metropolitana de Goiânia
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SIEG – Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás

SIG – Sistema de Informações Geográficas

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| O TERRENO | 42 |
| 1.1 Canudos: um camponês no meio do caminho..... | 44 |
| 1.1.1 O sítio..... | 68 |
| 1.1.2 Enfim, em casa..... | 72 |
| 1.2 O mundo do Cerrado..... | 81 |
| 1.2.1 A midiaticização do Cerrado: a estratégia da fragmentação..... | 85 |
| 1.3 Arrumando a casa | 87 |
| O ALICERCE..... | 89 |
| 2.2 Moradia: uma análise multiescalar | 90 |
| 2.2.1 Moradia: esfera de acumulação | 96 |
| 2.2.2 Moradia: um espaço de relações | 102 |
| 2.2.3 Moradia: prática espacial | 114 |
| 2.3 Casa: um aprofundar-se em si mesmo | 118 |
| 2.4 A casa como mediação..... | 121 |
| 2.5 Um lugar a construir | 126 |
| 2.6 A síntese..... | 130 |
| CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS | 134 |
| 3.1 A humanização do habitat | 136 |
| 3.2 Joana: Sem-Terra por formação..... | 154 |
| 3.2.1 Anita: Sem-Terra por acidente..... | 160 |
| 3.2.2 Olga: Sem-Terra por medo de desintegrar-se | 167 |
| 3.3 Moradias: múltiplos sentidos..... | 172 |
| SIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS DO MORAR..... | 175 |
| 4.1 Movimentos sociais contemporâneos: o círculo do conflito e da diversidade | 181 |
| 4.2 Os movimentos sociais e a geografia | 188 |
| 4.3 Morar em Canudos: percursos de vidas | 198 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 206 |
| REFERÊNCIAS..... | 211 |
| APÊNDICES..... | 220 |

INTRODUÇÃO

Bati palmas e me apresentei, já dentro do lote. Na fachada da casa, da porta que dava acesso à cozinha, surgira um rosto. Sem muita cerimônia – sobretudo porque, exceto eu, os visitantes eram amigos antigos da família – o anfitrião convidou-nos a entrar: “sintam-se bem,” “a casa é humilde”, “se arrumem por aí numa cadeira”. Aqueles que me acompanhavam, também sem cerimônia, acomodaram as compras na geladeira e tiraram o sapato.

A princípio, pairara uma sensação de estranheza. Numa das bordas do alpendre, a vista panorâmica da paisagem dissimulava a minha posição: esquecia-me que ali ocupava o lugar da estranha, e só percebia o que se me apresentava pelo ponto de vista da estrangeira.

Pouco sabia daquelas pessoas, daquela morada, da história que os ligava ao lugar. Sabia que se tratava de um assentamento de reforma agrária no qual eu encontraria militantes de movimentos sociais, hortas, cavalos, caixa d’água, televisões. Sabia também que fora resultado de um processo de luta pela terra que durou cerca de quatro anos. Não me pareceria suficiente.

O pátio, aos poucos, abrigara crianças, carros, motos, piscina de plástico, mesas, cadeiras, churrasqueira. Uma festa de aniversário compartilhada por cinco aniversariantes, dentre estes, duas crianças.

As mulheres cuidavam dos “acompanhamentos” do churrasco (arroz, feijão, mandioca, salada), e os homens dos demais serviços como montar a churrasqueira, assar a carne, armazenar a cerveja, ir à cidade comprar o que faltasse – em geral, mais cerveja.

Geladeira elétrica, fogão a gás, prateleira e mesa. A cozinha, menor que a sala, preenchia-se de gente. Não havia dúvidas que a centralidade da festa dividia-se entre os aniversariantes e a comida, distribuídos entre a varanda e a cozinha.

Em meio à festa, pausa para o discurso do anfitrião. Além dos agradecimentos, anunciara o calendário de encontros, e mais festas, no mês que se avizinhava. Enquanto isso, num esforço de dar sentido ao que via, indagava-me: como podiam aquelas pessoas se reunir com tamanha frequência quando a paisagem remetia a um isolamento espacial? Faria parte

de suas rotinas? Seria isto comum no morar em assentamento? Seguirá pensando.

Morar é um projeto. A máxima de inspiração sartreana, sugere o seguinte: no morar, o sujeito compõe relações, realiza escolhas, expressa concepções de mundo, edifica e preenche não só o objeto arquitetônico, mas as referências e valores que irão pautar a existência, a sua ação social.

A moradia evoca uma cadeia de significantes que envolve o morar(ação), o morador(sujeito) e a morada(objeto). Extrapola o concreto, colocando em interação o objeto “casa” – e o que mais vier a compor as paisagens das moradias – com os sujeitos, significados, usos e costumes que particularizam a ação no tempo e no espaço. A moradia é, por este motivo, uma prática espacial histórico e culturalmente delimitada. Prática espacial porque apresenta uma dimensão espacial evidente (SOUZA, 2015), comandando a percepção de mundo, ocupando centralidade numa das dimensões do real evocadas por Lefebvre (1991): o mundo percebido.

Instância de composição da paisagem, a moradia se coloca como objeto de interesse de geógrafos. O acesso à morada, o sítio, a localização e os componentes arquitetônicos, a configuração familiar, a divisão do trabalho e do orçamento doméstico, as relações de vizinhança, os contornos da sexualidade, a educação dos filhos, a alimentação, os móveis, a interação com a mídia, imagens e memórias da casa. Elementos que se fundem na moradia, prática não menos suscetível às tensões entre o global e o local, a geopolítica e o cotidiano, as determinações e as indeterminações, o dado e o criado, a produção do território e o evento no lugar (M. SANTOS, 2009).

A morada é uma unidade espacial do cotidiano, por meio da qual o sujeito opera a fricção entre o universal e o singular, particulariza a sua existência, ou seja, um modo de ser e estar no mundo (MARANDOLA, 2012). A moradia – síntese objeto-sujeito-ação – ganha, então, poder de categoria, ponte entre a conformação de territórios e a ação dos sujeitos nos lugares.

Imaginar as condições para a realização de uma moradia é um exercício que elucida princípios da ação, e das respectivas políticas espaciais dos sujeitos/grupos/movimentos sociais que a realiza ou a concebe. Afirmar isso é contrapor-se, logo de princípio, a uma concepção que despe de intenção política a prática do morar.

A moradia compõe um conjunto de práticas ancorado a uma determinada política espacial, que por sua vez responde a um grupo/visão de mundo e atua na manutenção deste. Exemplo: o quarto poder – a mídia – teria o mesmo êxito enquanto formadora de opiniões, e de percepções de mundo, sem a difusão dos aparelhos eletrônicos, da eletricidade e da cultura televisiva no morar? O machismo teria a tradição, a força e a capilaridade caso os pais recorressem ao princípio da igualdade de gênero na educação de suas filhas e filhos? A violência contra a mulher passa ao largo de representações fundadas no patriarcado e na invisibilidade histórica do trabalho feminino, e da opressão a que milhares de mulheres são submetidas no interior das casas?

Diante de um mal-estar generalizado, anunciado por educadores, psicólogos, sociólogos entre outros cientistas sociais, interroga-se: é possível, nessa sociedade, construir boas relações domésticas?

Como meros suportes de valor, consumidores de “modelos de subjetividade”, os sujeitos e suas experiências são deslocados dos sentidos da ação, cada vez mais susceptíveis às oscilações de mercado. Essa problemática atinge desde a dimensão concreta da moradia – a padronização das moradas – ao plano simbólico: a adesão à ordem mundial do consumo, à cultura de massa, ao movimento de destituição de valores e referências, à desterritorialização absoluta, à miséria existencial.

A radicalização desse processo anularia, por exemplo, o sentido do morar para Heidegger (1954), para o qual morar é permanecer. Como permanência, o morar demanda o pertencimento. Pertencer é encontrar-se, fazer parte de, estar com, juntar-se a. Nessa alçada do morar ao estado de comunhão do ser, do tempo e do espaço, instaura-se o “habitar”. Daí, o habitar como um “de-morar-se”. Demorar-se no mundo em construção de uma morada que assegure a singularidade do ser, ou seja, o encontro deste com sua história, suas experiências, seu lugar no mundo. O salto do morar ao habitar se dá, pois, quando o sujeito produz a existência ao passo que afirma o seu lugar no mundo.

Tomar a moradia como unidade de análise foi, desde o princípio, um desafio. Primeiro, porque exigiu da própria pesquisadora a desconstrução de um olhar “naturalizante” a essa prática espacial, ou seja, perceber para além

dos automatismos cotidianos, o conteúdo ideológico e o morar como inscrição política.

A decomposição teórica da realidade social, proposta por Ruy Moreira (2013) lança luz a alguns elementos importantes na compreensão do papel desempenhado pela moradia na lógica do modo de produção.

Dentre os campos da realidade social discriminados por Moreira (2007), a casa/morada se situaria no campo ideológico-cultural, ou seja, um espaço pelo qual se opera a legitimação e a difusão – junto à escola, ao cinema etc. – de consensos que dissimulam a natureza perversa das relações de produção capitalistas. Daí, a realização da moradia se apresentar, cotidianamente, como uma operação maquínica, na qual a reflexão praticamente se anula.

Segundo o geógrafo, as estratégias no campo ideológico-cultural atuam junto às estratégias no campo jurídico-político para a manutenção da estrutura econômica equivalente. Logo, evocar um olhar crítico a territorialidades, ritos e hábitos que se configuram nos espaços “domésticos” – aparentemente tão ausentes de representação – demandou uma leitura da moradia frente à totalidade social. Recaiu-se, então, nos sentidos políticos da moradia, lidos a partir da interação que esta mantém/manteve com as relações de produção – materiais e simbólicas.

Outro desafio ao estudo da moradia enquanto prática espacial recai na questão escalar: salientar no estudo da moradia as mediações entre a produção do território e a dimensão existencial dos sujeitos. Ou seja, compreender além das ações externas/coletivas interpostas aos territórios, também as demandas internas – dos sujeitos nos lugares – que modificam a composição dos grupos e, por conseguinte, dos territórios.

Esse exercício evoca questões como: cabe às lideranças de um Movimento Social, debruçado sob um projeto territorial, intervir na vida cotidiana dos sujeitos que representam? Seria a moradia no assentamento uma extensão da conquista pela terra, daí a esperada articulação entre a orientação política do movimento e as práticas espaciais dos assentados? Além da necessidade do morar, há que se “idealizar” o morar? Ou seja, os sujeitos e coletivos organizados devem se preocupar com a dimensão política do morar?

À medida que as perguntas se multiplicavam, também os contornos do conceito de moradia o faziam. A cada investida teórica, o morar extrapolava a casa. Ao fragmentar-se, o morar tornava-se mais e mais complexo. Uma demanda central se colocava: expandir, junto aos sujeitos e movimentos sociais, o conceito de moradia para além da dimensão jurídica. Reconhecer os avanços na defesa da moradia enquanto direito constitucional, e na promoção de políticas públicas específicas a esta pauta, sem distanciar-se da diversidade de conteúdos e sujeitos que realizam moradias conforme suas demandas reais, particulares.

Os novos contornos tomados pelo morar – e seu conceito – redefinem também a moradia no assentamento de reforma agrária. Sobretudo, no caso de Canudos, assentamento no “Sopé da Metrópole” (MELO, 2007), em constante interação com a cidade, território por excelência do “morar moderno”.

Canudos é um assentamento de reforma agrária, promovido pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Goiás. A regularização de Canudos ocorreu após quatro anos de luta travada por mais de trezentas famílias, acampadas na fazenda Palmeiras, na tríplice fronteira entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guaporé.

O assentamento fora laboratório da proposta de organização territorial do MST baseado no modelo “raio de sol”. O traçado propunha espaços de produção – territórios coletivos – articulados a núcleos de moradia.

Canudos representa um marco na política espacial do MST em Goiás. Fundado oficialmente em 2001, a localização do assentamento – próximo à região metropolitana de Goiânia – o colocara como um projeto-piloto, com a elaboração de diretrizes desde o uso das terras à relação entre os assentados.

A localização de Canudos o coloca numa situação paradoxal: ao mesmo tempo em que possui melhores condições de sustentação enquanto espaço produtivo, é objeto de interesse na dinâmica de produção do espaço urbano, sobretudo no que diz respeito à especulação imobiliária.

A demanda contemporânea por áreas de lazer ou moradia a uma distância mediana dos grandes centros, faz de Canudos um atrativo para segmentos da classe média, como afirmou Valdir Misnerovicz, uma das lideranças do MST/Goiás, em entrevista concedida à autora deste trabalho.

Além de uma rede de drenagem de considerável capilaridade no território, Canudos caracteriza-se por uma extensa área verde, composta por reservas legais, reservas particulares de patrimônio natural e áreas de preservação permanente. Mais de 50% da extensão territorial do assentamento são destinados à preservação ambiental. O descumprimento das normas de utilização das áreas verdes do assentamento pela comunidade do entorno é outra questão que contraria os acordos firmados na criação de Canudos, entre eles a preservação das áreas verdes via Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Essas questões impostas pela localização do assentamento somam às impeditivos culturais que, hora ou outra, estremecem a sociabilidade no assentamento.

A procura de ferramentas intelectuais que dessem conta do entrelaçamento de fatores externos e internos no morar em Canudos, da fusão entre o singular e o universal, a ideologia e a ação, o conceito e a prática lançou no horizonte analítico, a cartografia existencial.

A cartografia existencial é uma “lente” ainda em fabricação pelo Grupo de Pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência”¹. Intenta ampliar o alcance da linguagem fundamental da geografia, a cartografia, convencionalmente fundamentada no espaço euclidiano – estático, mensurável, geométrico. Para isso, estabelece o diálogo com outros campos do conhecimento, tateando as diferentes escalas e estratégias de captura do sujeito, da subjetividade, dos afetos, dos territórios de vida.

A partir da cartografia existencial, busca-se rasurar os regimes de visibilidade a partir das experiências tecidas no existir dos sujeitos, definidoras de limites e fronteiras que não necessariamente coincidem com as cartografias oficiais, matematizadas: “captar a vida que está nas formas, e não apenas as formas” (SILVEIRA, 2006 p. 89).

A cartografia existencial tem sido apresentada como um conjunto de diretrizes, e não procedimentos rígidos, receitas prontas. Compor novas imagens, novos discursos, mesmo que a matéria prima se repita. Entretanto, se for preciso estabelecer uma hierarquia de planos de análise, arriscar-se-ia

¹ Grupo cadastrado no CNPq, sob a coordenação do Professor Eguimar Felício Chaveiro (UFG).

situar a cartografia existencial no plano das sensibilidades, o que a coloca numa situação de fronteira entre a ciência e a arte.

Assim como a cartografia existencial, ecoam pelo Brasil e pelo mundo propostas de revisão das convenções cartográficas: desde os sujeitos autorizados a cartografar, os conteúdos, as definições, as escalas e recortes, os instrumentos, as finalidades e o acesso aos mapas. Vive-se uma transição paradigmática, na qual a Cartografia proposta pela crítica deixa de ter o tamanho e a extensão como conceitos autossuficientes, incorporando categorias como a experiência, a emoção e o desejo.

A cartografia existencial se caracteriza, no estágio em que se encontra, por diretrizes de pensamento e ação que visam apontar desvios, brechas em meio à geometria espacial, desvelando questões fundamentais do espaço e da condição humana contemporânea. Por isso, a cartografia existencial é também ponte entre a geografia e outros campos do conhecimento, como a psicanálise.

Assim como o diálogo com a psicanálise tem dado consistência teórica à leitura de sujeito realizada pelo grupo, a “Abordagem Territorial do Cerrado” garante uma leitura da totalidade dos processos sociais.

A Abordagem Territorial do Cerrado é uma metodologia proposta por Calaça (2010), Chaveiro e Castilho (2010), Mendonça e Pelá (2010) entre outros pesquisadores do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, pela qual tais pesquisadores têm se debruçado nos princípios gerais para a interpretação da posição do Cerrado no cenário geopolítico contemporâneo. São movidos pelo paradoxo que caracteriza o Cerrado Pós-Segunda Guerra Mundial: sua valorização enquanto fonte territorial de riquezas e a sua negação enquanto bioma e matriz sociocultural.

Um Cerrado há pouco negado no imaginário social – solo pobre, povo rude (BARREIRA e CHAVEIRO, 2010) –, ascende aos holofotes da economia nacional e internacional sob o preço da degradação ambiental e do solapamento das culturas locais. Em contrapartida, milhares de sujeitos, de forma organizada ou não, “ajustam” suas existências e operam tradicionais e novas “frentes de libertação” (ARROYO, 2012). Condição em que se encontram, por exemplo, os Sem-Terra.

A condição humana contemporânea e os conteúdos do território do Cerrado se apresentaram, pois, como dois pilares da cartografia das moradias em Canudos.

Diante do movimento de serialização das moradas sob o referencial urbano-industrial para o consumo, em que medida esses sujeitos, na prática da moradia, estão dispostos – e capazes – de desinvestir a condição subordinada pressuposta na cultura do morar contemporâneo? Podemos explicar: embora o território do Movimento Social, como é o caso de CANUDOS-MST, tem como fonte o enfrentamento de uma estrutura territorial burguesa marcada pela apropriação privada da terra e pelo seu destino economicista, enfrentamento feito mediante a organização coletiva da luta pela terra, a moradia, em diversos de seus aspectos centrais, não veicula automaticamente a ideologia do movimento.

Os trabalhos de campos; os diálogos com os saberes e as vivências com camponeses assentados de Canudos; as leituras e as interpretações do fenômeno da moradia em diferentes escalas; as considerações das práticas espaciais do morar, seus vínculos com a experiência e sua ligação com os modelos de acumulação da sociedade urbana burguesa; os traços da cultura e das esferas simbólicas, nos permitem apresentar e defender a seguinte tese: a dimensão política do morar reside num jogo tenso entre a experiência dos assentados e de seus elos com o Movimento Social Sem- Terra e o modo pelo qual a sociedade burguesa adentra, enforma e estipula modos de morar. Nessa tensão, morar no Assentamento é uma forma de compor a condição de sujeito. É, portanto, uma maneira de produzir a vida e de significá-la.

Nessa perspectiva, o morar se expande para além das fronteiras do espaço físico. Na transcendência, liberta-se da casa, do edifício, da residência. Também da habitação – política ou esfera de acumulação. Morar pensado, refletido, contraposto à suposta espontaneidade da vida cotidiana, confrontado à totalidade dos processos sociais. Investimento que o tira da condição de “edifício” de sustentação da vida moderna e da ordem do consumo, determinado e enclausurado ao modo de produção hegemônico, mas o revela enquanto prática aberta ao novo, ao artístico, às possibilidades de rasura dos regimes de visibilidade hegemônicos. O morar no assentamento, visto dessa forma, torna-se uma extensão da luta pela terra, um convite à inscrição de

relações, sujeitos, afetos e territórios outros. Um morar que se compõe ao passo da composição dos próprios sujeitos e movimentos sociais, e que por isso, expressa variados modos de ser, estar e intervir no mundo.

Posto isto deve-se acrescentar: os utensílios da casa, os objetos de cada cômodo, a repartição de suas funções, as plantas no quintal, os animais de criação, assim como a vizinhança, os pequenos conflitos de ordem econômica entre os assentados e também as filiações religiosas, as táticas afetivas, o comprometimento com os princípios do Movimento Sem Terra, a educação dos filhos, as fotografias expostas na parede, se juntam às representações em torno do significado de morar num assentamento. Tudo isso transforma a experiência do morar num movimento incessante de tino político, pois diz respeito à composição de forças de classes, gênero, raça-etnia. Assim, o íntimo não se afasta da *polis*, nem essa daquele. Morar no assentamento é um ou mais modos de viver – e de agir.

Feita de artefatos técnicos com ligação ao mercado, desde o cimento, o tijolo, os utensílios domésticos, passando inclusive pela cultura de massa que tende a infiltrar os seus poros visíveis ou invisíveis, mas aberta a uma mobilidade nova de símbolos, de relações que tendem a estreitar laços de solidariedade, de compartilhamento, numa espécie de tensão entre o íntimo e o mundo, entre a concretização do viver diário e os atritos com as estruturas sociais globais de um modo de acumulação, a moradia forja-se na tensão aberta e fecunda, a qual chamamos cartografias existenciais.

Antes de apresentar o percurso traçado na pesquisa, esboçado na forma dos capítulos, vale relatar alguns fatos que culminaram na realização deste trabalho.

1. Espaço e *habitus* no sertão goiano: o povoado de Pouso Alto (2012)

Este é o título da dissertação de mestrado, elaborada por mim sob a orientação da professora Rusvênia Luiza B. Silva. Inscrita no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-IESA/UFG), a pesquisa teve como campo empírico o distrito de Pouso Alto, localizado no município de Campos Belos, extremo nordeste de Goiás. Pouso Alto faz fronteira com o

município de Roda Velha (BA), expoente no agronegócio baiano. Situação

Fotografia 1 – Capa da dissertação: Casa no distrito de "Pouso Alto" - Goiás, 2012



dúbia sugerida por imagens como esta:

No último capítulo da dissertação, voltada às implicações de uma situação de fronteira nos *habitus* de sertanejos que se submetem a precárias condições de trabalho nas fazendas no (plan)alto da Serra (*front*) Geral da Bahia, partiu-se à análise da “casa rural”. Ali, nascia o interesse em compreender a realidade social a partir da casa e do ato de morar.

2. Projetos Técnicos Sociais – PNHR, 2014

O ingresso no curso de doutoramento, no ano de 2014, colocou-me em contato, mais próximo, com a realidade dos movimentos sociais.

Durante os 10 anos de vivência no IESA, não havia me deparado com a presença regular de militantes de movimentos sociais no Instituto. Foi então, no ano de 2014, que a aproximação com tais colegas de mestrado e doutorado, calouros e veteranos, alargaram o meu universo de atuação social. Passei a

Fonte: arquivo próprio, 2013.

atuar na elaboração de Projetos Técnicos Sociais exigidos pelo Ministério das Cidades, com intermédio da Caixa Econômica Federal, requisito para o beneficiamento de assentados rurais no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O período entre o diagnóstico socioeconômico, a organização dos documentos individuais, a elaboração e a submissão das propostas de oficinas, e a aprovação dos projetos durou, aproximadamente, três anos. Enquanto isso, mais de 64 famílias beneficiadas (seleção de uma demanda de mais de 300 famílias) aguardavam a liberação dos subsídios em barracas de lona ou cômodos precários.

No final do ano de 2016, as construções foram iniciadas. E, em 2017, deu-se início às oficinas itinerantes propostas nos Projetos Técnicos Sociais.

Fotografia 2 - Oficina realizada no assentamento Dom Helder - Itaberaí (GO), 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

São inúmeras as defasagens do PNHR no que diz respeito à realidade da habitação rural, dentre estas, o projeto arquitetônico, elaborado sob as mesmas diretrizes da habitação urbana, a despeito das particularidades dos sujeitos e da vida cotidiana no campo.

Tal experiência revelou a urgência em conhecer e reconhecer a diversidade das moradias no campo brasileiro, expressão da diversidade de sujeitos, culturas e demandas existenciais que transitam às margens do modelo ideal de moradia eleito pela Modernidade.

3. Intercâmbio em Moçambique, 2014 – as casas de caniço

Logo no primeiro ano de doutoramento, surgira a oportunidade de realizar um intercâmbio de três meses em Moçambique, África. Para isso, eu teria que me desvincular do cargo de professora substituta que exercia, desde o começo de 2013, na Universidade Federal do Tocantins.

Em Moçambique, responderia pela equipe do projeto “Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado Brasileiro às Savanas em Inhambane/Moçambique”, coordenado pelos professores Eguimar Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás, e Helsio Azevedo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane.

Foram três meses de experiências arrebatadoras, a maioria delas na Província de Inhambane, das quais destaca-se o estágio vivência de uma semana realizado com a Dona Albertina, agricultora e feirante, retratada na foto junto à filha.

Fotografia 3 - Casa da Dona Albertina - Inhambane/Moçambique, 2014



Fonte: arquivo próprio, 2014.

Acompanhei, junto a uma estudante de jornalismo, as atividades diárias de D. Albertina: ir ao mercado, à feira, à “machamba” (roça, lavoura) da associação local de produtores, cuidar da casa e dos filhos.

As experiências em meios às “casas de caniço” (casas cobertas de palha de coqueiro), apesar de me virem logo cedo no processo de doutoramento, aos poucos foram revelando a potência enunciativa da moradia: vive-se ali, de maneira potencializada, as contradições do modo de produção hegemônico, com os agenciamentos mais improváveis. O celular “*made in china*”, a “capulana” importada da Índia, o óleo de soja brasileiro. Junto a isso, o caniço que dá firmeza às paredes e à vida que teima em não desmoronar. As moradias, situadas entre a necessidade e a arte, gritam socorro.

4. Visita ao Memorial do Cerrado – Goiânia, 2014.

Logo após a chegada de Moçambique, visitei o “Memorial do Cerrado” – espaço dedicado a três geógrafos cujas pesquisas representam um grande contributo ao conhecimento das propriedades fitofisionômicas e culturais do Cerrado.

Fotografia 4 - Mural no Memorial do Cerrado - Goiânia, 2014



Fonte: arquivo próprio, 2015.

A matéria principal que sintetiza os conteúdos do Cerrado que compõem o Memorial apresenta-se na forma de MORADAS. A partir delas, conta-se a história do uso e apropriação do Cerrado, conflitos e resistências no período histórico. A morada como documento histórico, expressão de culturas.

5. Minicurso “Cartografia Existencial”, 2015

Compartilha-se, agora, uma exposição realizada no dia 07 de dezembro de 2015, no miniauditório da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás – FIC/UFG – o Minicurso “Cartografia Existencial”, a convite do Grupo Olhares², organizador do evento “Genealogia Hoje: História, Linguagem e Filosofia”.

Ministrada pelos professores Eguimar Chaveiro e Wilson Lopes, e a autora desta tese na condição de estudante de doutorado, o evento contara com a presença de acadêmicos da casa, também estudantes e professores da Faculdade de Filosofia, do Instituto de Estudos Socioambientais e da Faculdade de Letras.

O professor Eguimar Chaveiro pautou sua fala nos princípios filosóficos da “Cartografia Existencial” – em construção no âmbito do grupo de pesquisa “Espaço, sujeito e existência”.

O professor Wilson Lopes trouxe relatos de experiências da pesquisa que desenvolve com pessoas com deficiência. Entre as atividades de campo e as reuniões de planejamento, o professor expôs ainda as categorias mediadoras desse processo cartográfico, tais como corpo e biopoder.

As considerações feitas por mim, seguem na íntegra:

“Propor novas concepções de cartografia para nós, geógrafos, é uma tarefa delicada. Isto porque nossa tradição nos lembra da importância, sobretudo política, que o mapa – tal como é concebido por grande parte dessa categoria – nos proporcionou. Os mapas modernos – cartesianos – surgiram como privilegiados instrumentos de poder, atribuindo inclusive, conforme

² Coordenado pela professora Doutora Suely Henrique de Aquino Gomes (FIC/UFG).

destacou Yves Lacoste, poder à Geografia no exercício da Guerra. O fato é que, politicamente, o mapa não nos pode fugir, nem cair num relativismo total.

Num exercício de contraposição à cartografia convencional a serviço dos grandes negócios, que age no imaginário social difundindo territórios sem vida, sem contradições, sem fluxos, facilmente apropriados na perspectiva da ortovisão – que dá ao sujeito o poder dos deuses de tudo ver –, propomos a cartografia existencial. Ancorados nos ensinamentos de Deleuze, Guattari, Rolnik entre outros teóricos, antepomos ao produto, o processo.

O mapa deixa de ser a verdade absoluta veiculada por representações do espaço arbitrariamente legitimadas, e passa a ser compreendido como uma possibilidade de manifestação – material ou imaterial – da ponte sujeito-mundo.

Nesse sentido, os mapas compõem e derivam da existência. Se fazem múltiplos, inacabados, singulares. São, claro, atravessados por estruturas de classe que ditam ideologias, regularidades, inteligibilidades. Mas são também potência de revelação do sujeito, criação, insurgência, transgressão.

Na perspectiva que compartilhamos, os mapas são e estão difusos no tecido social: no humano e nos produtos de seu trabalho. As ruas da cidade são mapas potenciais de trajetórias políticas; assim como os corpos são mapas de instituições; as escolas, os hospitais, os hospícios, as universidades são mapas do saber-poder; os assentamentos rurais são mapas da luta pela terra; os jovens são mapas de permanências e rupturas geracionais, de territórios e subjetividades em disputa.

Como exemplo de um mapa “existencial”, apresento-lhes a minha narrativa (imagética) acerca da minha casa.

[EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO (imagens do cenário da “república” onde moram, junto a mim, dois pós-graduandos em Geografia).]

[Retomando a fala...]

As palavras da geógrafa Maria Laura Silveira resumem os desafios postos à cartografia na contemporaneidade:

Historicamente, a geografia tem se preocupado com a extensão e sua operacionalização – a distância. Os esforços de compreensão orientaram-se, sobretudo, aos resultados – extensão, forma, tamanho, limites – e o espaço foi visto como inerte, como o final de um processo cuja indagação não nos pertence. Todavia, hoje, a existência, muito mais que a distância, parece ser o verdadeiro problema do homem e, especialmente, dos mais pobres. Uma geografia preocupada com a existência é, ao mesmo tempo, uma indagação sobre os eventos, as possibilidades e a ação humana que se tornou capaz de criar uma extensão planetária, mesmo que isto pretenda mascarar as demais formas de existência. É a ação humana que transforma as possibilidades em extensões. Por isso o centro de uma geografia da existência é o espaço banal, onde cada ação se dá segundo seu tempo, mas todas elas têm lugar (2006 p. 82).

É bem provável que se eu encerrasse a minha fala com esse vídeo, sem me conhecerem, muitos de vocês já poderiam citar algumas das minhas práticas cotidianas, argumentos que justificariam determinados posicionamentos políticos que compartilho, lugares por onde andei, um conjunto de autores preferidos, e até tamanhos e formatos de livros que me cativam.

Os mais ousados descreveriam, a partir das imagens, vozes e barulhos que ninguém ouvira – afinal trata-se de um arquivo de vídeo apenas. Arriscariam ainda, pessoas com as quais gosto de estar, os meus prazeres, as minhas saudades, enfim, descobririam traços da minha identidade e trajetória de vida que, claro, teriam texturas outras na imaginação de cada espectador.

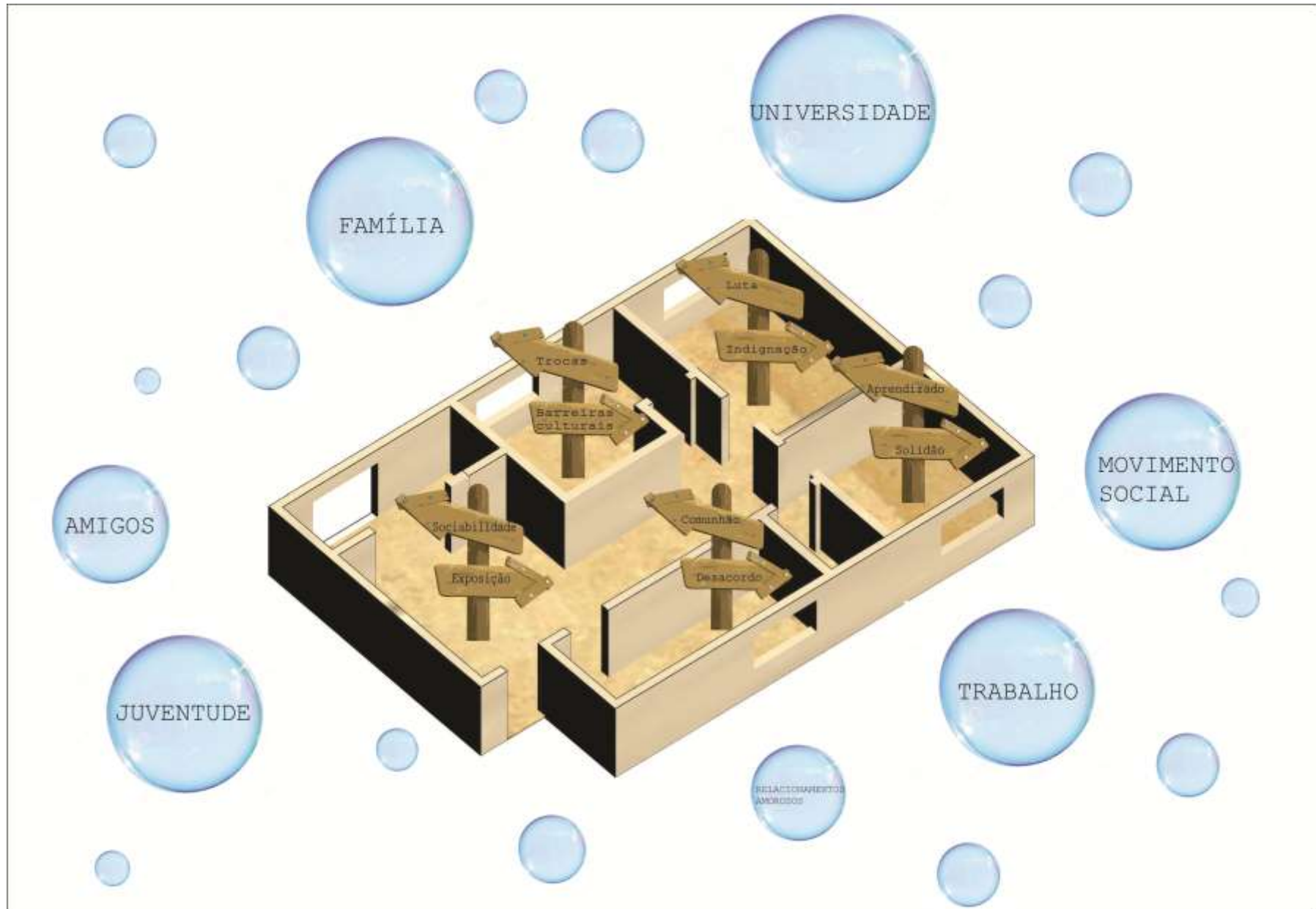
O mapa de uma casa pode ser o mapa de uma vida, de escolhas, de visibilidades produzidas com finalidades múltiplas: manter vivas na memória determinadas experiências, conteúdos, sensações; projetar no espaço mais íntimo o que queremos ver lá fora, na rua; ressucitar alguns mortos, como Paulo Freire, Frida Calo e Che Guevara; fazer do lar também um lugar de discussão política, de experimentação de cervejas, cafés, feijoadas salgadas – afinal é também o lugar das diferenças, da tolerância, do convívio com os equívocos e deficiências do outro.

Se a função do mapa é permitir a comunicação de representações plurais do espaço, ou dos espaços e tempos, considerando a intrínseca relação representante-representado, insisto que o que lhes apresentei é um mapa. O mapa da minha casa tem um tanto da minha vida.

A casa como ponte na relação sujeito-mundo é permeada de contradições, conflitos, cuja natureza ultrapassa os limites físicos impostos pelas paredes e o campo de visão delimitado pelas janelas. Vai além. Nos tempos atuais, esses elementos ganham dimensões planetárias. Seja no plano do trabalho ou dos elementos da cultura (linguagem, vestimentas, etc.). Tudo está ali; e ao mesmo tempo em todo lugar.

Talvez a nossa república esperasse há muito tempo para ser registrada e divulgada nessa oficina de Cartografia existencial. É como se, ao longo desse anos, a preparássemos para traduzir a nossa voz, escancarar os nossos desejos, dar materialidade à nossa vontade subversiva. Ainda assim, não tenho a menor pretensão de que isso acontecerá. Afinal, sinto lhes dizer: hoje pela manhã, quando saí de casa, a vi muito diferente. Alguns objetos faltavam, outros se somavam à paisagem, trazendo novos sentidos àquele lugar, àqueles pessoas, àquele atmosfera simbólica.

Parte considerável do invisível que a compõe assemelha-se a bolhas de sabão, tão frágeis e volúveis que nem mesmo o mais habilidoso dos cartógrafos é capaz de capturá-las. Elas espelham, rondam, distorcem o que aqueles habitantes acreditam ter plena consciência e domínio. Quem as sopra? Estaria o tempo brincando com os nossos destinos? Por hora, só posso afirmar-lhes que o mapa já se encontra defasado.”



Elaboração: própria autora, 2015.

O tema se revelou a mim à medida que minha própria prática se desvelada repleta de sentidos recolhidos no véu da espontaneidade. Meter-me na moradia alheia tinha, como condição *sine qua non*, a revisão da minha própria política do morar.

6. Conversas com intelectuais e militantes sociais – 2016 e 2017:

Ao longo dos três anos e meio de doutoramento, toda oportunidade de questionar, debater algo relacionado à temática da tese, tonava-se um evento.

Eventos científicos, aulas, viagens, cafés, ocupações de terra, *what app*: cercava-se o tema/problema por todos os lados.

Assim como colocam Guattari e Deleuze (1997), este trabalho é também de autoria coletiva. Seguem fotos representativas das inúmeras conversas tecidas com intelectuais e militantes, fundamentais no desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa.

Fotografia 5 - Entrevista com Carlos R. Brandão - Pirenópolis (GO), 2016.



Fonte: arquivo próprio, 2016.

Fotografia 6 - Entrevista com Valdir Misnerovicz - Itapuranga (GO), 2017.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A primeira fotografia registra a conversa tida com o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, em dezembro de 2016 na cidade de Pirenópolis. A segunda, uma entrevista com uma das lideranças do MST/Goiás, Valdir Misnerovicz, realizada no mês de março de 2017, em Itapuranga.

No mesmo hotel, noutra ocasião, ocorrera a entrevista com o geógrafo paulista Douglas Santos, quando de sua vinda à cidade de Itapuranga na condição de conferencista de um evento científico.

Noutro contexto, agora numa perspectiva mais intimista, cita-se a visita à casa da historiadora Lena Castello Branco, cuja casa é inspirada em modelos clássicos da arquitetura colonial goiana. Também a visita ao apartamento da geógrafa e professora aposentada Lúcia Helena Gratão.

Essas conversas, quando não sistematizadas e explicitadas no interior do texto, permeiam muitas das reflexões suscitadas ao longo do trabalho.

7. O Mapeamento– 2014 a 2016

As críticas tecidas, ao longo do trabalho, à cartografia convencional não duvidam a importância desta à pesquisa geográfica. Aliás, reconhece-se a relevância dos Sistemas de Informações Geográficas – SIG – na pesquisa geográfica. Essa compreensão conduziu-me, por exemplo, ao investimento em cursos de extensão voltados à operação de *softwares*, como “ArcGis” e o “AutoCad”, nos quais foram elaborados alguns dos produtos cartográficos elencados no texto: croquis, mapas básicos e temáticos.

As fontes dos dados representados são basicamente: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG), o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o arquivo digital “I3Geo” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

8. Projeto Sociobiodiversidade – do IESA à UEG, 2017.

No mês da matrícula no curso de doutorado, fiz também a inscrição no concurso para professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás/ Campus Itapuranga. Em julho de 2014, recebi o comunicado de aprovação. Não sabia que ali começava uma degradante, porém vitoriosa, história de luta pela nomeação. Nomeação esta que fora homologada no segundo semestre de 2016, após a movimentação de inúmeras ações judiciais por parte dos concursados em cadastro de reserva.

No ano de 2014, compus a equipe, coordenada pelo professor Eguimar, que elaborou o projeto “Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Territorial: perspectivas para o Mundo do Cerrado”, submetido e aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES). Sua execução iniciara no ano de 2016, de duração prevista até o ano de 2019. Esses dois eventos, a nomeação e a secretaria do Projeto, semeados em 2014 e colhidos em 2016, mudariam o rumo da minha trajetória.

Enquanto professora na UEG/Itapuranga, coordeno dois projetos, de pesquisa e extensão, respectivamente intitulados: 1. “A Morada como unidade de análise geográfica: pressupostos teóricos e metodológicos de uma cartografia existencial”; 2. “Sociobiodiversidade em Território do Cerrado: conhecimento tradicional de plantas medicinais na Comunidade Laranjal, Itapuranga”.

Fotografia 7 - Atividade de extensão na comunidade Laranjal - Itapuranga (GO), 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

As atividades que desenvolvi nesses projetos, desdobramentos da tese e das experiências acadêmicas ao longo dos últimos três anos, expressam a força do doutoramento na consolidação da carreira docente, e de pesquisadora. E mais: o encerramento da tese abre, paradoxalmente, linhas de pesquisa e intervenção territorial. Esse “invisível que fica”, como disse certa vez o professor Eguimar, promove novas rotas, novas interlocuções teóricas, novos sentidos de vida e profissão.

9. Trabalhos de campo

Os trabalhos de campo realizados no assentamento Canudos foram, em sua maioria, intermediados por assentadas já conhecidas no trabalho de militância. Visitas individualizadas e oficina com grupo de mulheres constituíram nos principais procedimentos adotados em campo.

Fotografia 8 - Trabalho de campo em Canudos, março de 2017.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

Inevitáveis as comparações entre os campos realizados na pesquisa de mestrado, com sujeitos – em sua maioria homens - do distrito de Pouso Alto, e os campos em Canudos, cujas participantes eram majoritariamente mulheres. Base territorial, história, localização, demandas reais, receptibilidade distintas em contextos socioespaciais também distintos, mas que comungam uma situação de marginalidade econômica frente ao projeto posto, e em grande medida vitorioso, para o campo brasileiro. Há inúmeras lacunas teóricas entre

as diferenças que os “particularizam”, e a totalidade que os une, campo temático que pode se desdobrar em pesquisa futuras.

10. A estrutura do texto

A construção da tese se deu similar à edificação de uma casa. Desde a escolha e marcação do terreno ao “acabamento”, jamais finalizado.

O primeiro capítulo representa o contato inicial do leitor com as moradas em Canudos, numa perspectiva de construção dialógica do objeto de estudo. Em “**O terreno**”, tateia-se as paisagens e os marcos espaço-temporais da fundação do assentamento, o sítio, a localização das casas, o perfil dos assentados, principais problemáticas postas ao território do Cerrado. As informações compartilhadas na entrevista com Valdir Misnerovicz (2017), liderança do MST/Goiás, permeiam boa parte do capítulo.

O segundo capítulo, intitulado “**O Alicerce**”, evidencia os pressupostos teóricos da pesquisa, partindo de três ângulos de enunciação da moradia: enquanto esfera acumulativa, espaço de relações e prática espacial. Para tanto, embasou-se em estudiosos como Rolnik (2015), Arroyo (2012), Souza (2015), Guattari e Rolnik (1996), Marandola (2012), assim como as entrevistas realizadas com Brandão (2016), Gratão (2016) e D. Santos (2016).

No capítulo “**Cartografias existenciais**”, compartilha-se com o leitor variações das moradias em Canudos: aquilo que mudou do projeto inicial das casas. Seguindo os conselhos de Brandão (2016) estão aí os conteúdos elementares do território e das demandas existenciais dos sujeitos assentados. Além disso, compartilha-se a trajetória de três mulheres assentadas: Joana: Sem-Terra por formação; Anita: Sem-Terra por acidente; e, Olga: Sem-Terra por medo de desintegrar-se. A proposta fora esquadrihar a ação micropolítica do morar, evidenciando os investimentos materiais e simbólicos dessas mulheres na construção de um espaço com densidade histórica e afetiva.

O quarto e último capítulo, “**As significações do morar: Movimento Social como prática**” sintetiza as discussões elencadas ao longo do trabalho, ao mesmo tempo em que coloca à prova a existência dos movimentos sociais em meio a lutas de caráter sectário e os agenciamentos protagonizados por novas formas de organização social.

Capítulo 1:
O TERRENO

“A gente conquistou aquele latifúndio depois de quatro ocupações, com processos, com prisões, com muita luta, muito enfrentamento, mas o resultado final foi de conquista. Isso indica que é possível, não tem latifúndio que não possa se tornar assentamento. Cai essa tese de que ‘esse latifúndio não’. Não tem latifúndio que resiste à pressão, à luta, à organização dos trabalhadores.”

Valdir Misnerovicz, 2017.



A cartografia da moradia é uma espécie de visita guiada. O primeiro capítulo prepara o terreno: anuncia as paisagens, e o conteúdo histórico, elementares para compreender as discussões que se desenrolarão ao longo de todo o trabalho.

Em “O Terreno”, o visitante-leitor estabelecerá o primeiro contato com Canudos – o latifúndio conquistado: as propriedades físicas, o perfil dos assentados, a história de fundação do assentamento, o perfil da economia regional, as moradias.

Espera-se, todavia, não fazer deste um capítulo apenas informativo. E sim, que a multiplicidade de elementos apresentados permitam ao leitor construir uma ideia totalizante dos processos de luta, regularização e consolidação de um assentamento de reforma agrária no estado de Goiás e no Brasil, e ao mesmo tempo desperte para os desafios e potencialidades que colocam Canudos numa posição singular. Para, no próximo capítulo, esses elementos serem contrapostos, diretamente, às teorias e reflexões em diversos campos do conhecimento: Geografia, Arquitetura, Psicanálise etc.

É oportuno ressaltar que a cartografia existencial, ainda que veicule um descontentamento com princípios arbitrariamente legitimados pela cartografia convencional, não veicula a intenção de anular o sentido e a utilidade das representações convencionais. Por “convencionais”, entende-se as representações circunscritas a uma concepção de espaço geométrico. Estes não são, e nisso os “novos” cartógrafos são categóricos, o ponto de chegada de uma investigação. Pelo contrário, os mapas convencionais, cada vez mais alinhados às novas tecnologias, são importantes pontos de partida da análise espacial.

Dados e mapas possibilitam a visualização e composição de cenários. Cenários que a ortovisão dissimula enquanto homogêneos. Somente o plano da ação, do mundo percebido e vivido (LEFEBVRE, 1968), das experiências sociais concretas desvelam a complexidade do real. Por isso, este primeiro capítulo, voltado à compilação e sistematização de dados e informações, traduz o momento, como diria Gomes (2013), de preparação das lentes e da perspectiva do observador.

1.1 Canudos: um camponês no meio do caminho.

Se há algo que qualifica o geógrafo é sua capacidade de ler nas paisagens as marcas de processos sociais. Nesse desafio, o trabalho de campo tem sido a ponte fundamental entre a teoria e o mundo vivido.

A universalidade esperada entre as impressões do campo e a totalidade social exige a sensibilidade do geógrafo na captura de ligeiras mensagens do real. E foi assim, desde a primeira ida a campo, que fatos inesperados revelaram conteúdos de significância para a composição deste trabalho.

A experiência de campo coloca em ação os sentidos do pesquisador(a). Em momentos como esses, depara-se com um ponto nevrálgico da produção do pensamento científico desde os primórdios: a supremacia da razão perante o campo sensório.

A contraposição entre o “conhecimento verdadeiro” e a sistematização do que podemos absorver pelos sentidos é, de fato, um debate que no Ocidente se expressa já desde os pré-socráticos [...] o fato de a Terra se mover de forma não observável pelos sentidos implica que esse movimento só assuma um caráter científico conforme o estatuto de verdade esteja colocado na precisão da razão e não no fato de o sujeito ter ou não experimentado ou observado o fenômeno do qual se fala. (SANTOS, D. 2002 p. 85)

O geógrafo Douglas Santos, no livro “A reinvenção do espaço”, narra a transição da tradição aristotélica de produção do conhecimento – na qual prevalecia um espaço finito, de natureza divina, cujas verdades estariam dadas aos sentidos humanos – para a concepção moderna de espaço, a partir de desdobramentos do pensamento copernicano, platônico, maquiavélico e outros (Galileu Galilei, Decartes, Newton etc. até a filosofia de Kant) que consolidariam uma concepção matemática, geometrizada, abstrata de espaço.

Esse debate divide opiniões e posições entre os geógrafos ainda na contemporaneidade: há os que se contrapõem à supremacia da razão, os que a advogam e, ainda, aqueles que a relativizam. Em cada uma das posições, uma geografia se inscreve, também uma concepção de trabalho de campo.

Ficaremos com a posição de Ruy Moreira (2007), segundo o qual a Geografia se posiciona entre a ciência e a arte, entre o campo intelectual e o

campo das sensibilidades. Sendo o trabalho de campo, e os múltiplos sentidos ali acionados, o ponto de partida do nosso processo de ideação.

Do apreendido pelos sentidos, de acordo com Moreira (2007), compor-se-ão as imagens e, da síntese destas, o conceito que, por sua vez, em interação com outros conceitos, comporão à teoria. Não há, diante de tais princípios lógicos, atividade intelectual independente da atividade sensitiva. Restringir-se às últimas interrompe, por sua vez, a operação do pensamento, a ordenação das ideias e a composição de sínteses.

Haja vista a importância daquilo que se apresenta ao pesquisador no contato com a realidade estudada, como pistas, indicadores do que, em confronto com a teoria se afirmará ou não, impressões dos trabalhos de campo são também compartilhadas ao longo deste trabalho.

O segundo contato com a realidade do assentamento – o primeiro remete à ocasião da festa narrada na introdução – iniciara com um episódio curioso. As dificuldades em localizar o destino almejado, o lote do casal que pronunciaria as primeiras palavras, ditas por assentados, no processo de produção da tese, provocaram o encontro inesperado com um camponês no “meio do caminho”, que dissera:

A senhora volta por esta mesma estrada, na bifurcação a senhora vira para a esquerda e daí em diante, não se preocupe, pergunte as pessoas. Todos conhecem eles. E o campo aqui é movimentado. (Camponês, 2014)

O sistema de referência espacial daquele senhor de baixa estatura, bota e chapéu continha, notadamente, o humano: a ajuda dos moradores do assentamento se colocava fundamental à orientação de quem se encontrara perdido. “*Todos aqui conhecem eles*” testemunha ainda a interação entre os que compartilham aquele espaço.

Como se não bastasse facilitar a apresentação de Canudos aos leitores da tese, o camponês acompanhara o carro para se certificar da apropriação que os “estranhos”, porém bem vindos, haviam feito de seus ensinamentos. Numa motocicleta, sobre a qual transportava um latão de **leite** (a principal fonte de renda dos assentados), esperava-me na referida bifurcação.

Na tríplice fronteira entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó (vide mapa de localização 1), Canudos situa-se não só num dos estados expoentes do agronegócio brasileiro, mas nas mesorregiões Sul Goiano – zona de expansão primeira do capital agrário no estado, núcleo do poder econômico – e Centro Goiano, base territorial da Região Metropolitana de Goiânia – núcleo do poder político. Em termos de microrregiões, Canudos pertence à microrregião de Goiânia e ao Vale do Rio dos Bois.

A história do assentamento revela um Canudos constituído à base de avanços e recuos, ocupações e despejos vivenciados por cerca de 850 famílias. Sua consolidação coincide com o lastreamento de organizações sociais e políticas contrapostas às medidas neoliberais implementadas por governos brasileiros durante e após o regime militar.

A conjuntura política nas décadas que antecederam a ocupação explica, segundo Melo (2007), o surgimento de frentes de contestação sindicais (Central Única dos Trabalhadores - CUT), partidárias (Partido dos Trabalhadores - PT) e intelectuais (Teologia e filosofia da Libertação, Geografia crítica). Contexto também da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST - 1984), canalizador das forças na ocupação da Fazenda Palmeiras, latifúndio que dera origem ao assentamento Canudos.

Nas manobras realizadas pelas famílias ao longo de 4 anos de luta, o conhecimento geográfico fora preponderante. Em busca de locais estratégicos em relação, sobretudo, à mobilidade dos ocupantes e ao acesso à água, as ocupações se deram em locais próximos a ribeirões, morros ou vias de grande circulação – a exemplo da BR-060.

Ainda na sequência de acontecimentos que desembocaram na criação de Canudos, vale ressaltar a conjugação de forças entre famílias de assentamentos próximos, tática que, segundo Melo (2007, p. 39) “demonstra o sentido de rede, responsável pelo agenciamento de forças e pelo sentido de compartilhamento entre os sujeitos de um mesmo propósito político”. Estratégia que, recentemente, fora utilizada em apresentação pública feita pelo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), como argumento de sustentação da tese da decadência do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. O mesmo afirmou que o MST tem “recrutado”

sujeitos já assentados para as novas ocupações, em razão da baixa demanda social.

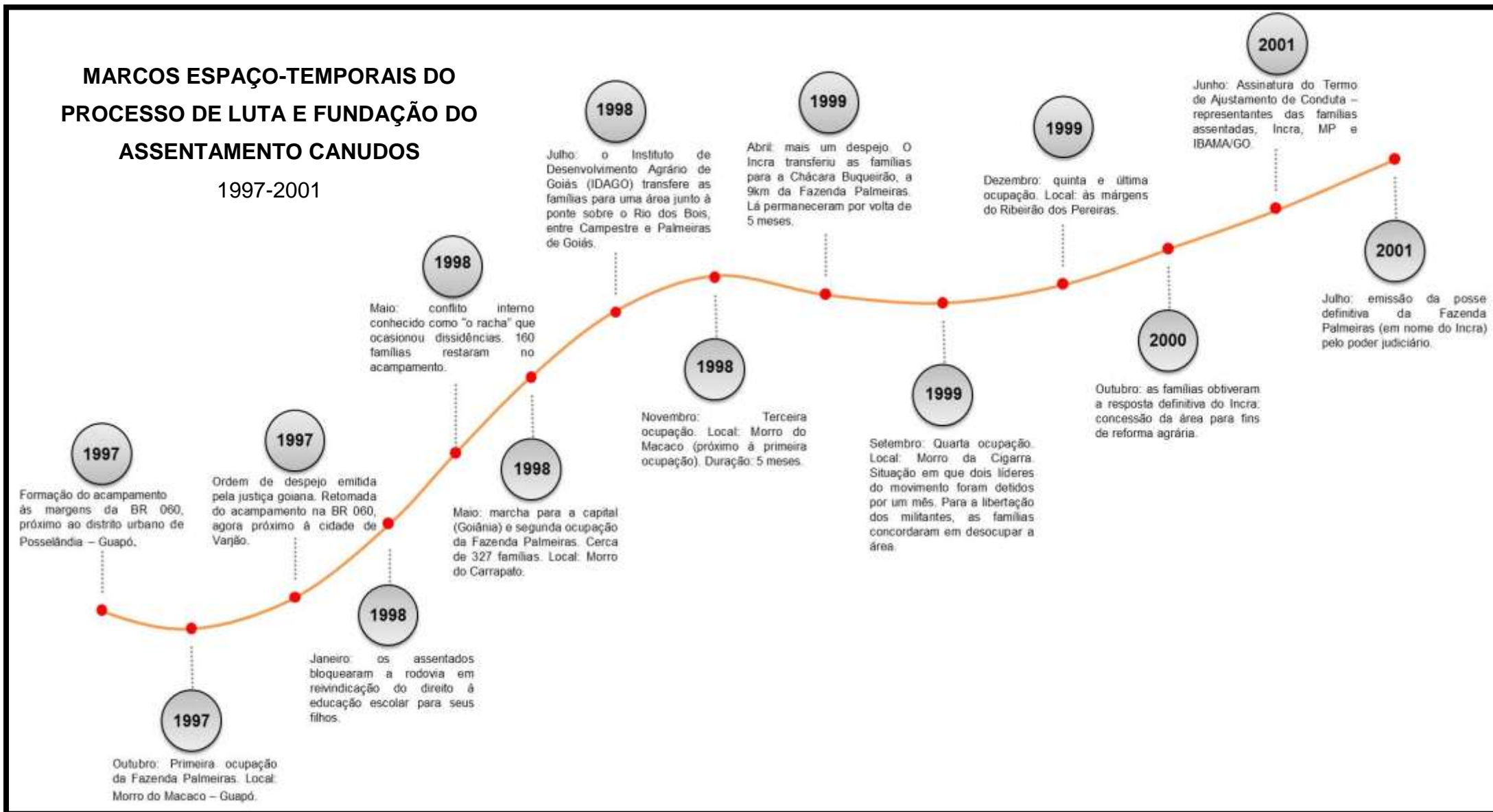
O fato é que a resistência das famílias fez com que, em 2001, encerrasse a luta direta pela terra. Desde aí, começa a mais sutil e cotidiana das batalhas: a luta pela permanência na terra, na qual se espera que o morar, e a vida cotidiana com um todo, fortaleçam o projeto social (utópico) que deu razão ao acampamento. A morada no assentamento assume, nesse sentido, o significado de extensão da luta pela terra.

Pode-se dizer que a história de luta pela consolidação de Canudos (sistematizada na Figura 1) se constituiu tão diversa quanto às paisagens sob as quais as famílias se assentaram.

Estabelecer-se-á, a partir de agora, o diálogo entre informações obtidas por três fontes: 1. A tese de doutorado de Melo (2007), o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Canudos (PDA, 2003) e a entrevista realizada com a liderança estadual do MST/Goiás, Valdir Misnerovicz (Itapuranga, 2017).

O PDA serviu de fonte à caracterização do terreno sob o qual se assentara Canudos: solo, drenagem, clima, vegetação, área, população. Quanto à tese de Sandro Melo – resultado de uma pesquisa da condição de Canudos frente à influência da Região Metropolitana de Goiânia – fez-se um apanhado das ideias-síntese, a fim não de reproduzi-las, mas de submetê-las e complementá-las com uma leitura totalizante, e contemporânea, compartilhada por Valdir Misnerovicz em entrevista concedida à autora deste trabalho.

Figura 1 - Linha do Tempo (1997-2001).



Fonte: Melo, 2007.

Organização: própria autora, 2016.

Consta no PDA/Canudos, uma área total de 12.771,9432 hectares (na base de dados do INCRA, esse valor sofre uma alteração - vide mapa 1), distante 40 km da cidade de Guapó, 50 km da cidade de Campestre de Goiás e 98 km de Palmeiras de Goiás.

A sede da fazenda Palmeiras – objeto da desapropriação – situa-se no município de Palmeiras de Goiás, cujo acesso se dá pelas rodovias estaduais GO-156 e GO-050.

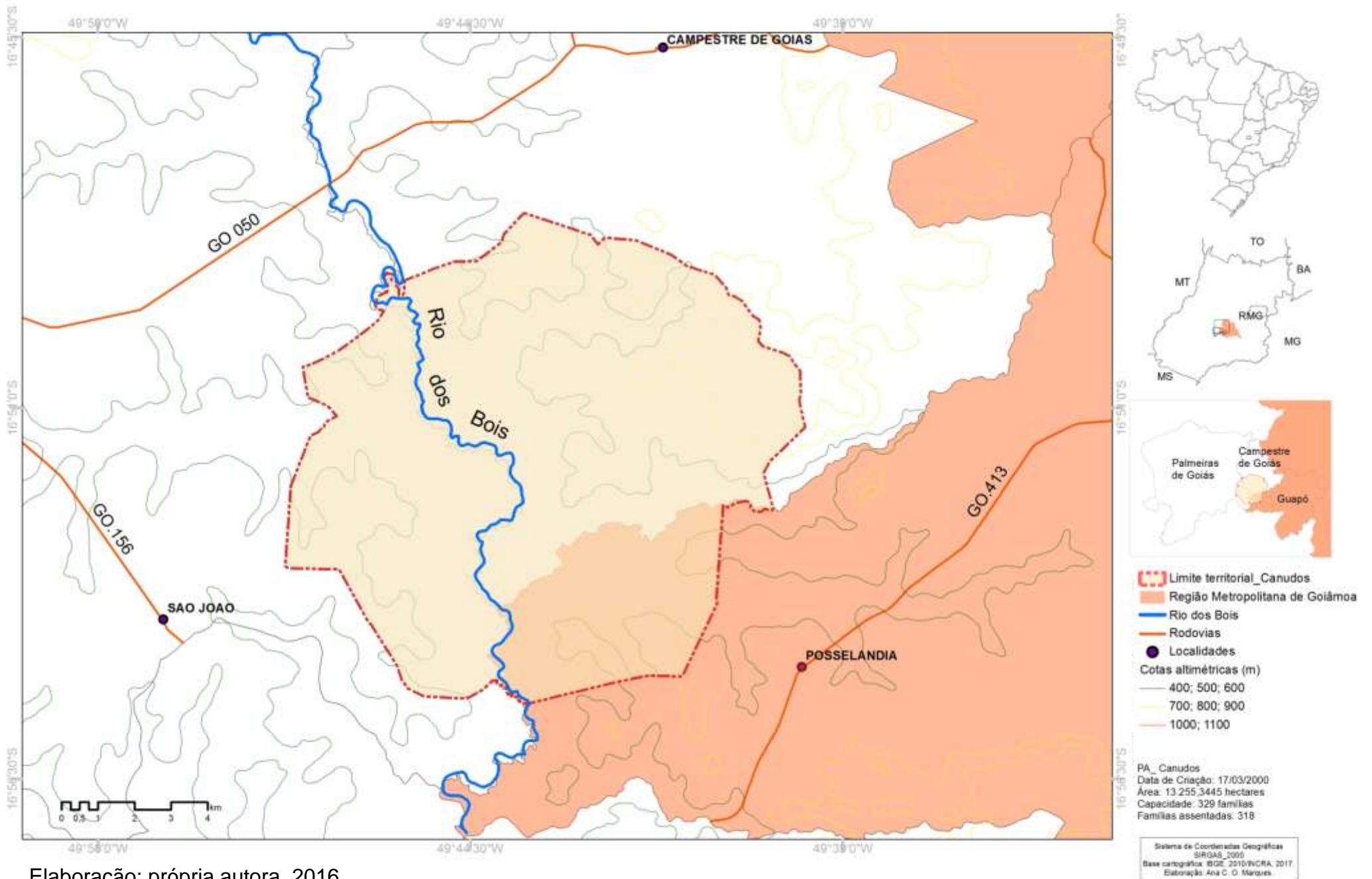
Com um clima tropical úmido, Canudos apresenta uma estação chuvosa que em geral estende-se de novembro a janeiro, período em que as precipitações pluviais variam de 1.200 mm a 1.500 mm. A temperatura média varia entre 20°C e 24°C durante o ano, e a umidade relativa do ar apresenta uma média mensal de 55%, elevando-se a 80% na estação chuvosa (PDA, 2003).

O principal rio da região é o Rio dos Bois, com aproximadamente 21.000 metros de extensão, no qual desaguam rios como o Ribeirão da Posse, o Ribeirão dos Pereiras, o Córrego da Serra, o Córrego Sabão, o Córrego do Boqueirão, o Córrego Sucuri, o Córrego Cascavel. A maioria dos afluentes é do tipo perene, porém as águas subterrâneas – os poços de superfície – tendem a secar no período de estiagem. De padrão dendrídico, a área da bacia situada nos limites territoriais de Canudos apresenta uma hierarquia fluvial que atinge até a 6ª ordem, ou seja, uma drenagem satisfatoriamente distribuída no território (PDA, 2003). A disponibilidade hídrica fora um fator-chave da proposta de ordenamento territorial apresentada pela equipe do PDA.

Os solos, ainda segundo as pesquisas apontadas no PDA (2003), são rasos, incompatíveis com as práticas de agricultura e pecuária intensivas, e apresentam limitações na capacidade de retenção de água, o que os faz altamente susceptíveis a erosões hídricas.

Além dos atributos dos solos, clima, drenagem, um dado importante na conformação das paisagens – e da proposta de assentamento – refere-se ao patrimônio ecológico do assentamento. Mais de 50% da área do assentamento correspondem a Reservas Legais (RL), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e Áreas de Preservação Permanentes (APP). Segundo Valdir Misnerovicz, essa particularidade de Canudos testemunha a possibilidade de conciliar o desenvolvimento social, e produtivo, com a preservação ambiental:

Mapa 2 – Limites e localização do Assentamento Canudos - Goiás/Brasil.



Elaboração: própria autora, 2016.

O fato de ter uma área grande, mais de 50%, acho que 52% da área de reserva permanente, RPPN e reserva legal, isso demonstra que é possível você criar projetos de assentamento e conseguir preservar. Eu não tenho dúvidas de que se aquilo não fosse um assentamento, se tivesse permanecido como uma área particular privada, com essa ofensiva do agronegócio... (Valdir Misnerovicz, entrevista concedida em 2007).

Complementa em seguida:

Quando nós ocupamos, iniciamos a luta por aquele área, era o primeiro ano de plantio de soja, primeira safra, em 1997, a soja estava em fase de desenvolvimento, recém plantada. A grande disputa lá foi com os arrendatários, tinham 7 arrendatários da fazenda, tinham contrato, demorou mais a área sair por causa do acordo com os arrendatários que tinham feito um bom contrato e não queriam abrir mão. Eu não tenho dúvidas de que se aquilo não tivesse virado assentamento, diante dessa fase de expansão [do agronegócio]... [pausa]. Se alguém questionar essa minha análise, que pegue uma área proporcional nas proximidades, 13.700 hectares, e analise. Eu não tenho dúvidas de que vai concluir que fora do assentamento, numa outra área, a questão ambiental sofreu impacto muito maior que no assentamento. Isso eu estou falando da vegetação, sem falar nos venenos, na contaminação. Então, isso mostra que não existe contradição entre produzir e preservar aquilo que existe. O assentamento mostrou essa possibilidade. (Valdir Misnerovicz, entrevista concedida em 2007).

Valdir admitiu, durante a entrevista, a força da dialética na leitura que faz das experiências nos assentamentos. Diante disso, apresentou também o patrimônio ecológico como ameaça ao projeto do assentamento Canudos. Segundo ele:

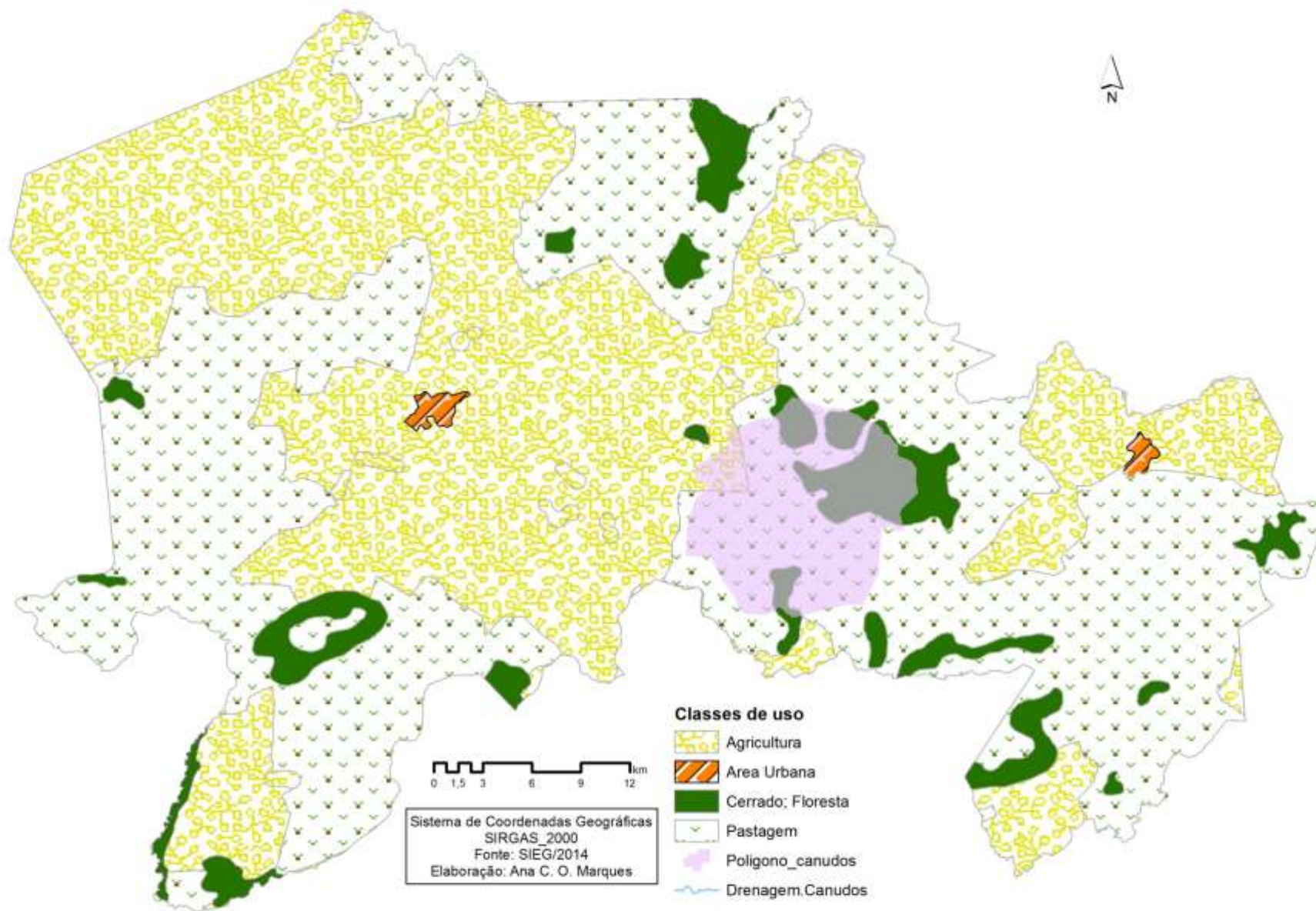
Como tem um potencial muito grande da vegetação, e a localização também ajuda, e como lá tem o rio, principal rio da região, que corta o assentamento, ela [a área verde] acaba sendo atrativo para gente de fora ir para lá, caçar e pescar. Houve problema, digamos, com a ação externa. Nós chegamos a ter muitos problemas lá, inclusive descobriu-se que policiais – civil, militar – formavam um grupo e iam pra lá, caçar e pescar. Pessoal tentava impedir e diziam “oh, nós acertamos lá na cidade”, quer dizer, faziam ameaça. Aí o pessoal, como iam enfrentar os caras armados? E vem com a “carteira”. Isso acaba sendo problema. Teve um período que o pessoal não conseguia segurar o pessoal que vinha de fora. Vinham com cachorro pra caçar, era tiro! E o pessoal sem força de reagir. A gente recorria aos órgãos responsáveis e não tinha resposta, era muito lento. Se fosse terra arrasada, não teria essa ação externa tão forte como teve. Então veja, você tem sempre os pós e os contra que precisam ser considerados. Por mais que você trabalhe... lá tem um TAC [Termo de Ajuste de Conduta] que foi assinado quando saiu aquela área. Nós temos uma responsabilidade, condição para o projeto sair. Então o

pessoal sabe que se ele [um assentado/a] descumprir isso, corre o risco, inclusive, de anulação do assentamento. Então o pessoal fica agoniado, porque vê as coisas acontecendo, ação externa, não tem força de segurar e sabe que ele pode sofrer as consequências disso, pode ser responsabilizado. Mas é melhor ter esse potencial do que se fosse terra arrasada, não ter nada.

O patrimônio ecológico é, assim, um ponto positivo e um desafio à consolidação do território de Canudos. Ao mesmo tempo em que destoa da lógica produtiva predominante na região (vide Mapa 2), criando possibilidades de novos usos do território – experiências de extrativismo, por exemplo, como veremos no terceiro capítulo –, confere aos assentados/Movimento Social, uma responsabilidade que, muitas vezes, deveria ser assumida pelo poder público.

Pelo mapa de uso do solo, cuja escala implica na invisibilidade de alguns segmentos, a exemplo das unidades camponesas, percebe-se a predominância da pastagem e agricultura comerciais na região.

Mapa 3 - Uso do solo: Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, 2014.



A pastagem e o cultivo de grãos predominam entre as classes de uso do solo na região do entorno de Canudos. Se, no momento da primeira ocupação, como ressaltou Misnerovicz, desenvolvia-se a primeira safra de soja, hoje este cultivo responde por grande parte da extensão territorial.

Trata-se de uma amostra representativa da totalidade do território goiano. Dependendo da região – e das condições de produção, comercialização e consumo – uma delas se sobrepõe à outra. Mas, de maneira geral, pastagens e culturas anuais de grãos – cuja maioria se faz com o uso de pivôs centrais – são recorrentes nas paisagens do estado de Goiás.

Os dados elencados no Quadro 1 revelam a manutenção do estado já descrito por Melo (2007): uma economia regional baseada em atividades do setor rural, porém de população centrada nas cidades, e com elevados índices de pobreza.

Em termos econômicos, Palmeiras de Goiás se destaca dentre os três municípios. Vale ressaltar seu papel no mercado de carnes, uma vez que sedia uma filial da segunda maior exportadora de carne e a maior exportadora de gado vivo do Brasil: a Minerva *Foods*.

A Minerva atua também na indústria de biocombustível, tendo o sebo bovino como matéria-prima. Segundo dados da própria empresa³, a receita líquida da Minerva alcançou a marca de R\$ 4,4 bilhões em 2012.

A unidade Minerva de Palmeiras de Goiás responde pela maior capacidade de desossa (2.532 cabeças/dia) entre todas as unidades produtivas dispersas pelo país⁴. Com um quantitativo de 25 funcionários, presume-se que um trabalhador em Palmeiras de Goiás realiza 101,28 operações de desossa por dia, ou seja, mais de uma desossa a cada cinco minutos.

Além das unidades industriais nacionais, a Minerva *Foods* possui filiais no Paraguai, no Uruguai e na Colômbia, centros de distribuição comercial e

³ Disponível em <http://portal.minervafoods.com/minerva/frigorifico-apresentacao>.

⁴ Araguaína no estado do Tocantins; Barretos e José Bonifácio em São Paulo; Batayporã em Mato Grosso do Sul; Campina Verde e Janaúba em Minas Gerais; Mirassol D'Oeste e Várzea Grande em Mato Grosso; Rolim de Moura em Rondônia; e Goianésia em Goiás.

Quadro 1 – Dados gerais de população e produção - Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó (IBGE, 2014).

| | PALMEIRAS DE GOIÁS | CAMPESTRE DE GOIÁS | GUAPÓ |
|--|--|---|---|
| Estimativa populacional - 2014 | 25.920 habitantes | 3.560 habitantes | 14.419 habitantes |
| População rural-urbana por gênero | Homens/rural: 2.292 Homens/urbana: 9.527 | Homens/rural: 557 Homens/urbana: 1.215 | Homens/rural: 1.422 Homens/urbana: 5.548 |
| | Mulheres:/rural: 1.880 Mulheres/urbana: 9.639 | Mulheres:/rural:454 Mulheres/urbana: 1.161 | Mulheres:/rural: 1.221 Mulheres/urbana: 5.785 |
| Desigualdade social – índice de pobreza | 39,79 % | 45,67 % | 37,74 % |
| Utilização das terras – principal atividade, por área ocupada | Pastagem plantada - 90.052 hectares | Pastagem plantada - 12.729 hectares | Pastagem plantada - 20.952 hectares |
| Estabelecimentos rurais por gênero do responsável | Homens: 1.184 unidades | Homens: 216 Unidades | Homens: 411 unidades |
| | Mulheres: 124 unidades | Mulheres: 44 unidades | Mulheres: 55 unidades |
| Produção vegetal – principais cultivos – e leite (por ano) | Soja em grão - 28.211 toneladas Milho em grão - 27.198 Toneladas Leite – 27.875 litros | Milho em grão - 1.320 Toneladas Leite – 22.000 litros Banana – 12 toneladas | Milho em grão - 1.320 Toneladas Leite – 22.000 litros Mandioca – 11 toneladas |
| Produção animal – principais criações | Bovinos - 140.875 cabeças Aves – 23.000 cabeças Suínos - 9.633 cabeças | Bovinos - 26.015 cabeças Aves – 19.000 cabeças Suínos - 2.451 cabeças | Bovinos - 50.728 cabeças Aves – 41.000 cabeças Suínos - 2.287 cabeças |

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: própria autora, 2016.

escritórios internacionais que intermediam a exportação para nove países⁵. A média de abate de bovinos por dia é de 17.330 cabeças. A estrutura organizativa da Minerva obedece, pois, aos novos arranjos do capital produtivo e financeiro.

A fim de não tornar cansativa uma apresentação pormenorizada das peculiaridades dos três municípios, já desenvolvida por Melo (2007), contentar-se-á em apontar alguns elementos que indicam os perfis econômicos de cada um.

Numa escala da produção agrícola comercial, Palmeiras de Goiás se desponha, enquanto em Campestre de Goiás visualiza-se com maior força a presença do campesinato. Em Guapó, ganha força a especulação imobiliária, haja vista a influência da Região Metropolitana de Goiânia. As implicações da interação campo-cidade se dão, todavia, nos três municípios.

As implicações dessa relação campo-cidade nas territorialidades em Canudos fora o objeto de estudo de Melo (2007). Segundo o geógrafo, essa interação está presente desde a formação do acampamento:

Canudos poderia ser apenas mais um caso, mas o contexto territorial, ao qual ele se formou, teve um crédito a mais no processo de instalação do acampamento e mais tarde no assentamento. O fato de sua localização ser próxima a Goiânia, além de chamar para si maior atenção dos órgãos de imprensa da capital do Estado, atraiu para si também um número maior de famílias de diversas localidades de Goiás, além de outros Estados, mas em particular de pessoas que moravam ou em Goiânia ou na Região metropolitana desta. (MELO, 2007 p. 54).

Nesse “encontro” de pessoas vindas da cidade, e a bagagem simbólica que traziam, Melo (2007) encontrou oposições estruturais, evidenciadas no confronto entre posturas individualistas e os princípios da coletividade.

Consolidar um assentamento próximo – e parte dele imerso – numa região metropolitana não fora uma ação do acaso. A ocupação da fazenda Palmeiras respondia às novas diretrizes do MST, pelas quais intenta-se romper com uma política de alocação de assentamentos rurais em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, por isso desprovidas de infraestrutura logística.

⁵Argélia, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos, Irã, Líbano, Rússia e Itália.

Valdir Misnerovicz é enfático quanto ao papel histórico da conquista de Canudos:

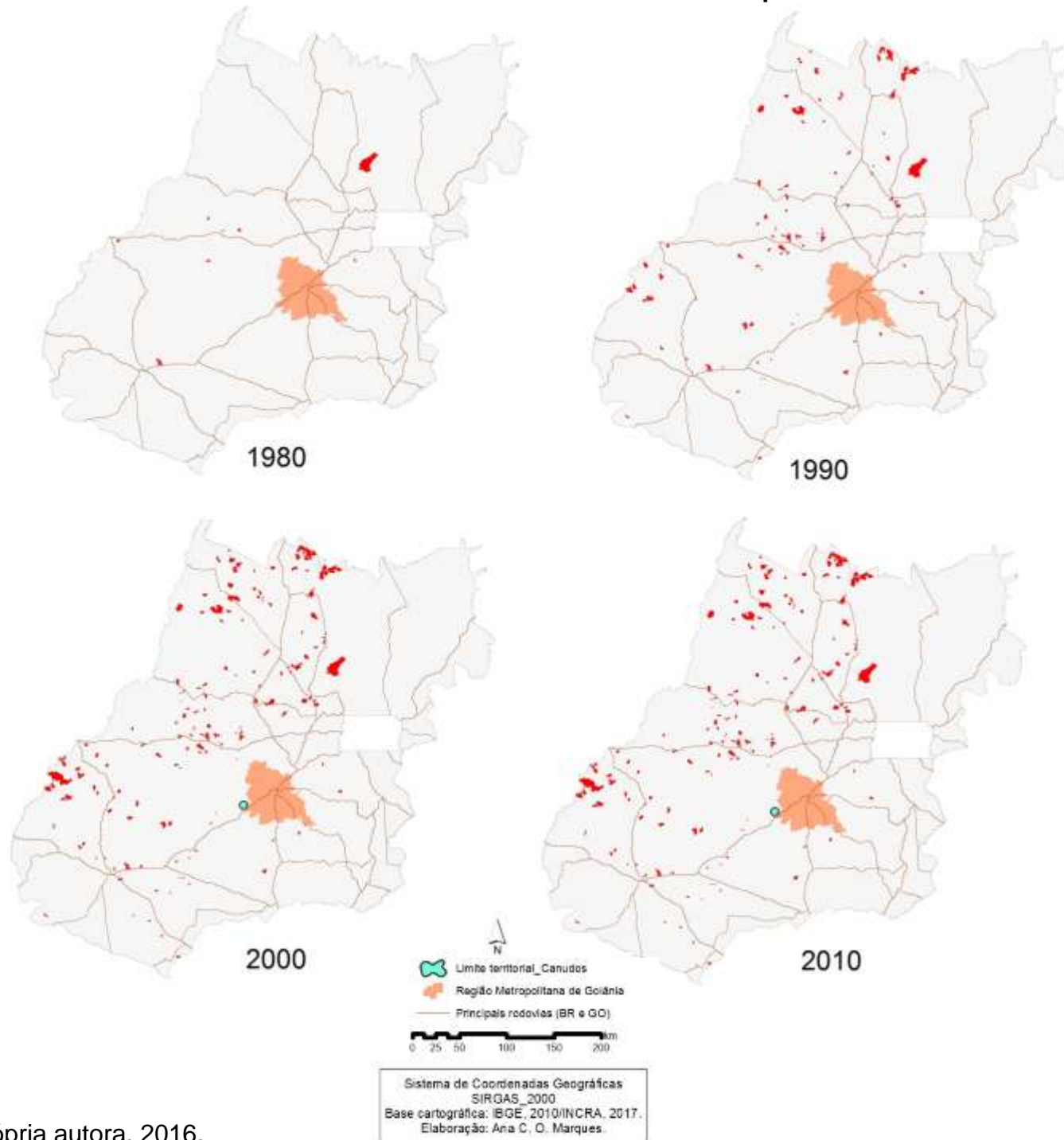
Canudos tem muitos significados para a luta pela terra aqui em Goiás, porque ela não surgiu por acaso, é uma construção de uma estratégia de luta pela terra que o movimento desenvolveu. Tinha a ver com sair do foco aqui de Goiás, Itaberaí, aqui [Itapuranga], nessa região que hoje não tem sido a nossa prioridade, dentro de uma estratégia de espacialização e territorialização do movimento no estado de Goiás. Ele [Canudos] está dentro dessa perspectiva, dessa estratégia. Esse é um fator histórico importante a ser considerado. (Valdir Misnerovicz, 2017).

A vontade de territorialização contida na idealização do assentamento atualiza constantemente o papel de Canudos na luta pela terra no estado de Goiás, pois pouco se avançou na contraposição à lógica de criação de assentamentos afastados dos grandes centros (e serviços sociais), de estratégicas vias de transportes e de condições ambientais (solo, disponibilidade hídrica, relevo etc.) favoráveis à prática agrícola.

No Mapa 3, visualiza-se uma tendência da localização dos assentamentos no Centro-Norte do estado de Goiás, cujos embriões foram os primeiros assentamentos criados na década de 1980. Canudos, já na década de 2000, é um dos poucos pontos “fora da curva”.

A realização de ocupações com localizações estratégicas veicula algo maior: um projeto territorial do MST.

Sempre a ideia de evitar o isolamento. Porque no fundo, no fundo, nós queremos além de uma viabilidade econômica, o desenvolvimento, a construção de um território camponês, nós precisamos que esse lugar, esse território, esses sujeitos que estão aí tenham um papel importante no diálogo com a sociedade. E não pode ser algo isolado, uma ilha isolada da sociedade. E aí a localização é importante, porque a nossa forma principal de diálogo para fora com a sociedade, ela perpassa pela produção de alimentos. O alimento é um canal nosso de dialogar. Então quando a gente tem uma área de assentamento que proporciona isso, que isso você consegue produzir, e essa produção consegue chegar até o consumo nos centros, leva essa mensagem, a proposta do movimento, isso é o que, digamos assim, cumpre melhor com essa função... O Canudos é um pouco isso, é uma síntese disso. (Valdir Misnerovicz, 2017 grifo nosso).



Essa fala evoca um tema latente no interior dos movimentos sociais contemporâneos: a soberania alimentar. Esta, entendida como “síntese” dos antagonismos de classe do capitalismo em seu estágio atual, e possibilidade de articulação campo-cidade na promoção de novos paradigmas e práticas sociais.

Canudos, enquanto símbolo desse investida do MST contra a ordem de concentração de infraestrutura, capital e serviços nos grandes centros urbanos, é também desafiado a lidar com a especulação imobiliária. Acerca dos vetores que movem o interesse do mercado imobiliário em direção à periferia – e espaços rurais marginais – da RMG, ganha relevo a noção de “segunda residência”, cuja gênese é apontada por Arrais:

A compreensão do padrão espacial de distribuição da segunda residência na RMG passa, necessariamente, pela consideração de dois aspectos. O primeiro é a tradição rural da capital goiana, assentada em um projeto de caráter modernizador, perspectiva de análise explorada por Chaveiro (2001). O segundo é a velocidade da urbanização e a consequente pressão fundiária no espaço intraurbano da capital. **Os dois aspectos formaram o pano de fundo para o surgimento de uma prática de negatização da experiência urbana que motivou, em parte, a fragmentação espacial das áreas periféricas para habitação de segunda residência, o que é divulgado pelo mercado imobiliário como uma espécie de retorno ao campo. Na ausência de praias, montanhas, balneários termais, o retorno ao campo, como um discurso genérico e alternativo para práticas de lazer, foi apropriado com pertinência pelo mercado imobiliário. (2013 p. 73).**

A negatização da experiência de vida nos grandes centros urbanos é uma realidade não só nas camadas sociais de maior poder aquisitivo, também as camadas populares, que buscam no campo esquivarem-se das contradições sociais, sobretudo da precarização do trabalho – sendo o desemprego uma de suas faces – e a violência. É o que Melo (2007) constatou da enquete que realizara com os assentados em Canudos:

Entre as principais razões que levaram os assentados ingressarem na luta pela terra, e conseqüentemente no MST, foi: para 51% o anseio de possuir um pedaço de terra; para outros o que os impulsionou foi o desemprego 23,2%; outros tiveram como razão o fator ideológico, a vontade de fazer parte da luta pela terra, sendo desses 5,22%, para uma mesma porcentagem o motivo era deixar de ser empregado dos outros. Outras motivações como fugir do aluguel, da violência da cidade, e até por certa exigência da família, foram

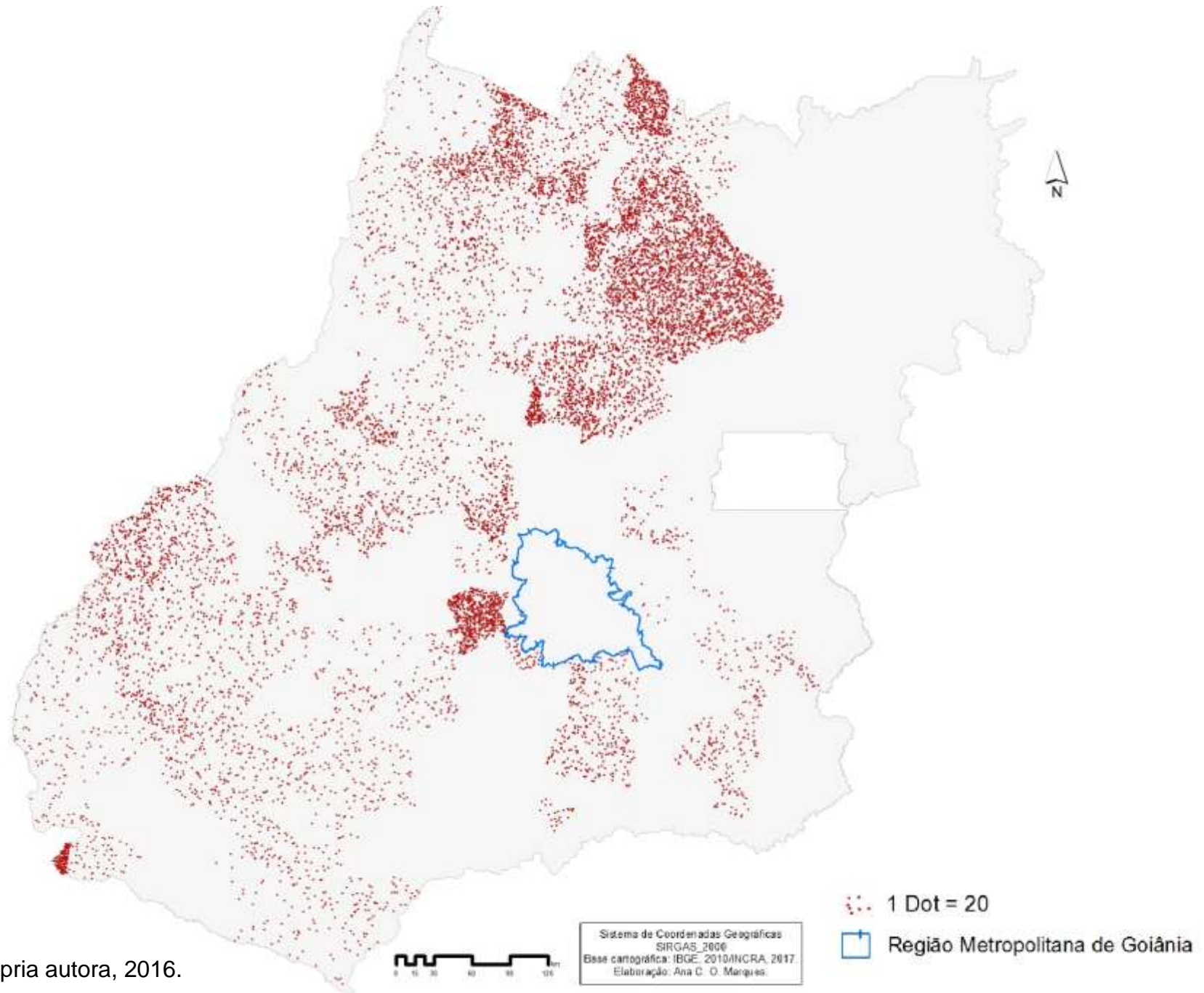
apontadas por 14,04% como o motor de participação do movimento. (MELO, 2007 p. 56).

Os sujeitos que aderem à luta pela terra, e decidem construir a existência num assentamento de reforma agrária, trazem consigo demandas que vão além de produzir e viver na terra. A educação dos filhos e o acesso a serviços de saúde são preponderantes para os sujeitos que hoje retornam ao campo, Valdir Misnerovicz fez questão de enfatizar.

O mapa da densidade das famílias assentadas por município goiano (Mapa 4) sinaliza duas zonas de destaque em quantidade de famílias. Essas zonas, localizadas ao norte e ao centro do estado, se diferem não apenas em termos locacionais, mas ao perfil de assentados que abrigam. Ao Norte, assentados de *habitus* rurais mais evidentes – cuja interação com os grandes centros urbanos durante a vida fora esporádica – e, numa outra zona, onde Canudos ocupa a centralidade, assentados cuja interação com a cidade desencadeou vínculos materiais (de trabalho), simbólicos (com a música, a moda, a linguagem etc.) e afetivos de maior duração e consistência.

A pressão do mercado imobiliário tem desencadeado, entretanto, a desistência, por parte de algumas famílias, dos projetos que as levaram ao assentamento Canudos.

Internamente, essa valorização muito grande da área passa a criar, despertar uma certa ilusão, o interesse das famílias, de parte das pessoas que foram beneficiadas. E começam vendo a possibilidade de mercantilização da terra, uma oportunidade.. é.. uma ilusão de momento, uma expectativa de que você pode trocar a parcela por uma casa, um dinheiro, e resolver seus problemas financeiros. Se fosse uma área que não tivesse interesse, que não fosse valorizada, não teria nem pra quem vender. Como ali é contrário, acaba tendo uma pressão muito grande, e muitos acabam cedendo à pressão por N razões. Aí as razões teriam que ver os casos, os porquês. (Valdir Misnerovicz, 2017 grifo nosso).



Elaboração: própria autora, 2016.

Os “porquês”, na concepção de uma assentada que acompanhou a construção e a desconstrução de sonhos de outros assentados, só podem ser entendidos quando se entende o processo de implantação de um assentamento, na prática. A susceptibilidade dessas famílias a propostas de venda das parcelas se deve, em seu ponto de vista, à frustração dos sujeitos após anos de espera por infraestrutura, subsídios da produção e assistência técnica:

Quando a pessoa vai pro acampamento ela ainda não tem essa clareza de que o assentamento vai acabar sendo apenas um lugar de moradia. Ela ainda tem o sonho de que ela vai ter uma parte da subsistência, da renda econômica dela, do assentamento. Isso vai acontecer depois. [...] Acontece que ele chega totalmente desestruturado, quando demora 5, 10 anos sem vir crédito nenhum. Nós temos assentamentos hoje que tá há 10 anos e não recebeu crédito nenhum ainda. Como que a pessoa que já não tem mais recursos, vai ficar tanto tempo? Aí o assentamento vai ser o espaço da moradia e ele vai trabalhar fora. Em alguns casos, 100% da família [trabalham fora]. Ficam só os filhos em casa. Isso já é reflexo do cair na realidade nua e crua né... O governo faz o assentamento e as outras políticas públicas não vêm. (Joana, Canudos 2006).

A defasagem entre a implantação e a oferta das condições mínimas de moradia – e trabalho –, por parte do poder público, pode ser observada na Figura 1.

Antes de apontar a distância entre o cronograma e as ações executadas, destaca-se a incoerência do próprio documento. Com base no cronograma, é possível (e previsto) que famílias permaneçam um ano e meio – sabendo que tendem a estar em média há dez anos “embaixo da lona preta” – aguardando a topografia e a demarcação das parcelas, o que, num raciocínio lógico, estaria no princípio de todas as outras ações.

Além disso, exceto as “soluções hídricas”, os demais componentes de infraestrutura (água, moradia, luz) respondem a um prazo de um ano para serem implementados.

Mas a maior defasagem se dá entre o prazo estipulado para a assistência técnica rural e a liberação do crédito para a produção. De acordo com o cronograma, as famílias assentadas acessariam a assistência técnica nos primeiros quatro meses, mas só no segundo ano teriam acesso ao crédito de inclusão e estruturação produtiva.

Os pontos destacados dispensam uma interpretação mais delongada da política pública voltada à criação e apoio aos assentamentos rurais no Brasil. O que está posto revela a condição de insegurança da posse da terra vivenciada por milhares de trabalhadores nos campo e nas cidades, analisada por Rolnik (2015) em diversos países “emergentes”.

A “pressão” sofrida por trabalhadores proprietários ou detentores do direito de uso da terra, advém hora do Estado, hora da iniciativa privada. Isso significa que nem mesmo a posse ou o título da propriedade de fato asseguram a permanência dos sujeitos nos lugares.

Ainda que existam experiências pontuais, a condição diferenciada de Canudos frente à maioria dos assentamentos rurais em Goiás, tem potencializado a resistência das famílias à especulação imobiliária, e à carência de infraestrutura, crédito e serviços sociais básicos.

Para Melo (2007), a interação cidade-campo é ainda mais complexa, e abrange outros setores da vida social além do econômico. Possui conteúdos que, projetados em Canudos, estabeleceram os contornos não só da produção, mas da sociabilidade, da formação da consciência política e do afeto. O que, para ele, não implica diretamente a inviabilidade da luta:

O fato de Canudos apresentar uma intimidade com o campo e a cidade em sua dinâmica interna/externa não inviabiliza a sua luta nem dos movimentos sócio-territoriais. Pelo contrário, instiga-o, torna essa luta mais complexa e desafiadora, exigem mais lucidez à medida que possui maiores possibilidades de intercâmbio, fortalecimento e de descobertas do seu lugar e do seu lugar no mundo. (MELO, 2007 p. 26)

Em mais este aspecto, o trabalho de Melo mostra-se atual, e convergente à leitura realizada internamente no movimento social:

Por outro lado, tem o potencial, digamos assim, os aspectos positivos. É um assentamento que responde rapidamente quando você tem uma política pública. Agora quando o governo criou aquelas políticas públicas do PAA e PNAE, que surgiram como programas no governo Lula e depois se concretizou como política pública no governo Dilma, aí o assentamento Canudos foi um dos assentamentos primeiros e que mais tiveram acesso, aqui em Goiás, nesses programas.

Você consegue ter para quem comercializar. O PNAE é para as escolas. Uma parte da entrega é feita para a prefeitura de Goiânia. E o PAA que é aquele programa de doação, a CONAB compra e paga, e é doado para alguma instituição. Esse entorno de Goiânia, Trindade tem muitas.. você consegue fazer isso. Isso demonstra que há um potencial e uma resposta muito rápida quando você consegue acessar esses programas, ou essas políticas. (Valdir Misnerovicz, 2017).

A “resposta rápida” vindas das experiências em Canudos nada mais são que evidências da importância do fator localização. Ainda que o assentamento, internamente, careça das condições ideais de vida e produção, a proximidade com Goiânia mantém o assentamento como piloto de novo projetos do MST, como sugere Valdir ao se referir ao sistema de venda direta:

Uma coisa é você estabelecer esse programa [venda direta] tendo o Canudos como base. A outra coisa é o assentamento Osiel, em Baliza, que fica a 550 quilômetros de Goiânia. Você entende como a localização é fundamental? Eles podem produzir até mais, quinhentas e poucas famílias, só que 70% da população [do município] é do campo, a cidade é pequena, o consumo na cidade interiorana, a população dessas cidades têm outras alternativas. Geralmente o cara tem uma chácara, um quintal. Escolas, tem duas. Duas famílias abastecem. Canudos não. Você tem pelo menos 2 milhões, 2,5 milhões de habitante em Goiânia e entorno. Você pega um produto às 6 da manhã [em Canudos], quando é 8 da manhã você está entregando para o sujeito [em Goiânia]. Sem falar nas feiras que é um outro potencial. Enfim, você tem muito mais possibilidades objetivas, concretas, de responder. (Valdir Misnerovicz, 2017).

A interação com a cidade é mais que desejada, é necessária, de acordo com o depoimento de um dos porta-vozes do movimento no estado de Goiás. Pois ela, além de atuar na geração de renda das famílias assentadas, representa a real possibilidade de “diálogo com a sociedade”.

Além das implicações da proximidade com Goiânia, Canudos fora objeto de um ousado ordenamento territorial proposto por lideranças do MST em diálogo com assentados e intelectuais acadêmicos. No projeto original do assentamento, 337 famílias foram contempladas com uma área média de 19 ha por unidade familiar, organizados em modelo radiocêntrico. A ideia era

[...] facilitar a convivência, a sociabilidade. [...] Foi aquela ideia de distribuição e não de divisão. Foi muito forte isso. Não pegar um

latifúndio e dividir em pedaços, mas de ocupação do espaço. Pensar uma ocupação mais racional, mais equilibrada do ponto de vista social principalmente. Não reproduzir uma lógica de isolamento. (Valdir Misnerovicz, MST/Goiás, 2017).

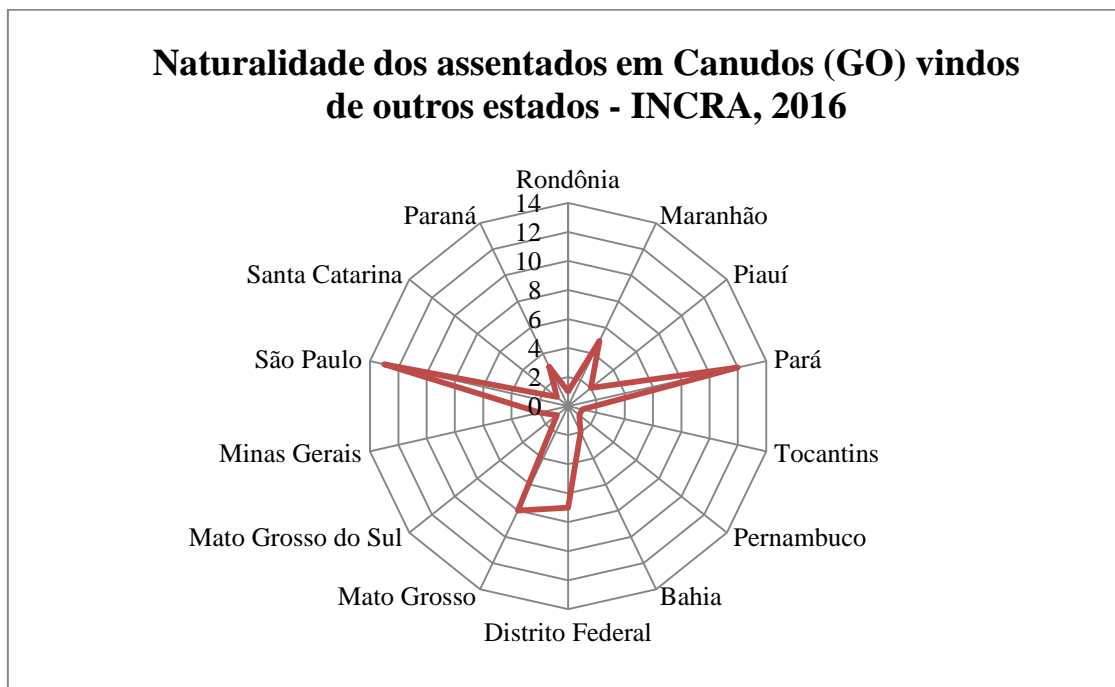
Este princípio, somado às condições ambientais do terreno, pautaram a distribuição de lotes de tamanhos variados:

[...] em função das variantes dos condicionantes sócio-espaciais da Fazenda (tipo de solo, declividade do terreno, área de preservação natural, acessibilidade, relações efetivadas entre vizinhos entre outros) os lotes que os assentados receberam não possuem uma área total com igual medida, por outro lado, considerando todas as circunstâncias "adversas", sua área útil é igual para todos. (MELO, 2007 p. 48).

Com uma capacidade de assentamento de 329 pessoas, Canudos abriga, segundo dados do INCRA (2016), um quantitativo de 316 assentados, cuja maioria se encontra desde a data de fundação do assentamento⁶. Destes, 22% são, de acordo com os respectivos registros gerais de identidade (RG), provenientes de outros estados do Brasil.

⁶ Esses dados demandam uma revisão, haja vista que o processo de venda e concessão das propriedades tende a acontecer às margens dos procedimentos oficiais regulamentados pelo INCRA.

Gráfico 1 - Naturalidade dos assentados em Canudos (GO) vindos de outros estados - INCRA, 2016.



Fonte: INCRA, 2016. Organização: própria autora, 2016.

Apesar da proximidade de causa dos vários processos migratórios que levaram esses sujeitos a Canudos, somente uma minoria dos migrantes teve acesso a uma formação política que lhes munisse de ferramentas teóricas – e experiências de militância – favoráveis à uma leitura crítica de tal conjuntura, como afirma Melo:

O que se verifica é que a grande maioria dos titulares de lote não participou dessas instituições sindicais, associativas ou religiosas, ou seja, as experiências nos espaços públicos e nas instituições de defesa de interesses políticos coletivos foram bastante restritas para grande maioria. (2007 p. 59)

Esse dado, segundo o geógrafo, revela o papel pedagógico da luta. Daí, a hipótese de que, quanto mais tempo o sujeito vivencia o acampamento, maiores as chances de permanência no assentamento, o lugar da vida cotidiana.

1.1.1 O sítio

A regra da conformação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil tem sido o parcelamento em glebas. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016), “[...] o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”.

A definição do INCRA dissimula parte dos critérios legais para a desapropriação de um imóvel, sintetizados no mecanismo da “função social da terra”, cuja Lei de nº. 4.504/64 trata em seu parágrafo primeiro:

- 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
 - b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
 - c) assegura a conservação dos recursos naturais;
 - d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Estudos apontam para a interpretação simplista da função social da terra. Os próprios boletins que acusam a desapropriação das terras estão baseados, em sua maioria, no princípio da produtividade, negligenciando a questão ambiental e trabalhista.

Desapropriado o imóvel para fins de reforma agrária, segundo Melo (2007, p. 41) os procedimentos a seguir são: “1º Obtenção de recursos; 2º Constituição do projeto de assentamento – formação de núcleos provisórios de habitação e equipamentos coletivos; 3º Elaboração do Plano de Viabilidade Técnica – PVT; 4º Instalação definitiva do assentamento; e, 5º Emissão de posse ao assentado”. Em Canudos o processo se deu diferente.

Na experiência em Canudos, após dois anos da emissão da posse definitiva da Fazenda Palmeiras, iniciou-se o loteamento. A equipe

responsável⁷ pela elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2003), baseada em reuniões com os beneficiários – que se organizaram em grupos –, propôs a criação de 9 áreas, tendo como parâmetro as micro bacias hidrográficas. O padrão dendrídico da malha hídrica da região, de acordo com Melo (2007), favorecera o traçado dos lotes.

Disse uma assentada, Joana, que internamente, procurou-se estabelecer como critério de demarcação dos lotes o acesso à água. Segundo ela, poucos lotes não tiveram acesso à água: “*A questão hídrica foi o elemento central. Isso se justifica sem questionamento nenhum. Um lugar que fica 4, 5 meses sem chover... como faz né? Isso foi senso comum pra todas as famílias*” (2017).

A influência de fatores geográficos na consolidação de Canudos não parou por aí. O relevo e a densidade da vegetação foram também critérios na classificação e distribuição dos lotes. Num sítio onde aproximadamente metade da área equivale a áreas de preservação ambiental, a distribuição justa previa áreas de tamanhos diferentes, oferecendo condições similares de exploração do terreno.

A organização dos lotes em Canudos seguiu um modelo radiocêntrico, com dito há pouco, (vide Mapa 5). Nas palavras de uma assentada:

[a tática era] agrupar os locais de moradia mais próximos. Por isso aquele desenho raio de sol. Na época era pra beneficiar, chegar energia elétrica, porque a Celg só ia levar energia elétrica até perto do “eixão” como se falava. Também estrada, porque o transporte não ia buscar os alunos quando a casa é lá no fundo do lote. Então vai tentar fazer esse agrupamento para que as casas ficassem mais próximas [dos serviços] (Joana, assentada em Canudos).

A proposta, porém, foi objeto de descontentamento de alguns beneficiários. A razão colocada por Valdir foi:

O conflito maior ali era pelo tamanho da terra. Até então as parcelas [de outros assentamentos] eram muito maiores de quantidade de terras. As pessoas tinham como referência, em outros assentamentos, que cada família pegaria mais área que o Canudos.

⁷ Composta por pesquisadores do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, entre eles os professores Manoel Calaça (Coordenador da equipe) e Eguimar Felício Chaveiro (Vice-coordenador).

Canudos veio numa outra perspectiva, de diminuir o tamanho da parcela. As parcelas eram de 15,16 hectares, as pessoas queriam 25, 28. Aí é a tal da revelação de um aspecto da natureza humana, aquilo que eu chamo do aspecto negativo que se revela na divisão. Na hora de construir, está tudo beleza, na hora de dividir ele quer a fatia maior.(Valdir Misnerovicz, MST/Goiás, 2017).

O traçado “raio de sol” vincula-se também ao ideal de organização produtiva que remonta à gênese do próprio MST, no sul do Brasil, onde uma tradição de cooperativismo se faz presente.

Fabrini (1986) teceu críticas ao projeto de desenvolvimento territorial do MST para os assentamentos, direcionado, sobretudo, aos assentamentos criados na década de 1980. Segundo o autor, havia uma discrepância entre a natureza das relações tipicamente capitalistas propostas no sistema CPA (Cooperação de Produção Agropecuária) e o modo de vida e produção camponesa no Brasil. No primeiro, compartilha-se a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas (por meio da industrialização) bastaria à emancipação social e política dos camponeses – transformados em pequenos capitalistas; no segundo, haveria uma lógica de produção que tem como finalidade o consumo familiar e não o lucro. E mais: o MST equivocava-se quando atribuía determinados impasses da revolução a características inerentes à sociedade camponesa, como o princípio da propriedade e da correspondência imediata entre o trabalho e o consumo familiar.

Segundo Fabrini (1986), a reprodução do caminho tomado em revoluções democrático-burguesas não era acertada, pois o espírito de coletividade no universo camponês insurgia nas relações de vizinhança, nos modelos de cooperação simples (mutirões, troca de dias etc.).

Uma das participantes da pesquisa, economista e militante do MST há mais de 20 anos, quando questionada sobre a experiência organizativa do assentamento de onde veio, no estado de Santa Catarina, descreveu o contexto social e político no qual, em seu ponto de vista, as cooperativas são viáveis. Para Joana, a existência de um “caldo social” – uma organização política consolidada entre os assentados – é condição para a sobrevivência das cooperativas. É esse estado organizativo que fará com que as políticas públicas surtam os efeitos esperados: *“Não é uma coisa que anda na frente da*

outra. A cooperativa por si só não soluciona o problema econômico se você não tem todo um contexto”.

Até o momento, adentrou-se ao território de Canudos a partir das contradições entre a orientação política, as propostas de ordenamento territorial e produtivo pautados no movimento social; e as vicissitudes, os *habitus*, a bagagem cultural, as limitações e as potencialidades dos sujeitos que ali se assentavam. O embate entre o ideal e o real, e as mutações/revelações que os sujeitos operam na transição da condição de acampados para assentados, implicaram, por exemplo, na reprodução da lógica do isolamento dos lotes:

Fotografia 9 - Lote na área 3B – Canudos (GO), 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

A casa sinalizada na fotografia, distante das cercas frontais, compõe uma paisagem de moradas dispersas nas “vilas” propostas no projeto original. Tal arranjo obrigou, entre outras coisas, o replanejamento das redes de transporte e de abastecimento de energia.

O serviço de transporte se estendeu ao interior dos lotes, porém o conforto e o tempo gasto nos percursos foram prejudicados, segundo os relatos de Joana:

O que antes gastávamos 40 minutos, hoje gastamos 1 hora e meia. Porque até a 'combe' vir, descer e voltar, descer e voltar em todos os lugares... E com as estradas horríveis, tudo cercado. Tem que entrar e sair, abrir colchete e fechar colchete. E a prefeitura só mantém as estradas principais. Nem estrada fez [nos lotes]. O cara só foi entrando.

As cercas são, para Melo, a “grafia” por excelência da contradição entre a orientação política do Movimento Social e os projetos individuais dos assentados:

Dos questionamentos, um deles era palpitado pelo contato com a paisagem de Canudos: por que tanta cerca no assentamento? O que e com que se assemelhava essa manifestação de cercar o lote com arame farpado? Por que eles, assentados que lutaram e continuam lutando pela reforma agrária, que pressupõem entre tantas coisas, a partilha, o dividir, o aprender com o outro, apresentaram como uma das primeiras necessidades ao se assentarem, cercar os lotes, os seus lotes de terra? (2007 p. 198).

E conclui:

Em nossa análise, entendemos que a cerca neste caso reproduz não só os muros da cidade, ou seja, ela não apenas delimita, mas também separa do outro. O que intentou ser partilha pode significar distanciamento; ou o que se propôs como coletividade pode instaurar o ressurgimento do individualismo. (MELO, 2007 p. 199).

Assim como as cercas, as moradias – desde o objeto ao ato de morar – podem também assumir um papel desagregador. Em certa instância, como dito na introdução do trabalho, são elas artefatos do capital (tijolo, cimento, azulejos, telhas) e da cultura equivalente ao processo de sua reprodução, do capital.

1.1.2 *Enfim, em casa.*

Eram 8h 30min de uma manhã de novembro. Após o encontro providencial com o camponês-cartógrafo, aquele que dera as primeiras orientações geográficas em campo, chega-se ao “lote”.

Palmas e gritos eram os únicos recursos para iniciar uma comunicação com os moradores. A casa ficava a alguns metros da porteira, a médio lote, como o habitual.

Entre gritos e latidos de cachorros, uma voz feminina se fez notar. Fora permitido o acesso ao interior do lote.

Ela, tomava um chimarrão. Ele, dera uma pausa para se remediar contra a ressaca que lhe doía a cabeça. A filha adolescente lavava as louças e o filho se debatia com a motocicleta na varanda. A mesma motocicleta que, minutos depois, transportaria os irmãos ao distrito de São João. A criança, com a aparência de 11 anos de idade, conduzia a motocicleta.

O motivo da visita fora revelado, também consultada a disponibilidade do “homem da casa” em conceder uma entrevista. A referência a ele fora feita em função de indicações de terceiros: além de militante, fora um líder no assentamento em situações de conflitos explícitos, o que lhe resultara, inclusive, em alguns meses de prisão. Porém, a ressaca e o trabalho que ocupariam o seu dia, inviabilizaram a possível entrevista.

Ele sugerira então que primeiro fosse entrevistada a sua esposa. Apesar da intenção daquele trabalho de campo, na modalidade de pesquisa exploratória, acusar uma preocupação maior com a história de luta e fundação do assentamento que propriamente com a temática da moradia, fora inevitável o desconforto em não prever – antes da sugestão dada – a contribuição feminina.

A questão de gênero com a qual a pesquisa esbarraria era prevista, afinal a casa é, culturalmente, um território feminino. Todavia, não havia a previsão do momento da pesquisa em que a problemática insurgiria. Bordava-se ali o encontro com a primeira das mulheres participantes da pesquisa.

Joana, (nome fictício), catarinense, mãe de dois filhos, estudante de mestrado em economia. Depois de 15 dias fora de casa, em curso de pós-graduação, chegara na noite anterior à vista.

A casa apresentava-se horizontalmente e a sequência de pilastras anunciava uma “vontade de transparência” (CAMPELLO, 2010) que se repetiria nas outras casas visitadas.

Fotografia 10 - Fachada da casa de Maria - Canudos(GO), 2015.

Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Desenhada pela própria Joana, a casa imediatamente informa a interação campo-cidade adiantada por Melo (2007), ao mesmo tempo em que exprime muitas das aproximações – recorrentes no Brasil – entre a arquitetura popular e a erudita.

Por sugestão da anfitriã, a entrevista se deu na mesa de madeira disposta na varanda frontal. No final de toda a pesquisa, perceber-se-ia que os visitantes eram geralmente recebidos nas repartições externas da casa, mesmo explicitando o objetivo da visita: realizar uma cartografia da moradia em Canudos.

Se na casa burguesa, a sala de visitas é um cômodo glamouroso (ROLNIK, 1985), fundo de cartão postal, digno de investimento estético excepcional, na casa de Joana a sala não pareceu tão reverenciada, apesar de conter os móveis e equipamentos comuns nas residências urbanas: televisão, sofá, aparelho de DVD.

Na fachada, as paredes sem acabamento contrastavam com o interior moderno da casa: emprego de materiais como o vidro e o metal, móveis de

precisão geométrica, paredes brancas e *salmon* que promoviam uma sensação de higiene e maior luminosidade (BARDI, 2009).

De volta à entrevista. Joana fora buscar o computador para oferecer o arquivo digital que montara com dados e informações de Canudos. Sua ausência deixou mais evidente, ou sensível, o microclima que se formava na varanda naquele dia ensolarado.

A varanda é uma repartição de origem indefinida, que Weimer (2005) atribuiu aos povos originários da África, enquanto Ribczynski (1996) associou-a à Holanda medieval:

O interior de uma casa medieval holandesa consistia em uma sala da frente (onde eram realizadas atividades comerciais) e uma sala de trás (onde moradores cozinhavam, comiam e dormiam). Na frente da casa, e um pouco acima do nível da rua, havia um *stoep* largo, parecido com uma **varanda**, ou seja, um alpendre com bancos que às vezes era protegido por uma cobertura de madeira (p. 68, grifo nosso).

No interior do Brasil, a varanda ganhou formas e usos variados. Na modernidade, sua difusão se deu junto à chegada do automóvel, estendendo-se à função garagem – como acontece na casa de Joana.

Ela voltara com o computador em mãos. Explicara coisas como os parâmetros de divisão dos lotes no assentamento, a localização das famílias que se rebelaram contra o modelo radiocêntrico, a influência do relevo e da vegetação na distribuição dos núcleos de moradia. Vez ou outra se mostrara preocupada com o distanciamento que a conversa tomava do assunto “casa”. Mas o que ali se revelava era a expansão das fronteiras empíricas e conceituais da moradia.

Havia um “vão” que dividia a casa de Joana em dois setores. À primeira vista, a proposta lembrava a obra do arquiteto modernista Villanova Artigas, com os ousados espaços abertos, que aproximavam casa e rua. O arquiteto contrapunha-se à noção de casa fechada, “casa-fortaleza”. Para ele, a morada representava um abrigo às adversidades da natureza, e não um mecanismo de promoção da privacidade, um fator limitante das relações entre os homens (BO BARDI, 2009 p. 70).

Havia mesmo uma vontade de transparência na moradia de Joana. A estrutura permitia a diluição dos limites entre a casa e o entorno, a morada e o trabalho, a reprodução da família e a constituição do território da moradia.

Mais tarde, os outros sentidos do vão se mostraram. Com paredes de cor vermelha, era uma espécie de espaço público. As cadeiras postas frente umas às outras denunciavam o desejo latente do encontro.

Fotografia 11 - "Vão" na Casa de Joana - Canudos, 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Na perspectiva anunciada na fotografia, também o quintal se revela. A horta compõe o campo de visibilidade. Mas o vão ainda abrigava outros sentidos.

Na parte central e superior de uma das paredes, a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Timidamente, a charada geográfica se apresentava: a abertura que a princípio se tratava de um “vazio” abrigava um dos símbolos da vida daquele casal militante. Era ali, e não dentro da casa, o cenário onde os afetos encontravam um plano de consistência, um território (ROLNIK, 2014).

Se a militância simbolizava uma ruptura no modo de morar – e o movimento social compunha o desenho da casa – a questão posta à pesquisa naquele momento desviou-se para o efeito que tal compartimento implicara na disposição dos cômodos. Seria uma ponte ou um muro entre os cômodos (e os respectivos valores) à esquerda e à direita do vão?

A sala, a cozinha, o banheiro e os quartos não se distanciavam – conforme já dito – da “fórmula arquitetônica moderna”, na qual a casa se divide em três compartimentos – social, íntimo e de serviços:

Esta fórmula de habitar – modelo de micropolítica que se multiplica por nossas cidades – é uma forma-referência que se constitui em norma para todo o corpo social. A norma está expressa na repetição da fórmula na cidade: milhares de casulos familiares, organizados segundo a mesma matemática (ROLNIK, 1985 p. 2).

A fórmula arquitetônica moderna fora desenvolvida pelo arquiteto Le Corbusier. A proposta, em vários aspectos revolucionária, era movida pelo investimento estético nas cidades. Pressupunha a comunicação das residências com as áreas verdes, ao mesmo tempo em que almejava tornar a indústria da construção cada vez mais imune às intempéries naturais. As casas teriam a praticidade como condição principal de sua edificação.

A “Célula de Morar” proposta por Le Corbusier (2004) veicula a proposta de ressignificação da natureza, do homem e do trabalho sobre a qual a arquitetura moderna se fundou.

Acentuar a verticalidade, o apelo à razão, ao conhecimento científico e à tecnologia se colocavam como princípios do campo que ganhava força: o planejamento urbano. Ao mesmo tempo em que se fortalecia a noção burguesa de Estado, de propriedade privada e de família.

O itinerário no interior da casa de Joana durou menos de 5 minutos, o suficiente para algumas fotografias. De volta ao vão, restava um cômodo, o anexo:

Fotografia 12 - "Anexo" na casa de Maria - Canudos, 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Os objetos do “anexo” denunciavam uma morada *locus* de resistência à separação moradia-trabalho. Um depósito de apetrechos de montaria, ferros, panelas, tijolos, tintas promovia a atualização do rancho sertanejo. O contraste entre o “*design clean*” do interior da casa e a rusticidade do “rancho” informava um movimento duplo, de adesão às tendências “urbanas” e de retomada dos componentes da vida rural.

Se na casa de Joana, o rancho tem forma, material e localização distintos do que se poderia conceber como o “original”, na casa de Carmem o mesmo cômodo aproxima-se da tradição (fotografia 13), revelando como a fronteira rural-urbano realiza-se em níveis distintos, dos quais os próprios objetos são testemunha.

Fotografia 13 - Quintal da casa de Carmem - Canudos, 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Aos fundos da casa, o rancho de palafitas é uma das dependências do quintal de Carmem, residente no núcleo de moradia 2A. O rancho divide o cenário com um moinho de cana-de-açúcar, um forno de barro, varal de roupas, horta, galinheiro e outras variáveis de um complexo de atividades desenvolvidas no quintal, espaço que segundo Weimer (2005) também advém da tradição negra no Brasil.

A fachada de sua casa apresenta, além dos beirados típicos da casa quilombola, mais uma possibilidade de varanda, na qual as telhas de amianto são alternativas de menor custo.

Fotografia 14 - Fachada da casa de Carmem - Canudos, 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Como na visita à Joana, a chegada à casa de Carmem coincidiria com a retirada do homem, que partia à cidade para adquirir novas peças para o trator, principal meio de produção da família.

Aos 32 anos, casada, mãe de um menino, Carmem era beneficiária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ocupava-se com o cultivo de hortaliças, criação de aves e fabricação de alguns derivados agrícolas. Diferente de Joana, Carmem vivenciava uma rotina centrada na agricultura.

Carmem vivera toda a vida no campo. Admitira não ter pretensões de deixar o assentamento. Gostaria ainda que seus filhos e netos usufríssem desse espaço.

Nas conversas com Joana e Carmem, foi possível identificar o que Brandão (2009) denomina de “experiências sensibilizadas”. Em outras palavras, Carmem e Joana fazem de suas experiências, cada qual em um campo – da militância, da academia ou da produção agrícola –, vetores da

produção de sentido das próprias moradas. Por isso, esse contentamento em “estar ali”, percebido em ambos os depoimentos.

Moradas de formas, conteúdos e significados díspares, mas que comunicam com as cartografias existenciais traçadas por essas mulheres. Sendo assim, agem, ainda que timidamente, contra o processo de “serialização dos indivíduos” (GUATTARI, 1996) por meio da padronização das moradas. Logo, alargam as possibilidades de confirmação da hipótese de tese, a qual evoca a experiência como alicerce da moradia.

Entretanto, para que se avance às ações dos sujeitos na realização de moradias coerentes às singulares experiências de vida, ao modo de sentir, de falar, de inserir-se no mundo de cada sujeito, antes é preciso compreender a totalidade social na qual essas realidades estão imersas. Para isso, parte-se à compreensão de Canudos “em relação” ao território do Cerrado. Enfim, há de se compreender que ordem maior se impõe à vida cotidiana para localizar, com maior segurança, as fissuras operadas na micro escala.

1.2 O mundo do Cerrado

Ao modo do antropólogo, educador e poeta Carlos Rodrigues Brandão, conhecedor profundo da cultura popular do Sertão, ao denominarmos, no presente texto, o Cerrado como um mundo invertendo o sentido na expressão MUNDO DO CERRADO, palpítamos o seguinte: quem pretende analisar, de maneira integrada e totalizante, considerando relações sociais, culturais, a natureza e o dispositivo geopolítico, logo descobre componentes singulares do Cerrado, contudo entrançados ao vasto mundo contemporâneo.

Essa consideração, por certo, tem um conteúdo de método que se indis põe contra uma leitura ambientalista do Cerrado, notadamente calcada na redução deste “vasto mundo” ao conceito de Bioma. Ou pior: geralmente desdobra-se da leitura ambientalista do mundo do Cerrado, a sua separação do país e deste do mundo. Esse tipo de perspectiva tende a obliterar a importância metodológica da noção de escala: seria possível analisar, por

exemplo, a ocupação do Cerrado, em suas diferentes fases, fora de seu lugar na divisão territorial do trabalho constituída no Brasil? Não.

Junto ao crivo do método se coloca a leitura política deste tipo de interpretação: a tendência da leitura ambientalista, quando fundada na separação entre o conceito de Bioma e Território, ou seja, na separação de natureza e sociedade, é redundar numa concepção de bairrismo provinciano. Ou seja, ao enaltecer o Cerrado a partir de expressões como “caixa d’água da América Latina”, “Mundo das águas” e correlatas, é como se o Cerrado, visto na perspectiva do bioma, fosse superior a outros biomas como a Mata Atlântica, o Pantanal, o Amazônico.

Pretende-se não desconsiderar a análise ambiental, assim como o conceito de bioma, ou os conceitos como “domínio morfoclimático”, “sistema biogeográfico”, cada qual eivado de uma intencionalidade implicado de um suporte teórico que o sustenta. Todavia, considera-se a noção de território, a partir da qual é possível sintetizar: o mundo do Cerrado é uma singularidade que sintetiza a relação sociedade-natureza numa disposição de escalas de poder, envolvendo lugares, regiões até os países que comandam e hegemonizam a economia contemporânea. Logo, o Cerrado é uma singularidade mediada por conflitos gerados por sua adoção, em diferentes períodos históricos, ao modo de produção capitalista, da troca simples até o presente momento de acumulação financeirizada e integrada.

Por meio dessa consideração, estudiosos apresentam a proposta de uma abordagem territorial em que o mundo do Cerrado é visto como uma singularidade em movimento atravessada por conflitos advindos da apropriação de seus componentes naturais, como solo, água, minérios, relevo, vegetação, trabalho de seus sujeitos, componentes simbólicos e culturais.

Assim sendo, o mundo do Cerrado, disputado territorialmente, se coloca, também, numa disputa ideológica. Pode-se dizer: as imagens do Cerrado são alvos também de uma disputa de sentido. Tal como evoca Borges (2013), vive-se o tempo da midiaticização do Cerrado, recurso ideológico gerador de uma dispersão do pensamento por meio de uma tática discursiva: num mesmo termo elogia-se a produção de grãos, minérios, energia, carne dispondo-o como um importante corredor produtivo do país, e critica os impactos

ambientais negativos gerados pelo mesmo modelo de desenvolvimento antes elogiado.

Diante disso, cabe problematizar: como interpretar o mundo Cerrado pela perspectiva geográfica produzindo uma representação além da esfera ambientalista? Ou: como superar uma interpretação do mundo do Cerrado reduzida à noção biológica e fitogeográfica de Bioma, reconhecendo as dimensões vivas de seus conflitos e de suas potencialidades?

Para a investigação dos dilemas socioespaciais apresentados, pesquisadores integrantes do LABOTER – Laboratório de Pesquisas e Estudos em dinâmicas territoriais - elegeram variáveis como o poder, a luta de classes, o capital (econômico, político, social etc.) e as determinantes simbólicas do sujeito global para intermediar a análise geográfica do Cerrado brasileiro, sob a égide da categoria território.

Pesquisas desenvolvidas por Calaça (2010), Castilho e Chaveiro (2010), Pelá e Mendonça (2010) entre outros, resultaram em artigos, monografias, dissertações e teses que permitiram o amadurecimento da metodologia voltada, em especial, para o território goiano. Abrangência não menos importante, uma vez que as transformações espaciais que ocorrem em Goiás esclarecem o que está posto enquanto políticas e projetos de desenvolvimento territorial noutras escalas, inclusive internacionais. A exemplo do Pro-Savana – iniciativa dos governos brasileiro e japonês para expansão do agronegócio em terras africanas – que tem como referência o modo de apropriação do Cerrado brasileiro. As contradições e os conflitos que se instauram na fase inicial do Pro-Savana, fruto de herança socialista que fundamenta o enfrentamento popular em Moçambique, informam a complexidade resultante da ação do capital na apropriação deste território.

Cerrado e Savana extrapolam, portanto, as paisagens e elementos naturais que os compõem, são “universos” de constantes e cotidianas disputas, ora dissimuladas com o protagonismo da mídia, ora escancaradas em guerras. Negar o caráter conflitivo de tais territórios é negar a sua disputa como premência da acumulação financeirizada.

O monopólio dos recursos naturais e da informação torna-se, assim, via de apropriação do imaterial, do imaginário social, dos desejos tão importantes

às políticas de acumulação. Compreender o percurso espaço-temporal necessário à consolidação desse modo de ver, agir e organizar-se socialmente, é o primeiro dos desafios de uma abordagem territorial do Cerrado. Vejamos, sinteticamente, como isso ocorreu em Goiás.

É sabido que o século XX marcou a realidade do interior do Brasil de maneira geral. Ações decisivas na dinâmica produtiva nacional são recorrentemente destacadas por estudiosos do assunto: construção de Brasília; expansão das malhas viárias; viabilização de programas de extensão rural de caráter desenvolvimentista como o PRODECER e o POLOCENTRO; incentivos à urbanização e industrialização. Foi, portanto, pela via da infraestrutura que se iniciou a inserção do Cerrado goiano na dinâmica territorial que se consolidava (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010). Acontecia, parafraseando M. Santos (2009), a consolidação de um meio técnico.

Em seguida, as mudanças territoriais se deram com os projetos agrícolas. A expansão do uso de máquinas, insumos e créditos rurais deu ao campo nova configuração tecnológica e organizacional (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010). Realizava-se a “Revolução Verde”, entendida por Machado e Machado Filho por:

[...] processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo e lucro. (2014, p. 43).

A “Revolução Verde” lançou caminhos para a demasiada intervenção nos sistemas agrícolas, reduzindo sobremaneira a agrobiodiversidade regional (CALAÇA, 2010). Desde então, a agricultura moderna – e seus componentes: cultivos em larga escala, hibridização de sementes, monoculturas etc. – tornou-se o modelo de produção hegemônico no campo, projetando o Cerrado na economia nacional e internacional.

O conhecimento científico desenvolvido para atender às demandas produtivas da agricultura capitalista que se expandia, possibilitou a instauração de uma nova configuração espacial: o meio técnico-científico (SANTOS, M. 2009) em território do Cerrado.

Por fim, a década de 1970 marca uma das fases de transmutação paisagística e territorial do Cerrado: o capital internacional e a tecnologia de ponta aliam-se à “[...] ciência e informação [favorecendo] o uso de sua biodiversidade para a engenharia genética e sua ligação com as estratégias mercantis da economia globalizada.” (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010 p. 43). Chega-se, enfim, ao contexto contemporâneo, correspondente ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, M. 2009).

1.2.1 A midiatização do Cerrado: a estratégia da fragmentação

O mundo do Cerrado expressa a multiface do Brasil contemporâneo – e a sua inserção contraditória na geopolítica atual, por meio de uma dupla articulação: uma ação local vinculada ao aquecimento do mercado interno, à construção de infraestrutura e à estratégia de indução de consumo por grande parte da população; e uma ação externa, centrada na ação do Estado em favorecer as grandes corporações na captura de riquezas primárias, minerais e também na construção de grandes eventos.

Esse processo chamado por alguns autores de “novo desenvolvimentismo”, tendo em vista o crescimento econômico, tem um rebatimento territorial: a manutenção da divisão regional do trabalho e o modo como as classes sociais se delineiam não apenas pelo critério econômico, mas na sua integridade vital. Neste quesito, dois pontos ressaltam-se, a violência tornada coletiva no tecido social inteiro e as referências simbólicas vulneráveis que comandam “o espírito desse modelo economicista de sociedade”.

O novo desenvolvimentismo, por intermédio de suas características essenciais, como o aquecimento do mercado interno, a financeirização da pobreza para manter a taxa de emprego tornando as cidades instáveis, o financiamento da oligopolização da economia, gera uma nova pressão sobre o território nacional que rebate no mundo do Cerrado, desde os grandes eventos; a construção de usinas hidrelétricas; de aeroportos; a duplicação de vias; a edificação de ferrovias e a expansão da universidade pública federal.

Esta pressão sobre o território rebate no mundo do Cerrado goiano, por exemplo, na estruturação espacial, em que Goiânia e o entorno de Goiânia; o

entorno de Brasília; os municípios do agronegócio e a porção norte e nordeste se distanciam em termos de dinamismo, estrutura demográfica, índices sociais. Além disso, as terras indígenas são pressionadas; a juventude camponesa é obrigada a migrar para os grandes centros; a agricultura camponesa se vê ameaçada pelo crescimento dos latifúndios do agronegócio, resultando a fragmentação territorial, a violência urbana e o desequilíbrio nas condutas emotivas do sujeito.

Dessa maneira, o mundo do Cerrado goiano torna-se um território produtivo, fragmentado, desigual. Por ser um corredor produtivo importante na dupla articulação do país é colocado no centro de uma operação ideológica: a mediação. Esta não ocorre apenas na sua transformação em marca, mas também como objeto de pesquisa.

A estratégia de mediação ocorreu de diversas maneiras. Anterior ao processo de sua ocupação, conforme situa Borges (2013), jornais e revistas trataram de preparar o terreno ideológico para a transformação do Cerrado num celeiro produtivo posterior. Discursos intelectuais, de dirigentes políticos das oligarquias locais, juntamente com propaganda geraram, no plano simbólico e discursivo, uma espécie de antecipação de uma significação: o Cerrado goiano seria a alavanca estratégica para capturar o Oeste brasileiro ou para criar a integração nacional. O Sertão modernizado sob a correia do progresso tiraria a sua gente de um “isolamento” irracional comparado à racionalidade europeia que hegemonizava o sistema capitalista em nível mundial.

O modo de operar a ideologia legitimando o discurso que a tecia foi, posteriormente, inverter o plano argumentativo: se antes o Cerrado era tido como uma região pouco produtiva, mas com as espécies da fauna e da flora preservadas, agora muito produtivo, com as espécies dilapidadas, recebia a insígnia positivada com eventos, festivais, marcas de bares, festas, feiras.

A positivação do Cerrado espalha no campo social total de maneira indiferenciada: praticamente todas as instituições, hegemônicas e hegemônicas, o Estado e suas autarquias, as universidades, o Movimento social, os sindicatos, as ONGs (organizações não governamentais) defendem o Cerrado, falam em nome de sua defesa, propagam sua biodiversidade, suas

fitofisionomia, os princípios ativos de suas espécies, contudo, na indiferenciação, não apontam as estratégias de uso, as intencionalidades dos atores que o ocupam, quem enriquece, quem desmata, usa as suas águas, o seu solo, os seus recursos naturais.

A mediação do Cerrado, neste sentido, torna-se fonte de uma ideologização: dispersar o pensamento da leitura de sua totalidade; esgrimir a capacidade de pensar os sentidos e os significados geopolíticos da sua atual ocupação; desviar o modo pelo qual o Cerrado goiano participa da divisão social e internacional do trabalho.

Dessa feita, a produção de imagens do Cerrado é, também, disputada num liame sensível que exige crítica acurada com base em informações que exponham os conflitos, por exemplo, entre os beneficiados da atual exploração do Cerrado e os que perdem o seu lugar, as suas tradições e a capacidade de reproduzir a sua vida com dignidade. Ou aqueles que, a partir desta condição, somam aos coletivos organizados na luta por direitos e valores sociais ameaçados.

1.3 Arrumando a casa

Este capítulo cumpriu o papel de apresentar os tempos e espaços do assentamento Canudos, isto envolve: a história de luta, a base territorial e o tecido social que, sobrepostos, definem as formas e os conteúdos assumidos pelo assentamento no contexto atual. Traços gerais desses três componentes são agora retomados:

1. História de luta: a conquista de Canudos teve um forte simbolismo na luta pela terra no estado de Goiás, ao: promover o confronto direto com um representante da bancada ruralista e do coronelismo em Goiás; subverter a lógica de submissão dos assentamentos rurais à condição de isolamento geográfico; ancorar-se, territorialmente, ao princípio da horizontalização do MST; ser produto de extensos debates promovidos em parceria Universidade/Movimento Social/Incrá com propostas de

- ação para diversos campos sociais – Educação, Ambiente, Cultura, Saúde etc.;
2. Base territorial: destacam-se em Canudos a disponibilidade hídrica favorecida por uma rede de drenagem de padrão dendrídico, com cursos que atingem até a 6ª ordem; relevo suavemente ondulado em praticamente 2/3 da extensão territorial; solos compatíveis à prática agrícola extensiva; vasto patrimônio ecológico representado por uma área verde que abrange mais de 50% da extensão territorial; pertença à Região Metropolitana de Goiânia; acesso facilitado a rodovias estaduais e federais; imerso na luta de classe, e nas disputas de usos e representações do Cerrado;
 3. Tecido social: composto por sujeitos migrantes de centros urbanos dentro e fora do estado de Goiás, cujas trajetórias carecem de experiências de luta por interesses coletivos; uma maioria masculina e em “idade ativa” (19 a 60 anos, segundo MELO, 2007); sujeitos de *habitus* fortemente influenciados pela interação campo-cidade;
 4. Moradias: A condição de migrantes, e a experiência nas cidades, transpõem-se nas moradas em Canudos; erguidas sob combinações de estilos arquitetônicos, atravessadas pela “fórmula arquitetônica moderna” (ROLNIK, 1985), e ao mesmo tempo, pelos “índices” do rural – solidariedade, compartilhamento, diálogo com o tempo e espaço da natureza.

Capítulo 2:

O ALICERCE

Hollywood, máquina perfeita na divulgação da maneira de morar americana, que incluía eletrodomésticos, automóvel, o marido no papel do forte, inteligente, lógico, consistente e bem-humorado provedor, e a esposa, no da intuitiva, dependente, sentimental, auto-sacrificada, mas sempre satisfeita gerenciadora de uma habitação impecavelmente limpa, agora elevada à categoria de bem de consumo.

Tramontano, 1998, p.1.



Tramontano desvela a questão econômica e ideológica subjacente à cultura do morar no mundo pós-guerra. Evoca, num só parágrafo, a força crescente da geopolítica na vida cotidiana, num movimento de ressignificação da casa, do morar, do papel de cada indivíduo na construção de uma cultura para o consumo.

O propósito deste capítulo é apresentar três manifestações da questão da moradia: uma manifestação macropolítica (território), outra no plano arquitetônico (paisagens) e outra na vida cotidiana (lugar). Em cada uma delas, varia o conjunto de interlocutores, conceitos e teorias acionadas.

Essa triagem se fez relevante frente à amplitude do tema moradia. Campo econômico, espaço de relações e prática espacial(social). O objetivo é apresentar as diferentes manifestações do problema “pincelado” por Tramontano na epígrafe deste capítulo. Feito isto, debruçar-se-á com maior empenho na moradia enquanto prática espacial. Oportunidade em que são apresentados os pressupostos teóricos da tese, e como a moradia, vista por este ângulo, reclama o olhar atento dos geógrafos e a revisão da linguagem fundamental da Geografia: a cartografia.

Encerra-se o capítulo com os relatos de entrevistas realizadas com dois geógrafos, Douglas Santos e Lúcia Gratão, e o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Com orientações teóricas distintas, o resultado foi uma diversidade de categorias e princípios lógicos sugeridos por eles ao estudo da moradia.

2.2 Moradia: uma análise multiescalar

No estado de Goiás, no que tange à questão da moradia, atuam, entre outros, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Camponês Popular (MCP).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto⁸ é uma extensão do MST, criada em 1997, cuja bandeira central é a Reforma Urbana. É composto por

⁸ Informações: <http://www.mtst.org/>

trabalhadores de diferentes categorias (desempregados, temporários, terceirizados etc.) que habitam as periferias do Brasil.

O caráter desigual da produção do espaço urbano, e a relação capital-trabalho, compõem o fundamento discursivo deste movimento, que reconhece o “poder popular” como condição da autonomia dos povos.

Apesar de identificar-se como um movimento pela moradia, o MTST reconhece a interface entre a moradia e outros direitos sociais:

O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente - o sem teto - também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. (MTST, s/d, p. 4).

A criação do MTST não esgotou o tema da moradia no âmbito do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Cabe a este, especialmente ao seu coletivo de produção, propor ações voltadas à moradia nos assentamentos de reforma agrária.

A ação do coletivo de produção do MST está centrada no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), instituído no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, lançado no ano de 2009, porém só acessível aos beneficiários de reforma agrária em 2013.

Com subsídios à construção e reforma de casas, o PNHR é gerido pela Caixa Econômica Federal em parceria com as prefeituras municipais, sob a tutela do Ministério das Cidades. Para a execução do programa, há uma série de normativas que regulamentam o financiamento por faixa de renda, tamanho das casas, prioridades das contratações, procedimentos de construção e reforma.

Em nota divulgada no Jornal Sem Terra⁹, Luciene Silvestre expôs a compreensão de moradia que fundamenta as ações do MST: a moradia é entendida como um aspecto de infraestrutura social, junto às escolas e às áreas de lazer. As condições de moradia aparecem como condicionantes da

⁹ Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/281/estados>.

permanência das famílias nos assentamentos e de elevação da autoestima dos assentados.

O PNHR contempla também o Movimento Camponês Popular (MCP), instituído em 2008 no estado de Goiás. Representante de famílias camponesas, as principais bandeiras do movimento são: 1. Alimentação básica brasileira produzida pelo campesinato; 2. Estimular a produção e a adoção massiva de sementes, mudas e raças crioulas; 3. Criar territórios livres de transgênicos (MCP, 2016).

No que tange à moradia, o MCP propõem o projeto “Moradia Camponesa”. O diferencial é que, segundo o próprio movimento, além da casa, o projeto alcança a totalidade da unidade camponesa: a produção de sementes crioulas, o melhoramento do pomar e de hortaliças, o embelezamento do jardim etc. Ações que promovem, entre outras coisas, a melhoria da renda da família (MCP, 2016).

Além do enfoque moradia-agricultura, o MCP ressalta o caráter emancipatório do processo de luta pela moradia, conforme as palavras de uma intelectual orgânica do movimento:

Uma casa boa, de qualidade e que não seja uma "caixa de fósforo" e onde as famílias de fato participem do processo, a partir de suas organizações, interessa a todos os movimentos. A moradia construída pelas organizações custa menos, a qualidade é melhor e o povo não é apenas um beneficiário, ele se torna ator do processo, entende, participa, luta...(ALVES, MCP 2016).

Na ocasião da entrevista, Sandra Alves ressaltou o envolvimento e a emancipação das mulheres na luta pela moradia. Seus relatos revelam as relações de opressão das mulheres dentro mesmo dos espaços já consagrados da luta. Aliás, desconstruir o patriarcado tem sido uma pauta recorrente em movimentos sociais na América Latina, como ressaltam Zitle e Muñoz (2014).

As correlações mencionadas entre moradia e produção agrícola, moradia e gênero e outras que ao longo do texto surgirão, colocam a moradia em interação com outras lutas sociais.

Como “portal” de acesso aos demais direitos sociais – educação, saúde, trabalho, segurança, transporte –, como disse Rolnik, R. (2016¹⁰) em entrevista concedida ao Programa Ordem do Dia¹¹, a moradia extrapola a função imediata do morar – comer, dormir, alimentar-se, higienizar-se, cozinhar. Por isso, multiplicam-se os movimentos sociais que, na luta pela moradia, reivindicam o direito à cidade, à cidadania.

Souza (2015) ao tratar das novas espacialidades das lutas sociais nas cidades, afirma o potencial integrador de alguns dos “novos movimentos” – cujas agendas não estão centralizadas na produção:

Se a cidade (e o espaço social em geral) e a sua transformação não podem passar ao largo da produção, daí não se deve deduzir que “a cidade começa na fábrica”, e muito menos que o conjunto das resistências que não se vinculem diretamente à produção seja de somenos importância ou simples “diversionismos”. Os espaços sociais concretos, como referências de mobilização, organização e (re)construção de agendas, só serão um estorvo se assim permitirmos, em vez do trunfo que poderiam ser, rumo a articulações (multiescalares!) das esferas da vida e das frentes de agendas da luta (2015 p. 214).

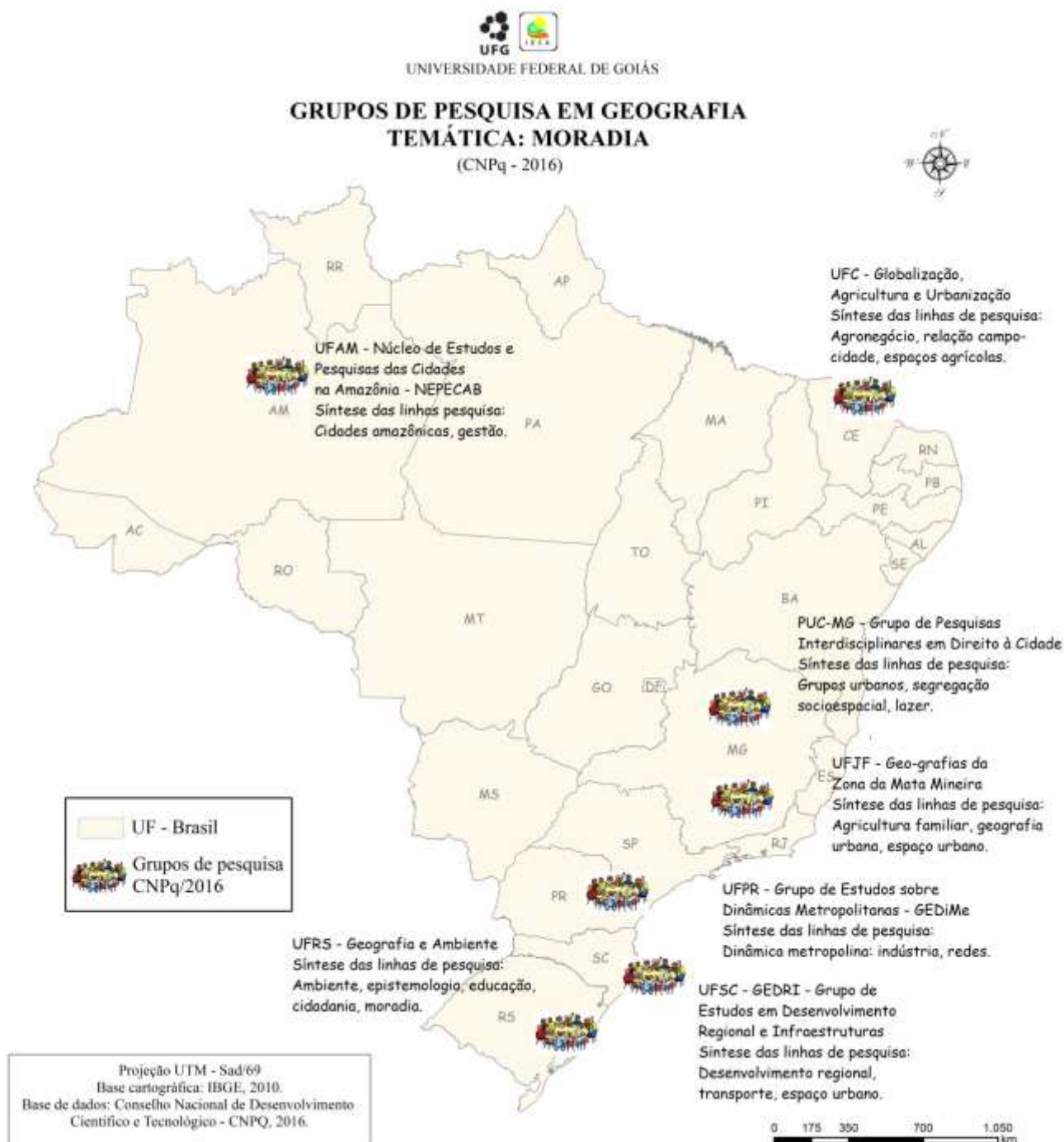
No esforço de compreender como essas tendências atingem a produção do conhecimento geográfico, elaborou-se um mapa dos grupos de pesquisa que tangenciam a temática da moradia. A busca se deu por palavra (moradia) no título, nas linhas de pesquisa e entre as palavras-chaves.

Apenas em 6 (seis) grupos de pesquisa com cadastro atualizados no CNPq, há a palavra “moradia” nos campos mencionados (título, linhas de pesquisa e palavras-chaves). Nenhum grupo com as palavras “morada” ou “*habita*”, e apenas 2 (dois) com a palavra “casa” (CNPq, 2016). Ainda assim, as informações catalogadas suscitam reflexões importantes.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-39YmwRBsQ>

¹¹ TV Cultura.

Mapa 6 - Grupos de pesquisa em Geografia com a temática "Moradia"



Nota-se que a metrópole é o espaço de relações predominante nessas pesquisas, concentradas no Sul e Sudeste brasileiros. Evocam com frequência a produção do espaço urbano, o acesso aos serviços sociais, o direito à cidade, as contradições da urbanização tal como se realiza no Brasil.

Em posições marginais, destacam-se dois grupos lançados à compreensão da moradia frente às novas relações campo-cidade, a saber: “Globalização, agricultura e urbanização” e “Geo-grafias da Zona da Mata Mineira”, coordenados, respectivamente, pelas professoras Denise de Souza Elias (UFC) e Maria Lucia Pires Menezes (UFJF).

Apesar de ausente no mapa, cresce no Brasil uma vertente fenomenológica de estudo da moradia, com ênfase no “habitar”. A exemplo do texto “Insegurança existencial e Vulnerabilidade no Habitar Metropolitano”, de autoria de Eduardo Marandola Jr. (2006), que testemunha a influência do existencialismo-fenomenológico na Geografia contemporânea. Além de Heidegger, a obra de Gaston Bachelard (1993) em muito influencia os textos que compartilham essa vontade de transcendência, percebida, por exemplo, nas palavras desta autora:

O habitar surge como a própria condição essencial da existência humana, anterior, portanto, a toda arquitetura: *habitar* é habitar o mundo, *ser* no mundo, existir. Circunstância relativa à satisfação das condições psicofisiológicas do ser humano, de seu *ser* como indivíduo e parte integrante do grupo social. (FELIPPE, 2015 p. 301)

Ampliando a noção de habitar à dimensão existencial, esses estudos apontam as limitações de uma leitura encerrada na luta de classe e reclamam os processos de singularização que emergem das experiências sociais concretas.

Pautados em grupos de pesquisa ou estudos individuais, geógrafos e não geógrafos se aproximam do tema da moradia e do morar a partir de orientações teórico-metodológicas distintas. Isso implica não só diferenças conceituais, mas diferenças de escala e de modos de proceder com a produção do conhecimento científico.

O fato é que a realidade e os movimentos sociais evocam “novos desafios” à questão da moradia, reclamando à ciência – e isso independe da orientação metodológica – respostas às transformações econômicas, políticas, demográficas, culturais, subjetivas que afligem sujeitos e grupos sociais na contemporaneidade. Essas respostas têm sido elaboradas por pesquisadores em diversos campos do conhecimento e, por mais distantes que pareçam, estão entrelaçadas numa ordem global que atua em escala “molar e molecular” (GUATTARI & ROLNIK, 1996).

2.2.1 Moradia: esfera de acumulação

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, por meio do documento “Estado de las ciudades de América Latina y Caribe 2012”, lançou reflexões acerca do problema social da habitação na contemporaneidade.

Os desafios são muitos diante de uma região que comporta 111 milhões de pessoas em habitats precários, assim classificados pela deficiência de “edificações de natureza permanente, acesso à água potável em quantidade e a preços razoáveis, saneamento básico adequado e segurança ambiental” (ONU-HABITAT, 2012 p. 64).

No caso do Brasil, o índice que aponta para um total de 250 habitações para cada 1000 brasileiros atenua o problema. Isto porque, num país onde 30% da população urbana vive em regiões periféricas, com elevado índice de concentração de renda, problemas sociais como a gravidez na adolescência, analfabetismo funcional e absoluto, a estrutura familiar e a qualidade da habitação são legendas elementares, desconsideradas em índices de tal natureza (ONU-HABITAT, 2012).

Os dados que caracterizam a questão habitacional no Brasil advêm das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possuem basicamente duas linhas de atuação: o diagnóstico do déficit habitacional e o diagnóstico da inadequação dos domicílios.

Tem papel fundamental no aporte conceitual de tais pesquisas, a Fundação João Pinheiro. Em material publicado em 2016, a FJP esclarece o conceito de déficit habitacional:

o conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque.(FJP, 2016 p. 18).

Configuram-se como subcomponentes do déficit habitacional: domicílios improvisados, domicílios rústicos, coabitação familiar, domicílios com adensamento excessivo e ônus excessivo com aluguel.

Os domicílios improvisados equivalem “a todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa” (FJP, 2016 p. 19). Os moradores de rua constituem uma modalidade de residentes de domicílios improvisados.

Os domicílios rústicos são aqueles “sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada” (FJP, 2016 p. 19). Entram nessa categoria as casas de pau-a-pique ou taipa de mão, comuns entre as unidades camponesas.

A coabitação familiar refere-se ao compartilhamento de domicílio por mais de uma família, com o desejo declarado de uma delas de obter um domicílio exclusivo. Diferente dos domicílios com adensamento excessivo, que pressupõem a coabitação de mais de três pessoas por cômodo.

Por fim, o ônus excessivo com aluguel, quando do comprometimento de 30% ou mais da renda domiciliar com a locação do imóvel.

Um apanhado geral das informações contidas no relatório elaborado pela Fundação, datado do ano de 2014, revela:

1. Os dados oficiais apontam para um déficit habitacional no Brasil de 6,068 milhões de unidades, das quais 85,7% correspondem ao déficit habitacional urbano;
2. O déficit habitacional rural vem sofrendo uma diminuição – de 2013 a 2014 reduziu em quase 100 mil unidades;
3. A região Sudeste concentra 40% do déficit do país, correspondendo a 2,425 milhões de unidades;
4. As nove áreas metropolitanas do país respondem por 28% das carências habitacionais – mais de 11 milhões de pessoas vivem nas mais de 15 mil favelas brasileiras;
5. O déficit habitacional rural tem peso elevado nas regiões Norte (22%) e Nordeste do Brasil (30,8%);
6. O estado do Maranhão possui o maior déficit do país, seguido pelo estado de Minas Gerais;
7. As dificuldades de acesso à habitação no Brasil se concentram na faixa de renda domiciliar de até três salários-mínimos – faixa dificilmente contemplada nas políticas públicas de habitação;
8. É grande o montante de domicílios vagos, perfazendo, no ano pesquisado, um total de 7,241 milhões de unidades;
9. 79% dos domicílios vagos estão localizados em área urbana, assim como o ônus excessivo com aluguel e os domicílios com adensamento excessivo;
10. Mais da metade (507 mil unidades) das habitações precárias estão localizadas em áreas rurais – sobretudo no Nordeste e Norte brasileiros;
11. O componente de maior peso no déficit habitacional do Brasil é o ônus excessivo com aluguel; nesta condição, vivem aproximadamente 2,926 milhões de famílias urbanas;
12. Resumo do percentual dos componentes do déficit habitacional no Brasil, no ano de 2014: (48,2%) ônus excessivo, (31,5%) coabitação

familiar, (14,2%) habitação precária, (6%) adensamento excessivo dos domicílios alugados.

As informações revelam a base territorial e as classes mais atingidas pelo problema habitacional. Nos territórios rurais, a precariedade das habitações é, segundo a FJP, o principal problema. Nas cidades, os altos preços do aluguel multiplicam os domicílios superlotados. Em ambos, os mais pobres padecem as carências habitacionais.

Uma vez que o acesso à moradia digna é condição aos demais direitos sociais, logo, reconhece-se que o problema é de natureza estrutural. E, no Brasil, advém de uma desigualdade regional, e social, histórica. A leitura dessa realidade não parece mais partir de uma hierarquia entre as regiões – onde o déficit existe em maior ou menor grau. E sim, das especificidades que cada região apresenta dado às diferentes histórias de ocupação e o papel desempenhado na economia nacional.

Dessa forma, tem-se o Norte com a expressividade de vários componentes do déficit habitacional e o Sudeste com a concentração de domicílios com adensamento excessivo e ônus excessivo com aluguel (vide Mapa 4). De um lado, a ausência completa do Estado, conformando uma situação de miséria que impõe a migração com mecanismo de sobrevivência. Do outro, a ação do próprio Estado – junto às corporações – na marginalização desses trabalhadores, maioria migrante, nos grandes centros urbanos.

Enfim, o quadro da habitação no Brasil retrata não só as condições de vida dos brasileiros – nem apenas o poder de consumo das famílias – mas a habitação como ferramenta política de manutenção da ordem socioeconômica instituída.

A arquiteta Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e ex relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, detalhou em seu último livro as estratégias geopolíticas traçadas para a instauração da habitação como novo ativo financeiro do capital. Tendência que destitui a habitação da condição de bem social.

Segundo a arquiteta, fundamentada na teoria do geógrafo David Harvey, a transmutação da habitação em ativo financeiro teve início nos anos 1980, quando da crise dos sistemas de desenvolvimento fordistas. Nesse processo, a ideologia da casa própria cumpriu papel fundamental.

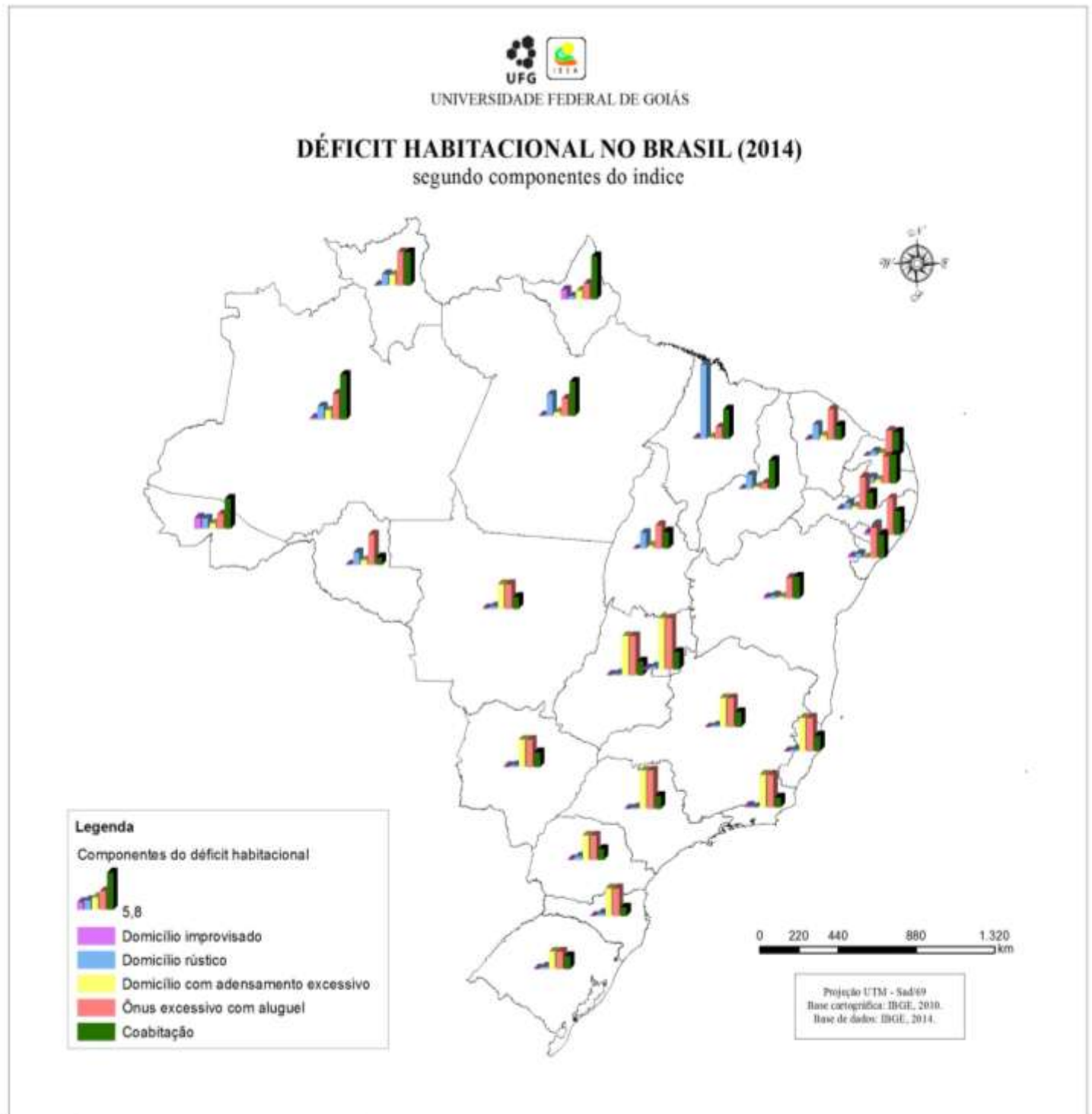
No contexto dos grandes projetos, “sejam eles de expansão da infraestrutura e desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres” (ROLNIK, 2015 p. 13), agiu-se no desinvestimento de todas as formas de relacionamento com o território habitado não pautadas na “propriedade privada individual escriturada”. A partir daí, reduziu-se os vínculos com o território ao seu valor econômico.

Apelar à conversão da habitação pública e social em ativo financeiro, afirmando um problema habitacional como questão de finanças, foi a medida adotada em governos das mais distintas orientações políticas. As denúncias que Rolnik, R. (2015) traz em seu livro abrangem não só países de políticas espaciais deliberadamente capitalistas, mas a maioria dos países ex-socialistas e comunistas, a exemplo da Estônia, da Eslovênia e da China. Nestes, mais de 75% do estoque habitacional diz respeito às casas próprias.

Ao longo do livro, Rolnik envereda em cada uma das medidas adotadas por Estados cada vez menos “provedores” e mais “mediadores” de interesses empresariais. Trata ainda dos efeitos no tecido urbano, nas economias domésticas, no acesso aos bens e serviços sociais básicos, até mesmo nas subjetividades produzidas na condição de endividamento em que se encontra grande parte da classe média mundial.

A canalização dos fluxos de capital excedente sobre os imóveis residenciais tem também, portanto, uma dimensão vivida: as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados, uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida. Isso ficou evidente quando a bolha estourou e os riscos e ônus recaíram sobre os endividados. Foram estes que, tendo sua existência expostas às oscilações do jogo especulativo das mercadorias fictícias, sofreram as consequências reais da crise: transformaram-se de endividados em sem-teto (ROLNIK, 2015 p. 41).

Mapa 7 - Déficit habitacional no Brasil (2014)



Microfinanciamento habitacional como expansão da fronteira do capital financeiro ao nicho dos mais pobres. Vacância de casas e apartamentos nas grandes cidades. Remoções forçadas sob o álibi de desastres ambientais ou grandes projetos – turísticos, em geral. Teorias que a autora elenca para evidenciar a insegurança da posse vivida pelas classes populares e o papel de teorias, índices e programas habitacionais na redução do problema a um déficit no estoque de moradias. Como proposta, enfatiza a necessidade da articulação entre as políticas de habitação, a segurança da posse e a democratização da infraestrutura e serviços urbanos a partir de localizações estratégicas.

A escala macropolítica da moradia descortina, pois, a habitação como instrumento de controle territorial em escala mundial. A produção da pobreza, do analfabetismo, da fome, da doença, da violência passa, por conseguinte, à regulação do acesso e à precarização da moradia. Em outras palavras, seria esta uma categoria instrumental a serviço dos Estados e das grandes corporações.

2.2.2 Moradia: um espaço de relações

Se na escala macropolítica, as forças atuantes na questão da moradia são “genericamente” identificadas, na escala do vivido elas tomam forma. Trata-se da luta de classe objetivada, constituindo paisagens. Em outras palavras: as transformações no mundo do trabalho contadas pelas moradas.

Em território do Cerrado, os conteúdos históricos das moradas testemunham massacres, resistências, tensões, negociações. Desde o quilombo, a aldeia, o rancho à fazenda goiana, nota-se como as culturas “se interpenetram em formas históricas concretas, multiplamente determinadas pelo contexto econômico, pelas relações de classe, pelo dinamismo interno dos grupos e, até mesmo, pela sensibilidade individual dos criadores e dos receptores das várias culturas” (BOSI, 1992 p. 323).

Inicia-se com os quilombos:

Fotografia 15 - Réplica da casa no quilombo - Memorial do Cerrado, Goiânia 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Conforme Weimer (2005), a arquitetura popular no Brasil fundiu elementos da arquitetura erudita e da arquitetura negra. Na casa retratada na fotografia há formas e combinações que perpetuam nas moradas populares nos campos e cidades do interior do Brasil, como os beirados e as varandas, bastante difundidas nas moradas em Canudos.

As casas nos quilombos se diferem da senzala. Isso, na perspectiva de Weimer (2005), justifica-se muito mais pela adesão dos negros a outras referências de construção que propriamente por uma ação deliberada de resistência, já que a senzala retrata a morada típica dos povos no norte de Angola:

A forma de aldeias compostas por casas geminadas de um só compartimento dispostas ao longo de uma rua (onde a separação seguia preceitos clânicos) era comum no norte de Angola e denominada de *sanzala*. Tratava-se, portanto, de uma forma tradicional da arquitetura angolana em que a interferência do

escravocrata parece ter se reduzido ao fato de que o pé-direito dessas construções foi consideravelmente aumentado para que o escravo não pudesse se enforcar – esta era uma das alternativas para escapar do julgo opressor e, conforme sua crença, para sua alma poder voltar à “mãe África”, onde estava enterrado seu cordão umbilical (p. 217).

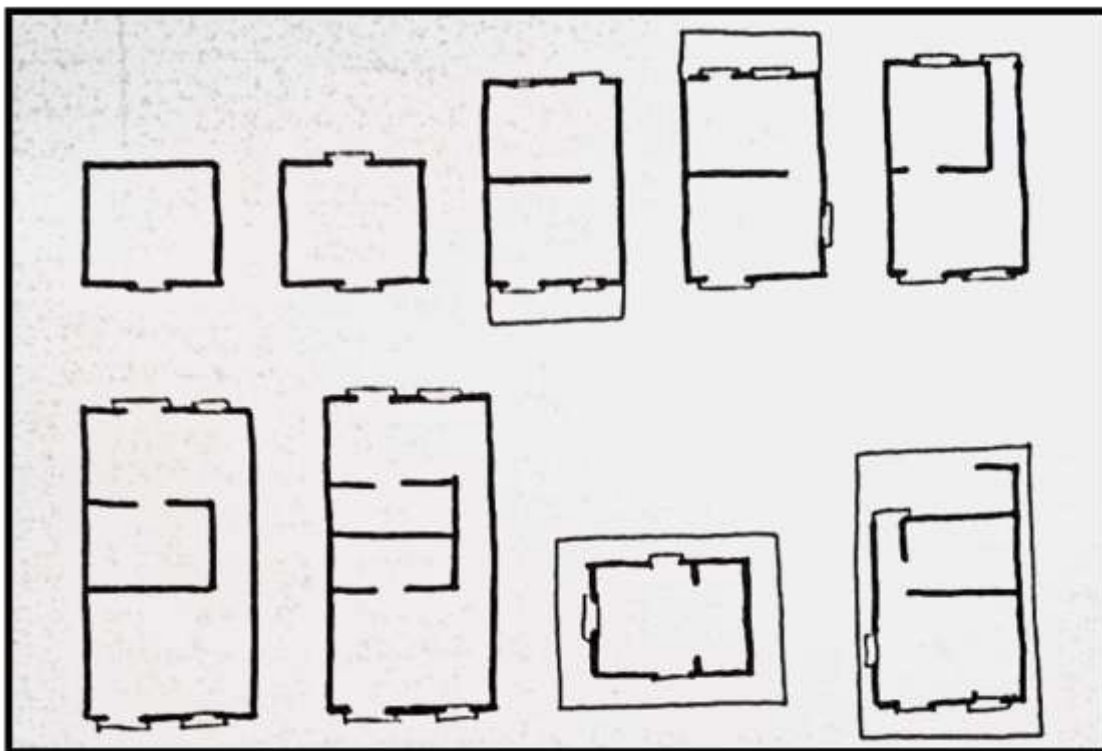
Nos quilombos, a redução do pé-direito das casas aproximava-as do desenho original. Também favorecia a proteção a massacres a mando dos senhores de terras: quanto menor as casas, mais camuflados e seguros estariam os quilombos. Casa feita resistência.

“Girais¹²”, fornos à lenha, mesas e bancos de madeira compõem o arranjo das casas quilombolas que, em geral, possuem poucos compartimentos.

Ainda segundo Weimer (2005), as plantas das primeiras casas quilombolas se tornavam mais complexas à medida que a influência do colonizador se acentuava. Ainda assim, sofriam adaptações, a exemplo das alcovas – descaracterizadas com o acréscimo de janelas – e dos corredores – não alinhados à porta frontal da casa – como de costume português.

¹² Espécie de prateleira ou pia feita de madeira. É comum os girais de “taboca”, nome dado ao caule do bambu. Mesmo material utilizado na fabricação da estrutura das paredes.

Figure 2- Variação da planta-baixa das casas nos quilombos



Fonte: Weiner (2005, p. 224).

As casas de dois compartimentos interiores compreendiam quarto e cozinha ou quarto e sala, com a cozinha apensada. A localização das varandas também variava: à frente, ao fundo ou às laterais da casa. As mulheres acessavam a porta dos fundos, e os homens a porta principal (WEIMER, 2005), mesmo em casos de um só compartimento.

A natureza provisória das moradas, e a escassez de recursos financeiros, impunham aos quilombos maior interação com a natureza, de onde provinha a matéria-prima das casas – barro, palha e madeira –, dos equipamentos utilizados no dia-a-dia e os alimentos.

O reconhecimento do território, sobretudo a espacialidade dos recursos naturais, era questão de sobrevivência. A disponibilidade de água constituía-se fator preponderante na escolha do sítio dos quilombos.

Havia, em lugar estratégico, o mirante¹³. Este se fazia necessário frente aos ataques dos senhores de terras, e ainda, às disputas por território entre negros e indígenas. Aliás, o caso indígena é um capítulo a parte na conformação das moradas no Cerrado, sendo as ofensivas dos bandeirantes paulistas às aldeias um marco espaço-temporal na apropriação deste território.

Em geral, as tribos se organizam em aldeias de formato circular, conforme a réplica retratada na fotografia:

Fotografia 16 - Réplica da aldeia indígena - Memorial do Cerrado, (Goiânia) 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

No pátio central aconteciam as atividades comunitárias. Espaço místico, de julgamentos, de repartição de alimentos. O pátio ocupa não só a centralidade geográfica: é referência simbólica de uma organização social pautada no coletivo (DAMATTA, 1997).

¹³ Hoje em dia, os mirantes, ou “guaritas”, são objetos estratégicos nas ocupações do MST.

No interior da oca, dormitório e espaço de preparação do alimento, a paisagem acusa um ambiente de “ausência”, nos parâmetros da racionalidade moderna ocidental. O princípio da coletividade destituía os equipamentos individuais de sentido nas aldeias.

A oca tem a função de abrigo contra as adversidades da natureza – tais como o frio, o calor extremo, as tempestades –, além de ser o lugar da clausura necessária em determinados rituais. Porém, não abarca toda a extensão do morar. A oca reclama a aldeia, e esta reclama o território.

Os povos Karajá, que há séculos habitam as margens do Rio Araguaia, testemunham o movimento de incorporação de comunidades indígenas às referências modernas de habitação:

Fotografia 17 - Interior da casa do pajé Karajá - Aruanã (GO), 2015.



Paredes de alvenaria, telhas cerâmicas, troféus, aparelhos de som e televisão entre outros objetos arranjados na “cozinha americana” sugerem uma paisagem globalizada. E mais: sugerem a adesão desses sujeitos à “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991). A estratificação social dessas comunidades é talvez o mais perverso dos efeitos de sua “inclusão”.

Ainda assim, uma interpretação que se encerra nos aspectos da paisagem soa insuficiente. A morada por si só, por mais “capturada” que se nos apresente, inanimada dos múltiplos usos que os sujeitos lhes conferem, não invalida toda uma cosmologia indígena.

Paralelo aos ataques às aldeias indígenas, surgiam as primeiras cidades em território do Cerrado: os arraiais ou as cidades do ouro. O relevo acidentado dos arraiais, o caráter temporário das explorações, a ausência de infraestrutura e as dificuldades na comunicação com as zonas costeiras imprimiram a essas cidades aspectos de provisoriedade, conforme pontuou Oliveira, A. V.:

Para Goiás, a historiografia expõe algumas assertivas acerca da efemeridade da exploração aurífera, da ausência de opulência e da existência de atividades agropecuárias desde o princípio, aliadas a uma situação geográfica peculiar que induzia à instabilidade dos fluxos. (2010, p. 19).

O contexto de surgimento das cidades goianas permite compreender também a casa e os costumes no campo. Isto porque, com a decadência do ouro, as atividades políticas e econômicas mantiveram-se canalizadas na fazenda goiana: uma nova matriz territorial propiciada pelo “isolamento” e retorno à vida rural (OLIVEIRA, A. V. 2010).

De acordo com Estevam (2008), a sociabilidade que se desenvolveu nos domínios da fazenda goiana foi impactada sobremaneira pelo retrocesso econômico pós-mineração, logo, pelo “ensaio” de urbanização. E os elementos que representavam, nas cidades, um sistema fixo de valores e de poder (DAMATTA, 1997) foram deslocados à fazenda.

Viajantes registraram as formas de reprodução da vida e do trabalho – majoritariamente exercido por mulheres e homens escravizados – no interior do Brasil colonial. Nas descrições, mencionavam certas normas do trabalho doméstico:

De cozinhar e lavar, então, nem se fale; para semelhante trabalho de escravos Deus criou os negros, cuja cor nada pode sofrer nem com a fumaça ou o sabão, nem com o esforço físico. - Rio de Janeiro, RJ, 1826. Carl Seidler,

Dez anos no Brasil. (MUSEU DA CASA BRASILEIRA, p. 45).

A situação geográfica de Goiás, e os entraves à mobilidade espacial, implicaram um número reduzido de negros escravizados (CURADO, informação verbal¹⁴). Ainda assim, a literatura regional denuncia os impasses na “Casa Grande” com o fim da escravidão, quando os serviços domésticos – renegados aos “sujeitos de cor” – eram rechaçados por uma ordem social que opunha trabalho e nobreza.

Havia uma divisão territorial do trabalho nos espaços da fazenda: competia aos homens as tarefas realizadas nos arredores da casa e na rua, enquanto as mulheres mantinham uma relação próxima às senhoras e às crianças da família. Desempenhavam funções no interior da casa como amas de leite, engomadeiras e conselheiras (MUSEU DA CASA BRASILEIRA, 2001).

Segundo a historiadora Lena Castello Branco (2014) a edificação da casa colonial em Goiás se deu em estreita relação com a natureza não socializada, devido, sobretudo, às restrições técnicas no contexto de sua construção.

Tais edifícios sofreram influência da arquitetura paulista e mineira, ambas de herança portuguesa. A casa paulista caracterizava-se por sua extensão adaptada a relevos planos a suavemente ondulados. Já a mineira, apresentava-se compacta, dado o caráter acidental do relevo sob o qual se instalara.

Na casa de influência mineira, um cômodo situado em posição inferior aos demais – o porão – sinalizava um lugar não nobre, insalubre, para sujeitos de nenhuma importância social e humana nos parâmetros da sociedade hegemônica: os negros escravizados. O contrário do que se pretendia ao construir, no centro da casa paulista, um quarto destinado às moças virgens das famílias abastadas: um lugar sagrado, escudo da honra (BRANCO, 2014 informação verbal).

¹⁴ Conferência realizada por Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado na Faculdade de Comunicação e Jornalismo, da Universidade Federal de Goiás, jun. 2015.

Junto às conveniências que levaram ao fim o período escravocrata, o Brasil sertanejo se delineava (RIBEIRO, 1995). Contexto do surgimento de outra categoria social entre os trabalhadores rurais: o agregado de fazenda.

Leite (2012) concebe os agregados como trabalhadores que migraram do regime de cativo da terra para o cativo do trabalho, num movimento expansionista/acumulativo materializado na fazenda goiana:

A importação de colonos livres como expediente alternativo de abastecimento interno de trabalhadores, em função das proibições ao tráfico de escravos africanos, não era uma necessidade em absoluto. Entenda-se bem a questão: as proibições e sanções cada vez mais hostis sobre a prática do tráfico negreiro imputadas pela Inglaterra primeiramente a Portugal e depois ao Brasil independente não acabaram de uma vez com o trabalhador cativo. (2012 p. 4).

A autora associa a permanência do trabalho cativo no Brasil – do qual eram vítimas os agregados – ao represamento do desenvolvimento interno da divisão do trabalho, consequência de posicionamentos políticos e econômicos que mantiveram o país na função de exportador de produtos primários.

No Brasil sertanejo, onde a seca e a escassez de recursos financeiros sempre foram uma constante, delineou-se uma economia da pecuária, pois o gado, ao possuir as próprias condições de locomoção, dispensava investimento logístico. A produção agrícola, por sua vez, limitava-se ao sistema de queimadas e à rotação de terras e culturas do tipo indígena (WAIBEL, 1955).

O imprevisto e a mobilidade espacial consoantes à vida do agregado conferiram à moradia sertaneja um aspecto de provisoriedade, já que “conforme as modalidades da vida comum – ou mesmo da vida cotidiana –, o homem é levado a dar ao espaço ‘vivido’ dimensões correspondentes àquelas do seu próprio estilo de vida” (GEORGE, 1969 p. 35-36).

A morada do agregado localizava-se, em geral, aos fundos da sede da fazenda. Nesse entremeio, um complexo de espaços de produção (de farinha, melado, pães, queijo, cachaça, criação de animais), entre estes, o “rancho”:

Fotografia 18 - Réplica do rancho sertanejo - Memorial do Cerrado, (Goiânia) 2015.



Fonte: Arquivo da autora, 2015.

Com telhas cerâmicas ou cobertura de palha, o rancho abrigava os objetos utilizados na lida com o gado (celas, cordas, chapéus etc.), também equipamentos para a preparação de alimentos.

As atividades dos agregados no interior das fazendas assemelhavam-se às atribuições das negras e negros escravizados na casa colonial:

No que se refere às atividades de manutenção econômica da fazenda, ao agregado cabe manter carreadores, caminhos e estradas, colocar e fazer a manutenção de cercas e porteiras, trabalhar como pedreiro, reparando e construindo o que for necessário, além de esgotar várzeas e preparar represas, sendo essas atividades não remuneradas. Trabalha também em lavouras que pertencem ao fazendeiro como canaviais, cafezais ou algodoais, pelo que recebe pagamento semanal em dinheiro. [...] A mulher do agregado também trabalha para

o fazendeiro, mas antes de tudo tem de estar disponível para trabalhar sempre que solicitada, estando disponível, sobretudo, à mulher do fazendeiro. Algumas são amas ou cozinheiras permanentes, outras integram o corpo de empregadas em situações excepcionais como em festas e na recepção de convidados. A mulher também cuida de sua própria casa e do quintal, além de ter de assumir sozinha, algumas vezes, a tarefa de roça. (LEITE, 2012 p. 9).

Percebe-se, pois, que a divisão interna do trabalho na fazenda agropastoril reproduzia uma ordem que condenava o trabalho feminino à invisibilidade no interior da casa, enquanto o trabalho masculino extrapolava, inclusive, a base territorial da fazenda.

O contrato social entre agregado e fazendeiro denunciava o tipo de dominação que se fundia na fazenda goiana. Esta não se dava na exploração do trabalho no seu sentido estrito, mas na “dominação total do agregado, no que se refere ao seu deslocamento no espaço e no tempo social da fazenda, no fato de este ter de estar completamente à disposição do fazendeiro” (LEITE, 2012 p. 8).

A reestruturação da fazenda goiana (MENDONÇA, 2012) reverberou na obsolescência do serviço prestado pelo agregado. A chegada de pacotes tecnológicos (insumos químicos e maquinário agrícola), em meados do século XX, implicou a expulsão progressiva desses sujeitos dos locais de moradia/trabalho.

Em Goiás, este processo teve seu auge nos anos 1970, levando à formação de um cadastro de reserva de trabalhadores rurais sem precedentes, marginalizados nos grandes centros urbanos. Essa geração, seus filhos e netos, hoje engendram a luta pela terra.

Residente nas cidades, a maioria desses migrantes se encontra impossibilitada de exercer as antigas ocupações, ressaltando que estas, não se resumem à dimensão objetiva do trabalho, são também atos culturais (ARROYO, 2012) e por isso, fundamentos de modos de existir.

Na cidade, o trabalho tende a distanciar-se geográfico e simbolicamente não só da moradia, como de outros serviços sociais. O sistema de ensino escolar nega o trabalho enquanto fonte de aprendizado. O sistema de saúde

isola a condição do trabalhador das causas de seu adoecimento. A segurança impõe a militarização da sociedade como fórmula primeira e mais eficaz de combate à criminalidade, sem questionar a miséria e o descaso do Estado nos espaços sintomáticos das desigualdades sociais. Os insuficientes serviços de transporte acentuam a segregação socioespacial e a precarização do trabalho.

Destarte, a distância entre a morada indígena, quilombola e os “barracões” nas periferias urbanas é mais que técnica e social, revela a destituição do trabalho como referência de vida. Assim, o processo de expropriação do trabalhador dos meios de produção ocorre simultaneamente ao processo de distanciamento do sujeito de suas experiências de vida, de suas cartografias existenciais.

O sufocamento dos processos de singularização, das trajetórias de vida, compromete o que Brandão (2009) chama de “densa gramática de estruturas lógicas do pensamento”, advindas de variadas formas de reprodução da vida:

Mesmo nas culturas indígenas, algumas monografias sobre o assunto têm chamado atenção para o fato de que também os índios, mais do que se imagina, usam as relações práticas e simbólicas entre as variações do mundo natural e as respostas sociais através do *trabalho*, como um indicador essencial do fluxo dos tempos e da própria ordem de ambos os mundos, pensados um pelo outro: o da sociedade e o da natureza (BRANDÃO, 2009 p. 71).

A “refuncionalização” da morada remete a esse projeto de desagregação das estruturas lógicas do pensamento, condição também para o esvaziamento do pensamento crítico sobre os atos culturais, vistos e concebidos como operações maquínicas.

Comer, vestir, divertir, educar, descansar, produzir. Esvaziados da relação trabalho-cultura, esses atos cada vez mais se submetem às oscilações do mercado. A radicalização dessa tendência faria da morada – referência de vida e trabalho – um “asséptico” dormitório imune à criação humana e a outras formas de interação sujeito-mundo.

2.2.3 Moradia: prática espacial

Nas escalas anteriores, problematizou-se a moradia a partir de uma concepção de espaço inativo: ora como substrato, ora como espaço de relações. Na escala do vivido, a moradia é mais que direito social, política ou programa, campo econômico, setor ou plano arquitetônico. A moradia emerge como uma prática espacial, definida por Souza (2015 p. 207) como uma ação social “protagonizada por sujeitos coletivos e inscritas em uma teia de significados e valores, sejam essas ações premeditadas ou não. O que diferencia a prática espacial da prática social é, apenas, a evidente dimensão espacial da primeira”. A noção de prática espacial supõe múltiplos condicionantes espaciais:

[o espaço] condiciona materialmente, por meio do substrato espacial material (materialidade da superfície terrestre, seja enquanto “primeira natureza”, seja enquanto “segunda natureza”); mas condiciona, também, por meio de fronteiras, limites, áreas de influência e territórios (projeção espacial das relações de poder) e através dos efeitos exercidos pelos símbolos e signos inscritos no espaço, ou por aquilo que a paisagem sugere, sobre os processos de socialização e criação e reprodução das significações presentes no imaginário (SOUZA, 2015 p. 207).

Uma das razões pelas quais o geógrafo evoca o conceito de prática espacial em seus escritos recentes é evidenciar as novas formas pelas quais o social se inscreve espacialmente, apresentando matérias novas à interpretação e à intervenção territorial.

Há similaridades entre o que aponta Souza (1996), do ponto de vista geográfico, e Guattari e Rolnik (1996), do ponto de vista psicanalítico. Ambos sinalizam a pulsação de novas formas de organização social e de relações, com equivalentes no espaço e na subjetividade.

Para Guattari e Rolnik (1996), a Revolução Francesa marca uma ruptura no processo de subjetivação dominante. Se antes, a produção da subjetividade operava a nível do coletivo – etnia, casta, família ampla, sistemas de corporação –, a partir de então passa a operar a nível específico do indivíduo. Este reajuste, segundo os psicanalistas¹⁵, impõe a “desterritorialização das

¹⁵ Félix Guattari é filósofo e psicanalista, Suely Rolnik é psicóloga e psicanalista.

subjetividades”. Sem um sistema de referência “estável”, sujeito às oscilações do mercado, as máquinas de subjetivação expandem – com direções e conexões múltiplas, como um rizoma – seus campos de atuação.

A nova ordem subjetiva ancora-se ao modelo de produção industrial. Este, quanto mais desenvolvido for, mais força adquire no campo semiótico. Logo, as questões da subjetividade estão colocadas na dimensão espacial, no modo de produção, no estágio de desenvolvimento das forças produtivas:

Todas essas questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas a partir do momento em que não mais consideramos a produção de subjetividade como sendo a apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesas de produção das relações sociais. A partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (os setores de “ponta” da indústria). Matéria-prima do próprio movimento que anima a crise mundial atual, essa espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas, biológicas, através da incorporação massiva da telemática, da informática, da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da mídia (1996, p. 26).

Os psicanalistas apontam para os efeitos desse reordenamento da subjetividade no funcionamento do espaço doméstico. Ganha força, a partir daí, um movimento de “confinamento da família” e “circunscrição da infância”. Uma subjetividade outrora constituída na relação com o clã, a etnia, a tribo, a comunidade, tende a se confinar nos limites da casa e da família nuclear. Paradoxalmente, as “máquina produtivas” globais invadem a casa e comandam as relações, os afetos – ou a ausência destes –, a percepção de mundo. Condição que torna obsoletos esquemas teóricos que sugerem ser a produção da subjetividade uma questão de “ideia”, de “transmissão de significações por meio de enunciado significantes”.

A questão tampouco se explica, ainda segundo Guattari e Rolnik, com modelos de identidade ou teorias psicanalíticas centradas em identificações com polos maternos, paternos etc.: “Trata-se de sistemas de conexão direta

entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (1996 p. 27).

Também Henri Lefebvre dedicara boa parte de sua obra ao estudo das novas “escalas” de manifestação do social, ou melhor, da luta de classes. Nessa empreitada, o geógrafo concebe a vida cotidiana como uma potente estratégia de classe, mecanismo de regulação social e imposição da ordem do consumo que garante a existência de uma sociedade burocratizada.

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção – consumo - produção). (LEFEBVRE, 1991 p. 82).

Em “A vida cotidiana no mundo moderno” (1991), Lefebvre descortina a dimensão política do cotidiano, situando-o como plano fundamental ao projeto moderno de sociedade. Esta seria atravessada por antagonismos do tipo racionalismos X irracionalismos, efemeridade X estabilidade, satisfação X frustração, retórica X significação, linguagem X vida real, ação X conhecimento. Esse cotidiano planejado, cujos antagonismos o completam estruturalmente, seria a forma sofisticada, e sutil, de expansão da ordem do consumo para além do concreto: consomem-se representações, imagens, comportamentos, satisfações. Nesse sentido, um dos principais mecanismos da captura do cotidiano seria, segundo Lefebvre, a publicidade.

A proposta é submeter o máximo possível de atividades cotidianas ao estatuto capitalista a partir de guias, manuais, programas, pois à medida que se direciona a prática, delinea-se as necessidades – “encurrala-se o desejo” (LEFEBVRE, 1991 p. 82). Daí, o título dado pelo geógrafo à “Sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Este projeto de cotidiano inicia-se no final do século XIX sob o “fim dos estilos” e o nascimento da “cultura”, cristalizando-se no século XX sob o investimento da publicidade.

Lefebvre, todavia, discorda de teses que indicam a total submissão das classes populares ao cotidiano planejado. Ele argumenta:

Numerosos sociólogos dão a entender que a classe trabalhadora, em escala mundial, prefere a segurança; a segurança do emprego, às aventuras revolucionárias. Ela teria “escolhido” ou “optado”, abandonando sua missão histórica. Afirmções suspeitas, a última mais ainda que as outras. Se isso é verdade, deve-se à instauração do cotidiano, a instalação na cotidianidade, muito mais do que à satisfação “escolhida” de preferência à insatisfação criadora. Mesmo que haja aí uma verdade, não seria uma das contradições atuais? O proletariado não pode abandonar sua missão histórica sem renunciar a si mesmo. Se ele “escolhe” a integração à sociedade gerida pela burguesia e organizada segundo as relações de produção capitalista, ele abandona sua existência de classe. Para ele, a integração coincide com a desintegração. Ora, o suicídio de uma classe dificilmente se concebe e se realiza ainda mais dificilmente. (88)

O geógrafo defende a “conquista da cotidianidade”, que seria o reencontro, a partir de assaltos, transformações, transgressões, da linguagem com a vida real. Para ele, esse projeto carrega em si os seus limites, e tende à destruição, porque totalmente desprovido de significação:

De fato e em verdade (mas quem o ignora?) paira um mal-estar. A satisfação generalizada (em princípio) faz-se acompanhar de uma crise generalizada dos “valores”, das ideias, da filosofia, da arte, da cultura. O sentido desaparece, mas reaparece de outra forma: há um vazio enorme, o vazio de sentido, que nada vem encher, a não ser a retórica, mas essa situação tem um sentido, ou vários. O primeiro deles não seria que a “saturação” (das necessidades, dos “meios”, dos tempos e dos espaços) não pode fornecer um fim, que ela não tem finalidade, que é desprovida de significação? Não é necessário distinguir nitidamente satisfação, prazer e felicidade? A aristocracia atingiu e soube definir o prazer. A burguesia mal consegue chegar à satisfação. Quem dirá, ou quem dará a felicidade? (89)

Respostas simplórias não são encontradas na obra de Lefebvre, apenas pistas de possíveis transgressões, sobretudo a partir da arte enquanto “apropriação” de tempos e espaços. Aliás, “apropriação” é o veículo teórico pelo qual o geógrafo reclama a intervenção criadora, o desmonte dos “subsistemas” que assaltam a vida ordinária.

É também pela arte que Guattari e Rolnik (1996) fundamentam a ideia de uma “Revolução Molecular”, alçando os níveis interpessoais, pessoais e infrapessoais. A arte enquanto vetor dos processos de singularização.

Tendo em vista as múltiplas possibilidades de leitura da moradia, e da relação entre moradia e movimento social, entrevistou-se alguns intelectuais geógrafos de orientações teórico-metodológicas distintas. Os aspectos elencados por cada entrevistado amplia o leque de caminhos interpretativos da moradia, reiterando a complexidade desse fenômeno e as variadas formas como ele se apresenta a depender da perspectiva do pesquisador.

2.3 Casa: um aprofundar-se em si mesmo

A entrevista com a geógrafa Lucia Helena Gratão ocorrera em seu apartamento. Professora aposentada pela Universidade de Londrina (UEL), Gratão mudou-se recentemente para Goiânia, pondo-se mais perto de seus pais.

Seu apartamento compõe um típico edifício moderno, com os equipamentos e serviços que garantem privacidade, praticidade e segurança quanto aos “inconvenientes” da vida na metrópole.

Cômodos compactos, cuja ordenação impõe uma “cadência” à visita: inicia-se pela sala principal, de onde visualiza-se a cozinha e uma antessala. Esta desemboca num corredor que dá acesso aos quartos – um deles transformado em biblioteca – e banheiro. O ponto final do roteiro se dá na sala de TV ou “sala de entretenimento”.

A composição da paisagem do apartamento de Gratão obedece a uma lógica externa de fragmentação, padronização e especialização dos espaços. Lógica a serviço do que Guattari e Rolnik (1996) chamam de processos de individuação. Concatenam-se, pois, ao movimento de deslocamento do sujeito – das singularidades, da experiência, do *habitus*, do trabalho – do centro de produção de sentido da moradia.

Todavia, Lúcia apresentara um lugar produzido em estreita relação com a sua trajetória de vida, com as experiências passadas, com a posição que ocupa no mundo do trabalho, com os projetos para o futuro. A biblioteca, a

antessala transformada em sala de leitura, entre outros “espaços do pensamento” implicam uma morada voltada ao exercício intelectual.

As expressões artísticas, os “pontos de transgressão” deliberadamente dispersos ao longo do apartamento denunciam uma vida, e uma intelectualidade, ancoradas à arte.

A morada narra as viagens realizadas pela professora, suas dietas alimentares, a frequência com que cozinha, lê, escreve, assiste TV.

À medida que as paisagens eram percorridas, Gratão descrevia sentimentos que as particulariza. Descrevia, em outras coisas, a forma como é tocada pelas paisagens da casa.

Nas narrativas acerca da casa, há sempre ausências. Como se a casa, extensão do corpo, também estivesse fadada à falta. A ideia de que a casa não está pronta, “acabada”, falta-lhe algo, há de ser melhor, mais equipada e mais aconchegante: a dimensão desejante do sujeito impregna-se na casa.

Uma pausa no lavabo do apartamento, e Gratão revela: o lavabo existe para que a visita não se comunique com o espaço da intimidade. Os quartos são, por excelência, os espaços da intimidade. Uma intimidade duplicada.

À medida que a casa era revolvida em narrativas, insurgiam memórias da infância, leituras realizadas sobre a casa. Num desses momentos, Gratão reconheceu a influência de Gaston Bachelard na “experimentação teórica” da casa que ali se desenvolvia, sobretudo a inter-relação entre casa, abrigo e imaginário:

Uma espécie de atração concentra as imagens em torno da casa. Através das lembranças de todas as casas em que encontramos abrigo, além de todas as casas em que já desejamos morar, podemos isolar uma essência íntima e concreta que seja uma justificativa para o valor singular que atribuímos a todas as nossas imagens de intimidade protegida? (1998 p. 199).

Segundo o filósofo francês de orientação fenomenológica, todo sentimento de abrigo evoca um “estar em casa”, pois “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um

verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela” (1998 p. 200).

Bachelard (1998) comunga um modo de interpretação no qual o sentido das coisas não está fora do que nos é apresentado. A beleza da obra está contida na própria obra. Um modo de ser fenomenológico está pautado na experimentação estética dos fenômenos, no aprofundamento daquilo que nos chega, e a forma como nos toca.

A casa comportar-se-ia como uma “verticalidade”, no sentido bachelardiano, exercendo a comunicação entre o céu e a terra. Operação contrariada, segundo Gratão, pelo edifício moderno, cujos apartamentos rompem com a exigência de um base/alicerce e de um teto.

O edifício moderno distanciara-se, também, do lugar do encontro, do convívio, da produção de um imaginário que atualiza a casa como equivalente espacial da família. Lugar apropriado ainda na infância, nos “cantos” tornados esconderijos. “*Hoje, quando nos chateamos, para que canto corremos?*”, questiona Gratão.

Ao longo da visita guiada, ela insiste na casa enquanto lugar de ser feliz, da partilha. Partilha não só da vida cotidiana, também de memórias, haja vista que a casa possui essa capacidade de inscrição das experiências passadas.

Apesar de admitir a casa enquanto esfera de poder – mencionando, inclusive, aqueles que, marginalizados, têm medo de voltar para a casa –, Gratão afirma que as transformações contemporâneas no morar não se resumem a uma questão de classe.

Todas as classes vivenciam o processo de “perda da casa”. A própria “busca” pela moradia pode resultar, no seu ponto de vista, nesta perda. E qualquer leitura pautada na propriedade privada ou noutras categorias que reduzam a casa à dimensão do concreto, passará ao largo desse processo.

A cozinha, alma da casa entregue aos cuidados da mulher, sofre uma redução de tamanho. Aumenta a sala de entretenimento. Surge o quarto dos brinquedos. Novos arranjos que expressam transformações na interação entre os sujeitos, e destes com o mundo, e fazem explodir as noções de tamanho e extensão.

Diante dessa potência de experimentação contida na casa, para Gratão, é de fundamental importância que as escolas discutam a casa em seus múltiplos sentidos – concreto, relacional, imaginário. A hipótese da geógrafa é de que há uma resistência do imaginário a esse processo de “captura” – emprestando um termo de Guattari e Rolnik (1986) – da casa enquanto pilar da existência. Para Gratão, a melhor leitura se dá na casa, porque ela é o centro, é a referência de tudo: “*Daqui, tudo se irradia*”.

O morar se difere de estar, passear, passar. É o lugar das permanências, das continuidades, das referências do imaginário, dos vínculos afetivos mais profundos. O que tem sido perdido nas moradas urbanas, sobretudo nos condomínios de “alto padrão”, onde os afetos engendram-se numa escala circunscrita à propriedade privada. A privacidade ganha primazia em experiências individualizadas e individualizantes.

Encerra-se a visita guiada com um café, ocasião em que a conversa é direcionada aos resultados preliminares da tese, oriundos dos trabalhos de campo realizados.

O túnel no quintal de Anita, cavado pelos filhos quando criança, soa a Gratão como a expressão de um desejo de retorno à terra. Terra transfigurada em útero, fertilidade, proteção.

A consistência dos vínculos e dos valores compartilhados no acampamento, por sua vez, soa para a geógrafa como alicerce dos afetos que darão substância ao assentamento. Afetos fundados na comunhão da luta. Luta que realiza a passagem do desconhecido em espaço experimentado, em lugar.

2.4 A casa como mediação

A entrevista com o geógrafo Douglas Santos aconteceu no refeitório de um hotel, no contexto de sua participação em seminário promovido pelo projeto “Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o Mundo do Cerrado¹⁶”, na cidade de Itapuranga (GO).

¹⁶ Projeto executado no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa e à Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil – PGPSE, coordenado pelo professor

Na pauta da entrevista que durara cerca de quarenta minutos, estavam questões relacionadas desde a moradia como categoria de análise geográfica à construção de uma agenda da moradia no seio dos movimentos sociais.

Questionado quanto à “influência” do território da moradia na constituição da vida do sujeito, D. Santos (2016) inicia:

*Para responder a isso você tem de colocar em questão uma série de variáveis. De alguma maneira todas as formas de moradia ou todas as manifestações sociais, digamos assim, seja uma moradia ou qualquer outra, **sintetizam ou reorganizam as formas de sobrevivência dos indivíduos**, dos grupos. A princípio, pensando de forma bastante ampla, sejam os templos, sejam as cavernas, sejam as casas, sejam os apartamentos, sejam cada um deles... vamos dizer assim, são referências históricas, referências arquitetônicas, e referências de trabalho. Referências que de uma maneira ou de outra são mais ou menos funcionais com a forma de produção da vida.*

Para o geógrafo, as formas de produção da vida “*não se referem exclusivamente às formas mais diretas e objetivas do trabalho*”, também ao campo da subjetividade.

Os múltiplos sentidos da moradia reclamam mais que o estado atual da correlação de forças políticas e ideológicas, envolvem o campo social como um todo, porque a casa é também composta pelo que D. Santos denomina “plano da resistência”. Este seria aquilo que permanece nos sujeitos enquanto comportamentos, sensibilidades, modos de operar o pensamento e a ação.

‘ Tal plano de resistência sobrevive, em diferentes intensidades, ao processo global. Isso explica, segundo o geógrafo, porque um sujeito, familiarizado com narrativas contra a homofobia, pode recusar-se a aceitar um filho homossexual. Ou ações de violência contra a mulher praticadas por sujeitos de discursos “progressistas”, lideranças de movimentos sociais etc.

Eguimar Chaveiro (UFG). Período do evento: 15 a 16/11/2016. Douglas Santos faria uma exposição acerca da conjuntura política do Brasil, e das expressões autoritárias crescentes no comportamento dos sujeitos, com ênfase no papel do professor nesse cenário. Em suma, abordaria a ação política do professor frente ao crescimento de um pensamento fascista – ou de aspectos deste – no Brasil.

O morar não está dado. Aproximar de seus significados numa dada sociedade envolve, segundo D. Santos, compreender como o trabalho está colocado no espaço doméstico. E, nessa presença, como ele atua na construção de sistemas de referência ao sujeito:

Ele [o trabalho] está ali para permitir a própria reprodução das forças produtivas do ponto de vista dos indivíduos, da sua capacidade de comer, de beber, de se assear, de viver a sua sexualidade, de cuidar da cria, de cuidar da sua procriação, e mais do que isso: construir todo o seu sistema de referência.

Tal sistema de referência não se restringe ao plano da representação, à ideologia. Talvez seja esse o ponto que mais aproxima a compreensão de D. Santos da leitura proposta por Guattari e Rolnik (1996), apesar de não se fazerem interlocutores. O que em ambos se descortina é a moradia enquanto expressão das cartografias existenciais dos sujeitos, que para D.Santos, irradiam do trabalho.

Em termos mais modernos, dependendo da casa, você vai ter desde o lugar onde está o santo de referência das pessoas, até o lugar da fotografia. O lugar onde se guarda aquela roupa, aquele vestido, aquela coisa que tem aquele sentido, um sentido que envolve as próprias marcas do processo de reprodução da vida...

O geógrafo adianta que a casa por si só é carente de significados. Ela só pode ser entendida “em relação”, num esforço de interpretação dos “tipos de reprodução que envolve desde um barraco numa favela, onde todas as formas de reprodução da vida estão colocadas ali num único cômodo, até as casas com os cômodos, com quartos, com a individualidade, com a divisão”.

No sentido de reiterar o trabalho como categoria central, D. Santos cita o processo da independência de Moçambique, partindo das transgressões expressas em novas formas dadas ao espaço vivido, logo mais atenuadas por um contexto geopolítico de subordinação de países africanos aos comandos das grandes potências mundiais:

Quando os brancos são expulsos de Moçambique, a invasão das moradias envolveu a derrubada de poderes, o arrancar das portas, o arrancar das janelas, porque elas não faziam sentido dentro daquela nova relação. É interessante que nesses últimos 10 anos aproximadamente, essas janelas que foram arrancadas e foram queimadas, que serviram de combustível e tal, começam a voltar pros seus lugares. As pessoas começam a colocar os castilhos. Começa, então, essa coisa da divisão da privacidade, da noção do privado, do que é público, do que é privado... Do ponto de vista da aldeia isso não faz nenhum sentido, não é? Mais do ponto de vista da vida urbana, do sentido que a sociedade capitalista deu a ela, faz todo o sentido. Considerando todos os formatos da divisão técnica, da divisão social do trabalho, digamos.

A ação dos moçambicanos ao derrubar portas e janelas contestava uma ordem individualizante, da qual a casa burguesa é produto e condição. Mas, esse resgate de espacialidades comunitárias não se explica por um retorno ao estado original. Tampouco se anulava com a reposição das portas e janelas. É complexa a ação dos sujeitos nesse processo de “subordinação”, “negociação” e “fuga” aos processos globais, porque os “planos de resistência” não estão dados. Nesse sentido, a morada é um ponto de partida, não a expressão espontânea das transformações sociais.

Na produção do conhecimento geográfico, as categorias de análise são mediadores fundamentais. Quando, por exemplo, parte-se do jogo escalar, ou de uma abordagem dialética, como o fez D. Santos na interpretação de casa, elege-se certas categorias em detrimento a outras.

A tradição que dá consistência teórica, ao mesmo tempo tenciona o uso das categorias geográficas, como o território, predominantemente associado à ideia de Estado-Nação. Perguntou-se ao professor, diante desse quadro, o que implica uma abordagem territorial da moradia:

Se você tiver pensando em leituras como do Raffestin, por exemplo, há problema de escala, porque como o território está muito associado à noção do poder, e existe um mito de que essas relações de poder são relações de Estado, então a relação de território se associa muito rapidamente

à noção de Estado nas suas diversas escalas. E tudo isso cria um dilema epistemológico sem solução, porque no final das contas, em primeiro lugar, as relações de poder não são necessariamente relações de mando; e as relações da política não são necessariamente relações de Estado.

Para ele, o Estado é uma resultante da relação política, e não tem sentido em si e para si. Por isso, discorda de tal tendência de concepção da categoria território.

D. Santos compreende o território como categoria da ordem, diferente da paisagem – categoria da percepção –, apesar de se fazerem inseparáveis: *“não existe nenhuma percepção que não me leve a um território. Não existe nenhuma territorialidade que não me exija uma percepção”*. Dessa forma, há sempre o território de uma paisagem, e a paisagem de um território.

As categorias *“são momentos da construção do pensamento, do entendimento do mundo”*, diz D. Santos. O território é, além de percebido, pensado, transformado em discurso.

Nessa linha de raciocínio, não importa a escala. Pensar a moradia para além do que ela se apresenta aos sentidos humanos, pensar a distribuição dos móveis para além da dimensão funcional: a casa se expressa socialmente. E, para D. Santos, o arranjo que conforma na casa remete ao sentido do belo. Esclarece: *“nessa direção, você tem o sentido do belo, não o sentido da paisagem – isto é da percepção. Mas da paisagem pensada esteticamente”*.

Esse cordão umbilical que une a casa ao mundo dispensa narrativas circunscritas à vida “privada”, pois esta é, para D. Santos, *“a realização da vida coletiva em outra escala”*. Sendo assim, o que compete a uma teoria da transformação não é entender a casa por si só, pela forma ou objeto, mas entendê-la “em relação” ao movimento da própria sociedade.

Essa capacidade de amparar dispositivos de pensamento, ação e emoção – ainda que combatidos socialmente – faz da moradia um campo de atuação política.

A entrevista com D. Santos mostrara outra perspectiva de interpretação da moradia, na qual as fronteiras entre o interno e o externo, o público e

privado, a morada e o mundo do trabalho assumem sentidos outros dos convencionais. Para ele, o que é preciso “*construir ou perceber é a mediação possível. A forma da casa é, na verdade, digamos... as regras do jogo daquele existir*”.

2.5 Um lugar a construir

A conversa com o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão também se dera num hotel, onde se hospedara durante um curso que ministrara na Universidade Estadual de Goiás, no Campus Pirenópolis.

Em seu livro “No Rancho fundo”, Brandão dedicara fragmentos de textos à descrição da morada camponesa. A coletânea de textos deriva de pesquisas realizadas nos interiores de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Em geral, com enfoque em comunidades camponesas tradicionais – cujo contato com a cidade é recente ou precariamente estabelecido.

O principal desafio da entrevista era definir as analogias possíveis entre a morada camponesa “tradicional” e a morada no assentamento.

Para Brandão, abordar a moradia é algo que destoa da tendência posta nos estudos de assentamentos de reforma agrária, cuja maioria “*pensa a terra, a propriedade rural*”. Ele reconhece que o estudo da moradia no mundo rural camponês é, de maneira geral, pouco recorrente:

Quem trabalha muito com casa, é quem trabalha com índio. Primeiro porque elas são feitas por eles. Tem índios que fazem enormes malocas, pra 40, 50 famílias. Outros já não, cada um tem a sua casinha. Umas ainda são bem tradicionais, outras já imitam casas camponesas. E lá é muito importante a limitação entre a casa e o espaço da aldeia. Quem faz etnologia, trabalha muito com casa. É um espaço bem demarcado: a aldeia, a casa e a mata. Já no mundo rural não, a gente trabalha mais com o mundo do trabalho: a lavoura, o pasto... A casa fica meio de banda.

Brandão retoma um dos princípios da morada camponesa: a inseparabilidade moradia-trabalho. Esta é, inclusive, um dos principais atributos da identidade camponesa, por mais diversa que é tal categoria.

Brandão, nesse exercício de diferenciação e definição das analogias possíveis, propôs uma taxonomia das moradas no campo, composta por três grupos: moradas tradicionais, moradas “modernizadas” e moradas em assentamentos.

O primeiro grupo abarca as comunidades camponesas que historicamente ocupam certos lugares. Trata-se de um legado de gerações: *“Uma gente que já se estabeleceu, propriedades que foram repartidas, comunidades mais isoladas que estão com um contato muito recente com o mundo urbano. Agora é que tem gente indo pra escola na cidade”*.

Nessa categoria, estão inseridos praticamente todos os casos das longas pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo, a exemplo das comunidades situadas na Serra da Mantiqueira e na Serra do Mar.

O segundo grupo comportaria as moradas de referência europeia: *“já é quase uma casa urbana, às vezes com piscina, automóvel, frequenta a cidade. É o que os americanos chamam de “farm”, quer dizer, o pequeno produtor modernizado”*. Em Goiás, encontram-se amostra deste tipo no Sudoeste Goiano, na região de Jataí, diz Brandão. A proximidade com cidades rapidamente modernizadas é um fator nesse quadro de moradas camponesas.

Por fim, a categoria das moradas edificadas em acampamentos/assentamentos de reforma agrária. Segundo Brandão, o assentamento se diferencia por sua condição de *“lugar a construir, um lugar onde vai se partir do zero”¹⁷*. *Para muitos, talvez seja uma primeira experiência. [...] No assentamento você vê acontecer agora. E acontecer numa micro escala”*.

Como um lugar a construir por um coletivo, o assentamento exige o consenso. Consenso dos parâmetros de parcelamento, do formato dos lotes,

¹⁷ Supõe-se esse “partir do zero” como uma figura de linguagem utilizada pelo entrevistado, afinal, os assentados trazem memórias, *habitus* e costumes que remetem às diferentes trajetórias de vida que antecedem a fundação do assentamento, e neste intervêm.

da distribuição espacial da infraestrutura logística, das condições de acesso à água, da coleta do lixo etc. Esse *modus operandi* do assentamento faz dele um “*espaço combinado*”, mais um título elaborado por Brandão.

A expansão urbana também implica “lugares a construir”. Pensando nessa extensão do conceito, Brandão estabelece uma comparação entre os assentamentos de reforma agrária e os condomínios fechados. Para ele, os condomínios urbano de alto padrão é um espécie de parecido e apostado ao assentamento. Também um lugar, de ocupação recente em que casas são construídas, porém, comum lógica totalmente distinta da natureza do assentamento.

Inicia-se pela relação empresarial estabelecida entre proprietários e arquitetos para a construção das casas. No assentamento, as casas quase sempre são construídas com recursos locais, sob a tradição camponesa do mutirão. Além disso, o duo moradia-trabalho – outra característica camponesa, como relembra Brandão – em geral se faz presente: “*a casa é ao mesmo tempo casa e oficina, guarda de material, às vezes tem um porão onde se guarda sela de cavalo, um puxado, uma cozinha caipira*”.

Para Brandão, a morada no assentamento é uma “possibilidade” de morada camponesa. Sobretudo em Goiás, quando mesmo as casas nas pequenas cidades resgatam o “puxado”, a “cozinha caipira”, tempos e espaços do universo camponês. Por isso, ele afirma que mais importante que entender a casa como ela é, é entender como ela se transforma e como seus limites se expandem para além do objeto arquitetônico.

Diante de um estudioso da educação no campo, a relação casa-escola também fora tema da entrevista. Oportunidade em que Brandão salientara como o território da moradia atua no desenvolvimento da criança, por conseguinte, no conjunto de conhecimentos que ela constrói na própria ação do morar.

Chegara a construir um croqui do itinerário da criança na casa, desde recém-nascida ao estágio em que adquire certa autonomia. À medida que desenhava, explicava como as relações se multiplicavam. Seguem, tanto o croqui, quanto o relato do antropólogo:

Figura 2- Croqui das relações da criança na casa



Fonte: arquivo próprio, 2016.

A criancinha nasce, ela está num berço, num quarto. De repente ela está maiorzinha e já passa para uma cama, sai do berço e habita o quarto. Já começa, logo depois, a fazer incursões pela casa. Ela já come na sala, não mama mais no berço, no quarto. Em cada um desses espaços, ela vai ampliando as relações delas.

Há um movimento duplo, operado pela criança, de apropriação do espaço da casa e dos códigos sociais. O antropólogo acrescenta que, nas sociedades camponesas, esse movimento atinge um estágio muito mais avançado antes da chegada da criança à escola. Ou seja, a criança vai à escola quando já comunga de espaços de relações ampliados – com a família, com o “bairro”, com a comunidade. Implica também um contato antecipado com o trabalho, que por sua vez, retomando Santos (2016), “*não [está] restrito às suas formas mais objetivas e diretas*”. Enfim, experiências que a criança, ao chegar à escola, oferece como fontes de saber.

A própria construção da casa, na cultura camponesa, comporta uma dimensão pedagógica, pela qual se releva, entre outras coisas, a relação homem-natureza:

Durante muito tempo, no construir a casa, a relação entre homem e natureza era intimíssima. Tudo era tirado da natureza. Tirando fora prego, parafuso, todas as madeiras vinham da natureza. Meu sogro, qualquer pessoa saberia o que é madeira boa para o esteio da casa, para porta, pra isso, pra aquilo... Em que faze da lua que você colhe, como é que você trabalha. Depois o barro, o adobe. Minha mulher nasceu em casa de adobe [Mossâmedes]. Ninguém comprava tijolo. A própria telha, aquele negócio de feito nas coxas... elas eram feitas literalmente nas coxas! Pegava o barro, punha nas coxas, e fazia essas telhas de canaletas iguais a essas daqui [aponta para o telhado do hotel]. O próprio piso pode ser feito com barro do lugar.

Diferente de D. Santos (2016), cuja olhar parte de referências de vida urbana – elencando princípios como a individualidade e a privacidade –, os parâmetros de Brandão, na cartografia das moradas que construía, evocam a cultura camponesa como ponto de partida. Ambos, porém, reconhecem o trabalho como categoria central.

2.6 A síntese

As leituras da casa/morada propostas por Gratão, D. Santos e Brandão partem de pressupostos teóricos distintos. Mais que isso: informam modos distintos da produção do conhecimento científico. Em ambas as proposições, todavia, a moradia se coloca como importante fonte de interpretação geográfica.

Os intelectuais localizam, cada qual a seu modo, as determinações e as lacunas, “apropriações” (LEFEBVRE, 1991) ou processos de singularização (GUATTARI & ROLNIK, 1996) que coexistem nessa prática espacial.

Para Gratão, a moradia está subordinada às operações do imaginário. Teria o imaginário o poder de transfigurar a casa, transformá-la em fonte de

criação. Os processos de singularização estariam contidos nos diferentes modos como o sujeito se deixa afetar pela casa.

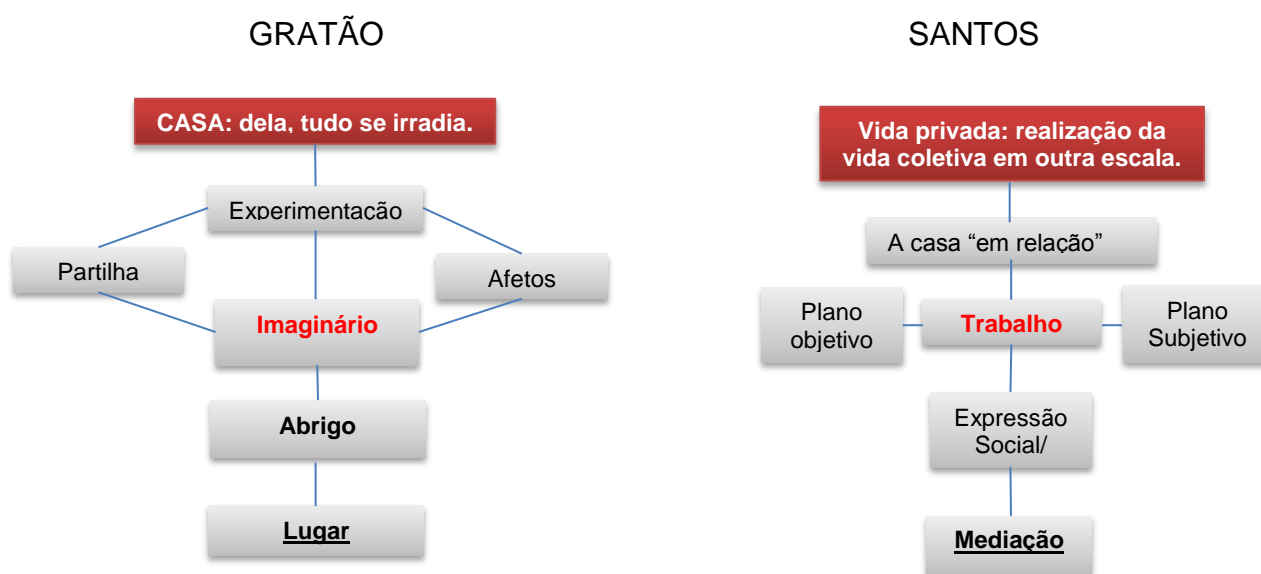
Para Brandão e D. Santos, seria o trabalho – nas dimensões material e simbólica – o fator determinante da moradia. Esta seria, em intensidades distintas, manifestação do trabalho. E, para o antropólogo, o potencial subversivo dos sujeitos diante do processo de serialização das moradas é percebido, sobretudo, pelas transformações que operam na casa.

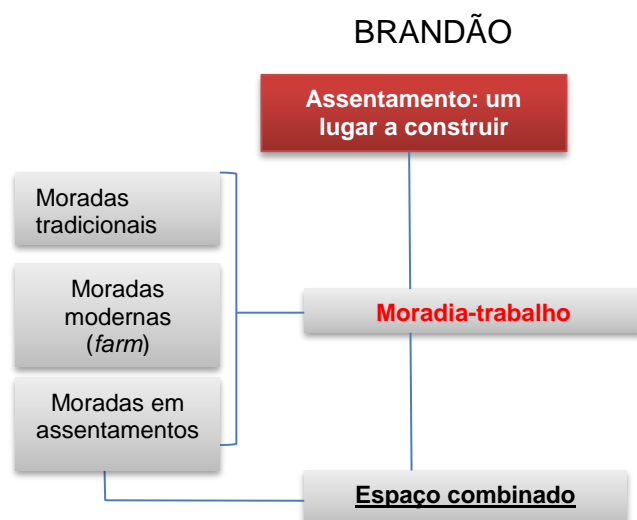
Uma escala da condição do sujeito nas três abordagens comportaria desde um sujeito “livre” (Gratão), passando por um sujeito que “interage” em meio às determinações (D. Santos) a um sujeito transgressor (Brandão).

Também a escala de análise varia. A abordagem de Gratão circunscreve-se ao espaço interno da casa, enquanto D. Santos concebe a “casa em relação” ao espaço social como um todo; e, Brandão, propõe uma espécie de “casa ampliada” aos espaços de produção dos arredores (curral, galinheiro, pomar, horta etc.).

A seguir, uma síntese das leituras de casa/moradia propostas pelos pesquisadores entrevistados:

Figura 3 - Esquemas analíticos



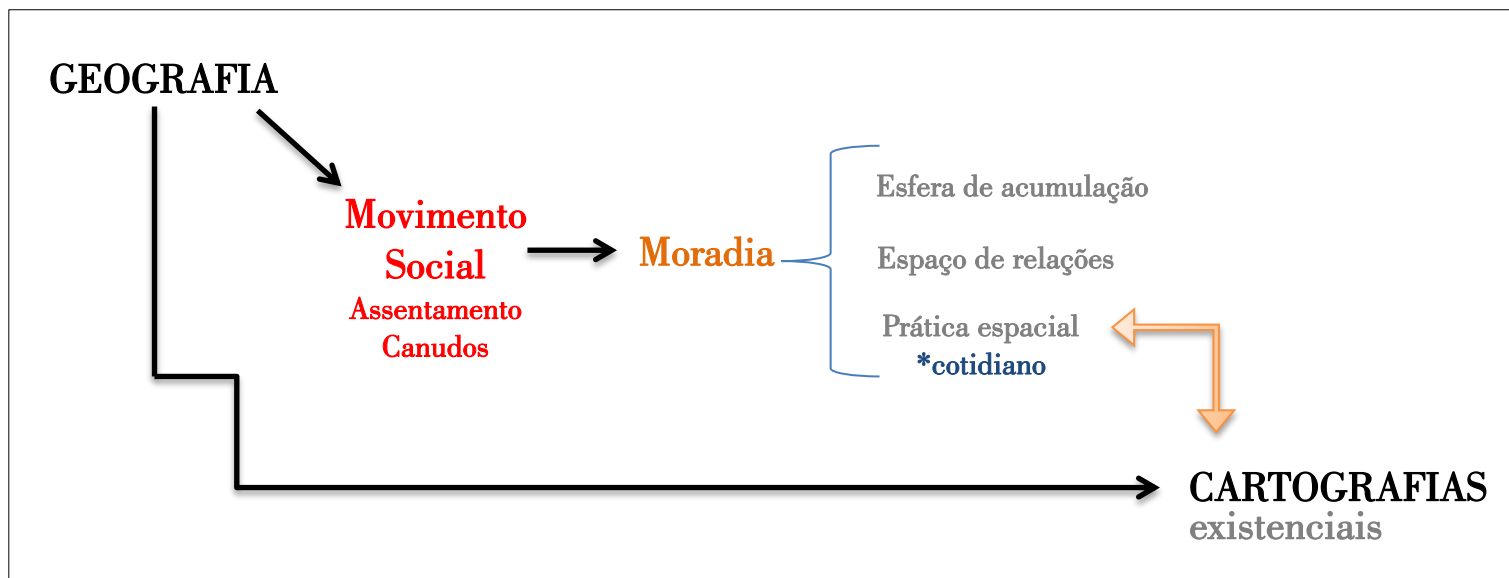


Elaboração: própria autora, 2016.

A questão central, para Gratão, é então o modo como o sujeito, na relação com o mundo – o mundo do imaginário –, desenvolve esquemas duradouros de percepção e produção do lugar. Para D. Santos, é como o sujeito realiza seleções entre velhos e novos comandos sociais e subjetivos, como se compõe em meio aos processos globais e “planos de resistência”. Para Brandão, a moradia – pensada para a realidade do assentamento – como um lugar a construir, põe em questão a potência de um coletivo na promoção de práticas subversivas.

Não se pretende alinhar as contribuições das leituras e entrevistas à cartografia das moradias em Canudos. Como um rizoma, são todas derivações que, em diferentes graus, influenciaram este trabalho. Apresenta-se, apenas, um esquema genérico das conexões entre os temas centrais (movimento social e moradia), as escalas de manifestação do problema e o recorte estabelecido.

Figura 4 - Esquema teórico-metodológico



Elaboração: própria autora, 2015.

A moradia enquanto prática espacial evoca o plano do cotidiano. O cotidiano não mais visto como emaranhado de componentes aleatórios, em grande medida desconectados das determinações econômicas e políticas, mas como plano fundamental de realização do modo de produção, e suas contradições. Mas não só: é também no cotidiano que as apropriações se revelam, frutos do trabalho, do imaginário, das pequenas “insatisfações criativas” produzidas não no gabinete ou nos livros científicos, mas nas experiências sociais concretas, nas cartografias existenciais que cada sujeito empreende, definindo rumos, escalas, sentidos de vida.

Capítulo 3:

CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS

Janela

*Janela, palavra linda.
Janela é o bater das asas da borboleta amarela.
Abre pra fora as duas folhas de madeira à-toa pintada,
janela jeca, de azul.
Eu pulo você pra dentro e pra fora, monto a cavalo em você,
meu pé esbarra no chão.*

*Janela sobre o mundo aberta, por onde vi
o casamento da Anita esperando neném, a mãe
do Pedro Cisterna urinando na chuva, por onde vi
meu bem chegar de bicicleta e dizer a meu pai:
minhas intenções com sua filha são as melhores possíveis.
Ô janela com tramela, brincadeira de ladrão.
Clarabóia na minha alma,
olho no meu coração*

Adélia Prado.



As palavras de Adélia Prado evocam a poética do morar. Trazem à tona lembranças que habitam a casa, a partir da janela: elo de passagem entre mundos abruptamente marcados – por paredes –, e tenuamente separados.

A janela de Adélia Prado só existe na perspectiva do observador. É ele, o sujeito, que lhe dá movimento, lhe põe no curso da vida. São os significados que o sujeito emprega à janela que lhe transporta da condição de suporte espacial – objeto arquitetônico – à elemento de significação do mundo, instância de constituição do ser. Construir, habitar, significar são ações de implicações ontológicas – diria Heidegger (1954).

No assentamento Canudos, as moradas são subtextos de um contexto complexo. Trazem conteúdos novos, desafios, potencialidades de um território cuja razão de ser opõe-se à hegemonia capitalística, perseguindo possibilidades outras de relações sociais, princípios de produção e compartilhamento do espaço. Essa contestação – que pressupõe, na gênese, uma polarização capitalismoXsocialismo, individualismoXcoletividade – defronta, todavia, com *habitus*, trajetórias e projetos individuais de sujeitos viventes de um tempo global, híbrido, complexo. São, entretanto, essas tensões entre o espaço concebido e o espaço vivido, fundamentais ao entendimento do papel assumido pelos movimentos sociais, os novos conteúdos da luta pela terra e o(s) sentido(s) do assentamento de reforma agrária.

Neste capítulo, procurou-se sistematizar traços das moradias em Canudos, partindo das variações, como aconselhou Brandão (2016). Ao mesmo tempo, lançou-as à luz de teorias geográficas, arquitetônicas e filosóficas. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo em lotes situados nas três grandes áreas do assentamento.

As idas alternaram entre visitas localizadas nos lotes, com a realização de entrevistas individuais, e oficina temática realizada com um grupo de mulheres assentadas. Tanto as visitas individuais quanto a oficina foram intermediadas por assentadas em Canudos.

Como produto dos campos, tem-se um conjunto de fotografias, notas de pesquisa, croquis e arquivos de áudio. Estes foram, junto aos textos consultados, o material de aporte na construção deste capítulo.

3.1 A humanização do habitat

Os assentados em Canudos foram contemplados, nos primeiros anos do assentamento, com um valor de aproximadamente dois mil e quinhentos reais – “cheque-moradia” – para a construção das casas. Algumas famílias receberam a segunda parcela deste recurso, de valor semelhante.

Diante das limitações financeiras, os assentados retiraram parte da matéria prima da construção – areia, sobretudo – do próprio assentamento. Além disso, organizaram-se em mutirões, nos quais os assentados, com auxílio de poucos profissionais contratados, alternaram-se na construção das casas.

O modelo arquitetônico fora fornecido pelo INCRA, e compunha-se basicamente de sala, cozinha e quartos. O projeto oficial das casas em nada se diferenciava da “fórmula arquitetônica moderna¹⁸” (ROLNIK, R., 1985).

Passados mais de 15 anos da construção das casas, verifica-se a variação das moradias, promovida por sujeitos que, de acordo com as necessidades reais de cada família, realizaram as alterações que lhes convinham.

No século passado, a manifestação das demandas reais das classes populares nos habitats já chamava a atenção da arquiteta modernista ítalo-brasileira, Lina Bo Bardi, conhecida como uma “arquiteta-antropóloga”. Os trabalhos publicados por Bo Bardi na revista Habitat – de sua coordenação entre os anos de 1950 a 1954 –, provenientes das excursões que fizera pelo território brasileiro, foram analisados por Campello (2010), que compartilha a seguinte reflexão:

As marcas que os rudes artesãos deixam nos objetos, ao moldá-los com instrumentos rudimentares, fascinam esses observadores sensíveis e atentos. Eles procuram, nesses artefatos, as pistas da natureza interior dos homens, os sulcos deixados por seu gesto, as quebras provocadas pelo uso no transcorrer do tempo. Esses objetos são continuidade de seu corpo, porque produzidos na exata medida de sua necessidade. Simbolizam uma ordem e uma lógica inerente às necessidades da vida (CAMPELLO, 2010 s/p).

¹⁸ Fundada em três aspectos: estar, serviços e dormitório.

Bo Bardi enuncia a experiência como fonte do saber arquitetônico. Destaca a potência criativa inerente à razão prática dos construtores populares:

O povo nasce com a arquitetura no sangue, porque nasce com o espírito inato, da procura das necessidades, das oportunidades, das funções da vida. Pouco a pouco tal espírito inato e instintivo, [sic] se transforma em inteligência e conhecimento dos problemas concretos. Sabe o povo que, se de um lado 'o estilo é o homem', por outro lado, 'o estilo é a natureza'. Não é fácil dar-se conta e aprender essa máxima que a nós se nos afigura fundamental. O povo, ao contrário, quando não é viciado e não se deixa levar pelo desejo de imitar as formas cultas ou urbanas, da arquitetura de gabinete, chega com segurança às suas finalidades. Finalidades que são, repitamos: economia, propriedades dos materiais, exato emprêgo [sic] das funções, conhecimento dos resultados práticos. Não é verdade que o sentimento arquitetônico popular obedeça exclusivamente às estritas condições de sua miséria: às vêzes, ao contrário, surge-nos êle [sic] mais rico de achados e soluções, mais cheio de lógica do que as deformadas estruturas inventadas pelos arquitetos em busca de subtilezas herméticas ou de formas extravagantes, que correspondem, em realidade [...] Porque o povo acima de tudo se aborrece com uma coisa: com tudo aquilo que é inútil. Quando o rico se aborrece, o pobre repousa, tem necessidade de repousar. Por isso, as paredes que levanta sôbre [sic] a terra devem ser paredes amigas. Devem, de todos os modos, favorecer a serenidade e não a inquietude; a paz, não as fantasias tortuosas (LINA BO BARDI, 1953 *apud* CAMPELLO, 2010 s/p).

Os princípios de Lina Bo Bardi eram visionários, anunciavam o advento da perspectiva desconstrutivista sob a qual os arquitetos "pós-modernos" se debruçariam. E foi nesse movimento de expansão das fronteiras teóricas e epistemológicas da arquitetura, do projeto à ação e necessidades sociais, que este campo do conhecimento colocou-se tão próximo à Geografia.

O espaço vivido passa a ser evidenciado no planejamento e intervenção arquitetônicas. Tende a torna-se consenso: as moradas só têm sentido se articuladas às demandas reais dos sujeitos protagonistas do habitar. Nessa direção, alguns conceitos são revistos na arquitetura, entre eles, o conceito de ambiente:

Em recentes décadas, os estudos da relação entre a pessoa e o ambiente vêm ganhando força ao aliar áreas diversas do conhecimento como arquitetura, psicologia, sociologia, urbanismo, geografia, antropologia, biologia, agronomia, etc. Vários centros de estudo, artigos e publicações somam-se às teorias consagradas da arquitetura mostrando que uma nova ordem ambiental está se estabelecendo, ordem essa que se mostra holística, universal e

orgânica. Isto é, a uma relação entre estética e funcionalismo na organização do espaço entre formas murais e volumetria soma-se o comportamento humano conforme sua relação direta com o ambiente construído ou natural. O ambiente construído, em distinção ao natural, é reconhecido genericamente como ambiente cultural, ou ambiente humanizado. (FELL, 2011 p. 101)

As concepções de “ambiente cultural” ou “ambiente humanizado” revelam o enfraquecimento de uma concepção de espaço absoluto, matematizado, existente “em si”. Traduzem a incorporação da cultura – enquanto natureza socializada (BRANDÃO, 2009) – no trabalho do arquiteto.

Essa revisão do conceito de ambiente – aproximando-o do espaço vivido – é acompanhada de uma revisão escalar: a casa, o habitat, a morada não possuem significado em si, mas em relação a um social/cultural que extrapola os limites físicos do edifício.

Ao projetar o arquiteto tende a traçar estes limites como parte de seu trabalho. Mas ao traçar um retângulo (ou uma forma qualquer) num papel não se pode esperar que aquele símbolo abstrato possa responder a toda a complexidade e riqueza que a vida humana requer para habitar um espaço. Assim, os componentes e meios tradicionais de geração de projeto – desenho, maquete, referência a antecedentes, programa, etc. – são colocados em cheque, pois eles não dão conta sozinhos da narrativa que o habitar introduz. Os meios tradicionais de representação arquitetônica são os meios da racionalidade geométrica, da precisão matemática, sejam as geometrias utilizadas euclidianas ou não. No entanto, quem, ao percorrer um espaço qualquer se pergunta que forma ele possui? A percepção não depende desta racionalidade e os atos humanos que possam acontecer neste espaço também não. (BARBOSA & FARINA, 2011 p. 157)

O mesmo “despertar” dos arquitetos acontece com os geógrafos. Expande-se o reconhecimento das experiências sociais concretas como fontes de conhecimento e de proposição de novas práticas – escolares, acadêmicas, médicas entre outras. Experiências também importantes à revisão dos conceitos e teorias já estabelecidas no campo científico.

Assim como reconhecer as conquistas sociais no plano da moradia¹⁹, entendida como direito fundamental à cidadania, convém expandir o próprio conceito de moradia, pois “não basta à conflagrada realidade habitacional do país um conceito meramente jurídico de moradia” (SILVEIRA, SANTOS JR. & MACEDO, 2011 p. 30).

Frente ao debate das políticas habitacionais implementadas no Brasil, em mesa redonda no “III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas²⁰”, o literato e liderança indígena, Ailton Krenak, contrapôs-se à sujeição dos movimentos sociais ali representados, à concepção de moradia veiculada nas políticas públicas. Segundo Krenak, ao restringir a moradia à casa, ou à habitação, nega-se as formas de existir de grupos sociais, a exemplo dos indígenas. Para os quais, a moradia ultrapassa os limites físicos da construção: abarca as rotas de caça e coleta de alimentos, os lugares ritualísticos, os territórios coletivos. A morada equivale ao *habitat*, estendendo-se a florestas, matas, campos, águas, montanhas, cavernas. Krenak reivindica a revisão do conceito de moradia centrado no objeto e propõe uma moradia pensada a partir do sujeito.

O chamado do literato indígena coloca o sujeito – coletivo – no núcleo de enunciação da moradia. Reclama o “lugar” das singularidades, dos conteúdos culturais, e denuncia a convivência de segmentos científicos, e de movimentos sociais, à negação da moradia enquanto território.

O sujeito que “habita” as lembranças de Krenak não se encontra subordinado aos limites físicos da casa porque tece cartografias de vida que escapam aos limites institucionais. É nessa capacidade de superação do processo de modelização das relações, dos afetos, dos espaços da existência, por parte dos assentados em Canudos, que a cartografia das moradias esteve centrada: captar as expressões de sujeitos que, desde a experiência do acampamento, investem na significação de um espaço que lhes corresponda material e afetivamente.

¹⁹ Inserção do termo “moradia” dentre os direitos sociais básicos relacionados na Constituição Federal; legislação específica – Estatuto da Cidade; políticas públicas de habitação.

²⁰ Universidade de Brasília – Brasília(DF), 12 a 15 de maio de 2015.

Seguiu-se o conselho de Brandão (2016) em entrevista concedida à autora deste trabalho: dar ênfase às variações das moradas, enfatizar as modificações sofridas pelo projeto inicial. “*Mais que entender como as casas são, é importante compreender como elas se modificam*”. As modificações são fundantes do habitar que ali se constitui, porque, retornando a Lina Bo Bardi, são extensões do corpo daqueles que as efetivaram.

Procurou-se, nas idas a campo, atender o máximo possível à diversidade de sujeitos, conjugações familiares, trajetórias, ocupações, projetos de vida. Deparou-se com pais, mães, filhos, sujeitos que moram sozinhos, de faixa etária e religiões distintas, com diferentes períodos de vivência no assentamento, participantes e não participantes do acampamento, militantes e não militantes. Essa multiplicidade de situações correspondera à multiplicidade de moradias encontradas.

Apesar da predominância da criação de gado leiteiro como principal atividade econômica desempenhada pelos assentados, atividades paralelas como a criação de porcos, galinhas, cavalos, o cultivo de hortas entre outras práticas – que serão logo mais apresentadas graficamente – ampliam e diferenciam as moradias em Canudos. Cada assentado, conforme suas necessidades, aptidões e gostos, desenvolve uma ou mais atividades paralelas.

A fotografia a seguir, sacada de um alpendre, numa perspectiva de dentro para fora, deixa transparecer a proximidade casa-mata que singulariza esta morada:

Fotografia 19 – “Casa-mata” - Canudos, 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

Esta é a morada de um dos fundadores do MST em Goiás, atuante na Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1987, que abandonou a linha de frente e, diante de uma orientação do próprio movimento, após contribuir na consolidação doutros assentamentos, instalou-se em Canudos.

Conhecedor da trajetória do MST e do papel desempenhado por Canudos na luta pela terra em Goiás, o anfitrião reafirma as palavras de Misnerovicz (2017), revelando um Canudos “marco” na política territorial integrada proposta pelo movimento, na qual as dimensões social, educacional, habitacional, produtiva, humana são rigorosamente pensadas.

Dentre os parâmetros da construção da sua morada, estavam: 1. A proximidade com os vizinhos, fator determinante na localização da casa; 2. Desenvolver, nos arredores da casa, uma agrofloresta, o que o levou a cultivar espécies frutíferas em consórcio à vegetação nativa; 3. Ampliar as vias de acesso à moradia, daí duas estradas vicinais.

Solteiro, músico, o assentado queixa-se das dificuldades de constituição de uma família no espaço rural: “*mulher não quer morar na roça*”. Queixa-se também da precariedade do lazer no campo, sobretudo no que diz respeito à

juventude. Esses e outros fatores justificam, segundo ele, a frequência com que se desloca à cidade.

O que acontece com o assentado é sintomático não só da realidade do campo brasileiro, mas da reestruturação da família na contemporaneidade, cujas manifestações também se dão na casa:

Quando a família, estrutura sobre a qual se alicerçaram os grupos sociais, sofre grande transformação, o seu *locus* – a casa – também muda, e não só de formato ou estrutura, mas de *status*. Pois, antes a casa era elo de ligação dos familiares e símbolo sagrado da família, espaço de reuniões, comemoração de casamentos e aniversários, ponto de partida dos mortos, símbolo dos laços consanguíneos e dos valores sociais, extensão da família, sinônimo de coletivo, de reunião e de troca; agora, configura-se em espaços individuais (SILVEIRA, SANTOS JR. & MACEDO, 2011 P. 28).

Esta não é a regra, porém, das experiências de moradia em Canudos. A maioria dos lotes²¹ é habitada por mais de uma pessoa.

O cômodo retratado na fotografia 18 e a localização da bandeira do MST lembram a casa de Joana²². Esse arranjo se repete ainda em algumas casas, onde a bandeira por vezes cede a outros símbolos, a exemplo dos painéis ilustrativos:

²¹ Afirmação que toma como referência a amostra dos 13 lotes visitados

²² Apresentada no primeiro capítulo

**Fotografia 20 - Painel da luta pela terra -
Canudos, 2017**



Fonte: arquivo próprio, 2017.

O painel colore o alpendre de outra morada, agora de uma família composta por um casal e uma filha. O pai, de longa trajetória na militância; a mãe, mudou-se para o acampamento em função do matrimônio.

A filha frequenta a escola na cidade de Posselândia – distrito de Guapó, localidade-sede também das feiras nas quais a mãe, agricultora, vende as hortaliças cultivadas no lote. O atendimento médico é o terceiro fator que as levam à cidade.

As idas constantes à cidade não compõem a cotidiano de outra assentada, cuja casa de dimensões singulares é retrata a seguir:

Fotografia 21 - Vista frontal da casa A - Canudos, 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A anfitriã é natural do Ceará, tem 4 filhos e participou desde o início das ocupações da Fazenda Palmeiras. Carrega lembranças edificadas sob o “barraco de lona preta”, que faz questão de compartilhar.

Iniciara a vida no assentamento tendo o gado como principal fonte de renda. Posteriormente, decidira, junto ao esposo, vender o gado e trabalhar na cidade (Guapó). Um dos filhos é guarda noturno na fazenda Talismã. O esposo esteve à frente de uma secretaria pública municipal durante quatro anos. Atualmente, fazem planos de retornar à lida com gado, juntamente às atividades de costura.

A casa, cuja fachada é retratada na fotografia 20, é, segundo a anfitriã, espaço festivo aos finais de semana, quando recebem a visita dos familiares que moram em municípios próximos.

Não muito longe dali, outra mulher, casada, mãe de uma menina, também se dedica à costura. A família se instalou no lote a partir de um processo, “extra oficial”, de compra da parcela. Na casa construída pelo antigo morador, acrescentaram apenas a varanda circundante:

Fotografia 22 - Vista frontal da casa B - Canudos, 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A renda do casal advém das atividades desempenhadas no lote. Ela, costura, “cuida” da casa e das galinhas; ele, lida com o gado e a criação de porcos. Ambos são naturais de Posselândia.

Em situação semelhante, de “compra” do lote, encontra-se um casal de idosos, cujo lote situa-se no município de Palmeiras de Goiás. Uma baiana e um paulista que viveram no campo a maior parte da vida. Quando questionados da diferença entre a vida numa unidade camponesa qualquer e no assentamento de reforma agrária, responderam: “*para nós, é a mesma coisa*”.

Fotografia 23 - Vista frontal da casa C - Canudos, 2017

Fonte: arquivo próprio, 2017.

Vivia no lote um senhor que se mudou para a cidade de Palmeiras de Goiás em função do “*alzheimer*” que lhe acometera. Há dois anos no lote, o casal de migrantes não fez mudanças na construção, apenas nos espaços circunvizinhos – horta, galinheiro, chiqueiro, pomar.

Esse breve sobrevoo sobre as moradias de diferentes categorias de assentados, revela: há, nesse espaço genericamente intitulado “assentamento”, uma confluência de histórias de vida, saberes e experiências que fazem deste território uma célula do mundo.

Aos poucos, a gramática das moradias vai se deixando desvelar, e a ação do sujeito se enuncia em cada canto da casa. Como aconteceu com uma senhora, eleita educadora no acampamento, cujas lembranças resistem numa “biblioteca de varanda”, coberta por lençol e só revelada na hora da despedida:

Fotografia 24 - "Biblioteca" na varanda - Canudos, 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A biblioteca que resiste na varanda é também símbolo de um tempo: o do acampamento. Ali, na varanda, parece estar acessível e pronta para novas “aventuras”.

É também na sua casa, na parede da sala, que um objeto chamara a atenção: um quadro com a fotografia aérea do “sítio”, a data e o nome da “proprietária”:

Fotografia 25 - Imagem cartográfica na parede da sala - Canudos, 2017



Fonte: arquivo próprio, 2017.

Objeto semelhante fora encontrado noutras moradas, de famílias que participaram da luta desde o acampamento a compradores de lote. Esse tipo de mapa – com poucas conexões com as regras da cartografia formal –, cada vez mais frequentes na vida em sociedade, são pautados, segundo Girardi, numa pedagogia intrínseca: “o próprio mapa e o contexto ensinam como deve ser usado, como deve ser lido (2014 p. 90). A geógrafa segue dizendo:

Se a sociedade está a usar e valorizar mapas, ou seja, insere mapas cada vez mais em seus modos de expressão, tais mapas serão, a um só tempo, signo desta própria sociedade e um conjunto de signos articulados por ela para dizer de lugares, conectado com um modo de conceber a espacialidade. [...] Podemos, assim, afirmar que todo mapa apresenta um lugar, ao mesmo tempo em que o constitui discursivamente e que tanto é produzido como produz imaginações e práticas espaciais (GIRARDI, 2014 p. 90).

Quais lugares e discursos são produzidos nessa imagem cartográfica que decora as salas das moradas em Canudos? Onde está Canudos nessa representação? Praticamente não está. A referência espacial primeira é o município. Depois, acrescenta-se a informação temporal: “JULHO- 2008”, data da compra da imagem²³. Nenhuma referência é feita aos marcos temporais da conquista do território de Canudos.

A casa, num dos núcleos de moradia do assentamento, na representação ocupa a centralidade do “sítio”, reproduzindo a lógica do isolamento espacial tão contestada pelos idealizadores da proposta de assentamento. Tal composição sugere, portanto, dizeres que corrompem a história de luta e conquista coletiva do assentamento, e rasuram os princípios de orientação política do movimento social. Ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, são símbolos dessa conquista e a legitimam.

Na prática, essas imagens atuam muito mais como objetos decorativos - de carga simbólica inegável – que elementos de orientação espacial. Talvez por isso, estejam dispostas na sala, espaço de significação tão precária nas moradas em Canudos:

²³ Vendedores ambulantes passam de lote em lote oferecendo o produto.

Fotografia 26 - Salas de estar - Canudos, 2017.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

As salas, em geral, abrigam sofá e televisão. Poucos ou nenhum quadro, porta-retratos, troféus. Paredes e pisos – alguns de cimento à vista – dominam

a paisagem daquele que é, nas cidades, o cômodo de maior investimento estético.

A sala acumula outras funções além do “estar”. Na casa de uma das assentadas, a sala é também ateliê de costura:

Fotografia 27 - Sala de TV e costura - Canudos, 2017.



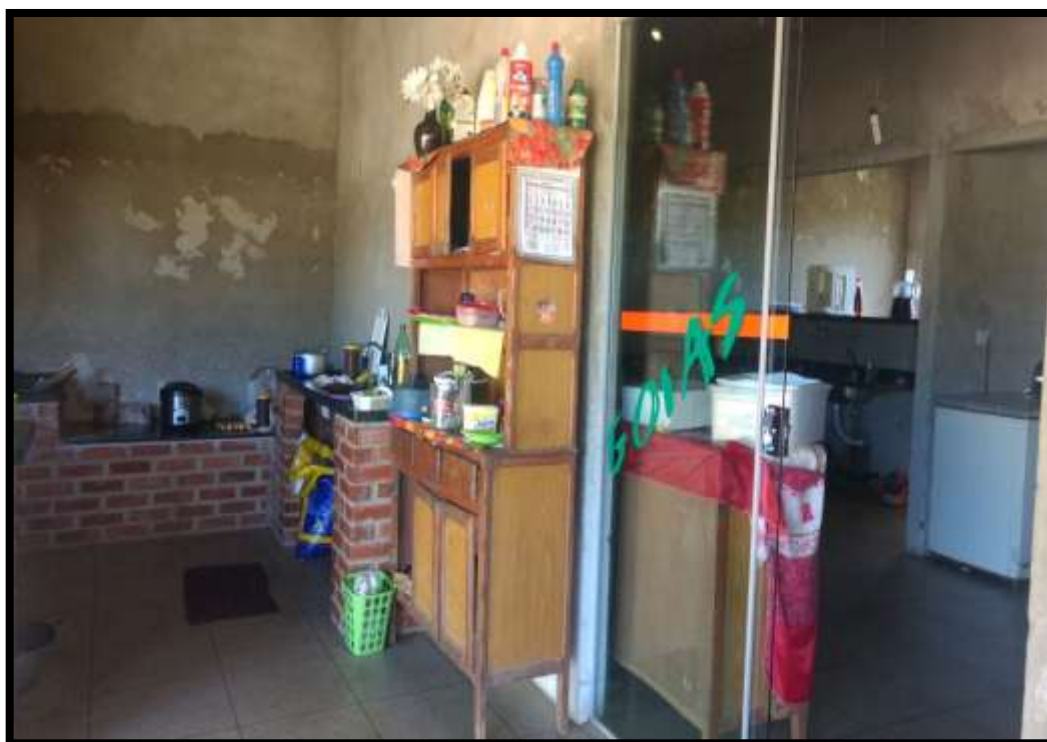
Fonte: arquivo próprio, 2017.

As novas funções – e as sobreposições – impostas aos espaços conforme as demandas reais dos sujeitos questionam, mais uma vez, o real sentido da arquitetura. Descortina a fragilidade do projeto arquitetônico que idealiza lugares e funções a despeito das experiências sociais concretas que acabam por fundi-los.

É perda de tempo dos arquitetos pretenderem que um espaço possa ser concebido para abrigar eternamente uma mesma função. Igrejas viram discotecas; matadouros viram museus; pode-se colocar a cama na sala; pode-se fazer sexo na cozinha... pode-se lutar nos corredores... Ou correr... (BARBOSA & FARINA, 2011 p. 156)

Os quartos em geral obedecem à função original, e são mais preenchidos de objetos: guarda-roupas, cômodas, beliches, tapetes. Numa escala de “semelhança” com o padrão da moradia urbano-industrial, estaria: o quarto e o banheiro nas primeiras posições, a sala em posição intermediária, a cozinha em situação dúbia, e a varanda na contramão das tendências modernas para a habitação.

Fotografia 28 - Cozinhas "caipira" e "americana" – Canudos, 2017.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

Há sempre uma entrada pela cozinha, cômodo com evidências constantes de uso. Usos variados: preparação e consumação das refeições, cafés, convives, beneficiamento e embalagem de produtos para a venda. É comum a existência de duas cozinhas numa mesma morada: a caipira e a moderna, dita “americana” (margem direita da fotografia). Nesta, a variedade de eletrodomésticos embranquecem o ambiente. Na outra, a fumaça colore as panelas, as paredes, o fogão e as prateleiras.

As cozinhas articulam-se às varandas – às vezes se fundem a elas. As varandas veiculam uma vontade de transparência (CAMPELLO, 2010), evocam

o desordenado para um espaço condenado à organização: a casa. Abriga múltiplas funções: garagem, oficina, recepção de visitantes, jardim etc.

“*Construímos a casa lá dentro, e depois essa aqui*”, disse uma assentada que debulhava o feijão na varanda, local escolhido por ela – e pela maioria dos(as) entrevistados(as) – para a realização das entrevistas.

Fotografia 29 - Varanda – Canudos, 2017.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A varanda favorece, entre outras coisas, maior conforto térmico aos ambientes, ao permitir a circulação do ar entre os espaços circunvizinhos, em geral arborizados, e o interior da casa. Favorece também o aproveitamento da luz solar.

Na frente, nos fundos ou nas laterais das casas, a varanda é constante nas moradas em Canudos. Ponte entre a casa/cozinha e o quintal – lugar onde, de fato, o desordenado e as leis da natureza imperam –, as varandas ocupam centralidade na morada. Repleta de objetos, animais, plantas, a varanda expande as fronteiras da casa em direção ao território da moradia, cujos componentes estão genericamente representadas no croqui abaixo:

território enquanto elemento fundante da existência. Uma moradia que se abre ao entorno, que acolhe em certa medida a desorganização da natureza e veicula um modo de ser e estar no mundo:

A noção de habitar é mais do que simplesmente morar em um local. Habitamos a casa, o bairro, a cidade, a região e, em última análise, a Terra. Nesta leitura, habitar é a expressão do próprio ser-e-estar-no-mundo, constituindo-se enquanto fundamento do ser-no-mundo, envolvendo lugares, territórios e espaços de vida. Habitar é o próprio *Da-sein*, implicando um conjunto fenomênico de elementos que são mediados pelas ações intencionais e do querer do homem. A existência é fundada num habitar, e este marca, demarca e transforma o espaço. Muitas formas de habitar só se desenvolvem em certa duração, implicando conhecimento, vivência e um envolvimento com a comunidade, a cultura local e o estabelecimento de territorialidades. Em vista disto, espaço e tempo são elementos fundamentais do ser-e-estar fundado no habitar (MARANDOLA, 2009 p. 7).

A segunda parte deste capítulo é dedicada às especificidades de três moradias, retrato de três mulheres e três razões de morar distintas. As histórias que se seguem foram selecionadas de uma oficina realizada em Canudos, em novembro de 2016, na casa de uma das participantes, e dão continuidade à interpretação da diversidade, e complexidade, que o morar assume em Canudos.

As participantes foram convidadas a desenharem seus lotes. Pediu-se a elas, também, que trouxessem algum objeto de casa que lhes significasse uma passagem importante da vida. Nos preâmbulos da atividade, cartografias existenciais foram se desvelando.

3.2 Joana: Sem-Terra por formação

Joana, catarinense, casada, mãe de dois filhos. O companheiro, natural do estado de Rondônia. O encontro dos dois se dera no contexto de militância no MST:

Joana: *Antes de vim aqui a gente morava em Goiânia. Antes de Goiânia a gente morava em São Paulo. Eu,*

antes de São Paulo, morava em Santa Catarina, e ele em Rondônia. Os dois já militavam no movimento em cada estado. Nos conhecemos nas idas e vindas entre Rondônia e Santa Catarina.

Criada em espaço rural, Joana tivera contato com a militância ainda na adolescência, por meio da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica. Migrante, após dez anos de luta pela terra, admitira: “chegou o momento de *viver na prática aquilo que a gente fazia*”.

Joana e o companheiro desejavam vivenciar as potencialidades e limites da reforma agrária do lado de dentro. Como Santa Catarina apresentava um quadro de organização social de certa maneira estável, os militantes mais experientes teriam uma atuação mais profícua em estados de “*maior deficiência*”. Segundo a participante, “*Santa Catarina é um estado que sempre exportou militantes para todos os estados*”.

Não se tratava só de uma decisão política, o casal desejava ter filhos e, como uma das famílias era natural de Goiás, pareceu-lhes o lugar apropriado para “fixar residência”.

Nos primeiros anos de moradia no assentamento, uma experiência redefiniu a atuação do casal na vida política de Canudos, e no movimento social como um todo. Segundo Joana, a prisão – de fundo político – de seu companheiro implicou no desmonte da organização social no interior do assentamento e, conseqüentemente, comprometeu a permanência de algumas famílias em Canudos:

***Joana** - Antes da prisão, nós tínhamos um núcleo muito forte aqui dentro. A gente conseguia reunir. A gente tinha uma coordenação. Com todos os atropelos, sempre conseguia reunir. Uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, uma vez a cada quinze dias. Conforme a demanda também. Uma vez vinha 20 pessoas, outra vez vinha 10, outra vez vinha 50. Conforme o assunto que ia tratar. Mas existia ainda um movimento organizado aqui dentro. Um dia era num lugar, outro dia era em outro. **Na casa de um, na casa de outro.** Na sede, que tem um local. No outro lado do rio. Tem vários locais. Com a prisão, foi muito forte o psicológico. Não demos conta mais de continuar segurando essa coisa de venda de lote, essa coisa das famílias irem trabalhar fora e só ter o espaço da moradia. Então desestruturou muito mesmo. **Nós aqui em casa**, nós nos desgastamos muito, muito, muito. É querer nadar contra o mar né... Contra a correnteza. Não temos mais força né... Esse grupo sempre tinha em nós essa referência. Aí desestruturou esse grupo também.*

Aí de 2013 pra cá, quando ele foi solto, quase não reunimos mais (2015).

Um acontecimento que colocara em risco a integridade física, jurídica e moral do militante preso, redefiniu as táticas de luta do casal. O medo da repressão policial impôs novas cartografias existenciais.

Na narrativa de Joana, vale ainda destacar os sentidos díspares em que a palavra “casa” é empregada. Na primeira ocorrência, a casa é impessoal, equivalente ao espaço público (à sede da antiga fazenda, por exemplo), palco das reuniões ordinárias dos assentados. A casa destituída da privacidade e da intimidade que modernamente lhe cabe, é o lugar comum de se fazer política. Na segunda ocorrência, Joana utiliza a casa como recurso de linguagem, fazendo-a valer enquanto território da vida íntima familiar, lugar da clausura, da reflexão, da revisão de comportamentos, do retraçar dos planos.

Joana resolvera, após o episódio da prisão, investir no campo acadêmico. Tornou-se estudante de mestrado em ciências econômicas. Por isso, sua participação na pesquisa da qual resultara este trabalho, hora a colocava como sujeito, hora como informante especialista (BRANDÃO, 2009).

Quando questionada, na condição de acadêmica, em relação ao “perfil” atual dos sujeitos que buscam o movimento Sem-Terra como alternativa de vida, respondeu:

***Joana** - Olha, se a gente fosse fazer essa pergunta a dois anos atrás a resposta seria um, hoje é outra resposta. Porque a uns dois anos atrás, um ano e meio atrás, isso inclusive se refletia no MST e em todos os movimento sociais que lutam pela terra, uma grande dificuldade de conseguirmos organização para que novas famílias fossem pra ocupação. Porque havia perspectiva da saída na cidade né...De emprego na cidade. Hoje não. Há um retorno da busca do campo como saída. Não que ele queira sair [da cidade] para ser agricultor, mas porque não está tendo emprego farto na cidade. Isso dá pra ver claramente nos acampamentos. O acampamento de Corumbá [D. Tomás Balduino] é um pouco reflexo disso. Nos outros estados também acabou havendo um maior número de famílias que procuram o MST ou outros movimentos de luta pela terra pra ter como saída (2015).*

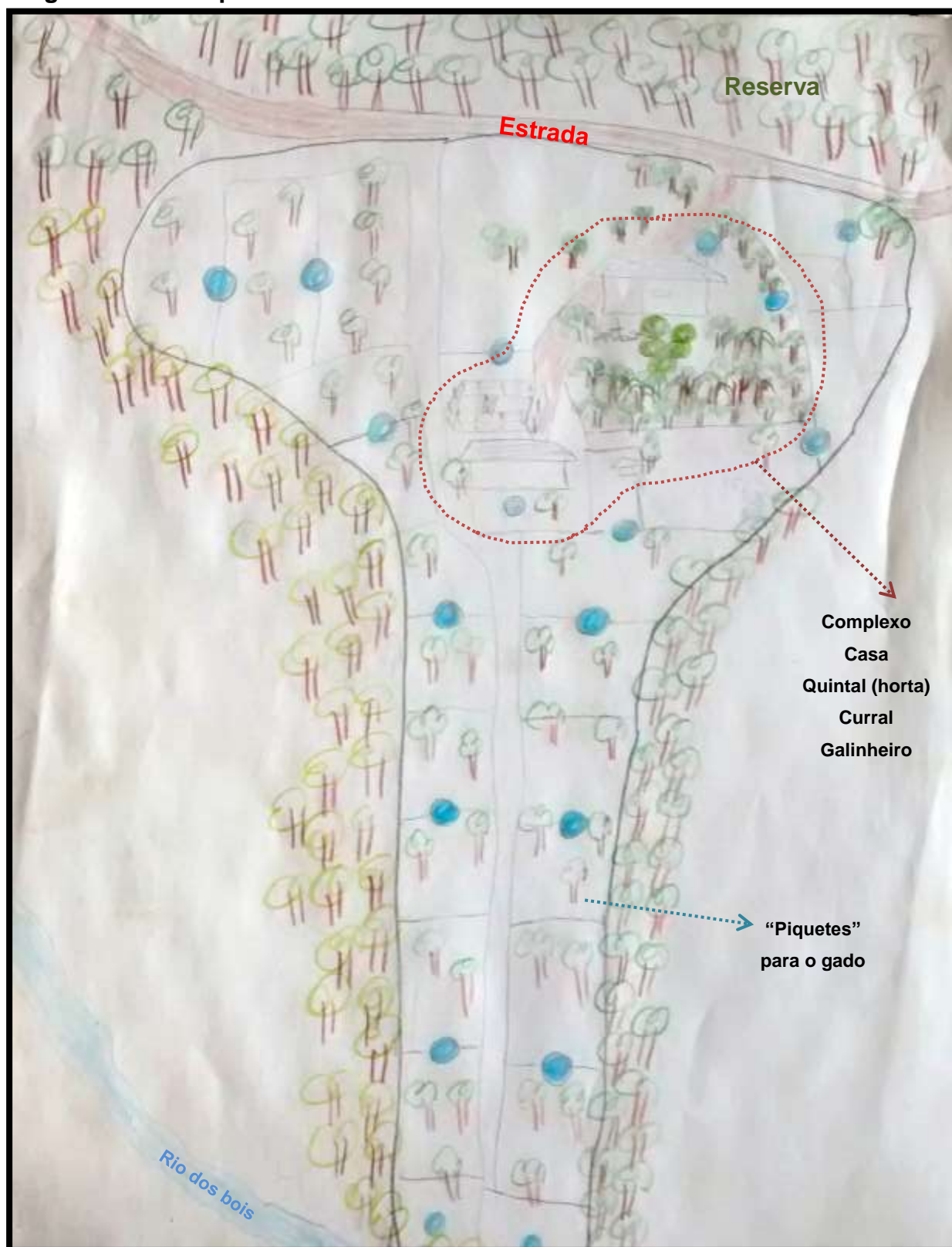
O que Joana aponta são as condições materiais da vida na cidade, fator de migração dos sujeitos aos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Nessa situação, diferente de Joana – **Sem-Terra por formação**

política –, encontra-se grande parte dos Sem-Terra, movidos por projetos de vida falidos nas metrópoles brasileiras.

O croqui de Joana (Figura 13) revela seu conhecimento técnico acerca das dimensões técnicas dos lotes, haja vista a participação dela, junto ao seu companheiro, nas discussões concernentes ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2001).

Percebe-se também uma relação de proporcionalidade entre os recortes espaciais: piquetes, casa, estrada, mata, rio, quintal. A casa está localizada próxima à autoestrada, o que favorece a acessibilidade por automóvel. Aliás, a tríade equipamento-casa-automóvel bem se aplica à morada de Joana, cujo edifício foi retratado no capítulo 1.

Fotografia 30 - Croqui do lote de Joana



Fonte: arquivo próprio, 2017.

A economia doméstica gira em torno da produção de leite, por isso todo o complexo casa-quintal é cercado de “piquetes”.

A morada da família de Joana sugere um princípio confirmado nos demais estudos de caso: os limites da morada não estão claramente delimitados, e a casa atua muito mais como “portal” do que como “núcleo” do complexo morada. Esta, a casa, encontra-se numa posição de maior visibilidade ao visitante, porém jamais centralizada. A isso, Guattari e Rolnik chamariam de outro modo de espacialização, paralelo a outro modo de temporalização:

Há uma espécie de resistência social que deve se opor aos modos dominantes de temporalização. Isso vai desde a recusa de um certo ritmo nos processos de trabalho assalariado, até o fato de certos grupos entenderem que sua relação com o tempo deve ser produzida por eles mesmos – por exemplo, na música, na dança. [...] O mesmo pode ser dito com relação aos modos de espacialização (GUATTARI e ROLNIK, 1996 p. 47).

De fato, outros modos de espacialização e temporalização emergem das narrativas de Joana. A dificuldade em narrar sua história de vida pela referência numérica dos anos indica uma vida “computada” nos espaços/tempos da luta. Mais que isso: uma vida vivida em meio às tensões espaço-temporais entre a universidade, a família, a casa e os ideais revolucionários.

Fotografia 31 - Relógio e porta retrato de Joana.



Fonte: arquivo próprio, 2017.

O objeto compartilhado por Joana na oficina põe em paralelo tempos contraditórios: o tempo do relógio e o tempo da luta. Na trajetória da assentada, todavia, o tempo da luta sobressaía. Fora a luta que lhe marcou o tempo do casamento, da morada, da gestação, dos estudos. Aliás, esse dado é entregue logo ao visitante que, da porteira, avista a bandeira do MST.

3.2.1 Anita: Sem-Terra por acidente

Anita, casada, mãe de dois filhos. Ao narrar sua história de vida, informa uma leitura crítica das transformações sociais no Brasil dos anos 1970:

Anita - Quando eu nasci, meus pais moravam no campo. Aí aquela época que o povo saiu do campo para ir pra cidade. Nasci em 1971. Foi bem na época que o povo tava saindo do campo e indo pra cidade. Mas os meus irmãos foram todos criados no campo. Eu estava com 2 ou 3 anos de idade quando eu fui pra cidade. Vivi lá até meus trinta e poucos anos. Aí foi na época que eu sai e fui pro acampamento (2015).

Na cidade, Anita trabalhara em supermercado e casas de jogos (jogo do bicho). Com as economias, ela e seu companheiro construíram uma casa no lote da mãe de Anita, junto às casas de outros irmãos.

Essa espécie de coabitação familiar é cada vez mais comuns nas grandes cidades brasileiras, pois “[...] evita o custo decorrente da aquisição de um novo lote, ao mesmo tempo em que garante a solidariedade familiar [...]” (MAIA, 201 p. 258). Segundo Maia, é comum, a partir dessa configuração, o estabelecimento de uma rede de apoio mútuo, financeiro e de assistência que, inclusive, tende a se estender para vizinhos e amigos.

Com o aluguel que recebem da casa alugada na cidade, Anita e família cobrem as despesas no assentamento.

Diferente de Joana, Anita só teve contato com a luta pela terra na fase adulta. A primeira experiência ocorrera em um acampamento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg.

O que moveu Anita a decisão de Anita em aderir à luta pela terra fora o atropelamento de seu filho com aproximadamente 8 anos de idade. Ela expõe os fatos:

Anita - *Meu esposo foi primeiro. Meu cunhado convidou, disse que as terras iam sair rápido. Eram terras improdutivas, daquele dono da Perdigão. Ele foi na frente e eu fiquei. Meu esposo foi em agosto. Em setembro para outubro meu filho foi acidentado. Uma camionete ¾ passou por cima dele. Quase eu perdi meu filho. Sofri. [...] Aí eu fiquei contrariada de ficar na cidade, de ver o que aconteceu com meu filho. Ser acidentado na porta por uma empresa muito rica, a qual não contribuiu com a ajuda do meu filho. Fiquei revoltada ao saber que a justiça brasileira, ela não é pro pobre. A justiça brasileira defende os ricos. Uma criança atravessa a rua, um homem na contramão bate nele, quase matou ele! Hoje ele tem várias marcas no corpo, você acha que é queimadura, mas é tudo do acidente. Um trauma no meu filho. Eu magoei, desisti de ficar lá. A empresa é de uma família poderosa de Itumbiara (2015).*

Mais uma cartografia existencial defrontada com os projetos falidos de vida na cidade, e a experiência marcando corpos e narrativas. Singularizando-as.

Mas a inserção no MST se daria após outro episódio traumático: a culpabilização de seu esposo pela morte de um tratorista na fazenda onde estavam acampados. Acusação que resultara no despejamento das famílias – cujas terras já haviam sido conquistadas, e as famílias aguardavam a regularização do assentamento – e em ameaças de morte à família de Anita. Segundo ela, seu esposo fora perseguido e violentado: “eles falou que se meu esposo falasse alguma coisa eles iam matar. Disseram que sabiam onde eu e meus filhos estava. Meu esposo ficou calado. Humilde né. Aí ele foi militar no MST. Nos entrou no movimento lá no Mato Grosso”.

Durante a conversa, Anita pronunciou a palavra “justiça” com frequência, em narrativas centradas na sequência de acidentes, acusações e impunidades judiciais. Continuar na cidade implicaria, para ela, num estado de impotência perante os atos de violência cotidianos. O assentamento seria, então, um recomeço.

Mas o que implica a construção de uma morada num espaço com o qual se tem um vínculo recente, como na maioria dos assentamentos? Como transfigurá-los em um lugar? Como territorializar afetos junto a pessoas cujos

vínculos são também recentes? Como amarrar esse novo espaço, essas novas pessoas, esse novo morar às experiências passadas?

Talvez sejam esses impasses, somados às limitações financeiras, o motivo pelo qual inúmeras famílias abandonam os assentamentos. É também possível que sejam várias as estratégias elaboradas pelas famílias que permanecem, pois, como vem-se enfatizando, as experiências impregnam nos modos de operar a consciência, a subjetividade, as emoções, o trabalho.

No caso de Anita, a morada no assentamento atualizava sua história de luta. Cada repartição do complexo-morada constituía-se uma âncora das experiências que sua família vivenciara nos acampamentos. Não se podia perder o significado do acampamento: linha de fuga de uma cotidianidade violentada.

Um artefato no quintal de Anita testemunha a força que o processo de luta adquirira na constituição de seu novo lar:

Fotografia 32 - Túnel no quintal de Anita



Fonte: arquivo próprio, 2016.

A anfitriã revelara um pequeno túnel escavado pelos filhos na infância. Segundo ela, as crianças diziam tratar-se de um refúgio, caso a família fosse alvo de atentados. Ela admite que ainda hoje os filhos, já adultos e residentes na cidade, visitam o túnel sempre que possível. É uma espécie de ritual de férias.

Na secção da oficina em que as participantes compartilharam objetos de grande valor, Anita expusera um retrato da festa de seu casamento, ali mesmo em Canudos, com a casa ao fundo.

Fotografia 33 - Registro da festa de casamento de Anita



Fonte: arquivo da autora, 2016.

O túnel, o fotografia compartilhada são evidências de um lugar que comporta não só “beneficiários de reforma agrária”, mas histórias de vida, de opressão, de resistência. Histórias que transformam um espaço qualquer em lugar, por isso digno de cuidados, de afeto.

Segundo Echeverri e Arias, é justamente o esfacelamento da história que impede a emergência do sentimento de pertencimento dos sujeitos contemporâneos aos lugares:

[...]separación de los espacios con sus tiempos o de los lugares con sus historias representa en la época contemporánea una de las mayores crisis de la civilización, pues al estar en un lugar pero no conocer sus historias no existen vínculos afectivos con el; es decir no existe nada que nos guste o disguste de ese espacio como para tener una mirada, un sentir y un lugar de arraigo que lo convierta en hogar, en hábitat, no existe nada que nos motive a actuar y transformarlo, se vuelve un lugar desierto de sentidos y afectos, un espacio vacío de vida. (2014 p. 29).

No assentamento, supõe-se a reescrita da história, e a insurgência de novos marcadores espaciais, como o fez Anita ao transformar uma “parcela” em palco de seu casamento. Ali, celebrava-se não só a união entre duas pessoas, mas a produção do lugar.

À medida que Anita relembra a escavação do túnel, o casamento, lembranças do acampamento se misturavam. Noites em claro, colchões cercados de barricadas, tiroteios, humilhações. Ainda assim, prevalecia um sentimento de nostalgia em seus relatos:

***Anita** - Foi um momento assim... eu nunca tive tempo para os meus filhos quando eu morava na cidade. Vivia trabalhando. Começava 6 da manhã até 11 da noite. Meus filhos falam até hoje que foi o momento mais feliz que eles tiveram foi no acampamento e aqui, no começo. Foi o momento que eu e o pai deles mais estivemos com eles. Trabalhar, eles trabalhavam junto conosco. Nós ia pescar, nós tava todo mundo junto (2015).*

Novamente, um testemunho da resistência social aos modos dominantes de temporalização.

A partir de estudos realizados na comunidade “Pretos de Baixo” (Joanópolis - SP), Brandão (2009) definira uma escala das dimensões da temporalidade presentes na cultura camponesa, composta por oito ciclos. Os ciclos remetem às várias formas de perceber a passagem do tempo, a partir de fenômenos naturais:

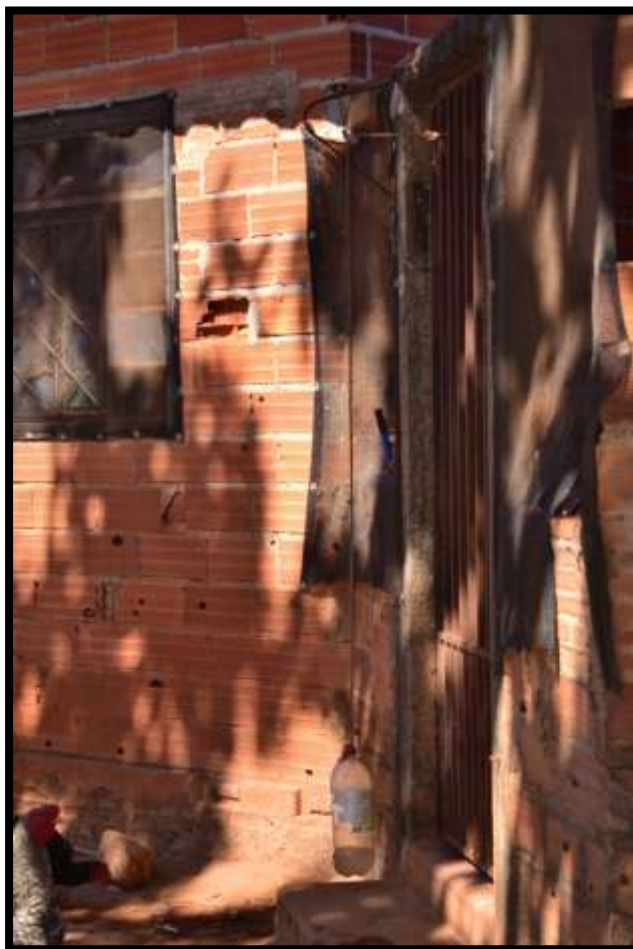
- 1 – Os instantes, eventos ordinários que fogem à lentidão da natureza: ordenar uma vaca, rezar o terço;
- 2 – Intervalo entre o amanhecer e o anoitecer, equivalente a um dia;

- 3 – Duração de cada fase da lua, semana;
- 4 – Duração do ciclo lunar, mês;
- 5 – Duração das estações do ano, meses;
- 6 – Duração de uma cultura de ciclo médio, ano;
- 7 – Passagens do mundo natural percebidas na dimensão biológica do sujeito: tempo em que uma ‘criancinha’ vira um menino apto a iniciar no trabalho doméstico;
- 8 - Duração de uma vida, anos. (BRANDÃO, 2009)

Essa possibilidade de subversão do tempo institucional aparece, pois, como medida-valor na comparação que Anita realiza entre a vida na cidade e a vida no assentamento.

Nesse desfazer das normas rígidas que transformam a vida numa “operação maquínica”, as experiências no assentamento reclamam também a valorização dos vínculos comunitários. Anita relata: “*nossas crianças eram livres. Elas podiam ir pro rio. O homem que morava no rio olhava eles*”. Segundo ela, muitos dos “novos proprietários”, em geral funcionários públicos aposentados, chegam ao local com uma lógica privatista, limitando o acesso a determinadas parcelas do assentamento.

Como já dito, é comum entre as moradas em Canudos a obsolescência da porta principal da residência, deslocando a entrada da casa para as portas laterais ou dos fundos, as quais dão acesso à cozinha:

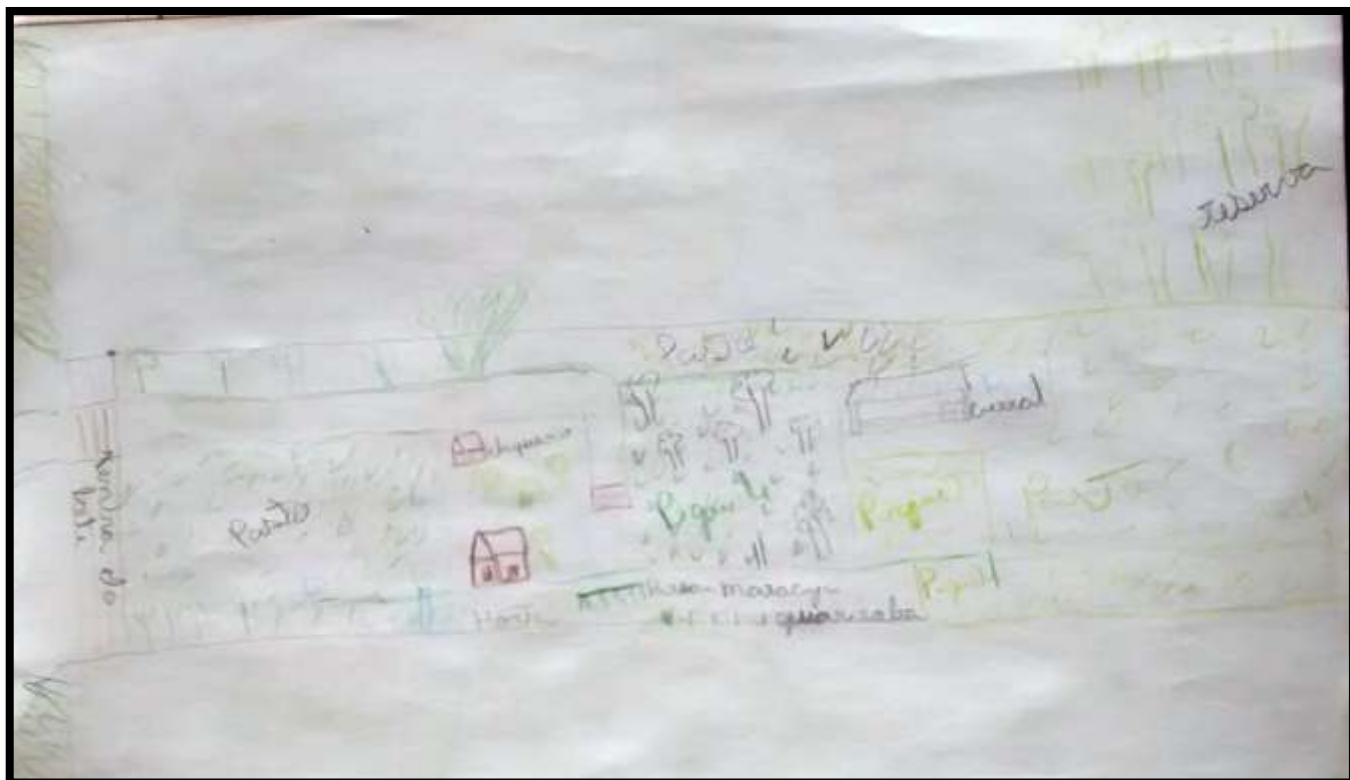
Fotografia 34 - Porta improvisada na lateral da casa de Anita

Fonte: arquivo da autora, 2016.

A porta concebida como expressão simbólica da separação entre a vida pública e privada, ou entre o sujeito político e a pessoa – incluindo o sujeito biológico –, sinaliza a resistência do morar de Anita. O improviso próprio da arquitetura vernácula avigora a mobilidade da porta, quebrando o limite entre o indivíduo e a comunidade, entre a reclusão e a liberdade.

O croqui elaborado por Anita ilustra uma configuração diferente do lote de Joana. A casa, ainda que “portal” do complexo-morada, posiciona-se no médio lote.

Fotografia 35 - Croqui do lote de Anita



Fonte: arquivo da autora, 2016.

Outra vez se expandem os limites da morada. Uma diversidade de espaços produtivos (pasto, curral, horta, chiqueiro, pomar) escapa aos modos dominantes de espacialização, e o trabalho se reposiciona no centro da produção de sentido da moradia.

A morada de Anita é, diante do exposto, um protesto à violência urbana, à separação casa-trabalho, aos exaustivos regimes de trabalho e, sobretudo, à injustiça social. E mais: evoca a criatividade – a exemplo das gambiarras, da porta improvisada, do túnel – como tática de luta.

3.2.2 Olga: Sem-Terra por medo de desintegrar-se

Olga, casada, natural do Tocantins, mãe de uma menina. Herdara a parcela de seu tio, falecido. No mesmo lote, moram uma tia e um cunhado.

Vivera na cidade até “meia juventude”, conforme relatara. Casou-se e mudou-se para o estado do Pará, onde viveu com o marido até 2004, quando mudaram para o assentamento Canudos.

O contato com o MST se deu já no assentamento:

Foi quando eu vim parar aqui no Canudos. Fui conhecer o trabalho do MST, e fui interagir. [...] Eu passei a acompanhar, até pra mim poder entender, porque era tudo muito novo pra mim. Eu não entendia ainda né. Fui indo pras mobilização até pra ver como que era a luta do povo (Olga, assentada em Canudos, 2015).

Olga se aproximara do coletivo do assentamento por curiosidade e reação ao quadro depressivo em que se encontrava. Os vínculos afetivos com outras assentadas aos poucos se fortaleceram. As mulheres do assentamento lançaram um convite a Olga: tornar-se instrutora de “crochê”.

Palavras carregadas de emoção foram utilizadas por Olga no relato da oficina de tapetes que ministrara:

Me ajudou, me ajudou... Como mulher então... Na época, eu tava ensinando as mulheres e caí assim, pá!, de tão forte que tava minha depressão. E através desse trabalho com as mulheres eu saí né. Hoje eu convivo, mas de uma forma que não me atinge tanto. Hoje eu já sei me dar melhor. Ajudando, eu tava me ajudando mais que elas.

A oficina reafirmou a posição de Olga no mundo do trabalho, e marcou o seu lugar na comunidade. Possibilitou a ela sentir-se pertencente àquele coletivo. E o medo de desintegrar-se, que segundo Rolnik, S. (2014) caracteriza uma das facetas da depressão, atenuou-se.

A simbologia que tal experiência adquirira para Olga justifica o “peso existencial” do objeto compartilhado por ela na ocasião da entrevista:

Fotografia 36 - Objeto de decoração fabricado por Olga

Fonte: arquivo da autora, 2016.

Um objeto que denuncia linhas, pontos e nós da existência de Olga, e confere densidade histórica à sua morada. Rosas vermelhas, uniformes, denunciam a unidade das lutas sociais. Enquanto as linhas brancas que as sustentam, disformes, lembram como são singulares os engajamentos, as dores e o peso suportado por cada sujeito que (re)existe.

Uma das principais demandas de Olga era livrar-se da situação de isolamento espacial em que vivia, “*num lugar que ficava cento e poucos quilômetros de estrada de chão*” (Olga, 2015). Mobilidade encontrada em Canudos:

Olga - Acho que a rotina do camponês é quase tudo mesmo assim, um padrão né. A vantagem é que Canudos é um acampamento central. Goiânia tá aqui e a gente tá rodeado de cidade né. O

assentado em Canudos tem mais porta aberta pra ele, sabe? Mais opção né. Se eu plantar uma grande horta, eu tenho pra onde escoar. Se eu tiver um meio de transporte pra mim escoar, eu tenho onde vender. Tem muitos assentamentos que a pessoa não tem isso. Aqui não. As estradas daqui não são boas, mas não é difícil (2015).

Das possibilidades abertas pela localização de Canudos, Olga valeu-se para iniciar uma nova atividade produtiva: o extrativismo vegetal. Nas redondezas de sua parcela, em meio à abundância de áreas de preservação permanente— sobretudo na área C (Campestre de Goiás), lançou-se na coleta de frutos do Cerrado, matéria-prima de doces, geleias, bolos etc. Aos poucos, a atividade extrativista de Olga foi se fundindo com a própria vida, e morada.

O croqui de Olga revela “experiências sensibilizadas” (BRANDÃO, 2009), ou seja, experiências incorporadas nos seus esquemas de percepção do mundo. Olga percebe o mundo, e sua morada, a partir do extrativismo. Este o atravessa.

As espécies frutíferas “preenchem” as moradas (de Olga, da tia e do cunhado), dão-lhes cor e sentido. Sobressaem numa representação pouco comprometida com o tamanho e a extensão; daí, uma casa menor que um pé de acerola.

Não há limites entre a casa e as frutíferas. Há, sim, um “excesso de natureza” que aproxima a morada – espaço da cultura – do sertão que lhe cerca – espaço da natureza (BRANDÃO, 2009).

O extrativismo trouxe a Olga independência financeira, ocupação, deu passagem à sua criatividade contaminada pelo sertão. Olga promove uma moradia que frutifica sua existência.

3.3 Moradias: múltiplos sentidos

As cartografias existenciais de Joana, Olga e Anita evocam elementos do complexo modo de (re)existir no assentamento. Entre essas mulheres há similaridades, convergências e fissuras reveladoras: três “Sem-Terras” que procuram respostas a demandas existenciais distintas.

Figura 5 - Organograma das Moradias e Cartografias existenciais



Joana viu no assentamento uma oportunidade de dar consistência aos ideais que compartilhara durante anos de militância no movimento social. Oportunidade de aproximação entre a teoria e a prática, a vivência e o discurso.

Para Anita, o valor do assentamento está contido, especialmente, na possibilidade de subversão do modo de temporalização dominante. A gestão do tempo na escala do cotidiano, da convivência com o marido e os filhos garante a ela a retomada de um projeto familiar interrompido pela violência urbana.

Para Olga, a moradia no assentamento é de outra natureza. Ela não tivera a experiência do acampamento, nem uma trajetória de militância em movimentos sociais. Tampouco demonstrou, em suas falas, a família como ponto de referência. Pelo contrário, Olga relatara, com penar, a insensibilidade que seu companheiro apresentara diante do seu estado de fragilidade emocional. Reestabelecer-se enquanto mulher independentemente financeiramente, fazendo de sua morada espelho e fonte de trabalho, representara, para Olga, um projeto existencial.

As três moradias são portadoras de um devir feminino, similar ao que Gattari & Rolnik aborda:

[...] um devir feminino que diz respeito não só a todos os homens e às crianças mas, no fundo, a todas às engrenagens da sociedade. Aí não se trata de uma problemática simbólica – no sentido da teoria freudiana, que interpretava certos símbolos como sendo fálicos e outros maternos – e sim de algo que está no próprio coração da produção da sociedade e da produção material. Eu o qualifico de devir feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são justamente marcadas pela proibição desse devir. Em outras palavras, não há simetria entre uma sociedade masculina, masculinizada, e um devir feminino (1996, p.73).

O que Joana, Anita e Olga operam em suas moradias é a expansão do feminino numa “cultura” cujos limites estiveram, por muito tempo, bem demarcados. Essa superação se realiza no campo dos direitos sociais – moradia, trabalho etc. –, mas não só: elas fazem notar outras possibilidades de

arranjo familiar, outros modos de interação com a natureza (terapêuticos, inclusive), outras sensibilidades.

O “dever feminino” não se limita ao plano da sexualidade, tampouco impõe a mulher como representação ideal. Entre o que se diz feminino estão todas as formas de desafiar a ordem instituída. Aliás, a dimensão transgressora do “dever feminino” impõe como condição o agenciamento de forças nos mais distintos campos – na literatura, na música, na dança etc.

Pensar a reforma agrária de maneira ampla exige que as generalizações, os nivelamentos operados pela luta coletiva cedam, noutro momento – como o de edificação de um assentamento –, aos processos de singularização (muito mais que às singularidades) comunicados nas linguagens, nos corpos, nos espaços da intimidade. Eles evocam a diversidade dos modos de existir no assentamento.

As “assentadas” tornam-se sujeitos mediadores, cada qual a seu modo, da dinâmica subordinação-adaptação-transgressão da ordem econômica – e simbólica – no lugar. Suas trajetórias, *habitus*, “culturas” fazem da moradia um surpreendente campo de produção de sentido, logo, fonte da interpretação geográfica.

As experiências sociais mencionadas neste capítulo, no geral, revelaram que a demora – o habitar – no acampamento compõe as memórias de luta que, num segundo momento, pedem passagem no assentamento, a exemplo da “biblioteca” que resiste, empoeirada, no canto da varanda; e o túnel, fincado no quintal de Anita.

Essa relação entre memória e ação, história e paisagem, imaginação e prática espacial reforçam o habitar – em constante construção – como projeto existencial, afinal, como disse Bo Bardi (1953 *apud* CAMPELLO, 2010): construir é viver.

Capítulo 4:

SIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS DO MORAR

o Movimento Social como prática



Durante o percurso deste trabalho tem-se reprisado: **morar** é uma ação espacial cujo desdobramento é a **moradia**. A moradia: casa, casebre, choupana, mansão, palafitas, barracões, calçadas, acampamentos – e outras variedades, é significado pelo **morador**. Este sujeito social, o morador, imprime na moradia, território intersubjetivo, atravessado pelas classes, pelo gênero e disposto à diferentes significações ligados ao afeto, ao desejo, ao lazer, ao descanso e à reprodução da força de trabalho, a sua identidade. Lugar de vida e de ação, a moradia pode ser um território de resistência, de aquiescência de valores da cultura hegemônica, de acomodação ou da transe da subjetividade.

Entre as questões que atravessam este trabalho, estão: os Movimentos Sociais, especialmente o MST, reconhecem o sentido político do morar? Como o MST, a partir do exemplo de Canudos, responde a esta questão? Como a prática de morar em Canudos expressa e revela dimensões de luta do MST?

A reflexão sugerida por essas questões requisita, em termos de método, reconhecer inicialmente a dimensão histórica dos Movimentos Sociais.

O MST é o coletivo organizado de luta pela terra de maior abrangência em território brasileiro. Esteve à frente de marchas, ocupações, articulações com movimentos sociais de outros países entre outras iniciativas contrárias ao projeto capitalista para o campo.

Na figura 2, estão representados graficamente marcos espaço-temporais da trajetória do MST, com base em informações disponíveis na página eletrônica da organização.

O “Embrião” do MST fora fecundado no momento em que a ocupação de terras é elevada à principal tática da luta camponesa. Teve como marco a “Encruzilhada Natalino”, em 1981:

Uma das primeiras demonstrações de força, por parte dos Sem Terra, ocorreu em 25 de julho de 1981, em um ato público com mais de quinze mil pessoas, noticiado pela imprensa de Porto Alegre como “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul”. Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo (MST, 2016).

Surgira, nesse evento, o Boletim Sem Terra, veículo de comunicação em prol da luta camponesa. Após um ano de resistência às ofensivas policiais no regime militar, o desfecho da Encruzilha Natalino se deu com a aquisição e doação, por parte da Igreja Católica, de 108 hectares para as famílias ocupadas. A 5ª Romaria da Terra, em 1982, marca o fim desta cena.

Os anos seguintes foram de encontros nacionais entre participantes e colaboradores do MST, ocupações, negociações e massacres. Em 1984, no 1º Encontro Nacional do MST, deu-se a criação oficial do Movimento, seguida, no ano de 1985, do 1º Congresso Nacional. Nessa altura, o Boletim Sem-Terra já se chamava Jornal Sem Terra, e os lemas do movimento eram: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”.

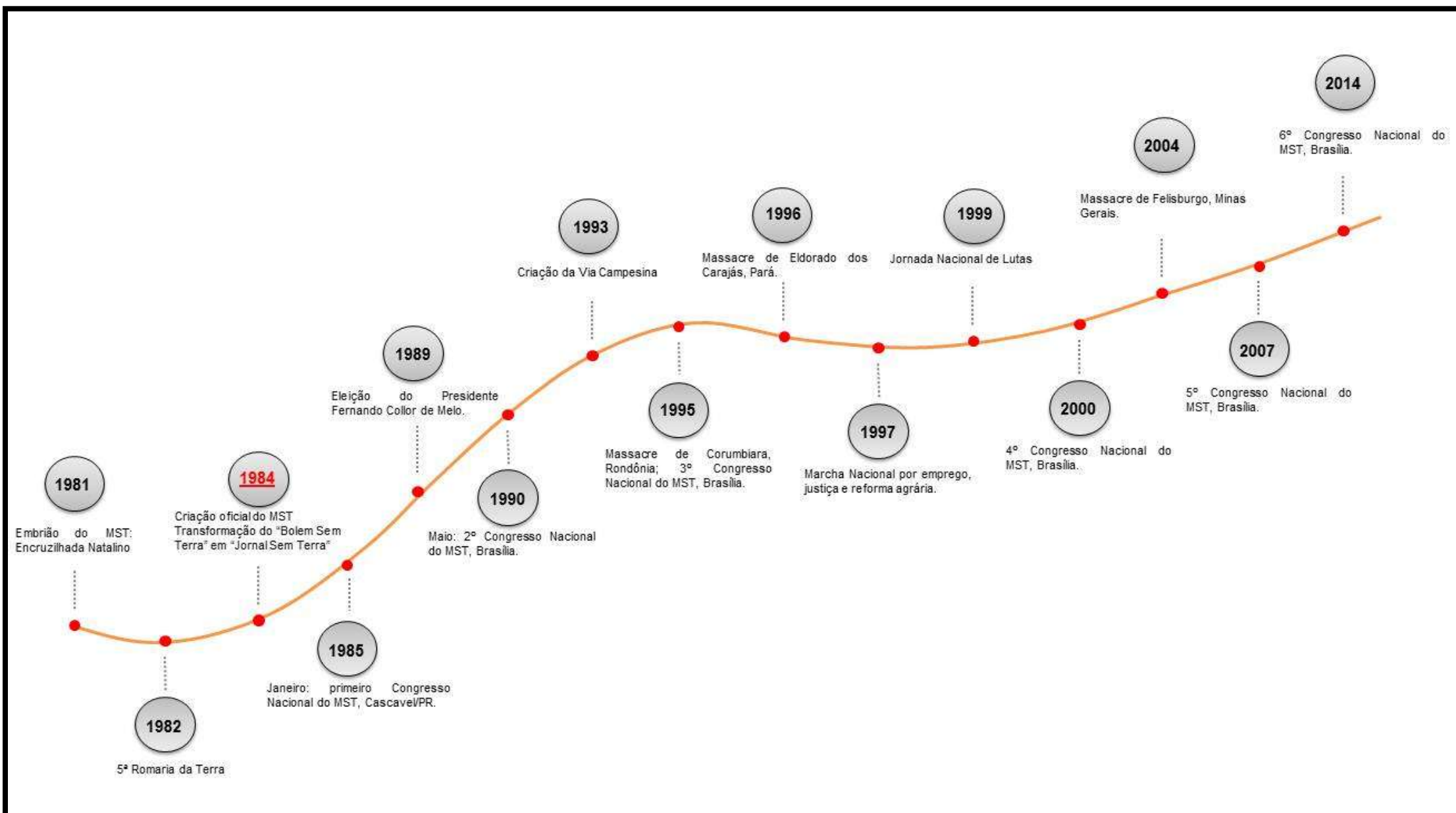
O governo Collor, iniciado em 1989, intensificou os atos contra os coletivos da luta. Em 1990, no 2º Congresso Nacional, o lema “Ocupar, Resistir, Produzir” denunciava a tônica do momento. O contexto das fortes repressões fez surgir, em 1993, também a organização Via Campesina.

O 3º Congresso Nacional ocorreu em Brasília, em julho de 1995. O lema “Reforma Agrária, uma luta de todos” adveio dos novos elementos incorporados à leitura da questão agrária no país, no contexto de “projetos falidos” também nas cidades.

Segundo o próprio movimento, naquele momento o coletivo já havia percebido que a Reforma Agrária não se tratava de uma luta circunscrita aos camponeses. Tratava-se também de uma alternativa às precárias condições de vida nas periferias urbanas. E que essa mediação era possível, sobretudo, pela pauta da alimentação saudável.

Dias após o 3º Congresso, aconteceu o episódio conhecido como “Massacre de Corumbiara”, na zona rural do município de mesmo nome, no estado de Rondônia. O confronto entre policiais militares e trabalhadores rurais acampados na fazenda Santa Elina resultou na morte de 2 (dois) policiais e 9 (nove) Sem Terras.

Figura 6 - Marcos espaço-temporais da trajetória do MST



Em março do ano seguinte, às margens da rodovia PA- 275, no município de Eldorado dos Carajás (estado do Pará), outro massacre de proporção ainda maior. Na ocasião, foram mortos 19 trabalhadores rurais e feridos 56. O médico legista Nelson Massini teria declarado a hipótese de 7 vítimas terem sido assassinadas premeditadamente, com tiros na nuca e na testa. Além dos tiros, cortes profundos feitos a foices e facões davam a tônica do ódio que alimentara o massacre (MST, 2016).

O massacre de Eldorado de Carajás teve repercussão nacional. E exatamente um ano depois, Sem Terras de vários estados do país realizaram uma marcha à Brasília. Na “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, os trabalhadores manifestavam indignação e reivindicavam a responsabilização dos atores do massacre. Segundo dados do movimento, cerca de 100 (cem) mil pessoas prestigiaram a chegada das frentes a Brasília.

Também artistas prestaram solidariedade e apoio à marcha dos Sem-Terra, em 1997. Exemplo de Chico Buarque de Holanda, José Saramago e Sebastião Salgado que confeccionaram material exclusivo (livro e CD) com a temática da luta pela terra. Batizada por “Coleção Terra”, o montante arrecadado com a venda do material fora doado ao MST que, por sua vez, direcionou o dinheiro à construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), no município de Guararema (São Paulo).

A marcha tornou-se, desde aí, também um instrumento de luta pela terra e direitos sociais. Em 1999, uma ação unificada dos movimentos sociais culminara na Marcha Popular pelo Brasil: em julho do mesmo ano, mais de mil trabalhadores seguiram em marcha do Rio de Janeiro à Brasília, em protesto a inúmeras medidas do governo federal, a exemplo do Banco da Terra e da tentativa de extinção do Procefa e o projeto de emancipação dos assentamentos (MST, 2016).

Brasília, no ano seguinte (2000), sediara o 4º Congresso Nacional do MST, cujo lema fora: “Por um Brasil sem latifúndio”. O contexto era de aprofundamento da concentração de terras no país, quando o Censo Agropecuário acusava o desaparecimento de mais de 900 (novecentas) mil pequenas propriedades. Fortalecia-se o agronegócio.

Na manhã do dia 20 de novembro de 2004, mais um massacre à história do Movimento: Massacre de Felisburgo, Minas Gerais.

O dono da fazenda Nova Alegria, ocupada havia dois anos pelo MST, é Adriano Chafik. Ele e mais 17 pistoleiros invadiram o acampamento em uma manhã de sábado atirando aleatoriamente contra os que ali viviam. Além disso, atearam fogo aos barracos, plantação e escola (MST, 2016).

Junto à violência nos campos e nas cidades, outros problemas sociais – fome, desemprego etc. – desvelaram ao movimento a abrangência da causa e à necessidade de “ampliação” da bandeira. Em atenção a esse universo que se expandia, o 5º Congresso Nacional do MST (2007) teve como lema: “Reforma Agrária, por justiça social e soberania alimentar”.

Como síntese desse processo de revisão da luta, das demandas incorporadas ao longo da caminhada, definiu-se, para o 6º Congresso Nacional (2014) o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”. Dentre essas novas demandas que reclamam a intervenção dos coletivos organizados, tem-se o direito à moradia.

A complexidade do mundo contemporâneo recoloca também os sentidos dos movimentos sociais. A diluição das fronteiras institucionais, a caduquice de velhas e a insurgência de novas formas de organização social têm dividido posições entre os intelectuais que se debruçam sobre os conteúdos históricos dos movimentos sociais.

Estudiosos de Movimentos Sociais contemporâneos, entre os quais destacam-se Melucci (1991), Touraine (2006) Harvey (2011), Castells (2013) para mencionar autores estrangeiros; e autores nacionais, como Souza (1988), Fernandes (000), Gohn (1992), Arroyo (2012) e vários outros, com diferentes perspectivas teóricas e ideológicas, mostraram que há um sentido dialético na existência e na força política desse importante ator político: eles são responsáveis por enfrentarem o estatuto hegemônico da sociedade mundializada e, em função disso, desenvolvem táticas e estratégias políticas que abrangem situações pontuais e estruturais, contudo expressam, em seus conteúdos – e também em suas práticas – esse mundo, o qual enfrenta (CHAVEIRO, 2017 s/p).

Essas considerações sintetizam-se no seguinte: os Movimentos Sociais contemporâneos, em suas diversidades, em seus formatos e em seus conteúdos, expressam as contradições do tempo em que agem e, do mesmo

modo, se responsabilizam em enfrentar essas mesmas contradições que lhes fazem vivos e justificam a sua existência.

Isto posto, conforme enuncia o educador Miguel Arroyo (2012), a premissa central dos Movimentos Sociais é a realidade social concreta, pois Eles, os Movimentos Sociais contemporâneos, são filhos de um mundo, o mesmo mundo que é objeto de seus combates. Esse ponto de apoio esclarece o ponto de partida da análise dos Movimentos Sociais Contemporâneos, e também de suas táticas, de sua força, de sua energia política e de suas práticas espaciais, entre as quais inclui-se a significação do morar. Resta saber: como os Movimentos Sociais contemporâneos respondem à realidade social concreta da sociedade mundializada?

Essa pergunta de caráter geral requisita, conforme anunciado anteriormente, outra interrogação ligada ao sentido específico da investigação que se propõe: os Movimentos Sociais contemporâneos, precisamente o Movimento dos Sem Terra – MST – constrói, em suas práticas espaciais, que significações do morar?

Junta-se à primeira premissa outra de caráter efetivo: os Movimentos Sociais, mesmo que possuam unidades ideológicas gerais, por exemplo, a luta contra o sistema econômico capitalista que massacra os trabalhadores rurais e urbanos, suas filiações filosóficas e suas causas mediatas, imediatas e utópicas podem ser e são diferenciadas.

Essa premissa, longe de ter uma significação apenas teórica, recai nos modos de organização, nos seus sentidos e, inclusive, na capacidade de articulação entre as demais forças insurrectas. Pode-se exemplificar as diferenças contundentes entre as táticas, as formas de organização e o modo de relacionar com o Estado entre o MST e os Movimentos Sociais conselhistas, de cunho filosófico anarquista.

4.1 Movimentos sociais contemporâneos: o círculo do conflito e da diversidade

Conforme analisa Chesnais (1999) no pós-guerra, o capitalismo, por meio de empresas dos EUA e da Europa ocidental, ao acumular uma monta

enorme de capitais, desenvolveu estratégias de investir os excedentes de duas maneiras: uma expansão fora do país de origem e o investimento no setor produtivo. Essas duas estratégias davam curso ao processo de mundialização do capital garantido a continuidade do modelo de acumulação.

Era necessário, com base nessas estratégias, sofisticar o processo de acumulação aglutinando o setor produtivo ao financeiro. Foram com essas estratégias que constituíram a mundialização do capital. O que trouxe sérias implicações à questão da moradia, entre elas, a financeirização da moradia (ROLNIK, 2015).

A mundialização, aos poucos, contudo com gana, guerra, bloqueios, aliciamentos, ocupou-se em desenvolver transações financeiras, monopólios de empresas, deslocamento de empresas, pressão sobre Estados, assassinatos de líderes opostos. Intenta-se o desmonte das organizações sociais historicamente atuantes por diferentes vias: cooptação, prisão etc.

Em função disso casou-se a estratégia de acumulação que rogava pela livre circulação do capital financeiro à mudança do Estado, dando-lhe uma feição neoliberal. O chamado enxugamento da máquina estatal, o financiamento das megaempresas especialmente na construção e reparos de obras de infraestruturas – os mega projetos –, o processo de privatização, o controle da contabilidade financeira do Estado, o processo de terceirização dos vínculos do trabalho, exigiam a desregulamentação dos mercados e a liberalização da economia. Sobre esse processo de mundialização da economia, Chaveiro comenta:

Era evidente que para o capital se mundializar os aportes da ciência e da tecnologia seriam necessários. Com esses aportes seria possível, num só golpe, estabelecer barreiras para o trabalho e derrubar os muros para a ação do capital. Ainda que o processo de desterritorialização global do trabalho soasse como produto indigesto dessa armação, e surgissem movimentos de trabalhadores de diferentes lugares e para diferentes sentidos deslocando-se em busca de emprego e de sobrevivência, o que mundializava, de fato, era o capital e não os trabalhadores. Poder-se-ia mencionar que estava estabelecido um novo desenho da luta de classes (CHAVEIRO, 2017 s/p).

Segundo o pesquisador, o rompante neoliberal induzia os países a estabelecerem um conjunto de iniciativas para induzir a sede de expansão do capital em nível global.

Todas as iniciativas, entre as quais, a ordem da estabilização monetária; a subordinação das moedas locais ao dólar; o incremento do sistema viário; a abertura de fronteiras para o cultivo de produtos de exportação; a modernização do parque técnico-científico; a organização de zonas seletivas competitivas; a abertura dos mercados para a ação direta do comércio internacional; a construção de plataformas tecnológicas para atrair capitais estrangeiros; a subvenção fiscal às empresas e aos conglomerados estrangeiros – e outras iniciativas – confirmavam, o que Santos (2003) sintetizava: o Estado agia para transformar o território nacional numa economia do capital internacional. (CHAVEIRO, 2017 s/p).

Além do novo desenho da luta de classes e da alteração vertiginosa da morfologia do trabalho com o incremento da agricultura de precisão; da inseminação da monocultura exportadora; da modernização das regiões competitivas, houve um desdobramento espacial: o crescimento da vida urbana com a concentração da população em alguns centros urbanos. Mas não se tratava apenas do deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades, nem tampouco da concentração urbana em metrópoles e megalópoles. O que estava em curso era uma vida urbana, a imposição de uma cultura urbana, de uma cultura do habitar. Cada vez mais campo e cidade se pressupunham, um agindo em função do outro, ambos respondendo às contradições de uma sociedade mundializada.

Desse processo a alteração do trabalho, da luta de classe, da divisão regional do trabalho iam culminar com alterações em todas as práticas espaciais. Ou seja, o denominado modo de vida, cada vez mais mercantilizado e, por isso, com a vida subordinada à lógica do dinheiro e da compra, ia sendo acoplado a um regime simbólico que visava alterar os gostos, os desejos, as representações. A força da propaganda, do marketing, da publicidade e de toda a operação simbólica, como a linguagem, as formas de lazer, os hábitos cotidianos, seriam ideologizados pelas “grandes máquinas semiotizadoras” (GUATTARI & ROLNIK, 1986), especialmente a mídia televisiva. A mercantilização ocuparia os dispositivos de coisas e especialmente de símbolos.

Os desdobramentos urbanos da chamada sociedade mundializada, sob a força da cultura de massa, da indústria do entretenimento, da indústria cultural, operava conflitos geracionais a partir de valores sexuais, de modos de comportamento e também de significações afetivas e aos artefatos de vida.

Dessa feita, a análise dos efeitos da mundialização do capital, da implementação do neoliberalismo, das contradições de classe, das estratégias de resistências ou de enfrentamentos políticos, coloca o desafio de compreender a fragmentação do sujeito, as suas práticas espaciais, o mundo simbólico que lhe chegava e lhe dispunha, lhe pressionava, lhe acediava e lhe seduzia.

A rapidez, a força e a sedução desse sujeito chamado a consumir e a tentativa de padronizar os gostos, os desejos, iam promover uma reação. Os rompantes globalizadores hegemônicos desembocariam numa série de problemas estruturais, como a precarização do trabalho, o desespero causado pelo desemprego estrutural, o impacto no ambiente, a violência. Esses rompantes, além de compelirem os Estados a lidarem com uma contradição, pois se mostravam cada vez mais frágeis e menores para enfrentarem problemas mundializados e cada vez mais genéricos para enfrentarem problemas que aturdem os sujeitos, os lugares e as regiões, incidiam na reação política que se estendeu num círculo diverso e múltiplo.

Bandeiras como da raça-etnia; da sexualidade; do gênero; da alimentação; a inclusão de setores marginalizados; a organização dos denominados povos tradicionais e outra quantidade de defesas, pautas, reivindicações culminariam com um espectro diverso do tecido político, assim como das formas de reação, de organização e de desenvolver as representações de mundo.

No caso específico dos movimentos sociais contemporâneos, as lutas pelos direitos humanos, movimentos ecológicos ou ambientais, movimentos de mulheres, de mulheres negras, mobilizações pacifistas, fóruns mundiais, movimentos de atingidos por barragens; defensores de agroecologia, agricultura orgânica; movimento sem terra; movimentos pela casa própria; lutas de povos indígenas contra barragens, a favor da demarcação de terras e vários outros, mostram que as ações coletivas, no contexto da sociedade

mundializada, põem em questionamento e interrogação não apenas os preceitos da luta de classes, mas as dimensões simbólicas, os códigos de luta, de organização, as formas de leitura da realidade. Põem em questionamento não apenas os conteúdos dos Movimentos Sociais e de seus conteúdos políticos e ideológicos, mas o que são os Movimentos Sociais.

Ao falar do modo como Alberto Melucci, um dos maiores estudiosos do assunto, pensa os Movimentos Sociais contemporâneos, Queiroz (2013, p 120), esclarece que

Para Melucci as abordagens funcionalistas e marxistas dos anos 70 deixaram dois problemas sem resolver, visto que as teorias estruturais explicam por que porém não como um movimento se estabelece e mantém sua estrutura; enquanto as teorias baseadas na mobilização de recursos explicam o como porém não o por que dos movimentos. Propõe então uma abordagem que possibilite a superação de tal dualismo, isto é, onde a ação seja considerada como uma "interação de objetivos, recursos e obstáculos; como uma orientação intencional que se estabelece dentro de um sistema de oportunidades e coerções" (p. 37). Apresenta em seguida uma definição analítica do movimento social como uma forma de ação coletiva que abraça as dimensões: da solidariedade, do conflito e de ruptura com os limites do sistema em que ocorre a ação. Para o autor é exatamente a presença destas três dimensões que permite que uma ação coletiva (definida como movimento social) seja separada de outros fenômenos coletivos. Se faltar uma dessas dimensões a ação coletiva não pode ser entendida como movimento social.

Observa-se, na análise do autor, que as críticas aos esteios clássicos da interpretação dos Movimentos Sociais introduzem outras categorias para definir o que é um Movimento Social. Baseando-se na ação coletiva e não apenas na ideologia, o autor enumera categorias que dão suporte a uma ação coletiva, marca do que, para ele, caracteriza os Movimentos Sociais contemporâneos.

Outro autor que tem os Movimentos Sociais contemporâneos como objeto de estudo argumenta favorável à mudança de compreensão desse agente político, Alan Touraine:

Propor nova definição e análise dos movimentos sociais, das características e das diversas interpretações elaboradas sobre eles, pode ser julgado como mais pernicioso do que útil. Atualmente, a única razão que me parece justificar um novo exame dessa noção é a introdução de outros elementos no debate. Aqui, duas possibilidades de crítica se apresentam. A primeira delas declara que a idéia de movimento social é menos uma categoria propriamente analítica do que uma categoria de natureza histórica. Isto é, os movimentos

sociais estão ligados a um tipo de sociedade, que deixamos para trás, por exemplo, a sociedade industrial. A definição, entretanto, pode ter maior amplitude e, assim, não haver mais necessidade de utilizar a noção de movimentos sociais. Alguns dirão mesmo que é necessário deixar essa noção que nos fecha em um tipo de sociedade que, em grande parte, pertence ao passado, dando a impressão de nos oferecer um instrumento de análise geral (TOURAINÉ, 2006 p 19).

A quase negação do que é Movimento Social em função de que o seu surgimento e sua operação são frutos de um período histórico ligado à hegemonia da indústria, conduz o autor a uma justificativa:

Não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social. Inversamente, ideologias apelando a conflitos fundamentais na sociedade não são obrigatoriamente manifestações de um movimento social ou de antagonismos sociais. Afinal, a história está repleta de “pequenos” conflitos – com uma ação extremamente limitada na prática histórica –, fundados mais em significados do que em ideologias gerais. Qualquer que seja a flexibilidade com a qual nos empenharmos em referenciar a existência dos movimentos sociais – mediante conflitos ou iniciativas aparentemente mais limitadas –, é necessário considerarmos a definição que apresentei, por corresponder, durante longo período, ao pensamento social, especialmente no período central da sociedade industrial (TOURAINÉ, 2002, pag 20).

Ao ler as justificativas do sociólogo francês, pode-se insistir: o que define, caracteriza e justifica a existência dos Movimentos Sociais contemporâneos? Pode-se prescindir da ideologia em favor apenas da “ação coletiva”?

Convém fazer uma separação conceitual entre programas, mobilizações, organizações, projetos e Movimentos Sociais. Convém igualmente assentir que a interpretação de Movimento Social não é apenas uma referência teórica ou tampouco uma leitura do mundo. Trata-se de um posicionamento ideológico. Contudo, as determinações, os condicionamentos e as implicações de várias lutas de espectros urbanos e rurais envolvendo outros sujeitos, novas categorias, pautas, agendas e sentidos não podem ser desconsiderados. Chaveiro esclarece:

O que está colocado é a força da sociedade capitalista mundializada em reformular os conteúdos de classe, a organização do setor

produtivo, os desafios do Estado e as condições concretas que conformam o sujeito social urbano e rural (2017 s/p).

Antes de esboçar os pontos aos quais, a nosso ver, promulgam a constituição dos Movimentos Sociais, vale apresentar o que o geógrafo Marcelo Lopes de Souza entende pelo tema, usando, inclusive, uma separação conceitual entre ativismos sociais e movimentos sociais. Diz ele que,

Ativismos sociais são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto ... Os movimentos sociais, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos “paroquiais”. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo (2006, p. 278).

De acordo com o geógrafo o que define, qualifica e dá substância política aos Movimentos Sociais, estes são, em primeira e última instância, a luta de classes, entendendo-a no concerto histórico de um modo de produção concreto: o capitalismo. Considera-se também o seu modo de acumulação que historicamente define e desafia as lutas, os enfrentamentos, o caráter produtivo do trabalho, a sua organização. Por isso, Lopes enfatiza que o centro gravitacional dos Movimentos Sociais é a ideologia ou a visão de mundo que lhe dá suporte. Contudo, isso não significa descaracterizar a determinação de sua prática, que envolve tudo que se refere ao sujeito e à sua consciência. Ao Movimento Social cabe expor, defender e lutar para garantir a liberdade, a emancipação e o fim da exploração do trabalho e do sujeito, daí entra raça-etnia, sexualidade, alimentação, ambiente e outros quesitos presentes na vida.

Uma sociedade mundializada nutrida por aportes técnico-científicos, destruidora da biodiversidade, que estende o seu modo de acumulação nas esferas cotidianas da vida e interpela o sujeito com uma inflação de informações, signos, essa mesma sociedade que conduz o sujeito a viver em espaços urbanos concentrados e segregados, tem, por tendência, a criar um espaço e uma vida complexos. As lutas sociais adentram os territórios dessa complexidade, assim como os Movimentos Sociais.

Essa complexidade pode, contudo, distender as referências políticas e filosóficas, por exemplo a partir das lutas pontuais, particulares, ou dos sofrimentos específicos das chamadas identidades. Ou criar essencialismos políticos, próprios da espetacularização, da

performance, ou de apropriações narcísicas dos diferentes discursos. Esse é um desafio dos Movimentos Sociais: articular lutas concretas, não cederem aos discursos performáticos, contudo com referências filosóficas que leem a totalidade do mundo objetivo. A práxis política como uma filosofia da ação, a ação ligada às referências alarga o raio da consciência e da ação total do sujeito envolvido. Daí ser também a pauta dos Movimentos Sociais todas as lutas que intercedem no sofrimento dos trabalhadores (CHAVEIRO, 2017 s/p).

A práxis eivada da consciência de classe convoca a vida total para ter uma deliberação política. Assim, não se pode dicotomizar as lutas pontuais, identitárias ou de ordens próximas da vida das lutas por uma sociedade emancipada e livre. Os movimentos sociais são partes do espaço e neles se vinculam.

4.2 Os movimentos sociais e a geografia

Líderes do MST de Goiás na secretaria do Movimento, em Goiânia, promovem uma reunião. Na pauta um item de operação tática: ver que a conjuntura social e econômica do país é factível às ocupações. Para isso, deve-se ajuntar os membros que sairão à periferia da cidade, sob organização prévia, e colocarão em prática oficinas de contatos com trabalhadores. Essas oficinas, comandadas pela frente de massa, além de falarem da conjuntura, lerem a estrutura do modo de produção capitalista, ouvirem o sentimento do trabalhador, deverão criar meios para que os trabalhadores informais, desempregados, precarizados constituam frentes de ocupações. As oficinas são o chamamento à luta, o despertar da consciência do trabalhador sofrido à sua condição e situação de classe. Para isso têm uma direção: sensibilizar o trabalhador em direção à esperança concreta, histórica, não metafísica.

Para isso, outro grupo de lideranças, em fiel contato com este, num trabalho de sondagem, pesquisa e comunicação, e também de interpretação cartográfica, já escalou alguns latifúndios passíveis de serem ocupados. Especialmente o trabalho do grupo de sondagem é taciturno, estratégico, perigoso. Todos os cuidados deverão ser tomados. Qualquer vazamento de informação, o que já ocorreu, pode levar os latifundiários a buscarem o setor da política hegemônica, da polícia e dos centros produtores de ideologias, como

TVs, Jornais, Igrejas e brecaem a ocupação, inclusive com ameaças de morte ou mesmo com assassinatos e perseguições de lideranças.

O trabalho cartográfico de observação do latifúndio a ser ocupado não basta. Convém também observar “os pontos fortes da propriedade” e os “pontos fracos”. O tamanho, a oferta de águas, a qualidade do solo, a rede viária, a situação da produção, a aptidão agrônômica – e outros quesitos – deverão ser observados. Diz um líder :”*a ocupação não é coisa de criança, não, precisa valer a pena, há risco de morte, há vidas correndo risco...*”.

Antes da ocupação, a partir da leitura da propriedade, inclusive de sua história, de quem é o proprietário, seus vínculos políticos, sua força de articulação, as frentes do MST estabelecem um arco de poder para formar o acampamento. Este significa um avanço da frente de massa no sentido de dar um passo a frente no processo organizativo cujo destino é a ocupação e depois a distribuição da terra.

São essas fases e o conjunto de ações que definem o Movimento Social. Maria da Glória Gohn (2008, pag 14), afirma que

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. E tem os seguintes elementos: demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações, práticas comunicativas diversas que vão da oralidade aos modernos recursos tecnológicos, projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas, e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Assim, na elaboração do acampamento, novamente é necessário ler o território, ver onde as barracas deverão ser montadas. Quesitos de primeira ordem como água, possibilidade de instalação de barracas, capacidade de comunicação com as cidades e condições de provimento de alimentos se juntam aos estratégicos: condições de avançar e de evacuar, possibilidades de organizar oficinas de formação, montagem de grupos de trabalho e de comissões que, num raio democrático, inserem todos numa tática de solidariedade e de aproximação. Assim surgem as comissões estratégicas, de segurança, de negociação, de formação, de higiene, de animação, de alimentação, de saúde.

Fotografia 38 - Acampamento "Dom Tomás Balduino" - Corumbá de Goiás, 2015.



Fonte: arquivo próprio, 2015.

Pode também, no meio de lonas, estacas, baldes, botijões de gás, pequenas trepes, serem formados grupo de mulheres, de crianças. O local do acampamento, como prenúncio de uma ocupação, deverá ser inteligente, estratégico. O acampamento surge como um território de preparação, de luta e também de vida. Por isso, o espírito de solidariedade, a consistência dos

princípios do Movimento, a leitura crítica da conjuntura, as festas, a reunião com os “amigos do Movimento”, a celebração religiosa, a visita de deputados e autoridades que são favoráveis à causa, de estudantes, professores universitários e de outros segmentos vão agindo na consciência, e “ganhando terreno” para, num momento acordado, o latifúndio ser ocupado.

Fotografia 39 - Montagem do acampamento - Corumbá de Goiás, 2015.



Fonte: arquivo próprio, 2015.

Muitos acampamentos duram quatro ou cinco anos, como foi o caso de Canudos. Há casos de idas e vindas, ou seja, de tentativa de ocupação, de despejo, de ocupação novamente. Os enfrentamentos jurídicos, o reforço da resistência, a clarificação das pautas escalam o mundo vivo desse território, cuja forma é simples, rude, mas o conteúdo é decisivo para o mote da conquista: o acampamento. Trata-se de organizar estratégias, articular, compor forças, gerar saberes, reforçar a consciência, contrapor-se às ideologias liberais, cantar a terra como fonte da vida.

A realização da ocupação conta também com um conjunto de ações, leituras e preparos. Ela é tensa e decisiva.

Fotografia 40 - Ocupação de um latifúndio em Corumbá de Goiás, 2015.



Fonte: arquivo próprio, 2015.

O cordão de pessoas, sob orientação, segue com definições dos papéis a serem desempenhados. O momento de sair do lugar de organização à ocupação, o trajeto, os veículos que conduzirão os ocupantes, as frentes de segurança, os cuidados da caminhada, as místicas de reforços, o tipo de armamento que dará suporte aos ocupantes, até o chute simbólico na cerca do latifúndio ocupado transforma a tensão e os perigos numa valência territorial: o pulo do acampamento ao assentamento.

Todavia, para sedimentar o assentamento outros tantos passos, lutas, articulações, conflitos jurídicos e políticos são delineados dia-a-dia. O fato é que a luta do MST, suas táticas, conquistas de horizontes curtos, a terra; e seus fins de horizonte largos, a reforma agrária e a construção do socialismo, incluindo as hesitações, o debate público, as contradições internas e externas, possui uma ligação direta com a lógica, organização e estruturação territorial.

Este fato e essa leitura, há mais de 30 anos, cria duas situações: a aproximação de setores, líderes, membros do MST aos geógrafos e curso de

geografia; e a aproximação, pesquisas, estágios de vivências, atividades de extensão, trabalhos de campo de geógrafos nos acampamentos e assentamentos do MST. Isso mobilizou uma gama de geógrafos a estabelecerem teorizações geográficas sobre, não apenas o MST, mas sobre a dimensão espacial ou territorial dos Movimentos Sociais.

Geógrafos de diferentes segmentos teóricos e políticos, além de disciplinas, grupos de pesquisas, áreas de concentração de pós-graduação geraram uma compreensão: os Movimentos Sociais são agentes, atores ou sujeitos territoriais. Por isso, o que está posto não são apenas estratégias territoriais dos Movimentos em suas lutas, mas a sua ação na construção, na mudança e na formação de conteúdos territoriais dos lugares, municípios, regiões.

De acordo com Porto-Gonçalves (2003), as táticas empreendidas por movimentos sociais intentam modificar a configuração espacial dada, uma vez que toda demanda social é uma demanda por espaço. A essa correlação, o autor denomina “geograficidade do social”.

Emerson Santos (2006), em sua tese de doutorado dedicada ao estudo dos programas de Pré-vestibular para negros e carentes, dedicara um capítulo à relação movimento social e geografia. Propôs uma taxonomia na qual três tendências são invocadas: 1. A Geografia da organização dos movimentos sociais; 2. A Geografia das lutas sociais; 3. A Geo-grafia dos movimentos sociais.

A primeira compreende o movimento social como objeto de estudo. A escala de análise predominante está circunscrita aos limites político-administrativos: bairros, cidades, assentamentos, municípios, estados, países, lotes, regiões de planejamento.

A segunda tendência tem no movimento social o motivador dos estudos, não compondo necessariamente o objeto de pesquisa. A leitura classista predomina em tal tendência, sendo a principal crítica tecida por E. Santos (2006) à “Geografia das lutas sociais”, a tendente ocultação das formas de luta e ativismo não baseados na conflitividade.

Por fim, a terceira tendência: a Geo-grafia dos movimentos sociais. Nesta, busca-se construir a um cabedal conceitual a partir do “revisão das

velhas utopias”, compondo referenciais teóricos provenientes de experiências sociais concretas. Desse investimento, resultam proposições analíticas como a elaborada por Pedon (2013): movimentos socioterritoriais.

Pode-se, a partir do diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2016), construir um mapa (vide mapa 9) dos estudos atuais de movimentos sociais no âmbito da Geografia. O critério fora a ocorrência da palavra “movimento social” nos títulos, linhas de pesquisa e palavras-chave no cadastro dos grupos na plataforma.

Sob o risco das generalizações, identificam-se três tendências no cenário na produção do conhecimento geográfico, no que tange aos estudos dos movimentos sociais.

A primeira e menos expressiva em quantidade de grupos, tem como base territorial os estados de Pará e Amapá. A unidade dos grupos se encontra na ênfase à interação entre as populações e a biodiversidade local. Os movimentos sociais, nesse sentido, são mecanismos de representação e proteção acionados pelos povos ribeirinhos, amazônicos, indígenas, etc., cuja qualidade de vida está condicionada ao reconhecimento das economias – materiais e simbólicas – ancoradas aos territórios historicamente habitados. Na taxonomia de E. Santos (2006), estes grupos se enquadrariam na “Geografia das lutas sociais”.

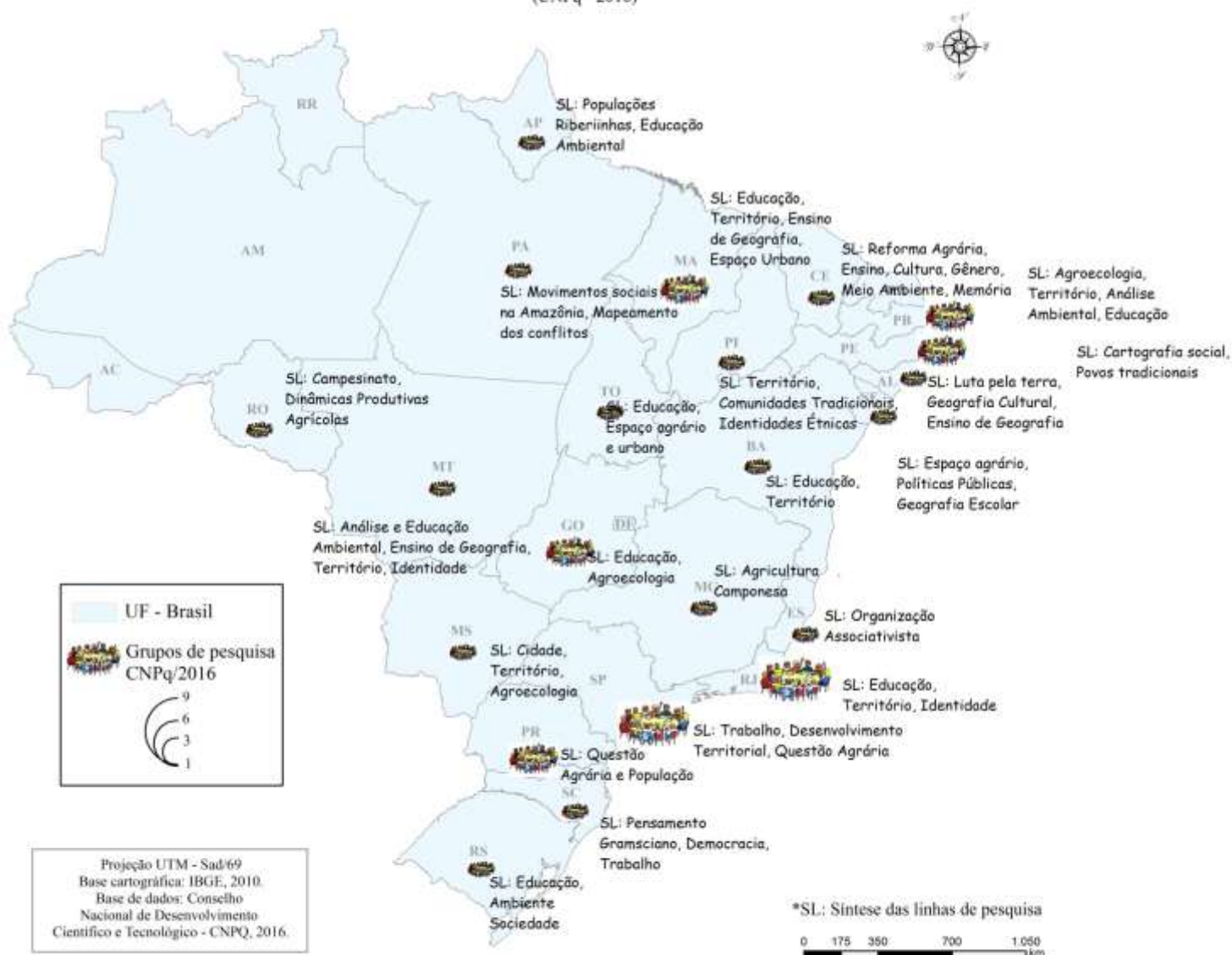
A segunda tendência consolida-se nas instituições no Nordeste brasileiro. Tem o espaço agrário como unidade de análise predominante, porém sua marca é a diversidade. Educação no campo, políticas públicas, luta pela terra, ensino de geografia, comunidades tradicionais, identidades étnicas entre outros temas são colocados em paralelo aos movimentos sociais.

Destacam-se as particularidades das pesquisas desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro, estas “destoam” da unidade percebida entre os grupos no centro-sul do país, justamente pela diversidade de temas, bandeiras e espaços de relações enfatizados. Depara-se, em tal conjunto, com temáticas de gênero, raça, juventude, ensino na metrópole, educação no campo, pescas,

Mapa 9 - Grupos de Pesquisa em geografia com a temática "Movimentos Sociais" - 2016.



GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA TEMÁTICA: MOVIMENTOS SOCIAIS (CNPq - 2016)



identidades coletivas, políticas públicas. Em termos de afinidades temáticas, estariam estes grupos mais próximos ao conjunto identificado na segunda tendência.

A terceira tendência apresenta-se em formato de rede, materializada em estados expoentes do agronegócio brasileiro: Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Predomina uma perspectiva de denúncia da precarização do trabalho e dos danos ambientais causados pela absorvente territorialização do capital.

Dentre as proposições dos geógrafos desta última tendência, tem-se o movimento social enquanto categoria geográfica, defendida pelo geógrafo paulista Bernardo Mançano:

Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração da teoria. Categorias são conceitos-chave de uma ciência.... São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até aos esforços lógicos para a elaboração de leituras e construção de ensaios teóricos.... Movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas (FERNANDES, 2000b, p. 60).

A defesa de que “um movimento social” é uma categoria geográfica sofre rebatimento crítico. Pode-se, por exemplo, posicionar-se que procedendo o pensamento dessa forma, há uma confusão entre o mundo e a ideia de mundo. Num horizonte abrangente todos os temas seriam categorias geográficas. Mesmo que pese a ideia do autor seja alvo de uma reflexão, como qualquer ideia e qualquer representação, o que vale é a afirmação final: “Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas”.

A interferência concreta dos Movimentos Sociais na transformação do território, de fato, é um dado, assim como a sua organização feita por escalas internacionais, contudo há outras dimensões, como o projeto de país e o projeto de sociedade. A vertente ideológica, em se tratando da ação e da

elaboração dos Movimentos Sociais, todavia, só tem sentido a partir das práticas espaciais.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza observa a dimensão espacial das lutas e as práticas espaciais primeiramente a partir de uma escala global. Os Movimentos Sociais agem naquilo que é o produto nefasto da divisão internacional do trabalho. Por conseguinte, a dimensão espacial refere-se ao modo como, em termos de estrutura, está estabelecido o sentido geopolítico entre o mundo capitalista rico e pobre. Diz o autor

As especificidades sociais do Primeiro e do Terceiro Mundo materializam-se no espaço, com vínculo forte com o tipo e a dinâmica dos ativismos. Além de circunscrita em termos de grupo social, a pobreza tende a ser, no Primeiro Mundo, limitada em termos espaciais. Já no Terceiro Mundo, com a pobreza sendo generalizada temos também a sua difusão pelo espaço urbano, através de situações as mais diferentes: periferias, favelas centralmente localizadas, áreas de obsolescência. Assim, no Terceiro Mundo, sem que se desconheça uma problemática e um tipo de ativismos mais próximos dos primeiromundistas, o que ocorre é que a sua importância é em grande parte eclipsada pela gravidade e pela importância quantitativa dos problemas fundamentais que vitimam os trabalhadores pobres. (SOUZA, 1988 p. 152-153).

Se a pobreza, a desigualdade social, a concentração de renda, a formação e a manutenção do latifúndio, a segregação espacial são produtos da divisão internacional do trabalho, a leitura e o enfrentamento desses problemas passam pela leitura espacial. A geógrafa Tatiana Tramontani Ramos (2013), referindo-se ao Movimento Sem-Teto, disserta sobre “a dimensão espacial das lutas sociais”.

Ao reportar aos geógrafos que, num viés crítico, têm investigado o assunto, a autora expõe alguns pontos que marcam a relação entre Movimentos Sociais e espaço. Dentre os pontos, a autora menciona: a noção de espaço vivido mediante a qual dimensões de identidade de classe, racial, de gênero e também campos da subjetividade e da intersubjetividade compreendem o mundo concreto das relações entre os sujeitos; a organização hegemônica do espaço, com ações do planejamento feito pelo Estado, empresas, corporações; os aspectos concretos do espaço, tais como vias, equipamentos, infraestrutura, problemas ambientais, equipamentos de

consumo, especulação imobiliária; localização e possibilidades de comunicação.

Enfim, desde a dimensão miúda e rente das práticas do sujeito até às dimensões geopolíticas, incluindo o entrecruzamento das escalas, os Movimentos sociais agem no espaço, são condicionados por Ele, desenvolvem práticas espaciais, dão o sentido de suas lutas, lutam por espaços.

A partir das diferentes práticas espaciais os Movimentos Sociais, em geral, e o Movimento Social Sem Terra, mostram-se vivos e dizem, na práxis, o que são. Desenvolvendo as suas práticas espaciais é que o horizonte de sua utopia se consagra como mundo vivido. É também nas práticas espaciais que expõem os seus conflitos internos e expressam o repertório de suas conquistas frente aos conflitos sociais externos. Ou seja: os conflitos externos, por exemplo, as lutas de classe, o processo de alienação, as estratégias de captura ideológica, os hábitos e as representações culturais e simbólicas são vividos no trabalho, nas relações afetivas, na organização política e na significação do morar.

4.3 Morar em Canudos: percursos de vidas

Um dos líderes do MST de Goiás, de maneira organizada, expõe algo mais ou menos assim:

Nós sempre temos três desafios. O primeiro é a luta ideológica, é a leitura da conjuntura, precisamos de saber o que está acontecendo, temos que ficar espertos. A conjuntura muda constantemente. O segundo desafio é a organização, o que se faz regionalmente, nacionalmente, localmente. Precisamos organizar para enfrentar a conjuntura e dar uma resposta prática. E o terceiro é agir na produção, na vida, fazer os assentamentos sustentarem a vida das pessoas, serem locais de luta, de prazer, de educação, de amor...

As condições concretas da existência, expressão central na elaboração de Arroyo (2012), culminam com as práticas espaciais do Movimento enquanto uma instituição política e culminam mais com os elementos da vivência. Os três desafios, esboçados pelo líder do Movimento se entrelaçam, todavia o sentido vital está nas práticas espaciais. Entra aí a significação de morar.

Morar num assentamento como o Canudos também se vincula a outras escalas. E às dimensões que ultrapassam o simples ato de desenvolver a intimidade como o comer, o dormir, o descansar, a educação dos filhos. Um assentado diz: *“no começo, quando viemos morar aqui, o povo da vizinhança tinha um preconceito, achava que nós era baderneiro, achava que nós não ia trabalhar, produzir. Hoje a gente tem amigos, as pessoas até falam que ajudamos a região, o comércio...”*.

Como se viu na palavra do assentado, morar num assentamento e ser membro de um Movimento Social que desenvolve ocupações e abre o peito aos conflitos contra o latifúndio e contra uma ordem social atávica, como é o MST, evidencia as representações. Há que saber do “olhar torto” que recebem por morar no Assentamento. Por isso, é comum nas cidades como Guapó, Palmeias e Campestre haver uma representação identitária: “aquele povo do assentamento”.

A guerra de representação é levada em consideração pelo Movimento. Assim como o período em que, debaixo de barracas de lona, dormindo em colchões lançados no chão, também são considerados como parte da luta. Diz o líder do Movimento: *“ser militante é doar a vida a uma causa. Mas essa doação não é um sacrifício, é um motivo de orgulho, pois está se lutando pela dignidade de um país, de um povo”*. E acrescenta:

A questão não é ter a minha casa, o meu lote, a minha lavoura. Essa visão liberal deve ser combatida na prática. Eu não preciso de orgulhar por ter uma casa, mas por ter um ideal, uma causa. Quem tem um causa e sabe o que quer na vida tem algumas vantagens: geralmente não precisa de psiquiatra, de psicólogos, pois não tem depressão, não tem depressão porque tem um sentido na vida (liderança do MST, 2015).

Morar num assentamento é dispor-se a uma luta. Isso não é tão simples. Um membro do Movimento declara:

Não é fácil, não. As pessoas são diferentes, têm histórias diferentes, vem de lugares diferentes. E tem as ideologias, o que chega na TV, em tudo, não é para a luta, para a solidariedade. Há pessoas, a gente não pode mentir, que tem aqui uma visão individualista, egoísta, liberal, né. A gente tem que chamar o companheiro, falar a verdade pro cara. Mas é assim mesmo, é uma luta que não para nunca (membro do MST, 2016).

Ao observar o modo como as representações passam a fazer parte do morar de maneira direta, um membro do Movimento esclarece que

No começo do assentamento organizamos grupo de mulheres, falamos da higiene, dissemos que não podemos ter atitudes machistas e violentas, aqui tinha que vingar o espírito de solidariedade. Sabemos também que os gostos das pessoas são gostos que tem um significado político (membro do MST, 2016).

Além de observar as dimensões culturais, inclusive do lazer, o morar se completa em outras dimensões. Desde o início, incluindo no próprio PDA, estava estipulado a necessidade de usar os quintais para produzir alimentos orgânicos, saudáveis. Houve a sugestão de criar grupos de alimentos, desde as frutíferas, as melíferas, os legumes, as plantas medicinais. O debate em torno da soberania alimentar não poderia ser apenas ideológico, mas na prática da moradia. Para isso, além da motivação dos moradores, da organização dos lotes e dos quintais, deverá haver cursos, vivências, intercâmbios.

O setor educativo ganha uma expressão política concreta: o modo de pais e filhos relacionarem; a leitura da conjuntura nacional; os cursos de formação e, inclusive, a interpretação das forças políticas e econômicas do arredor do assentamento, a leitura de autores clássicos para quem tem condições de fazê-lo demonstra que a formação da consciência do assentado precisa alcançar as práticas de morar no assentamento. Ou indica que morar num assentamento é mais que morar na casa, é uma moradia abrangente.

Essa indicação evidencia um aspecto de leitura teórica: o mundo objetivo e seus problemas; os componentes da cultura de massa, da indústria cultural e da subjetividade capitalística adentram as casas com cores, formas arquitetônicas, gostos, móveis e artefatos tecnológicos como a TV e a internet. O casa é invadida, suggestionada, tensionada por valores liberais. E o morador, com a sua consciência, precisa responder a isso com suas práticas espaciais.

Pequenos atos da cultura camponesa são significativos: quando um membro convida vizinhos e amigos do assentamento para um almoço de

domingo, ou uma festa de aniversário compartilhada²⁴, mutirão para ajudar a “bater o pasto”, na reforma da cozinha, fazer uma pescaria ou cantar uma novena, laços de comunicação, de afetos e de pertencimentos estão sendo desenvolvidos. O sentido de coesão afetiva surge ao mesmo tempo que gera-se um canal para falar dos problemas de cada lote, do grupo de moradia, do assentamento e do país. Mas isso não é uma regra geral. Um líder do Movimento analisa:

Há pessoas mais dadas, tem que se respeitar as individualidades. Há gente problemática também, não há como evitar. Tentamos criar atitudes de colaboração, de ajuda, mas as pessoas precisam querer. Quem sabe o que as pessoas querem? Eu sei que precisamos ficar atentos com tudo que ocorre, é muito fácil as coisas tomarem um rumo indesejado. E outra, não existe isso de fixar gente no assentamento. Fixa-se estacas, não gente. Nem todo mundo se adapta, tem o direito de deixar o assentamento e procurar outras formas de vida (liderança do MST, 2016).

O entrelaçamento das práticas espaciais do morar tanto no campo dos assuntos, dos móveis, da cultura, do trabalho, do lazer, no fundo, é uma conexão de escalas objetivas e subjetivas entre os agentes hegemônicos do mundo capitalista, por exemplo, o mercado, e as resistências, os enfrentamentos, os modos de vida baseados na ação coletiva. Isso quer dizer que as significações do morar num assentamento esclarecem a aglutinação dos campos do íntimo aos campos da polis.

Pequenas questões, “como pode ou não matar uma cobra? Pesca-se ou não na piracema? Vê ou não novelas? Deve-se matar a onça que come os bezerros ou não?”, exigem a ação de uma consciência coletiva afeita aos princípios do Movimento, contudo não se pode também desrespeitar as vontades pessoais, as vicissitudes culturais de cada pessoa.

As tensões do morar num assentamento podem, assim, até serem maiores que a moradia liberal de uma cidade calcada apenas nos valores dos indivíduos. Contudo, essas tensões são partes da ação política e da ação ideológica do Movimento. Vejamos alguns depoimentos de mulheres que residem no assentamento:

²⁴ Como a experiência narrada na introdução do trabalho.

| |
|---|
| “Morar aqui é muito bom, é muito aprendizagem, não podemos ficar parados. Aqui tem solidariedade, ajuda, o Movimento ajuda muito, sem Ele não ia conseguir a nossa casa” |
| “A barra é difícil: quando os programas estavam sendo atendidos, vendíamos rapadura, dava para ganharmos uma grana e tocar a vida. Agora temos que recorrer a uma pecuária tradicional, é difícil, temos que mexer aqui e ali” |
| “A minha família mora em Aparecida de Goiânia, é perto, então eles vem aqui passear, gosta de vir aqui. Isso me ajuda muito” |
| “Os meus filhos têm educação, eles vão crescer valorizando isso aqui. Eles sabem que aqui foi conquistado na luta, na luta de muitos companheiros” |
| “Tem gente que acha melhor, tem gente que não acha tanto. As pessoas são assim, não são iguais, né. Aqui eu sei que tenho ajuda de outras pessoas e eu preciso ajudar os outros também” |
| “Se eu dizê pra você que aqui num tem problema, estou mentindo. Gente já vendeu os lotes, tem pessoas que num importa prô Movimento, tem egoísmo, olha só para o umbigo. Rapaz, tem problemas: um dia desse começou uma rusga porque as vacas entrava no quintal do companheiro, ele falava para o dono, depois entrava de novo, ele voltava a falar para o dono, entrava novamente, até dá um confusão, tivemos que interferi” |
| “Plantar a mandioca, a cana, o milho, criar a galinha caipira, os porco, ter umas vaquinhas, isso dá segurança, ajuda muito. A hora que a gente precisa vende um bezerro, pega uma galinha e come, pega os ovo, agora num pode é ficar parado” |
| “Tem gente aqui que só quer o título da propriedade, não quer nem saber da luta, como o assentamento surgiu” |
| “Aqui falta espaços de lazer para os jovens, quadra de futebol, bailes, cinema, livros” |
| “Aqui seria melhor se a gente tivesse mais recurso pra trabaiá a terra. As vezes falta união entre os assentado, as vezes falta vontade, as vezes falta apoio dos governo” |

O sentido político de morar num Assentamento e especificamente em morar em Canudos, como se viu nas falas aludidas, esclarece o que se pode pensar, em termos macro, da política: ela é o meio humano de significar as ações, de agir mediante valores e princípios. Porém, as tensões entre burocratizar a moradia, ou seja, estipular maneiras de o Movimento controlar todos os passos e fundar uma vida baseada na liberdade se soma aos aspectos profundos da existência do sujeito. Respeitar os gostos, os valores, as crenças, os modos de ver e de fazer, os saberes dos camponeses não significa aceitá-los. Como fazer?

O morar é, assim, conflituoso e contraditório, pois não há como escapar do movimento do mundo e das forças culturais que se enraízam nas representações do sujeito. Esse sujeito muda e mudou. Como agente da ação e da prática espacial, o sujeito conduz as suas mudanças ao morar. Novos desafios se colocam no plano dessa prática, como a comunicação em rede, a luta contra o agrotóxico, o processo de comunicação na articulação dos grupos.

Há um novo atravessamento sociocultural nos lares a partir das redes e, com elas novas possibilidades de agenciamento político. Uma “sociabilidade envenenada” pode contrastar com a “democracia on-line”. Além disso, a crise econômica juntando-se à crise ambiental, ao adoecimento povoam os lares dos assentados. Este torna-se cada vez mais um lugar de combate, um lugar da vida. Uma liderança elucida:

Há muitas novidades nos assentamentos. Veja, muitos companheiros têm recorrido às igrejas neopentecostais, isso cria um problema da mística: saímos de uma mística da luta para uma mística religiosa. Mudam as bandeiras. E há uma procura, uma procura muito grande de pessoas das cidades, já tivemos doutores querendo participar da luta, ter o seu lote, sair do estresse da vida urbana e ter uma vida de paz. Muitos levam problemas sérios da vida urbana para os acampamentos e para as cidades. Não é como cercar. (liderança do MST, 2016).

Alguns desses problemas recaem no Assentamento Canudos: “Vemos que algumas pessoas que tinham uma participação boa, agora preferem as igrejas. Nós temos que respeitar, alertar. Isso muda também a educação que dão aos seus filhos, os seus filhos vão ter outra visão”, diz um assentado.

Esses conflitos e outros se apresentam nas imagens, nos signos e na iconografia das casas. Enxerga-se em algumas casas bandeiras do MST dependuradas nas casas como que mostrando a identidade do morador. Em outras casas, imagens de santos se misturam a troféus, medalhas e imagens cartográficas. Há pessoas que vestem camisas do Movimento, ou de eventos como Encontro de Agroecologia e outros com expressão da Nike. É possível ver crianças com os pais no momento da “tira do leite” ou tocando as galinhas das plantações.

Em algumas casas as geladeiras possuem cerveja; há outras que dispõem-se de “uma cachacinha da boa”. Alguns sujeitos, nas tardes, pegam o violão, dedilham as cordas e compõem versos de luta. Pode-se ouvir sertanejo universitário, ou MPB e há também os que defendem as “músicas caipiras de raiz”...

Esses índices dividem terreno com outros de caráter verbal: “*tá quente pra burro, eu num sei onde isso vai dá*”; “*as nossas águas estão sendo contaminadas pelo agronegócio*”; “*aqui, meu companheiro, a vida num é mole,*

não, mas é bom, quem quiser lutar, trabalhar, estamos aqui”; “eu nunca vou vendê, eu quero deixar pro meus filhos, os meus filhos prus meus netos...”; “aqui tem histórias que até Deus duvida, o povo é uma farra”.

Os índices observados do modo de morar de assentados de Canudos exemplificam o que se tem refletido nos princípios teóricos com os quais estimulam a interpretação dessa pesquisa: a escala geopolítica, como, por exemplo, a financeirização da economia recaindo na financeirização da moradia, a sua qualificação como mercadoria e como negócio se junta às escalas da vivência, da ação e da sensibilidade. Os suportes simbólicos se encontram presentes na meada dessas escalas. Conforme assinala Baudrillard (2006), o capital se mobiliza por imagens e símbolos...

A ação das tecnologias de informação e de conectividade; a adesão aos suportes metafísicos como religiosidades; literatura de auto-ajuda e esotérica; os novos objetos de consumo, como a coca-cola nas refeições; os gostos pelos *hits* musicais disseminados pelos grandes escritórios que comercializam músicas e produzem ídolos e outros dispositivos invadem o Assentamento, a vida do sujeito, o modo de morar. Entretanto, não erradicam suportes da tradição, da origem camponesa, e dos vínculos com “o trabalho de roça”. Desse modo, as tensões culturais são também tensões na significação do morar conforme mostram os índices apresentados.

Mesmo sob princípios organizados e sob objetivos políticos previamente estabelecidos, os assentados se diversificam, se contrastam e multiplicam formas e meios de conduzirem suas ações no território do Assentamento e de suas casas. Ler e lidar com essa heterogeneidade e suas contradições, estar atento a ela, valer-se dela é um desafio reconhecido pelo Movimento.

Essa diversidade e a diversificação é, como foi visto, um dado da sociedade mundializada, da complexidade espacial do mundo contemporâneo. Ora, isso significa fragmentação, distensão de causas de lutas, estilhaçamento de identidades, que, no campo político, pode induzir ao que Souza (2015) denomina “conversão corporativista”. Ora, pode, nas palavras de Chaveiro (2017 s/p) “significar um agitação da realidade, descoberta de dores encobertas pelas representações essencialistas”.

Ainda pode-se compreender: se um lugar é gestado por solidariedade, animação, ideais, confiança, amizade, gestos de acolhidas, a despeito da precariedade física, por exemplo, da casa, o sujeito, o morador, terá um pertencimento. Nesse ponto, a subjetividade é central, e a política – espacial – decisiva para constituir a subjetividade. A mediação política do pertencimento do morar, no caso de um Movimento Social que defende a vida coletiva, como é o MST, contrapõe-se à dispersão e às formas liberais de relacionar com a propriedade. Mas o sujeito é filho deste mundo que é combatido. As significações do morar em Canudos compreende esse conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A pena que me dão as crianças de hoje!
Vivem desencantadas como uns órfãos:
As suas casas não têm porões nem sótãos,
São umas pobres casas sem mistério.
Como pode nelas vir morar o sonho?*

Mário Quintana, *Arquitetura funcional*, 2005 p. 397.



A dona de casa tem a cama de casal no quarto maior. Atrás, recostado na parede, o imenso guarda-roupa, uma penteadeira no entremeio, e sobre ela pentes, desodorantes, perfumes, shampoo, o espelho centralizado para matizar os retoques no rosto. Se não houver guarda-roupa, geralmente não há condição para isso, esse móvel é produto da indústria da grande cidade, uma caixa retangular de madeira cumpre o dever: dentro dela cobertas, lençóis, travesseiros, fronhas. E segredos: as cartas, as fotografias indevidas, a grana...

Em determinadas situações históricas o itinerário da mulher, na condição de esposa, é definido sem aviso: da cozinha para o quarto, do quarto para a cozinha. O seu trajeto na “sua” casa responde pelo seu lugar no mundo no que denomina de sociedade patriarcal rural goiana.

O homem, o marido, tem mais poder para transitar. Mas necessariamente não precisa conhecer os liames da cozinha, a prateleira do vasilhame, a mesa das panelas e da garrafa de café, o cantinho por onde se encontra presente o pote de água feito de barro. O lugar do marido é na sala, na varada, no quintal, na roça. Ele tem o espaço de comando; ela tem o espaço do zelo.

Os filhos seguem a divisão sexual do espaço: os homens transitam em espelham essa divisão, dali se formam para reproduzir uma estrutura de poder, uma cultura de morar, afirma-se o gênero, constitui-se a consciência, em criança o destino da divisão social do trabalho atravessa a divisão sexual do espaço.

A casa se estende e se coloca cindida: a do camponês, do agregado, do meeiro, não tem o monjolo, a bica que serpenteia e atravessa a varanda ou a área inferior. Pode ter um quintal um chiqueiro de porcos, não o depósito para as enxadas, a sacaria de arroz, feijão, talvez apenas um paiol pequeno e um trieirinho que se vai do quintal ao córrego e aos poços por onde se complementa a alimentação com piabas, traíras e lobós.

A casa está ligada ao morar; o morar está conectado ao morador. Esse é um sujeito do mundo: um sujeito social concretamente situado num modo de produção: o capitalismo. Essa condição invoca: morar é conflituoso.

Mas um casebre – dir-se-ia – pode ser uma mansão de afeto, de relações de luta, de respeito, de integridade ética. E uma mansão pode ser um

casebre simbólico: lugar neurótico, competitivo, afeito às barganhas baratas da subjetividade. Quer dizer que morar é relacional, inclui as ações do sujeito morador, a sua consciência, os seus projetos. Morar é aberto e indefinido, além do conflito, pode ser resistência, criação, sublevação.

A problemática da tese partiu do paralelo entre o concreto, o processo de serialização das moradas no campo e nas cidades, e o simbólico, a promoção de padrões de comportamentos, valores, sensibilidades, aspirações subordinadas às oscilações de mercado.

No processo de pesquisa, duas preocupações centrais: realizar cartografias da moradia em Canudos e, ao mesmo tempo, desvendar a moradia como fonte de interpretação geográfica. Um convite ao olhar atento para os protestos que os sujeitos materializam nos lugares da existência.

O tratamento do tema apresentava-se tarefa demasiadamente ampla. Diante disso, propôs-se uma taxonomia dos planos ou escalas analíticas da moradia, na qual três modos de manifestação do problema foram desvelados.

No primeiro deles, desvelam-se as ações macropolíticas na “gestão” da moradia, concebida como esfera de acumulação capitalista. Basicamente, controla-se o acesso e a qualidade da habitação em nível mundial, garantindo a manutenção dos bolsões de pobreza e a dependência dos governos e populações à dinâmica da economia mundial. Economistas, cientistas políticos, geógrafos, arquitetos – em sua maioria de orientação marxista – evocam a moradia como novo ativo financeiro do capital, e somam forças aos coletivos e movimentos sociais que reclamam a moradia como condição *sine qua non* à cidadania.

A segunda escala é a da moradia enquanto espaço de relações. Ali, homens, mulheres, crianças, idosos, empregadas domésticas desempenham papéis sociais, reproduzindo, em meio às distorções que o “privado” autoriza, a vida pública noutra escala.

Precarização do trabalho, violência contra a mulher, abuso sexual atestam a complexidade de um espaço cuja concretude das paredes não torna a casa um território blindado às mazelas de um mundo em adoecimento.

No desvendamento dos conflitos de classe, gênero, etnia, sexo, as paisagens foram se colocando repletas de sentidos – materiais de construção, tamanho dos cômodos, disposição dos objetos etc.

Por fim, a escala da prática social, na qual o espaço não se equivale nem a mera abstração, nem a palco das relações sociais ou paisagens. Ainda incipiente nos estudos da moradia – cuja maioria compartilha a primeira tendência –, esta entrada permite avançar sobre os reducionismos ambientais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos que tendem a simplificar fenômenos cada vez mais complexos.

Tomar a prática espacial como categoria exige a aproximação das experiências sociais concretas e a compreensão do cotidiano para além de um conjunto de atividades aleatórias. E é nesse exercício que a rede de articulações entre as diversas esferas da vida social e a riqueza analítica dos pequenos espaços são descortinadas.

Nessa perspectiva, o espaço é linguagem e, a moradia, texto escrito ao passo da existência dos sujeitos. Pensar dessa forma coloca a moradia na condição de registro vivo das formas de reprodução da vida. Não só da dimensão objetiva do trabalho, ou da ação das grandes potências mundiais: a moradia ancora-se a projetos existenciais.

Mas em que essa perspectiva de leitura da moradia contribui para descortinar atos violentos contra os sujeitos e grupos sociais? Basicamente, a moradia pensada como prática espacial (e social) expande a noção de “casa”. Expande não só os limites físicos – como se viu no complexo-moradia que reúne casa e espaços de produção dos arredores –, mas os sentidos do morar. Estes, deixam de ser comandados por uma ordem externa às experiências dos sujeitos. A moradia torna-se um lugar. E, por isso, só tem sentido se articulada às demandas sociais e existenciais daqueles que a habitam.

Casa, habitação, moradia, habitat. Uma sequência de palavras que remete a um processo de deslocamento do morar das funções imediatas – e das determinações de todas as ordens – a um ato constituinte do sujeito, “rasurável” e passível de se tornar espaço/prática de criação. Nesse movimento, tornam-se tênues as fronteiras entre morar, viver e criar – tríade sugerida na poesia de Quintana.

O morar como inscrição política: fonte de saber e parâmetro da ação. Se o sujeito está em movimento, em constante construção, também está a moradia. Ela tem voz, textura, ritmo. Logo, não se restringe ao objeto arquitetônico, tampouco se circunscreve ao plano jurídico.

Rancho. Casa de Pau a pique. Casa de adobe. Oca. Barracão. Puxadinho. Palafitas. Casebres de papelão. Casa colonial Portuguesa. Casa americana. Barraca de lona. Barraca de folha de buriti. Barraca de bambu. Mansão. Saco de dormir. Trailers. Boleia de caminhão. E tantos outros formatos poderiam conduzir a um raciocínio elementar: esse ato primário – morar – impõe, de uma só vez, a apropriação espacial e a um arranjo físico, cristalizado nesta palavra que pode se tornar uma metáfora: a casa.

Esta condição – a apropriação do espaço – coloca em curso o conteúdo social do morador. Morar é assunção do regime de propriedade privada. Envolve diretamente o lugar social do sujeito morador; envolve grana, dinheiro, esse equivalente de mercadorias e coisas. Por isso, muitos sujeitos são moradores de rua. Morar requer a morada, esta é atributo de um sujeito assujeitado pelo modo de produção.

Mas é mais: uma vez apropriado o espaço, o ato de morar, tão bem delineado pelos gregos aos dividirem o mundo do sujeito entre OIKOS e POLIS, isto é, entre o lugar íntimo do sujeito – o OIKOS – e o seu lugar político e público – A POLIS – a cidade, torna-se um lugar da vida. Ou a vida constituída espacialmente com todos os atributos que lhe conferem as possibilidades de existir.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sandra Aparecida. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Mar. 2016.

ALVIM, Mônica Botelho. **A poética da experiência: Gestalt-terapia, fenomenologia e arte.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ARCHELA, R. S. **Análise da Cartografia brasileira:** bibliografia de Cartografia na Geografia no período de 1935 – 1997. São paulo, 2000. Tese (Doutorado em geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000198&pid. Acesso em: nov. 2014.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo:** A segunda residência e o mercado imobiliário. – Goiânia : Editora UFG, 2013.

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras pedagogias,** Petrópolis: Vozes, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARDI, Lina Bo (1944). *Lina por escrito. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi.* Coleção Face Norte, volume 13, Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2009.

BARBOSA, R.; FARINA, M. O arquiteto e o monstro. In: **Bloco (7):** arquiteturas de morar / Organizadores: Ana Carolina Pellegrini, Juliano Caldas de Vasconcellos – Novo Hamburgo: Feevale, 2011. 180 p. il. ; 21 cm. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/01c05b27-2854-46ed-ab5a-c94036ada110/B7.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Vão do Paranã – A estruturação de uma região.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica.** Lisboa: Edições 70, 1988.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil:** volume 1. – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc, 2014.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** — São Paulo: Companhia das Letras, 1992, ISBN 85-7164-276-1.

BRANCO, Lena Castello. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Nov. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Dez 2016.

_____. **No rancho fundo** - Espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia/MG: EDUFU, 2009. 244 p

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição. Disponível em: [www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/.../cdu/.../ estatutoda cidade.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/.../cdu/.../estatutoda cidade.pdf). Acesso em:

BRASÍLIA. **III Colóquio Habitat e Cidadania**: habitação no campo, nas águas e nas florestas. Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

CAPES (Brasil). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses**. 2011-2012. Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesd w/>. Acesso em: jun. 2015.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: Biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia, Vol. 1, Número 9, fev/2010. Pág. 6-23. Número Especial. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/arti cle/view/9388/6469. Acesso em: 11/08/2014.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. A casa como habitat: a utopia moderna do morar nas páginas de uma revista brasileira. **I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br /dvd-enanparq/simposios/169/169-679-1-SP.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: **CERRADO**: perspectivas e olhares. PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHAVEIRO, E. Movimentos Sociais e Geografia. Inédito, 2017.

CHAVEIRO, E. F. Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos. **Geograficidade**: v. 5, n. 1 (2015). Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/ view/201>. Acesso em: ago. 2015.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital, Rio de Janeiro, Xamã, 1999.

CORBUSIER, Le. **Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Editora Cosac e Naify, 2004.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Estatísticas da CPLP**. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/pt/ResourceCenter>. Acesso em: set. 2014.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro – 1997. Disponível em: jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/a_casa_e_a_rua.pdf. Acesso em: out. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução. **Mil Platôs-capitalismo e esquizofrenia**- Vol. 1-trad. Suely Rolnik - Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1997.

DOMÍNIO PÚBLICO (Brasil). **Biblioteca digital desenvolvida em software livre**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>. Acesso em: ago. 2015.

CORBUSIER, Le. **“Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo”**, São Paulo: editora cosac e naify, 2004.

ECHEVERRI, Ana Patricia de.; ARIAS, Diana Alexandra Bernal. Geografias del habitar: un habitar geopoético en la era planetária. In: **Geograficidade**, v.4, n.2, Inverno 2014. ISSN 2238-0205. Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/issue/view/Inverno%202014/showToC>. Acesso em: abr. de 2015. ISSN 2238-0205.

ESTEVA, Luís. No Cerrado das Tropas e Boiadas (ensaio histórico – literário). In GOMES, Horieste (org) **Universo do Cerrado**, vol 2, Goiânia: Editora da UCG. 2008.

FABRINI, João E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, ano 1, n.1, São Paulo, 1986. Disponível: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/2.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/10.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

FELL, J. A. Uma análise do lugar no espaço e no morar entre pátios e átrios. . In: **Bloco (7)**: arquiteturas de morar / Organizadores: Ana Carolina Pellegrini, Juliano Caldas de Vasconcellos – Novo Hamburgo: Feevale, 2011. 180 p. il. ; 21 cm. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/01c05b27-2854-46ed-ab5a-c94036a-da110/B7.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Sociedade e Território**. Natal, v.14, n.1, p.7- 16, jan./jun. 2000.

_____. Movimento Social como categoria geográfica. Terra Livre: São Paulo, n.15, 2000.

FERRY, Luc. **A revolução do amor**: por uma espiritualidade laica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, 359 p.

FONSECA, Carolina F. da. Cartografia social, terra e território. **Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais**. Henri Acselrad (Org.). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. R. In: B. Estudos Urbanos e Regionais. v.16, n.1 p.223-227, mai. 2014. Disponível em: unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/.../4632. Acesso em: abr. 2015.

FORBES, Jorge. Provocações Psicanalíticas I. **XVI Jornadas Clínicas**. São Paulo: 2 de julho de 2005. Disponível em <http://www.jorgeforbes.com.br/print.php?id=106>. Acesso em jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GEORGE, Pierre. Sociologia e Geografia. 1 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forente, 1969. 202 p.

GIRARDI, Gisele. Cartografia Geográfica: reflexões e contribuições. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 87, p. 45-65, 2007. Disponível em: [http://www .agbsaopaulo.org.br/sites/agbsaopaulo/files/BPG_87 _Cartografia.pdf](http://www.agbsaopaulo.org.br/sites/agbsaopaulo/files/BPG_87_Cartografia.pdf) Acesso em: jan. 2015.

GIRARDI, Gisele. Mapas Alternativos e Educação Geográfica .In: **Revista Percursos**. Florianópolis, v. 13, n. 02, pp. 39 – 51, jul./dez. 2012. Disponível em: [www.periodicos .udesc.br/index.php/percursos/articulo/download/.../2196](http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/articulo/download/.../2196). Acesso em: jan. 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.
GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRATÃO, Lúcia Helena. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Set. 2016.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1986.

HEIDEGGER, Martin. Habitar, construir, pensar. In: **Ensaio e conferências**, 1954.

IBICT (Brasil). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca IBCT**. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/2biblioteca-do-ibict>. Acesso em: ago. 2015.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Metadados – **Conceitos e definições**. Disponível em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/glossario.aspx>. Acesso em: jan. 2014.

INE (Moçambique). Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico 2012**. Maputo: INE, 2012. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/pt/ResourceCenter>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

INE (Moçambique). Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas do Distrito Cidade de Inhambane**. Maputo: INE, 2013. Disponível em: www.ine.gov.mz. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular, 2003. **Reforma do Pensamento**. Disponível em: www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular. Acesso em: jan 2014.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. A expansão da fazenda agropastoril como expediente para mobilizar o trabalho e promover a acumulação de capital regional e coronelista nas Minas Gerais da República Velha. **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, 29 a 31 de agosto de 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: ago 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo(SP): Editora Ática, 1991.

MAIA, Rosemere S. Casa, pra que te quero? uma análise sobre as velhas e novas formas e funções das moradias populares. *In: Maneiras de ler: geografia e cultura [recurso eletrônico] / Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores)*. – Porto Alegre : Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013.

MARANDOLA JR. E. Insegurança Existencial e Vulnerabilidade no Habitar Metropolitano. **III Encontro da ANPPAS**. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA89-13032006-230738.PDF. Acesso em: nov. 2016.

_____. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. *In: Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Welther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. **II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, São Paulo**, 2009. Disponível em: <https://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/eduardo-marandola.pdf>. Acesso em: mar 2016.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. 1 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS; José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: www.revistas.usp.br/ts/article/download/86141/88825. Acesso em: jan. 2015.

MELO, Sandro Cristiano de. **No sopé da metrópole: implicações da relação cidade-campo na dinâmica socioespacial do Assentamento Canudos – GO / Sandro Cristiano de Melo**. – Niterói : [s.n.], 2007.

MENDONÇA, Marcelo R. (org.). **Agroecologia: práticas e saberes**. 2 ed. – Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

MISNEROVICZ, José Valdir. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Mar 2017.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: mst.org.br. Acesso em: jul. 2016.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA (São Paulo). **Costumes**. Conteúdo: V. 3. Fichário Ernani Silva Bruno, 2001.

ONU-HABITAT (Nações Unidas). **Relatório das cidades latino-americanas e caribenhase. Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos - ONU-HABITAT**. 2012. Disponível em: www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: fev. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Adriana V. de. **Fazendas goianas – a casa como universo de fronteira**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo de U. Entrevista concedida aos professores da UNIOESTE –PR (João Edmilson Fabrini, Flaviana Gasparotti Nunes e Davi Félix Schreiner). In: **Espaço Plural**. Ano VII, n.º Especial, 2º semestre 2006. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/331/246. Acesso em: nov. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PACKER, Abel L. (org.). **SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto** [livro eletrônico]: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. / Organizado por Abel L. Packer, Nicholas Cop, Adriana Luccisano, Amanda

Ramalho e Ernesto Spinak. – Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/local/File/livro.pdf>. Acesso em: out. 2015.

PDA (Assentamento Canudos – Palmeiras de Goiás/Goiás). **Plano de desenvolvimento do Assentamento Canudos**. Coordenação Geral: Manoel Calaça e Eguimar Felício Chaveiro. Universidade Federal de Goiás, 2003.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo R. CERRADO GOIANO: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. Cerrado. In: **CERRADO: perspectivas e olhares**. PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Goiânia: Editora Vieira, 2010.

POIAN, Carmem Da. O Mal-estar contemporâneo: buscando saídas. Cad. **Psicanál.-CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 24, p. 30-39, 2011. Disponível em: [http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno24_pdf/13_CP_24_O_MAL-ESTAR CONTEMPORANEO.pdf](http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno24_pdf/13_CP_24_O_MAL-ESTAR_CONTEMPORANEO.pdf). Acesso em: mai 2015.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **CLACSO** - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/seoane/port_o.rtf. Acesso em: nov. 2015.

PRADO, Adélia. **Janela**. Disponível em: <http://manmessias.blogspot.com.br/2015/04/poesia-janela-adelia-prado.html>. Acesso em: jan 2015.

QUEIROZ, I. Domingos. As ações coletivas na sociedade contemporânea. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003.

QUINTANA, Mario. **Mario Quintana**. Organizado por Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RAISZ, E. **Cartografia**. Barcelona: Editora Omega, 1985.

RAMOS, Nuno. “Ó”, São Paulo: editora iluminuras, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROBINSON, A. et al. **Elements of Cartography**. : JOHN WILEY & SONS ING, 1978.

ROLNIK, R. Lar, doce Lar (a história de uma fórmula arquitetônica). AU. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. ano 1, n. 3, 1985. ISSN/ISBN: 01028979. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2008/08/lardocelar.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

_____. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª edição, Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014. 247 p.

RYBCZYNSKI, Witold. Intimidade e Privacidade(2)/Domesticidade(3)/Comodidade e Encanto(4). In: **Casa: pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996. p. 28 a 109.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Out. 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. - (Coleção Milton Santos; 1).

SCIELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <http://www.scielo.org/p hp/level.php?lang=pt&component=56&item=8>. Acesso em: ago. 2015.

SCHULZE, Carolina D.; PREVE, Ana Maria H. Cartografando moradas de rua: mapas preliminares de uma cidade que não se vê. **Revista Geografafes**, Edição Especial, p.163-181, Janeiro-Agosto, 2014. ISSN 2175 -3709. Disponível em: www.faed.udesc.br/?id=1705. Acesso em: dez. 2015.

SEEMANN, Jorn. Linhas imaginárias na cartografia: a invenção do primeiro meridiano. **Geograficidade**, v.3, Número Especial, Primavera, 2013. ISSN 2238-0205. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4734866.pdf. Acesso em: fev. 2015.

SILVEIRA, M. L. **Espaço Geográfico**: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, 2006. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/.../Geousp/Geousp19/Artigo_MLaura.pdf. Acesso em: nov. 2015.

SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo; SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de O.; MACEDO, Jaqueline Queiroz de. A Casa é o habitat humano. In: **Residências terapêuticas**: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização / Maria de Fátima Araujo Silveira, Hudson Pires de O. Santos Junior (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/pgwpg/pdf/silveira-9788578791230.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

SOUZA, Marcelo L. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes. – 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Consequência, 2015.

_____. O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988

_____. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 632p

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RADEGA**. 23 (2011), p. 340-375. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. ISSN: 2177-2738. Disponível em: www.geografia.ufpr.br/raega/. Acesso em: set. 2015.

TRAMONTANO, M. **Habitações, metrópolis e modos de vida**: por uma reflexão sobre a habitação contemporânea. Texto premiado no 3º Prêmio Jovens Arquitetos: Primeiro Lugar na categoria Ensaio Crítico. São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil - SP / Secretaria de Estado da Cultura, 1998. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria_artigos_online01.htm. Acesso em: mar. 2015.

VIEIRA, Rosângela Viana. **A reprodução do espaço no metrópole**: a habitação como negócio urbano. Tese de doutorado – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVII. Outubro-dezembro de 1955. Nº 4. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n4.pdf. Acesso em: mar. 2015.

WEIMER, Gunter. Arquitetura popular: algumas referências especiais. In: **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Martins fontes, 2005. p. 277 a 316.

ZAMBENEDETTI, G; SILVA, R. A. N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 23 (3): 454-463, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/02.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

APÊNDICES

Joana – Catarinense, militante do MST, moradora de Canudos.

Trajetória socioespacial

Vai ser uma questão mais específica né... a gente veio por uma opção política mesmo, a nossa militância no movimento já era mais de 10 anos e chegou um momento que a gente pensou que tinha que ir pra terra mesmo né...Viver na prática aquilo que a gente fazia. Eu, desde Santa Catarina e ele desde Rondônia. Não só uma opção política, uma convicção também: ver se a reforma agrária é ou não é viável.

Antes de vim aqui a gente morava em Goiânia. Antes de Goiânia a gente morava em São Paulo. E eu antes de São Paulo morava em Santa Catarina e ele em Rondônia. Os dois já militavam no movimento em cada estado. Nos conhecemos nas idas e vindas entre Rondônia e Santa Catarina.

Por que Goiânia?

Porque a família dele é daqui de Goiás. Aí como a gente morava em São Paulo. A gente queria ter filhos, e para não ter filhos em São Paulo, na capital, a gente decidiu ir para um estado. E para um estado onde uma das duas famílias estivessem. No caso, a gente veio pra Goiás. Santa Catarina, essa coisa de organização, digamos assim, já está bem mais representada. No movimento sempre se fazia isso: o deslocamento das militâncias pros estados onde havia uma maior deficiência. Comparando Goiás com Santa Catarina, é claro que seria Goiás. Inclusive Santa Catarina é um estado que sempre exportou militantes para todos os estados.

Santa Catarina pelo próprio contexto social – igreja, partido, movimento social – é muito mais atuante, muito mais forte. Então isso vai também produzindo militantes. Seja em qualquer um desses campos aí. Hoje a gente encontra catarinense, gaúcho, paranaense em vários estados desse Brasil a fora. Mas

não é uma questão do mérito do movimento, o mérito se dá no contexto da sociedade na qual é muito mais forte a atuação de todos os movimentos, um conjunto né?! Era pelo menos naquela época. Hoje também não é tanto assim. Da Igreja Católica, das próprias igrejas evangélicas, dos partidos e tudo...

E a estrutura agrária/fundiária, há diferenças?

Com certeza né... Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul a estrutura agrária é completamente diferente. De pequenos agricultores mesmo né... Isso é fundamental, com certeza. Goiás Velho, Itapuranga, Itaberaí... fora desse contexto não tem assentamentos maiores né... Alguns focos com a concentração de pequenos agricultores, que vão também forjando uma maior existência dos movimentos sociais. Seja MST, Fetaeg ou qualquer outra organização.

Qual a sua origem?

É rural. Nasci, fui criada. Eu só saí do rural nesse tempo que eu fui militar no movimento. Nesse período [1989-2004] eu tava morando na cidade [Chapecó, depois a capital São Paulo], mas a militância, a atuação era nos assentamentos. 2001 a 2004 a gente morou em Goiânia e depois viemos pro assentamento.

Qual o contexto de sua adesão ao MST?

Imagina 1989:era o auge da igreja católica, das comunidades eclesiais de base. Eu ingressei no MST via Pastoral da Juventude.

[enquanto isso uma moda caipira tocava no rádio ligado no interior da casa....]

Quanto à produção, como você compara os assentamento em Goiás e em Santa Catarina? Lá existe uma tradição de cooperativa, por exempl? (07:00)

A questão da subsistência é uma questão cultural, da diversidade, da diversificação. Apesar que isto está tudo mudado. Eu por exemplo, a última vez que eu fui pra lá, eu me assustei quando uma sobrinha me disse que eles tiram o leite e tiram a nata do leite. Ela me disse: a gente leva a nata para a cidade e o cara da cidade vende lá para o agricultor, lá na roça. Hoje é isso, é a especialização em todas as áreas. Mas com certeza... a prioridade lá ainda é a subsistência. E há uma organização no geral, e é essa organização que te dá a oportunidade de cooperativas, de movimento social. Esse caldo social que existe faz com que as pessoas tenham muitas possibilidades ou consigam se organizar em qualquer forma que seja. Cooperativa, associação, sindicato ou vários deles. Claro que também as políticas públicas elas são mais... Aí eu não saberei dizer o que vem primeiro, se são as políticas públicas vindo pro meio rural ou é o meio rural se organizando para ir atrás da política pública, ou é nos dois sentidos. Até porque lá você encontra várias pessoas, tanto homem como mulher, que vai ser vereador, vai ser prefeito, vai ser um presidente do sindicato. Não é uma coisa que anda na frente da outra. A cooperativa por si só não soluciona o problema econômico se você não tem todo um contexto.

Como você vê o sujeito assentado lá da década de 1980 e o sujeito assentado hoje? O motivo da luta pela terra é o mesmo? (10:00)

Olha, se a gente fosse fazer essa pergunta a dois anos atrás a resposta seria um, hoje é outra resposta. Porque a uns dois anos atrás, um ano e meio atrás, isso inclusive se refletia no MST e em todos os movimento sociais que lutam pela terra, uma grande dificuldade de conseguirmos organização para que novas famílias fossem pra ocupação. Porque havia perspectiva da saída na cidade né...De emprego na cidade. Hoje não. Há um retorno da busca do campo como saída. Não que ele queira sair [da cidade] para ser agricultor, mas porque não está tendo emprego farto na cidade. Isso dá pra ver claramente nos acampamentos. O acampamento de Corumbá [D. Tomás Balduino] é um pouco reflexo disso. Nos outros estados também acabou havendo um maior número de famílias que procuram o MST ou outros movimentos de luta pela terra pra ter como saída.

Até 10 anos atrás, eu acho que os acampados eles ainda tinham a perspectiva da terra como uma sobrevivência. Hoje tá claro também que só a terra não consegue dar a sobrevivência pra família. As vezes o pessoal busca uma saída assim: eu tenho uma parte da sobrevivência na terra, mas eu sei que terei que buscar a outra parte fora. E por isso que você encontra em todos os assentamentos muita gente trabalhando fora. E se tu for buscar na Europa é assim. E olha que a Europa é desenvolvida né...

Poderíamos dizer que em certos contextos o assentamento deixa de ser um lugar de produção e passa a ser um lugar de moradia? (12:40)

É também. Quando a pessoa vai pro acampamento ela ainda não tem essa clareza de que o assentamento vai acabar sendo apenas um lugar de moradia. Ela ainda tem o sonho de que ela vai ter uma parte da subsistência, da renda econômica dela, do assentamento. Isso vai acontecer depois. Hoje sim, nos assentamentos mais consolidados muitas famílias tem o assentamento apenas como um espaço de moradia. Ele não vai pagar aluguel, energia barata, não tem tanta violência. Você pode deixar o filho sozinho em casa e ir trabalhar. O filho vai dar conta de ir e voltar pra escola sozinho. [tipo eu! disse o Pedro].

Esse “não sabe” é em termos né... as informações circulam. Mas pelo menos ela não almeja que seja desse jeito. Acontece que ele chega totalmente desestruturado, quando demora 5, 10 anos sem vir crédito nenhum. Nós temos assentamentos hoje que tá há 10 anos e não recebeu crédito nenhum ainda. Como que a pessoa que já não tem mais recursos, vai ficar tanto tempo? Aí o assentamento vai ser o espaço da moradia e ele vai trabalhar fora. Em alguns casos, 100% da família [trabalham fora]. Ficam só os filhos em casa. Isso já é reflexo do cair na realidade nua e crua né... O governo faz o assentamento e as outras políticas públicas não vêm.

A grande questão é então as políticas públicas? (15:18)

Ah, com certeza. Porque imagina... um cara pega aí 15 hectares, 12 hectares sem crédito nenhum. Ele vai fazer o que na terra? Não tem jeito. Não faz nada do nada. Esse trabalhar fora vai valer apenas a subsistência pra ele. Não mais do que isso, porque o trabalhador hoje por aí tá dando conta mal mal da subsistência né... Então fazer o acúmulo pra conseguir gerar esse processo produtivo no lote, ele não dá conta.

Canudos saiu em 2001. Os créditos começaram a sair em 2002, 2003. Os recursos das casas aqui saíram em 2003, 2004. Aí o financiamento foi em 2005 por aí. Tem uma diferenciação, não saiu tudo de uma vez. O pessoal trabalha fora e não consegue acumular capital pra, por exemplo, construir uma cerca, comprar gado.

Como vem sendo o processo de desistência das famílias? (17:06)

Canudos tem um corte. De 2001 a 2012 praticamente poderia dizer que era 0% a venda de lotes aqui, a desistência. Isso é um fato histórico, é raro. Havia um ou outro caso, mas não era nem concretizado. De 2013 pra cá já teve muitas vendas. Não dá pra dizer desistência porque tem retorno financeiro né... O que foi mais grosso mesmo foi 2014 e 2015. É recente. Hoje podemos dizer que das 329 famílias deve ter umas 50, 60 que venderam.

Quando a gente soube de algumas pessoas que queriam vender, a gente foi no INCRA [2012] nacional. Falamos: oh, tem gente que tá querendo ir embora, mas eles não querem ir embora sem nada. Eles querem ir do ponto de vista legal. O cara do Incra falou que foi a primeira vez que um grupo de assentados veio aqui perguntar como fazer, porque o normal é vender e vazar. E nunca mais encontra né... Porque seria injusto passar tanto tempo lutando, desde a primeira ocupação em 97. Quase 20 anos né...

Isso é inédito [ainda supostas palavras do funcionário do Incra], porque normalmente a percentagem de venda é tremendamente alta justamente nos primeiros anos de assentamento, por causa dessa demora [de subsídios].

Porque passou muito tempo no acampamento, já não tem mais nada. Ele não suporta essa pressão né... Não tem estrada, não tem casa, não tem escola, não tem luz. Aquele sonho que ele tinha lá no acampamento cáí na realidade.

Primeiro vem o recurso da casa. Depois vem o PRONAF, financiamento pra comprar gado, fazer a infraestrutura né...

É claro que tem alguns que já vão para o acampamento pensando: vou ganhar a terra pra vender. O motivo deles de ir pro acampamento é esse.

As famílias que saíram têm vínculos parentescos? (23:22)

Eu acredito que a maioria das famílias eram só elas mesmo. Têm muitos casos que é uma pessoa sozinha. Geralmente é só o homem.

Geralmente vai de volta para a cidade de onde veio. Não adianta voltar pro acampamento porque ela sabe que ela não vai mais ganhar terra porque é ex beneficiário da reforma agrária.

Tem um outro fator que determinou isso também. Antes da prisão [do esposo], nós tínhamos um núcleo muito forte aqui dentro. A gente conseguia reunir. A gente tinha uma coordenação. Com todos os atropelos, sempre conseguia reunir. Uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, uma vez a cada quinze dias. Conforme a demanda também. Uma vez vinha 20 pessoas, outra vez vinha 10, outra vez vinha 50. Conforme o assunto que ia tratar. Mas existia ainda um movimento organizado aqui dentro. Um dia era num lugar, outro dia era em outro. Na casa de um, na casa de outro. Na sede, que tem um local. No outro lado do rio. Tem vários locais. Com a prisão, foi muito forte o psicológico. Não demos conta mais de continuar segurando essa coisa de venda de lote, essa coisa das famílias irem trabalhar fora e só ter o espaço da moradia. Então desestruturou muito mesmo. Nós aqui em casa, nós nos desgastamos muito, muito, muito. É querer nadar contra o mar né... Contra a correnteza. Não temos mais força né... Esse grupo sempre tinha em nós essa referência. Aí

desestruturou esse grupo também. Aí de 2013 pra cá, quando ele foi solto, quase não reunimos mais.

Tinha outro fator também. O pessoal, os assentados, tinham muita expectativa que o Incra ia titular isso aqui. Dar o título. Como eles foram vendo que isso era praticamente impossível... Hoje isso não tá dado como política do governo. Porque com o título na mão, eles viam a possibilidade de vender melhor, a um preço melhor. Aí como eles perceberam que essa questão da titulação não ia se concretizar, todos que queriam vender passaram a vender mesmo sem título. A um preço mais barato, mas venderam. Por isso 2013, 2014, 2015... Todas essas vendas que eu te falei foram nesse período. Agora em 2015 mais ainda.

Aí teve um outro fator também. Aconteceram as primeiras vendas, aí o Incra lançou uma instrução normativa 71: em assentamentos de mais 10 anos o Incra pode regularizar, ou seja, legalizar um novo assentado, desde que ele se enquadre dentro dos critérios de assentamento. De tempos em tempos, de 5 em 5 anos, o Incra vem e passa de lote em lote. Eles chamam isso de relatório ocupacional [supervisão ocupacional]. Vai na casa pra saber quem é o cara. Ele olha na RB [relação de beneficiários], que é a lista de assentados de Canudos. Se ele chega e na RB tá escrito que é o Paulo e quem mora é o João, então o João está irregular. Aí ele dá uma notificação pro João e o João tem que correr atrás do documento pra provar que ele se enquadra dentro dos critérios da reforma agrária. Aí o Incra legaliza ele. O Paulo, que tava antes, já era. Só que o Paulo nunca mais vai poder ir pra acampamento né...

Com essa normativa os primeiros compradores de lote conseguiram regularizar, ou seja, pegaram a CCU [Contrato de concessão de uso, de caráter temporário]. Conseguiram ficar legalizados. Conseguiram pegar crédito no banco. Aí deu margem pra que muito mais pessoas vender. O cara quando compra fica inseguro, mas como o primeiro deu certo...

Há uns três, quatro meses atrás teve um juiz federal que derrubou essa instrução normativa. Os últimos compradores, de uns três meses pra cá, o Incra não regularizou. Aí tá todo mundo apavorado. Todo mundo assustado. Tá um estica-encolhe que nossa senhora... Imagina: pagou 300 mil reais, 180, 200 e corre o risco de perder. O Incra não tá mais vindo regularizar mais os novos compradores. Aí deu uma esfriada de novo.

A questão da titulação é assim: quando sai o assentamento, hoje tá saindo o contrato de concessão de uso. Ele é feito por 10 anos e vai renovando. Isso é uma briga eterna. O movimento sempre colocou que a posição do movimento é de não titular. A terra vai passando pros sucessores do assentado. O outro lado também pressiona pra que saiam títulos. Em algumas regiões, em alguns assentamentos, principalmente nas regiões mais remotas do Brasil (Rondônia, Pará), o Incra titulou muitos assentamentos. Aí com o título tem toda uma questão de valorização da terra. O cara vai pagando em parcelas, quando ele quitar tudo, ele passa a ter a escritura. Enquanto ele vai pagando as parcelas, ele tem só o título. Nos assentamentos mais antigos o povo paga mais barato, os assentamentos mais recentes o pessoal não dá conta de pagar. São aquelas vendas que é melhor ficar sem o título. Esse assentamento aqui, por exemplo, é muito caro. 200 mil, 250 mil. Já não tem nada, não vai dar conta de pagar.

Aqui é 4.7, 4.8 alqueire. 18 hectares por aí.

Se você pegar na RB, alguns lotes que a área é menor porque uma parte do lote ficou em área coletiva. E na RB só fala aquela que é individual dele, não está aquela fração que seria da área coletiva. Aí você vai encontrar área com 11 hectares.

A divisão macro aqui foi feita pelas micro-bacias. Essa foi mais ou menos a divisão por área. Agora, internamente, dentro de cada área dessa, também foi geograficamente. O critério principal quando foi feita a divisão por lote foi tentar o máximo possível que cada lote tivesse acesso à água. Então poucos lotes

aqui não tiveram acesso à água. A questão hídrica foi o elemento central. Isso se justifica sem questionamento nenhum. Um lugar que fica 4, 5 meses sem chover... como faz né? Isso foi senso comum pra todas as famílias.

Como segundo elemento, foi que tentasse conseguir agrupar os locais de moradia mais próximos. Por isso aquele desenho raio de sol. Na época era pra beneficiar, chegar energia elétrica, porque a Celg só ia levar energia elétrica até perto do “eixão” como se falava. Também estrada, porque o transporte não ia buscar os alunos quando a casa é lá no fundo do lote. Então vai tentar fazer esse agrupamento para que as casas ficassem mais próximas [dos serviços].

Na área 4 não tem núcleos, porque tem muitas áreas verdes.

Voltando à questão da venda... (40:08) – exemplo do companheiro de prisão do esposo

A esposa dele morreu, ele tem duas aposentadorias [dele e da esposa]. Se eu fosse pensar: mas pra quê eu vou pra cidade? Eu não preciso fazer nada no meu lote. Eu alugo, eu arrendo pro cara botar o gado. Eu pego mais, sei lá, uns 700 reais por mês. E eu moro aqui. Mas ele foi embora, foi pra cidade. Ele não quis continuar morando na roça. Muita solidão, sozinho, mas tem dois filhos deles morando do lado dele. E ele foi pra cidade. Agora ele vive naquela vila de São João, porque lá na cidade [Palmeiras de Goiás] os amigos não estão. Tão ali, que são os assentados. Mas ele tá feliz lá. Do ponto de vista econômico, ele não teria necessidade de vender o lote. Pra ele inclusive, economicamente seria melhor ele continuar morando ali, porque não vai pagar energia, não vai pagar aluguel – no caso ele não tá pagando aluguel lá né... Plantava mandioca lá, tinha umas galinhas. Não precisava fazer nada no lote, só morar. Mas ele foi. E tem essas coisas... o ser humano de vez em quando quer ir pra outro lugar né?

Pros que venderam, a modalidade de moradia não foi critério. Com certeza não teve influência nenhuma. Uma das coisas que as pessoas [moradores nos

núcleos] reclamavam e reclamam até hoje: primeiro, a questão dos animais (tem uns locais que as casas são bem perto mesmo) e

Pra tentar fazer esses núcleos, tem lote aqui que ficou muito comprido e estreito. Tem lote que tem quase 2 mil metros de comprimento e 400 metros de largura. Isso pra tentar seguir aquela regra: que o máximo de famílias tivesse acesso à água, as vezes teve que fazer desenho desse jeito. E pra tentar aproximar as casas.

Há muitos conflitos nos núcleos de moradia? (43:26)

Como eu falei, tinha a questão dos animais. Antes era mais, agora nem tanto. Até porque só tem a casa mesmo, não tem mais nada. Só mora lá, não tem galinha, nem porco, nem nada. E arrenda o lote todo pra gado. Eu acredito que tenha mais [conflitos] que os outros. Como eu não vivo num né?

Isso depende muito da própria pessoa. Tem pessoas que são mais sociáveis, tem outras que nem tanto, implica com tudo. Porque na cidade é assim, você entra na sua casa, fecha o portão, você nem sabe quem é o seu vizinho... Aqui na roça não é assim. Você depende muito do seu vizinho. Seu gado vai lá pro vizinho. Eu não sabia desse ditado: vizinho bom é cerca boa né...Como aqui todo mundo mexe com gado, então essa coisa não tem muito a ver né...

Como era a casa, a família lá em Santa Catarina?

A minha casa é a casa que tem tudo organizado em volta para a subsistência. Tinha horta, tinha pomar...Essa é minha referência né. Morava pai, mãe, filhos. Não tinha essa coisa de outros agregados. A casa era de tábuas, de madeira. Lá é característico isso, não sei se aqui é. Jardim, uma cerquinha em volta. Cachorro de jeito nenhum entra dentro de casa.

A cozinha era dentro de casa, que também é uma característica um pouco diferente daqui. Quase todo mundo tem uma cozinha mais pra fora. Pelo frio também né. O banheiro era acoplado na área, fora de casa. Quatro quartos porque a família era grande. Tinha o quarto dos meninos, o quarto das meninas, o quarto da visita e o quarto do pai e da mãe. Sala, cozinha e a área. Mas não como aqui, uma área em volta da casa toda.

[sítio] Lá não tinha rio. Lá em casa não. A água vinha de cisterna, lá a gente fala “poço”. É a casa que meu pai fez. Meu pai e minha mãe foram pra essa terra, tiveram que desmatar ela. A casa foi construída para a nossa família. Eles mesmo construíram.

Essa casa nós construímos quando a gente pegou o crédito. Aqui os créditos saíram divididos, 2 mil, 3 mil – mais ou menos assim. Mas o total foi 5 mil reais na época, lá em 2002, 2003. Como nós viemos pra cá em 2004, nós já pegamos esse dinheiro junto.

O Incra depositava direto na conta da loja que fornecia os materiais.

Tem um formato mínimo, metragem mínima. Fora disso você pode fazer o que você der conta de fazer. A gente fez só essa parte da casa [núcleo], sem área, sem nada. Mesmo assim a metragem foi maior que o formato mínimo. No formato mínimo a pessoa tem que dar conta de entrar pra dentro de casa né? Pode até ser chão batido.

Essa aqui foi nós que desenhamos. Agora a maioria das casas, como o pessoal tinha pegado só os 3 mil reais, a maioria das casas foi o projeto mínimo do Incra mesmo. Foi aquele padrãozinho do Incra: 2 quartos, sala, cozinha e banheiro.

A maioria [dos banheiros] é dentro [da casa]. Pelo desenho do Incra, o banheiro era dentro de casa.

Claro que é bom um banheiro dentro de casa, né? Um banho fora de casa. Quando você está dentro de casa você vai usar o de dentro de casa, quando você tá fora de casa você vai usar o fora de casa.

Vocês têm uma vida comunitária?

Uma coisa que é bem característica aqui é essa história de festinha de aniversário, casamento, batizado. Aqui é normal. É igual na cidade. É um dos meios dessa interrelação. A igreja pra maioria das pessoas daqui. Nós enquanto movimento, dos últimos anos pra cá, de vez em quando [se reúnem]. Depois da instituição das políticas públicas do PAA e PNAE, cada município tem a associação e tem cooperativa também. Eles passam a se organizar, se estruturar por esse viés. Tem uma parte das famílias que participam do sindicato, aliás, não participam, só são filiados. Bem pequeno o número de pessoas que são ligadas a algum partido político. De vez em quando tem alguma reunião, algum evento. Até 2013, 2014 o Senar teve uma atuação muito forte aqui através dos cursos de capacitação. Campestre é mais forte que aqui. Eu sei até que o pessoal andou se organizando em torneio de futebol. Todo final de sábado e domingo tem futebol que rola ali na área 3, ali em cima [conferir relevo/sentido do rio]. Eu não sei, mas acho que Guapó não tem. Eu falo dentro do assentamento né... Na época da seca, muita gente vai para a beira dos rios, já virou tradicional os pontos de banho. Vão as famílias, os amigos, vem de Goiânia, vem pra cá, a gente vai pra lá.

Um pouco do seu cotidiano...

Eu não tenho horta. Como eu tô trabalhando fora, eu chego e a casa está super bagunçada. Tem que arrumar a casa... A Maria [nome fictícia da filha] faz muita coisa, mas em linha geral eu tenho que fazer... Arrumar a casa, lavar a roupa, limpar a casa. Você veja, fiquei 15 dias fora, veja como tá o terreiro! O João [nome fictício do esposo] tem que trabalhar. Tem gado pra criar. Não difere, é o tradicional mesmo. E não tem como ser diferente. Isso na cidade é o tradicional: a mulher organiza o espaço doméstico e o homem fica com o

espaço mais produtivo. Quando eu não trabalhava fora, aqui em casa era diferente. Eu levantava 5 horas da manhã, ia tirar leite. E o João ia cortar cana, tratar o gado, fazer o trato dos animais. Eu que tirava o leite [reiteirou]. Nosso gado de leite [hoje] é pouquinho. Agora nós estamos mexendo com gado de corte. Quando a gente trabalhava com gado de leite, eu estava inserida no processo produtivo. Você encontra muitas mulheres aqui também que se inserem no processo produtivo.

Você sabe de casos de violência contra a mulher?

Isso é delicado né. A gente sabe. Não é muito forte não. Eu não saberia te dizer o percentual. Eu não tenho muita noção do percentual em outras comunidades ou mesmo na cidade. Mas acontece. Eu acho que pelo processo, passou pelo acampamento, isso trás uma emancipação pras mulheres também. Mas tem casos sim, com certeza. De agressão física, inclusive.

O movimento sempre trabalha isso [questão de gênero]. Tanto é que nas representações do movimento há sempre um homem e uma mulher. O importante é que tenha um homem e uma mulher. Mesmo que ela vá lá só ouvir no começo. E passe muito tempo só ouvindo. Talvez lá naquele espaço organizativo ela não passe a dizer nada, mas em casa ela passa a se comportar diferente. E o homem também.

A militância te trouxe uma certa autonomia?

Lá em casa fui só eu que fui pra esse lado. To tentando comparar com as minhas irmãs... Com certeza. A independência, a articulação, a participação ela [militância] traz. Apesar que as minhas irmãs são bem ativas e nunca se inseriram. Não sei se é uma questão de educação. A minha mãe sempre teve um poder muito forte.

A sede da fazenda Palmeiras

Ali onde tem uma construção inacaba. Inacaba não, aquela lá já está em estado de deterioração. Aquela era a antiga sede principal da fazenda. Os outros [edifícios da fazenda] eles chamavam de retiro. No começo [do assentamento], era o espaço de cursos de formação. Era uma espécie de centro formação. Cursos mesmo, de um mês, dois meses... até três meses, 15 dias, 20 dias. Depois como foi diminuindo isso, aí passou a ser o espaço de reunião. Essas reuniões de um dia né... Aquela estrutura inacabada era de um recurso que o movimento tinha conseguido. Nós tínhamos só uma plenária de palha, que caiu. Só que o dinheiro não foi suficiente. Nunca mais conseguimos nada. Era pra ser a plenária, o refeitório, o banheiro, o alojamento. Agora o pessoal está usando [o centro de formação] lá em Corumbá.

E o projeto de universidade?

Aqui já foi tentado de tudo, minha filha. Lá em Campestre tem um começo de uma construção que era pra ser uma escola. Tá só as pilastras lá. Parece uma plantação de pilastras. Projeto do governo que vem... Essa aqui [sede, no município de Palmeiras] foi uma articulação que o movimento fez. As outras foi o governo que tentou fazer. Em Campestre era do governo do Estado. Lá em Guapó acho que era municipal. Em Campestre era pra ser a escola do assentamento. Inclusive era pra fazer uma ponte no rio para os alunos aqui de Palmeiras poderem ir lá também, porque tem o rio no meio né? Porque aqui cada um vai... Campestre vai pra Campestre, Guapó vai pra Posselândia [distrito], Palmeiras vai pra São João [distrito]. Os alunos noturnos vai pra Palmeiras, pra cidade mesmo. Aí tiveram várias tentativas pra conseguir, dentro desses espaços [inacabados] alguma coisa... um curso superior, algo com o Instituto Federal lá de Rio Verde... Foram várias tentativas, mas nenhuma se concretizou. Hoje virou uma plantação de pilastras abandonada e que acaba virando um peso pras famílias... Aquela sede ali, dependendo de quem você for conversar, a pessoa vem com pedrada em cima. "Eh... porque o movimento desviou dinheiro, porque não sei o quê...".

Tinha um telecentro ali. Tinha uma torre, acho que era da Embratel...não me lembro. Aí tinha sinal de internet. Funcionou um tempo, depois... Essa coisa de não cobrar nada, aí não vem recurso, as coisas vão se deteriorando. Acabou desestruturando.

Lá em Campestre também conseguiram um sinal de internet. Acho que não tá mais funcionando. E hoje também como ficou mais acessível, tem muitas famílias que tem sinal de internet em casa, particular. [os equipamentos e a individualização da vida]. Nós temos internet, aquela anteninha lá é da internet. Aquilo ali nós pagamos, com antena e tudo, 500 reais. Tem taxa mínima de 50 reais por mês. Então... esses coletivos acabam se enfraquecendo.

O que antes gastávamos 40 minutos, hoje gastamos 1 hora e meia. Porque até a combe vim, descer e voltar, descer e voltar em todos os lugares... E com as estradas horríveis, tudo cercado. Tem que entrar e sair, abrir colchete e fechar colchete. E a prefeitura só mantém as estradas principais. Nem estrada fez [nas unidades familiares]. O cara só foi entrando.

O gado vai beber no Rio dos Bois e pro consumo humano é na cisterna. Cisterna ou mini-poço. Muitas famílias já têm mini-poço.

Maria, goiana, moradora de Canudos.

TRAJETÓRIA DE VIDA

Meu pai entrou pro acampamento em 1999. A gente morava em Itaberaí. De Itaberaí ele ficou num acampamento. Desse acampamento a gente foi lá pra Goianésia. A gente ficou lá um ano. Aí a gente veio pra cá [2001]. Era lá do outro lado, que era chamado “barreiro” porque era muito molhado. Diviram as equipes, cada uma pro seu município. Aí a gente veio pra esse lado de cá, que é Palmeiras. Já tem 17 anos que estou na [luta pela terra]...

Em 2002 eu casei. Morei uns 11 meses fora daqui. Aí voltei e fui morar no mesmo local que minha mãe. Aí depois saiu esse lote. Era um senhor que foi embora e aí tinha como prioridade os filhos dos assentados. O próprio Incra, [contemplaria] primeiro era os filhos dos assentados. Foi assim que eu fui assentada. Na época o Incra tava mais aqui dentro. Ele acompanhava as famílias.

Quando eu ganhei a posse desse lote eu estava grávida. 9 anos que eu estou aqui na minha parcela.

Aqui na época que foi dividir os lotes, ali... (Mãe, ali é 2A ou 2B? Eu misturo tudo... porque ali fica só de Bar do “Matins”). Era muita família que estava desse lado. Não dava para que todas tivessem seus lotes individuais. Foi onde eles escolheram pela... (sussurrou a mãe da P2: “agrovila”). Isso.

Qual a avaliação que vocês fazem da Agrovila? 04:07

Hoje, tem que as coisas que são ruins e as que são boas né... Por exemplo, como tem muitos anos já, todo mundo junto, e são mais pessoas idosas, a gente acostumou. Se fosse pra eu ficar sozinha, num lugar muito assim sozinha, talvez eu sentiria falta. A única parte ruim é sobre os animais. É muito próxima minha casa do outro. Os animais incomodam se você não fechar. Galinhas, essas coisas, tem que ser mais fechado.

No começo eu achava ruim. Porque é uma coisa muito perto. Incomoda. Mas hoje não... Hoje eu acho bom. São muitos anos um perto do outro.

Uns vieram lá de Itaberaí junto com a gente, outros são pessoas que estavam aqui, já na fazenda.

QUAL A FONTE DE RENDA? (05:55)

No começo, ele plantava roça em quantidade maior. Uns dois anos atrás. Aí não deu muito lucro. A gente desistiu. Tem dois anos que a gente não planta. Mas assim... uma quantidade maior né... Pras despesas a gente planta. A gente planta arroz, milho. Primeiro vem o leite. Tem esses projetos do PAA e PNAE. Tem dois anos que eu trabalho aqui, planto minha horta. Ele agora também tem os peixes. A gente não entregou ainda, mas tem. Às vezes ele sai pra fazer hora fora. Ele tem o trator né...

O PNAE, aqui de Palmeiras, eles buscam [os produtos]. Duas vezes na semana. Eu assinei um contrato com eles de entregar tantos pés de alface. Eles vêm buscar. O PAA também. Só esse ano que não funcionou. Agora, o banco de alimentos a gente é que leva. A gente agenda e a gente mesmo leva em Goiânia.

O PAA é mais demorado [o pagamento].

O banco de alimentos é com 30 dias.

O PNAE também é. Se você não conseguiu entregar, você tem até o fim do ano pra entregar. Fim do ano, você concluiu, você recebe.

Nesse núcleo só tem um que faleceu. E um outro ali em cima que faleceu e a mulher desistiu. Mas os outros não.

Da 2B já tem mais gente [que desistiu].

E a casa?

Essa casa, quando a gente veio, ela já era aqui. Ela não tinha nem banheiro, nem as portas. Aí a gente colocou. Todo ano é pra gente tirar ela daqui porque ela já tá praticamente dentro da estrada né... Mas ela já estava levantada pelo antigo senhor que morava aqui. A gente pegou 2000 na época, da casa.

E a senhora (mãe de P2), gosta de morar aqui?

Adoro meu lugarzinho, pra mim é meu paraíso. Só não gosto porque nossa terra ficou partida. Nossa terra ficou em três partes. Ela ficou no coletivo do pasto e da roça. E agora dizem que a gente não tem o direito do coletivo, só tem o direito do lote que a gente mora... O coletivo não é nosso. O coletivo de pasto é cá em baixo e o coletivo da roça é lá em cima. E o lugar que nós mora é ali. Esses 2 alqueires é nosso, nós manda. No resto diz que nós não manda.

Mãe: Nós era inocente né... Nós não sabia o significado da agrovila. Nós não sabia que ia ficar desse jeito. Ficou bonito os lotes deles [loteamentos individuais].

Filha: Não é bem assim mãe. Olha... se eles permitirem a venda, não vai sobrar um assentado aqui! E o Incra falou que não dava pra fazer diferente. Tinha que tirar 3 famílias.

As pessoas são mais idosas né... Não dá muito conta de trabalhar assim [coletivamente]. Esforçar muito né. E o meu lote saiu o lote mais seco. Tem uma cisterna longe [de acesso limitado] da água. Lá em casa, liga um pouquinho e desliga, porque senão fica sem água. Saiu a metade [dos lotes] com água e a metade sem água. (filha: ss que ficarão mais em cima né...)

Agrovila de 13 famílias (núcleo de moradia 1?)

Dessas 13 famílias ficou dividido: 2.5 [alqueires] que são de cada um, agrupado num lugar que na época ficou como pasto, e 2.7 num outro local que ficou na época pra plantio. Dividiram assim. O seu individual que você pode usar pra pasto, o pasto coletivo e esse lugar de plantar roça. Em três partes. Não deu certo.

E quais são seus planos pro futuro? Você gosta de morar aqui?

Eu gosto e pretendo morar aqui. Não pretendo me deslocar daqui pra ir morar na cidade. Não por enquanto. Talvez um dia eu vou precisar né... Não vou dar

conta mais. Não sei o seguimento dos meus filhos. Se eles vão querer continuar. (Mãe: eu vou morrer aqui). Não pretendo vender aqui, não. Quero melhorar, quero fazer minha casa.

Eu tenho um casal [de filhos]. Estudam em São João. Pegam eles [transporte] bem próximo. Levam eles e traz.

Eu não sou de ficar indo muito na cidade. Meu esposo vai com mais frequência porque vai buscar ração, vai buscar um trem, mas eu vou menos.

Já tem dois anos que eles faz uma festa do natal. No caso é uma festa coletiva. Cada um vai, cada um leva uma coisa. A Zotec fornece os panetones, os presentinhos.

No início, quando o pessoal chegou, pros outros de fora era um terror. Menina, quando viam alguém aqui de dentro do assentamento, jesus amado! Já era olhado discriminadamente. Eram poucos que arrumavam serviço, principalmente os homens né. Foi um sufoco. Até pegar confiança e ver que as pessoas que estavam aqui dentro não eram aquele bixo de sete cabeças... Se você tinha pra vender, pior ainda, porque ninguém ia comprar. Não tinha desenvolvimento. Realmente foi muito crítico. [...] Aí eles viram que muitos que vieram pra cá é porque tinham mesmo necessidade. Não era pra pegar a terra e vender. Hoje somos muito amigos.

Não tinha dinheiro do governo. Quando saiu o primeiro dinheiro do governo, as famílias estavam mal informadas. Tava numa dificuldade muito grande. Ninguém tinha nada. Tinham mal um serviço. Quando esse dinheiro saiu, as pessoas que tinham falta demais das coisas, não tinha pessoas pra instruir o que elas iam fazer daquele dinheiro. Aplicar ele bem né... Então muitos pegaram esse dinheiro, cubriram aquela necessidade que tinham de muito tempo, empregaram ele mal. Outros não teve saída [planejamento] pra ele, logo ele acabou. É o caso de muitos hoje, que não deram conta de pagar.

Mãe: Igual meu marido, ele pegou o dinheiro, empregou em gado. O gado voltou tudo pro banco, vendeu tudo pra pagar. Se não vendesse, como é que fazia? Ficou zero de novo.

Tem muitas pessoas [hoje] que trabalham na cidade. Ainda não conseguiram tirar uma renda suficiente. Tem muita mulher, principalmente, que tá trabalhando fora.

Olga, goiana, moradora de Canudos.

Pode me falar um pouquinho de onde você veio?

Eu vim, sou natural do Tocantins. Nasci em Babaçulândia, me criei em Araguaína. Me casei no Tocantins, fui morar no Pará. Como “Joana” tava falando, sempre meu marido trabalhou com essa área de campo de gado, até chegar aqui né, nesse lugar maravilhoso.

Você sempre morou no campo?

Sempre no campo, até a meia juventude foi na cidade né, mas aí, quando eu casei, eu fui pro campo. Eu tenho 24 anos de casada e durante esses 24 anos de casada vivi no campo.

Você conheceu o seu marido na cidade?

Na cidade, uma cidadinha pequena lá no Tocantins.

E o MST, como se deu essa aproximação?

Quando eu vim conhecer sobre MST eu num tinha esse conhecimento. Foi quando eu vim parar aqui no Canudos. Fui conhecer o trabalho do MST, e fui interagir. Fui em busca de conhecimento. Herdei isso aqui de um tio meu, então ele adoeceu e eu tive que cuidar da parcela.

Quando isso?

Isso em 2004. Eu vou fazer 12 anos [em Canudos]. Minha menina tinha 1 ano, hoje ela está com 12 anos, entrando pros 13. Aí que eu passei a acompanhar, até pra mim poder entender, porque era tudo muito novo pra mim. Eu não entendia ainda né. Fui indo pras mobilização até pra ver como que era a luta do povo.

Em que sentido você vê diferença daqui de Canudos dos outros lugares que você morou? A sua rotina é diferente? Qual que é a diferença?

Acho que a rotina do camponês é quase tudo mesmo assim, um padrão né. A vantagem é que Canudos é um acampamento central. Goiânia tá aqui e a gente tá rodeado de cidade né. O assentado em Canudos tem mais porta aberta pra ele, sabe? Mais opção né. Se eu plantar uma grande horta, eu tenho pra onde escoar. Se eu tiver um meio de transporte pra mim escoar, eu tenho onde vender. Tem muitos assentamentos que a pessoa não tem isso. Aqui não. As estrada daqui não são boas, mas não é difícil.

Você já esteve em outros lugares mais isolados?

Já, já tive.

O que era mais difícil?

É de morar assim num lugar que a cidade ficava cento e poucos quilômetros de estrada de chão. Até você chegar na cidade era muito sofrido. Hoje você mora no céu, fala que é o céu, né, então eu agradeço a Deus todo o dia por ter essa oportunidade na minha vida. De ter um lugar como esse aqui onde eu posso trabalhar, ter minha família. Busquei meu cunhado pra trabalhar aqui também.

E a sua renda hoje, vem de que? A renda da sua família?

E eu tenho uma tia minha que mora comigo. Ela tem a casinha dela separado, mas mora na minha parcela. Tem meu cunhado que veio do Piauí, que também mora na minha parcela.

Rasgamos roupa velha e tudo, daí fiz um monte de grade e fui ensinar as mulheres a fazer tapete. Hoje as que eu ensinei faz mil vez tapete melhor que eu. São pessoas que só basta um empurrãozinho pra pegar no tranco e ir embora.

E você acha que isso te ajudou a sair da depressão? E como mulher também?

Me ajudou, me ajudou, como mulher então... Na época, eu tava ensinando as mulheres e cai assim, pá!, de tão forte que tava minha depressão. E através desse trabalho com as mulheres eu saí né. Hoje eu convivo, mas de uma forma que não me atinge tanto. Hoje eu já sei me dar melhor. Ajudando eu tava me ajudando mais que elas.

Anita, goiana, moradora de Canudos.

Trajetória de vida – com ênfase na casa

Nasci em Itumbiara, divisa de Minas. Há 17 anos atrás meu esposo e eu começamos a conhecer a luta dos movimentos sociais. Meu cunhado convidou meu espaço para participar. Nós começou pela Fetaeg. Moramos 4 anos em Caraniguara.

Quando eu nasci, meus pais moravam no campo. Aí aquela época que o povo saiu do campo para ir pra cidade. Nasci em 1971. Foi bem na época que o povo tava saindo do campo e indo pra cidade. Mas os meus irmãos foram todos criados no campo. Eu estava com 2 ou 3 anos de idade quando eu fui

pra cidade. Vivi lá até meus trinta e poucos anos. Aí foi na época que eu sai e fui pro acampamento.

Na cidade, eu trabalhei em supermercado, trabalhei fazendo jogo do bicho, essas coisas... Sobrevivia. Meu esposo e eu [na cidade] construímos uma casa. É com todos os irmãos, no lote da minha mãe, que meu pai e minha mãe deixou pra nós. Eu tenho essa casinha lá ainda, da qual recebo aluguel. Esse aluguel é o que me ajuda nas despesas de onde eu moro.

Como que você entrou para o movimento? Como você ficou sabendo?

Meu esposo foi primeiro. Meu cunhado convidou, disse que as terras iam sair rápido. Eram terras improdutivas, daquele dono da Perdigão. Ele foi na frente e eu fiquei. Meu esposo foi em agosto. Em setembro para outubro meu filho foi acidentado. Uma camionete $\frac{3}{4}$ passou por cima dele. Quase eu perdi meu filho. Sofri. Não teve como eu ir pro acampamento porque meu filho passou por várias cirurgias para recompor a pele dele que saiu da perna. Ele quebrou a perna em vários lugares. A perna saiu do lugar. Machucou bastante. Difícil escapar, né?! Aí, louvado seja Deus, ele recuperou. Quando eu fui pro acampamento ele ainda tava com os ferros nas pernas.

Aí eu fiquei contrariada de ficar na cidade, de ver o que aconteceu com meu filho. Ser acidentado na porta por uma empresa muito rica, a qual não contribuiu com a ajuda do meu filho. Fiquei revoltada ao saber que a justiça brasileira, ela não é pro pobre. A justiça brasileira defende os ricos. Uma criança atravessa a rua, um homem na contramão bate nele, quase matou ele! Hoje ele tem várias **marcas no corpo**, você acha que é queimadura, mas é tudo do acidente. Um trauma no meu filho. Eu magoei, desisti de ficar lá. A empresa é de uma família poderosa de Itumbiara.

Não foi só meu filho. Eles acidentaram aquele segurança do Xitãozinho e Xororó que teve em Itumbiara na Agropecuária. Eles “amassou” ele num muro. Na época, nem Xitãozinho e Xororó, que levaram eles “na lei”, ganharam deles. Pra você ver.. eles que tinham recurso, dinheiro. Que davam valor ao

funcionário deles que foi espremido no muro. Nem eles conseguiram... Eles compram a justiça. Essa família consegue manipular a justiça dentro da cidade tem pessoas “da lei” que é deles. Então eles manipulam quem eles quiserem. Lá não foi só meu filho. É uma firma que já fez isso com várias pessoas. E a justiça nunca cobrou deles. Quem ficou prejudicado foi só as pessoas que foram acidentadas. Infelizmente, não fez justiça.

O médico falou que ele ia ser um rapaz que não ia poder subir em escada. Que não ia poder mais subir numa árvore, mas Deus entrou na minha vida e fez um milagre na vida dele, e isso não aconteceu. Eu tenho todos os documentos, tenho exames, fotos, filmagens da situação que ficou meu filho. No fórum tem todos os laudos do médico, todas as cirurgias que meu filho teve que passar. Quem me ajudou foi esse médico lá. Ele me ajudou bastante com os remédios, que eram caros. Muitos amigos também me ajudaram. Eu vendi o que eu tinha para poder cuidar dele. Ai depois disso eu fui embora, fui lutar pelas terras pra ver um lugar melhor pra minha família.

Muita luta eu passei lá no acampamento. Nós enfrentava jagunço todo dia. Eles atiravam no nosso povo. O povo tinha que deitar no chão. O fazendeiro passava, humilhava, falava que nós tinha que ficar naquele lugar, um cubículo, fechado igual porco mesmo.

Eu não senti falta de nada no acampamento. É um lugar que tem muita discussõzinha, mas todo lugar tem. Eu acho que é o lugar onde as pessoas mais vivem unidas. Não teve o que a gente tinha na cidade, mas o que a felicidade trouxe pra nós, supriu toda a nossa dificuldade. Tudo que a gente almejava na época, uma roupa melhor, um alimento melhor, uma educação melhor, mas a felicidade que eu, meus filhos e meu esposo tinha era muito maior que nós não sentia falta daquilo. O mais importante pra nós era ser feliz. Eu, meus dois filhos e meu esposo. Foi um momento assim [pausa].. eu nunca tive tempo para os meus filhos quando eu morava na cidade. Vivia trabalhando. Começava 6 da manhã até 11 da noite. Meus filhos falam até hoje que foi o momento mais feliz que eles tiveram foi no acampamento e aqui, no começo. Foi o momento que eu e o pai deles mais estivemos com eles. Trabalhar, eles

trabalhavam junto conosco. Nós ia pescar, nós tava todo mundo junto. Um fase da juventude deles.

O Maikon quando foi pro acampamento tinha de 8 a 9 anos. E o David tava com dois aninhos de idade. Quando eu vim pra cá [assentamento Canudos], o Maikon já tava com 13 para 14 anos, e o David com 7 anos.

Quando se aproximou do MST?

Na fazenda nós morada na faixa. Aí aconteceu um acidente, e morreu um tratorista. A culpa caiu sobre nós. A época que nós já tinha até ganhado as terras. Saiu no Jornal Diário. Mas pela morte desse rapaz, nosso povo perdeu a terra. Aí nosso povo dividiu. Hoje ainda existe esse assentamento lá, da Fetaeg. Aí o MST nos acolheu, nos ajudou. Meu marido foi perseguido por causa da morte do homem. Esse foi o momento mais difícil pra mim, quando meu marido foi julgado por uma coisa que ele não fez. A justiça de lá ameaçou a minha família, ameaçou o meu esposo. Pegaram ele, quando ele apresentou, e falaram que se ele tivesse alguma coisa [culpa] que eles podiam matar tanto eu como meus filhos. Eles chegou a dar uns...no meu esposo lá. Aí eles falou que se meu esposo falasse alguma coisa eles matar. Disseram que sabiam onde eu e meus filhos estava. Meu esposo ficou calado. Humilde né. Aí ele foi militar no MST. Nos entrou no movimento lá no Mato Grosso.

Quando nós estava lá, minha mãe e meu irmão foram acidentados de carro. Meu irmão fraturou a coluna e a minha mãe machucou. Meu esposo ficou no Vagner Canhedo, e eu voltei para cuidar da minha mãe e do meu irmão. Meu esposo continuou na luta. De acampamento a acampamento ajudando o povo uns 4 anos. Ele contribuía, fazia o que tinha que fazer mesmo. Apresentar a lei, o que nós tinha direito. Foi levar pro povo conhecimento.

Uma parte que eu acho muito importante que o movimento oferece pra pessoa é o conhecimento. Que muitas pessoas não tem, nem conhece os seus direitos. Não falei pra você que eu saí da cidade por que meu filho foi acidentado sem direito a nada? E eu fiquei revoltada porque foi a lei foi do lado do rico.

Eu entrei pro movimento e passei a conhecer o que é a lei. A verdade. Fui conhecer o outro lado da vida. Porque que realmente o pobre passa o que passa. Porque que ele passa. O que é verdadeiramente a política do nosso país. O que eles faz pra prejudicar o pobre.

A elite tá cansada de saber que as enfermidades do povo tá na alimentação que tá sendo oferecida na mesa do brasileiro. Veneno, agrotóxico, plástico. Tudo isso, as famílias da cidade não conhecem. Mas aqueles que conhecem os movimentos sociais, nós passamos a conhecer tudo isso. A partir desse conhecimento é que a gente tenta fugir um pouco do ruim. Ninguém dá conta de fugir totalmente do ruim.

Nós trabalha junto [no acampamento], pelo conhecimento que a gente adquire na época. Num acampamento é muito mais unido. Ali você divide tudo. Você divide o arroz, o feijão, macarrão. Você divide o que tem com o próximo que tá ali. Entendeu? Pelo menos no meu acampamento foi assim. Estou falando da minha realidade. Do que eu passei. Quando eu vim pra cá, no começo aqui, antes de sair aquele negócio de vender terra, nós era bem mais unido. Mesmo que têm aquelas pessoas mais difíceis, mais nervosas, que são mais rebeldes, a maioria tá querendo ajudar, ter uma convivência melhor.

Nós tínhamos uma convivência melhor aqui [no começo do assentamento]. Nossas crianças eram livres. Elas podiam ir pro rio. O homem que morava no rio olhava eles. Agora, de uns três anos pra cá que a Serra começou a ser vendida, que o INCRA permitiu essas terras ser vendidas... Eu mesmo não concordo com as terras serem vendidas. A terra eu sei que é da União. É do povo brasileiro. Não é uma coisa pra ser vendida, é uma coisa pra eu desfrutar, pra eu viver, pros meus filhos viver, pros meus netos viver, de geração em geração.

Mas quem tá comprando terra? É fazendeiro, pessoas que têm empresas, soldados, policiais, pessoas que se aposentou que tem uma aposentadoria boa. Esses tão comprando as nossas terras. E as pessoas mais difícil são as melhores de situação [financeira] e são as que mais maltratam o nosso povo. Eu acho mais difícil aqui é as crianças não terem a liberdade que elas tinham. Eles não estão permitindo eles tomarem banho no rio.

Dessa fazenda 51% dela é reserva. Ela não é de uma pessoa. Ela não é de um dono só. Ela é do povo brasileiro. Agora, chega o rico, entra aqui. Nem o povo da cidade que vinha pra cá tomar banho no rio. Aqui é livre até pro povo da cidade. Eles brincavam no rio, eles pescavam. Entra esse povo aqui que não conhece de luta, que não conhece de direito, que não conhece de humanidade, que não conhece de amor, que não conhece de carinho, que acha que é o dono de si. Que é melhor que todo mundo. É aquele que tem sua camionetona, que fecha o vidro e manda poeira na cara do próximo.

Quem resiste?

Quem tá resistindo aqui é aqueles que lutaram mesmo pela terra. Que ficaram 4, 5, 6 anos debaixo da lona. Aqueles guerreiros. Aqueles que têm sangue no olho. Aquele que tem a verdadeira palavra da reforma agrária, que tem amor pela terra. Os outros que ficaram 2, 3, 4 meses, as vezes ganharam os melhores lugares, vendeu e tá indo embora. E os que lutou tá ficando.

Nós aguentando 8 anos de humilhação para ficar aqui, quantos anos vamos aguentar a mais por causa dos que estão vindo pra cá?

E a casa?

Nós entrou nessa terra aqui com a mão limpa, com a cara e a coragem. E hoje estamos onde estamos. Nós entramos aqui, fizemos um barraco. Moramos 6 anos nesse barraco. Não tinha energia. Nós puxava água na cisterna. Meu esposo toda vida foi cuidadoso, pois uma encanação. Meu esposo puxava, meu menino subia num lugarzinho mais alto e nós ia despejando e enchendo o tamborzinho.

Nós somos felizes? Somos. Isso aqui foi uma benção que nos Deus nos deus. Meus filhos sofreu, meu esposo sofreu, meus amigos companheiros de luta, muitos eu nem sei onde estão. Mas Deus sabe onde estão. Eu sei o que cada um deles passaram.

Prof. Carlos Rodrigues Brandão _ Pirenópolis, dezembro de 2016.

De que maneira a morada atua na constituição do sujeito? Dimensão política do morar

Todo mundo quando pensa a questão do MST, assentamento, pensa terra, pensa propriedade rural. E pouca gente pensa a questão da casa como moradia. Há uns vinte dias eu vivi essa experiência. Eu estava no sul da Bahia, justamente nos assentamentos. Inclusive, uma enorme fazenda lá, que o MST conquistou. Onde tem uma escola popular. Uma escola grande. Uma espécie de Florestan Fernandes pequena.

E do lado, tinha um assentamento. Ele foi durante anos que se chama “pré assentamento”. Não era nem acampamento, nem assentamento. Então eles ficaram morando numas casinhas improvisadas. Inclusive eu tive lá, passei por lá anos [atrás], três ou quatro anos. E naquele dia eles estavam começando a ir pros seus lotes. Então era uma cena até bonita. Eles desmanchando as casinhas, casas cobertas de lona. Não era um acampamento de lona, já tinham umas poucas casas. Levando os trastes, cada um para o seu lote, para armar a sua casa lá. Eles estavam no zero, começando a levantar as casas.

Inclusive com muito problema. Houve um tempo em que o Pronera, esses programas ajudavam, davam material. Nesse caso não. Cada um ia se virar por si.

Novo camponês e neorrural

Tem o novo camponês e tem o neorrural, são duas coisas. O novo camponês é esse camponês que tá surgindo, inclusive, o pessoal que discute educação do campo, discute muito essa relação entre educação do campo e a formação do cidadão do campo. E o neorrural é o povo da cidade que vai pro campo, pra tentar uma vida de agricultura orgânica. Aqui mesmo, em Pirenópolis, tem uma leva de cariocas que foram para o Pirineus tentar criar comunidades rurais. Hoje em dia se chama neorrural.

O afeto da terra. Uma pesquisa que fiz numa comunidade na Serra da Mantiqueira, São Paulo. E tem uns capítulos sobre casa.

Diferenças entre estudos do mundo indígena – mundo rural

Quem trabalha muito com casa, é quem trabalha com índio. Primeiro porque elas [as casas] são feitas por eles. Tem índios que fazem enormes malocas. Pra 40, 50 famílias. Outros já não, cada um tem a sua casinha. Umas ainda são bem tradicionais, outras já imitam casas camponesas. E lá é muito importante a limitação entre a casa e o espaço da aldeia. Quem faz etnologia, trabalha muito com casa. É um espaço bem demarcado: a aldeia, a casa e a mata. Já no mundo rural não, a gente trabalha mais com o mundo do trabalho. A lavoura, o pasto, a casa fica meio de banda.

Que novos conteúdos, em relação à casa tradicional camponesa que o senhor descreve no “Rancho Fundo”, estão implicados na morada em assentamento?

Do pouquinho da experiência que eu tenho [em estudo de assentamentos], acredito que sim. Eu até trabalharia com três categorias.

1 - Acho que existe um espaço, por exemplo onde eu pesquisei na Serra da Mantiqueira e outra pesquisa minha na Serra do Mar – um lugar chamado São Luís do Paraitinga, na comunidade camponesa “Catuçaba”, um livro chamado Partilha da Vida, então ali, são comunidades camponesas e muito tradicionais. As vezes a geração com quem você tá conversando já é uma quarta geração. Uma gente que já se estabeleceu, propriedades que foram repartidas, comunidades mais isoladas que estão com um contato muito recente com o mundo urbano. Agora é que tem gente indo pra escola na cidade. Isso eu chamaria de “campesinato tradicional”. Você pode pegar aquele “Capitalismo e tradicionalismo” do Martins.

2 – Depois você tem um campesinato modernizado. Deve ter em cidades mais próximas como Goiânia, cidades que foram modernizadas muito depressa, como o Sudoeste, a região de Jataí, em que você tem um campesina que já

quase copia o modelo europeu. Já é quase uma casa urbana, as vezes com piscina, automóvel, frequenta a cidade. É o que os americanos chamam de “*farm*”, quer dizer, o pequeno produtor modernizado.

3 – Outra coisa é um acampamento/assentamento, que é um “**lugar a construir**”, um lugar onde vai se partir do “zero”. Para muitos, talvez seja uma primeira experiência. Você poderia até pensar no que aconteceu aqui em Pirenópolis a 150 anos, a chegada dos primeiros moradores. A gente vê muito nesses livros de história. Foram chegando, terras imensas... no assentamento você vê acontecer agora. E acontecer numa micro escala. Pensa bem, muitas vezes um assentamento é do tamanho de uma fazenda.

Então, eu acho que a característica fundamental do passar do acampamento para assentamento, edificar um assentamento, é esse fato de que o espaço – como diria vocês, geógrafos – ou talvez um lugar de agora. Os lotes sendo demarcados, como eu via acontecer no sul da Bahia. As pessoas tão indo pra conquistar suas casas. Conversavam sobre o problema de água, como iriam resolver, a produção de lixo... tudo isso eles estavam ali combinando entre eles. Então, é um **espaço combinado**.

Oposição condomínio - assentamento

Se você quisesse, se fosse arrojada, poderia fazer uma oposição entre o assentamento de reforma agrária e o condomínio, condomínio de ricos. Acabei de passar por um aqui em Pirenópolis, você fica bobo de ver. Condomínio com mansões, igualzinho a Goiânia. Muito até gente de lá. Então o condomínio é uma espécie de parecido e oposto ao mesmo tempo do assentamento. É um lugar novo, recém ocupado, em que casas vão ser construídas, casas de moradia ou de recreio, mas com uma lógica totalmente capitalista. O “ricasso” paga um arquiteto – quase todas as casas são de arquitetos –, uma empresa. Inclusive, não se todos, mas têm regra, a casa tem que ser de tantos metros quadrados. Tem uma série de princípios para manter aquele “alto padrão”.

E o assentamento tem essa mesma característica, digamos, geoespacial. É um espaço às vezes até maior que um condomínio, uma fazenda, que vai ser

construído agora, mas com recursos locais, com uma lógica camponesa, onde a casa muitas vezes vai ser um espaço ao mesmo tempo de moradia e de trabalho – outra característica da casa camponesa. Ao não ser quando é um ranchinho de nada, mas quando é uma casa maior, a casa é ao mesmo tempo casa e oficina, guarda de material, às vezes tem um porão onde se guarda sela de cavalo, um puxado, uma cozinha caipira.

Lá em Goiânia eu fui numas três ou quatro casas de gente que veio do interior. Você entra e tem uma casa boa, uma cozinha “Kitchen”, planejada, só pra mostrar para a visita. Lá fora tem uma cozinha ao ar livre, fogão à lenha.

Casas abandonadas na comunidade Kalunga.

Eu tive uma experiência parecida, no México. Eu morei lá. A muitos anos o governo fez um projeto de casas-moradia. Eles moravam em casas de palha, pau-a-pique. Em menos de um ano eles estavam guardando os animais lá e morando na velha casa. Que inclusive era muito mais fresca e gostosa que a “bestíssima” casa.

Vila Mutirão. Como em 5 anos, quase não tinha mais nenhuma casa tal como eles deixaram. Todas tinham puxado, cozinha lá de fora.

Isso aí que você tem que estudar. Não como que a casa é, mas como ela vai sendo transformada. Não só o espaço de fora, a horta, o pomarzinho, o quintal. A própria extensão da casa. A própria ideia de casa você vai ter que construir. A casa não é só onde o pessoal mora, é onde o pessoal mora e todos os locais próximos que vai do jardim, um pomar, um galinheiro, um chiqueiro. Onde as pessoas convivem e compartilham. Você poderia dizer: tem uma casa que é o prédio, mas existe uma casa estendida que envolve tudo isso.

Dimensão pedagógica do morar

Do ponto de vista da criança, você pode fazer um estudo que se faz muito com índio, mas também se faz com branco, sobre as extensões dos espaços e dos aprendizados. Por exemplo, a criancinha nasce, ela está num berço, num quarto. De repente ela está maiorzinha e já passa para uma cama, sai do berço e habita o quarto. Já começa, logo depois, a fazer incursões pela casa. Ela já come na sala, não mama mais no berço, no quarto. Em cada um desses espaços, ela vai ampliando as relações delas.

Aqui por exemplo [no berço], a relação é da criança com a mãe. O pai é secundário. Depois começa a ser um triângulo: criança, mãe e pai. Aqui [na cozinha] começa a ser criança, mãe, pai, irmão e irmã. Daqui a pouco ela tá habitando a casa inteira. Hoje em dia cedo, com um ano ou dois de idade já está andando, indo lá fora. Já começa a se relacionar com os bichos da casa, o cachorrinho, o gatinho. E tudo isso tem um significado pedagógico. E, de repente, ela já tá num ciclo maior, onde ela começa a interagir com outras pessoas: primos, vizinhos... aquilo que a gente chama de “círculos de idade”. Ela vai alargando, vai crescendo... e vai compartilhando aprendizados, inclusive anteriores à escola. Aliás, hoje em dia cedo ela tá migrando pra escola. Eu brinco que quando a criança chega à escola já é quase um adulto, sobretudo na roça. Aquele tempo em que iam mais tarde, ficavam mais em casa. Chegava lá, sabia muita coisa.

Desagregação do saber do camponês em relação à construção da casa.

Durante muito tempo, no construir a casa, a relação entre homem e natureza era intimíssima. Tudo era tirado da natureza. Tirando fora prego, parafuso, todas as madeiras vinham da natureza. Meu sogro, qualquer pessoa saberia o que é madeira boa para o esteio da casa, para porta, pra isso, pra aquilo... Em que faze da lua que você colhe, como é que você trabalha. Depois o barro, o adobe. Minha mulher nasceu em casa de adobe [Mossâmedes]. Ninguém comprava tijolo. A própria telha, aquele negócio de feito nas coxas... elas eram feitas literalmente nas coxas. Pegava o barro e punha nas coxas e fazia essas

telhas de canaletas iguais a essas daqui [aponta para o telhado da área de lazer do hotel]. O próprio piso pode ser feito com barro do lugar.

Prof. Douglas Santos, Itapuranga (GO), outubro de 2016.

Então, são bem assim, bem amplas, bem genéricas mesmo as perguntas que eu quero te fazer, pra me ajudar a pensar a moradia como unidade de análise geográfica. Primeiro, seria em que medida o território da moradia implica na construção da vida do sujeito?

Para responder a isso você tem de colocar em questão uma série de variáveis. De alguma maneira todas as formas de moradia ou todas as manifestações sociais, digamos assim, seja uma moradia ou qualquer outra, sintetizam ou reorganizam as formas de sobrevivência dos indivíduos, dos grupos.

Densidade histórica e funcional dos objetos - A princípio, pensando de forma bastante ampla, sejam os templos, sejam as cavernas, sejam as casas, sejam os apartamentos, sejam cada um deles... vamos dizer assim, são referências históricas, referências arquitetônicas, e referências de trabalho, referências que de uma maneira ou de outra são mais ou menos funcionais com a forma de produção da vida.

Então, a grande questão é se perguntasse as moradias que você estuda em relação, e sempre em relação, às formas de reprodução da vida, como é que elas se organizam, desorganizam, bloqueiam, viabilizam?

Em que medida elas materializam, digamos assim, elas expressam essa relação da sobrevivência dos indivíduos? E obviamente que isso não se refere exclusivamente às formas mais diretas e mais objetivas do trabalho

Mas elas envolvem todas as formas de objetivação da subjetividade do indivíduo também. Então, o seu sistema de referência, as suas memórias, a

sua forma de expressar as relações reprodutivas, sua sexualidade, a ideia de família ou não....

Então, cada uma das sociedades que a gente conhece, sejam sociedades caçadoras coletoras, ou sociedades agrícolas, até sociedades industriais, rurais, urbanas, a urbe no sentido das fábricas... em todas elas a ideia da moradia não é a ideia exclusivamente do descanso, porque na verdade é o lócus de trabalho também.

Ele [o trabalho] está ali para permitir a própria reprodução das forças produtivas do ponto de vista dos indivíduos, da sua capacidade de comer, de beber, de se assear, de viver a sua sexualidade, de cuidar da cria, de cuidar da sua procriação, e mais do que isso: construir todo o seu sistema de referência.

Em termos mais modernos, dependendo da casa você vai ter desde o lugar onde está o santo de referência das pessoas, até o lugar da fotografia. O lugar onde se guarda aquela roupa, aquele vestido, aquela coisa que tem aquele sentido, um sentido que envolve as próprias marcas do processo de reprodução da vida...

De alguma maneira, a grande questão é conseguir fazer este vínculo, porque a casa em si para si ela é um moradia para si. Ela carece de significado. Ela só tem significado se ela for um significado do processo geral de reprodução da vida dos indivíduos, dos grupos, das tribos, das aldeias, ou seja lá o que for.

O que é a casa? O que é a moradia? Moradia é moradia de quem? De que afinal de contas se trata esse tipo de reprodução que envolve desde um barraco numa favela, onde todas as formas de reprodução da vida estão colocadas ali num único cômodo, até as casas com os cômodos, com quartos, com a individualidade, com a divisão.

Exemplo: quando os brancos são expulsos de Moçambique, a invasão das moradias envolveu a derrubada de poderes, o arrancar das portas, o arrancar

das janelas, porque elas não faziam sentido dentro daquela nova relação. E interessante que nesses últimos 10 anos aproximadamente, essas janelas que foram arrancadas e foram queimadas, que serviram de combustível e tal... começam a voltar pros seus lugares. As pessoas começam a colocar os castilhos. Começa, então, essa coisa da divisão da privacidade, da noção do privado, do que é público, do que é privado... Do ponto de vista da aldeia isso não faz nenhum sentido, não é? Mais do ponto de vista da vida urbana, do sentido que a sociedade capitalista deu a ela, faz todo o sentido. Considerando todos os formatos da divisão técnica, da divisão social do trabalho, digamos.

Acho que você já iniciou minha segunda pergunta que era a seguinte, eu sei que você não compreende as categorias de análise da geografia isoladas. Mas o que está implicado num estudo da morada pautado na categoria território?

Se você tiver pensando em leituras como do Raffestin, por exemplo, há problema de escala, porque como o território está muito associado à noção do poder, e existe um mito de que essas relações de poder são relações de Estado, então a relação de território se associa muito rapidamente à noção de Estado nas suas diversas escalas. E tudo isso cria um dilema epistemológico sem solução, porque no final das contas, em primeiro lugar, as relações de poder não são necessariamente relações de mando; e as relações da política não são necessariamente relações de Estado.

Na verdade, o Estado é uma resultante da relação política. O estado não é em si e para si, a política. Então acho que existe um desvio do ponto de vista do uso da categoria. O problema é que a minha tendência nesse momento, em função dessas dificuldades que eu acho que eu encontro na literatura mais comum da geografia, é entender o território como uma categoria da ordem. É diferente da paisagem que é uma categoria da percepção. Não existe nenhuma percepção que não me leve a um território. Não existe nenhuma territorialidade que não me exija uma percepção.

Todo território é território de uma paisagem, toda paisagem é paisagem de um território. São momentos diferentes da construção do pensamento. Do entendimento do mundo. O território é percebido e pensando, percebido e transformado em discurso, digamos assim. Então, nesse sentido, não importa a escala.

A casa como distintivo social - A escala é a escala do que você estuda. Ele [o objeto de pesquisa] vai definir então esta relação, e o jogo escalar que aí acho que tem uma importância muito grande. É que não necessariamente, o significado, a territorialidade, a dimensão de ordem, de ordenação estão colocados na existência de uma moradia. O lócus de determinados móveis, o lócus de determinadas máquinas, ferramentas, ou seja, um fogão, uma geladeira ou então uns livros, as revistas, as mesas, as camas, os guarda roupas... tudo isso de alguma maneira a gente imagina se tiver dentro de uma casa... então, essa distribuição está diretamente relacionada à dimensão não só funcional da casa, mas a forma como a casa se expressa socialmente. Nessa direção, você tem o sentido do belo, não o sentido da paisagem – isto é da percepção. Mas da paisagem pensada esteticamente.

Determinados móveis só existem em determinadas áreas, em determinados tipos de casas, com o sentido de responder aos vizinhos, responder a si próprio, responder a um jogo de valores.... assim como as roupas que nós usamos, elas mostram pra nós mesmos quem somos, mas também somos o que nós queremos mostrar para os outros, como a gente quer ser visto de alguma forma.

Então esta troca só vai fazer sentido se você entender o jogo de relações no qual o indivíduo está inserido. Quem é ele? [que sujeito] Ele é o proprietário da terra? Ele é um meeiro? Um empregado? Um escravo? Ele é quem? Ele é quem dentro desse jogo? Então dentro desse jogo, em que medida aquela ordem expressa a fala dele pra si próprio e pro mundo?

Nesse sentido, o que você vai construir ou perceber é a mediação possível. A forma da casa é, na verdade, digamos... as regras do jogo daquele existir.

Tem uma imagem, muito simplória eu diria nessa altura do campeonato, pensando no teu trabalho. É imagem simplória mas talvez ela seja didaticamente razoável. Foi o que o Rui certa vez no texto dele vai dizer: o estudo da geografia é o entendimento da relação entre a marca e a regra. Olha pra uma quadra poliesportiva. Você teria na quadra poliesportiva uma série de riscas de diferentes cores, de diferentes formatos etc. E quando você entra lá pra jogar vôlei, você presta atenção em determinadas marcas e não em outras, quem joga futebol de salão [na mesma quadra], você presta atenção em umas e não em outras, mesma coisa com o basquete, handball... Cada uma dessas marcas é o registro territorialmente identificado das regras do jogo. Então só é possível entender o jogo se você entende os registros territorialmente definidos, dado o próprio regramento que diz então o que é falta, o que não é, o que é ponto, que não é. Como é que se joga, como é que não se joga.

O teu trabalho exigiria mais do que isso [as regras do jogo]... porque tá exigindo pra além do próprio jogo, e do exercício da conquista dos pontos. Exige toda a estrutura de subjetivação ou objetivação das relações desse indivíduo enquanto forma.

É e a última pergunta. É o seguinte, você acredita que a moradia é uma pauta, ou deveria ser, ou pode ser um campo de intervenção dos movimentos sociais? Especificamente o movimento de luta pela terra, como o MST, você acha que isso deve ser pautado dentro do movimento?

A moradia é um campo de resistência.

Você está dentro de casa como eu, representante do sexo masculino, quer dizer, estou dentro da minha casa, com os meus filhos, com a minha esposa, isso inabsoluto quer dizer estar em um acampamento do movimento dos Sem-Terra.

O papel das mulheres de um coletivo do acampamento se desfaz no momento do assentamento, quando essas famílias novamente se dividem e vão pra dentro das suas casas. Essas formas de gestão do coletivo voltam a ter uma questão da privacidade.

[a intervenção do movimento social] É que eu diria discutir a casa, é discutir as formas de gestão, porque o problema da construção de uma outra sociedade, uma nova sociedade, não envolve exclusivamente você ter um novo partido que distribua as coisas... As grandes discussões da política em nome dos grande ideais acabam reforçando o feminicídio ou essas relações machistas, ou que está bom as formas de exploração de trabalho da forma que elas estão dadas e assim por diante.

Não quer dizer ou seria ideal que todos os movimentos também construíssem, de alguma maneira, o próprio discurso da chamada vida privada, porque o discurso da vida privada são as realizações da vida coletiva em outra escala. É interessante que algumas formas do movimento têm essa autorização social, tanto da direita quanto da esquerda, vão colocar as suas famílias e a sua vida privada em discussão, dentro da Igreja, por exemplo, então as igrejas como agregadoras da política que são, parecem se sentir à vontade para interferir sobre a vida do indivíduo. Ela tem legitimidade pra isso. Uma parte considerável levam pra dentro de casa os elementos básicos da igreja, desde colocar em evidência uma bíblia, um santo, um símbolo, um castiçal, uma estrela de Davi.

É interessante que a teologia da libertação também interfere nessa questão. Movimentos sociais que envolveram a Igreja Católica, movimentos de mães, movimentos de mulheres, tiveram papel importante nessa questão. A relação com os maridos, com os filhos, a questão da liberdade dentro de casa. Então, assim, você vê que o movimento social, de uma maneira, não consegue se sustentar se ficar somente no âmbito da externalidade das lutas políticas no campo do Estado. Ele precisa construir referenciais na micro política, digamos

assim. Na vida do indivíduo, na vida familiar do indivíduo, dentro da moradia dele.

Essa é uma necessidade mas não é simples.

Você está dentro de uma festa. Você é o homem ou a mulher da história. Vê o seu marido conversando com um monte de mulheres e homens e etc. etc. etc. Faz parte da festa ver as pessoas tomando cerveja, falando com não sei quem, dando risada, tudo bem...Mas se ele entrar dentro da casa dele e ver a esposa dele dentro do quarto conversando com um homem e dando risada, isso coloca em questão a própria relação. Quer dizer que o corpo dela pertence a ele, isso não se discute. Estas noções estão dadas. Quer dizer... a moradia é um lócus de resistência de relações que são milenares.

O papel das mulher, a relação com os filhos, fazem parte do jogo de valores. As mudanças são muito mais lentas. Você pode estabelecer uma grande revolução sexual com a presença da pílula anticoncepcional, mas existe um conjunto de outras justificativas como as doenças sexualmente transmissíveis que vão estabelecer então os limites desse jogo.

Mas tudo isso ainda é o discurso da externalidade, porque a hora que você entra dentro da vida, da casa, da moradia, essas relações de poder são dadas no campo, elas mudam. Mas esse campo é o campo da sociedade como um todo, e não podem ser compreendidas fora do campo da sociedade. Elas podem resistir século para além do processo global. Pode aparecer na tela da televisão do cara, uma relação homossexual entre dois homens, numa novela. Ele se choca, toca princípios, mas ele vai se habituando. Daí o filho dele ser homossexual tem uma distância monumental, porque é um plano da resistência, não é um jogo de valores, é muito mais complexo do que isso.

A gente precisaria fazer uma mediação. A leitura precisa de uma mediação, ela não pode esconder o fato de que aí dentro, líderes sindicais de extrema esquerda e altamente libertários são pessoas machistas, violentas. Que

peças extremamente importantes do ponto de vista social do seu comando são subordinados a suas mulheres, desempenham o que o estereótipo chama de papel feminino dentro de casa, e assim por diante.

Eu acho que vale a pena entrar no campo da psicanálise, da psicologia, os arquétipos ou seja lá que desgraça seja... mas entender que a existência disso é que dá significado ao próprio caráter distributivo, digamos assim.. à própria geografia em torno da casa e que aquilo de alguma maneira é a materialidade de um conjunto de relações que [evoca] a mediação entre o interno e o externo. Acho que todas as questões devem ser discutidas pelo movimento, mas não necessariamente o movimento tem legitimidade para isso, sacou?

O que está implícito na moradia num lugar novo, que estratégias os próprios sujeitos adotam pra tentar dar sentido a esse lugar?

Ninguém parte do zero. O que vai se realizar é uma memória. Essa é a questão. E essa memória ela vai se realizar a partir de um conjunto de parâmetros que estão na origem do indivíduo, na sua formação familiar se e que ele teve ou deixou de ter.

Ao se realizar o assentamento, ele vai se ver livre do acampamento, que é sufocante para um indivíduo que vem de uma sociedade da individualidade, de um conjunto de relações que mesmo no mais proletariado tem ditames absolutamente pequeno burgueses. Assim, esta passagem vai reconstruir lá. Aquilo que está na memória dele, como a noção de privacidade.

Me deixa só fazer um parêntese, a maioria da fala dos assentados enfatiza que a convivência no acampamento era melhor que no assentamento, que no acampamento existia uma comunhão de tudo, de toda vida apesar das limitações, dos riscos, dos perigos, daquele clima de tensão e medo. O acampamento é o espaço onde a coletividade se fortalecia e essa passagem não acontece no assentamento

E isso é verdade. Mas quando você vai pro assentamento aquilo que tinha sido perdido no acampamento é retomado. Eu diria o seguinte, no acampamento você vai ter uma relação sexual, por exemplo, ela precisa ser mais contida, você precisa gritar menos, gemer menos, digamos assim. A ideia de que você tem uma casa, que o outro tá mais distante, você retoma sua individualidade.

Inclusive os que permanecem nos assentamentos são aqueles que em geral passam mais tempo no acampamento. Isso já é uma realidade comum nos movimentos sociais. Aqueles assentamentos que tiveram acampamentos longos são os que mais se organizaram.

Os assentamentos são mais organizados. Claro que se você falar politicamente com o indivíduo, a questão da sociabilidade, da troca, da possibilidade de tomar uma cachaça junto, e tudo isso que envolve a vida social... no acampamento é muito mais interessante do que no assentamento. Mas quando você fala do que sobra pra nós, na nossa individuação, que de alguma maneira tem a ver com a sociedade burguesa, de como ela construiu a ideia da propriedade privada, da mercadoria, da identidade, da ideia do privado...

a ideia do privado né, porque assim a não existe uma farsa tão bem montada como a ideia de que existe uma vida privada né, quer dizer nem em quando

O jogo está lá, é obrigatório. Ele não tem o discurso genérico do capitalismo, entendeu? Porque o capitalismo está dentro da maloca, se essa é a questão, então, não tem generalização do tipo “o capital monopolista”, entendeu?

Mas está o capital monopolista do ponto de vista daquele indivíduo materializado naquele formato. É isso que você se obriga a perceber, e é aí que a coisa é mais difícil, evidentemente.

Todos os planos de junção e de ruptura que são colocados aí estão dentro da casa, da nossa casa, desse indivíduo comum que você está falando. Que é você mesmo. Você [em geral] vai ver essa espécie de antinomia entre o lugar

que é o seu lugar e o lugar que você gostaria que fosse mais seu. Assim você vai olhar pra você mesma e vai ver o quanto isso é complexo, e em que encrenca você se meteu.

José Valdir Misnerovicz, liderança do MST - Itapuranga (GO), março de 2017.

O que é Canudos hoje? O que ele representa para o MST?

Se a gente alargar a análise, ela também serve para outras realidades de projetos de assentamentos no contexto da luta pela terra nesse atual estágio que nós estamos vivendo. Toda uma discussão que hoje nós temos acumulado de pensar toda uma estratégia de luta pela terra, relacionada à construção de territórios... uma ideia de terra e território. Ideia de construir uma unidade terra-território. É uma questão quase que central no debate da luta pela terra.

Mas ela pode ser admitida para a questão agrária contemporânea.

Nessa perspectiva de pensar a **terra-território**, que envolve o acesso à terra, que envolve ter um projeto diferenciado de campo, de agricultura, a localização geográfica das áreas de assentamento cumpre um papel importante. Então existe um olhar, digamos assim, uma atenção muito grande, para a gente buscar obter áreas, fazer a disputa por áreas e regiões, locais que permitam a gente ficar numa posição favorável ou estratégica.

Canudos: para o fim do isolamento geográfico.

Sempre a ideia de evitar o isolamento. Porque no fundo, no fundo, nós queremos além de uma viabilidade econômica, o desenvolvimento, a construção de um território camponês, nós precisamos que esse lugar, esse território, esses sujeitos que estão aí tenham um papel importante no diálogo com a sociedade. E não pode ser algo isolado, uma ilha isolada da sociedade. E aí a localização é importante, porque a nossa forma principal de diálogo para fora com a sociedade, ela perpassa pela produção de alimentos. O alimento é

um canal nosso de dialogar. Então quando a gente tem uma área de assentamento que proporciona isso, que isso você consegue produzir, e essa produção consegue chegar até o consumo nos centros, leva essa mensagem, a proposta do movimento, isso é o que, digamos assim, cumpre melhor com essa função... O Canudos é um pouco isso, é uma síntese disso.

Canudos tem muitos significados para a luta pela terra aqui em Goiás, porque ela não surgiu por acaso, é uma construção de uma estratégia de luta pela terra que o movimento desenvolveu. Tinha a ver com sair do foco aqui de Goiás, Itaberaí, aqui – Itapuranga, nessa região que hoje não tem sido a nossa prioridade, dentro de uma estratégia de espacialização e territorialização do movimento no estado de Goiás. Ele [Canudos] está dentro dessa perspectiva, dessa estratégia. Esse é um fator histórico importante a ser considerado.

Ele [Canudos] também tem uma história de nova forma de organização da luta. Que também não é algo isolado. O movimento é uma construção permanente, ele é vivo, ele está em constantes ajustes, melhoramentos. A luta pela conquista de Canudos é contemporânea com o debate, feito no conjunto do movimento, de um novo jeito de reorganizar o movimento. Então quando ele surge, ela já surge com essa perspectiva, de uma radicalização da nossa horizontalização. O MST tem uma estrutura horizontalizada, desde a origem, do ponto de vista da orientação, mas com muita dificuldade de implementação. Teve um período que nós decidimos, temos que implementar, temos que radicalizar nas medidas. E Canudos vem nesse período. E isso tem consequências porque boa parte dos militantes, dirigentes, que hoje contribuem na construção da luta pela terra aqui [Goiás] do movimento, são dessa matriz, desse período, carregam isso com muita força. Então ali foi, digamos assim, um embrião, o laboratório – apesar de não gostar muito dessa palavra. De lá pra cá, ele só foi ajustado na perspectiva de melhor. Nós não inventamos outra forma de organizar, a ideia é cada vez mais implementar essa organicidade horizontalizada. Canudos foi um marco importantíssimo por conta disso.

Ele tem um marco indicativo, simbólico, muito grande, porque ele é de uma ousadia que passa a ser uma grande marca da luta pela terra em Goiás. Nós enfrentamos um sujeito, um proprietário muito poderoso. Foi presidente da UDR por 6 anos em Goiás: Colemar Rezende. Que partiu dessa. Era o cara mais temido na região. As pessoas tinham medo de passar na propriedade dele, pescar no rio que margeava próximo. Ele era um sujeito muito temido E, de repente, os trabalhadores, o movimento ousa enfrentá-lo. E não só enfrentá-lo, mas vencê-lo. Ali, ele foi derrotado. Ali foi uma derrota para ele [figura], para a família [coronelismo], e para a classe que ele representava. Tem um simbolismo muito forte, que é o marco importante.

E junto com isso tem essa localização geográfica. Está localizado, do ponto de vista geográfico, numa posição privilegiada, digamos assim, importante.

O Canudos tem que ser visto como esse conjunto de sinalizações, de elementos simbólicos da importância que ele [Canudos] tem para a luta pela terra e para o movimento [MST].

A gente conquistou aquele latifúndio depois de quatro ocupações, com processos, com prisões, com muita luta, muito enfrentamento, mas o resultado final foi de conquista.. *isso indica que é possível, não tem latifúndio que não possa se tornar assentamento. Cai essa tese de que “esse latifúndio não”*. Não tem latifúndio que resiste à pressão, à luta, à organização dos trabalhadores.

E como em Canudos tem o elemento da construção da aliança campo-cidade que é muito forte, que teve uma participação muito importante de outras organizações, de outras forças que ajudaram a sustentar, isso foi importante e consolida toda essa relação campo-cidade que a gente defende.

Eu diria que ali nós temos, atualmente, duas questões, dois aspectos que precisam ser considerados. Tem aspectos positivos e tem aspectos desafiadores, eu diria assim. Porque todas essas questões das vantagens da localização, das condições naturais do próprio solo que é diferenciado, das

condições hídricas lá que são boas, tudo isso torna [o assentamento Canudos] um espaço muito cobiçado, principalmente pela especulação imobiliária, que acaba chegando até lá. Existe uma pressão muito grande hoje de áreas no entorno, não só em Goiânia, mas entorno de todas as grandes cidades do Brasil. Há um grande problema hoje que é a destinação das áreas do raio de 50, 100 km... às vezes alguma cidade tem um pouco mais [região metropolitana maior], ela passa a ter áreas bastante atrativas principalmente para segmentos da classe média da cidade. Dentista, advogado, médico... todos querem uma área de lazer, então o assentamento passa a sofrer essa disputa. Isso é um desafio, um problema. Como você segura isso?

Por outro lado, internamente, essa valorização muito grande da área passa a criar, despertar uma certa ilusão, o interesse das famílias, de parte das pessoas que foram beneficiadas. E começam vendo a possibilidade de mercantilização da terra, uma oportunidade.. é.. uma ilusão de momento, uma expectativa de que você pode trocar a parcela por uma casa, um dinheiro, e resolver seus problemas financeiros. Se fosse uma área que não tivesse interesse, que não fosse valorizada, não teria nem pra quem vender. Como ali é contrário, acaba tendo uma pressão muito grande, e muitos acabam cedendo à pressão por N razões. Aí as razões teriam que ver os casos, os porquês.

Depois de Canudos, só Itaberaí, o mais próximo.

Depois você tem outro problema: há uma certa ingerência do órgão responsável, oficialmente é o INCRA. Eles ao invés de atuar no sentido de conter isso, as vezes atuam como estimulador disso, entendeu? Facilitador, intermediador. Isso é um problema muito grande que a gente sofre ali.

Por outro lado, tem o potencial, digamos assim, os aspectos positivos. É um assentamento que responde rapidamente quando você tem uma política pública. Agora quando o governo criou aquelas políticas públicas do PAA e PNAE, que surgiram como programas no governo Lula e depois se concretizou como política pública no governo Dilma, aí o assentamento Canudos foi um dos

assentamentos primeiros e que mais tiveram acesso, aqui em Goiás, desses programas.

Você consegue ter para quem comercializar. O PNAE é para as escolas. Uma parte da entrega é feita para a prefeitura de Goiânia. E o PAA que é aquele programa de doação, a CONAB compra e paga, e é doado para alguma instituição. Esses entorno de Goiânia, Trindade tem muitas.. você consegue fazer isso. Isso demonstra que há um potencial e uma resposta muito rápida quando você consegue acessar esses programas, ou essas políticas.

[mapa da comunicação de Canudos com outras localidades a partir das políticas públicas]

Vivemos um momento agora que é de ausência dessas políticas, mas é um período. Mas começam a abrir outras possibilidades a partir desses programa que é a venda direta, a comercialização direta. É uma outra frente que nós do movimento estamos apostando, investindo muito ultimamente. Até pra não ficar dependendo de políticas públicas. Você estabelece uma outra relação.

Seria pelas feiras?

Não só por feiras, mas tem como você fazer cestas e vender direto para uma relação de consumidores que tem interesse naquele tipo de produto. Produção sem uso, pelo menos abusivo, de químico, de veneno. Você organiza lá [Canudos] um grupo para produzir, e um grupo aqui na cidade interessado em comprar. Hoje esse é o grande mote do debate na perspectiva da soberania alimentar, nessa questão de debate sobre a reforma agrária popular, sobre essa questão toda do alimento. Todas essas organizações que trabalham com esse público, camponês e assentado, hoje estão apostando nisso. É muito mais seguro que as próprias políticas públicas. Eu conheci várias experiências belíssimas, de pessoal que está indo por esse caminho. E hoje com as redes

sociais, você pode fazer a encomenda dos itens que você quer, já vem com a cesta montadinha. Hoje essas coisas facilitaram muito essa relação direta.

Uma coisa é você estabelecer esse programa [venda direta] tendo o Canudos como base. A outra coisa é o assentamento Osiel em Baliza que fica a 550 quilômetros de Goiânia. Você entende como a localização é fundamental? Eles podem produzir até mais, quinhentas e poucas famílias, só que 70% da população [do município] é do campo, a cidade é pequena, o consumo na cidade interiorana, a população dessas cidades tem outras alternativas. Geralmente o cara tem uma chácara, um quintal. Escolas, tem duas. Duas famílias abastecem. Canudos não. Você tem pelo menos 2 milhões, 2,5 milhões de habitante em Goiânia e entorno. Você pega um produto às 6 da manhã [em Canudos], quando é 8 da manhã você está entregando para o sujeito [em Goiânia]. Sem falar nas feiras que é um outro potencial. Enfim, você tem muito mais possibilidades objetivas, concretas, de responder.

Qual a questão que precisa lá e em todo lugar? Qual é, digamos assim, o limite e o desafio? [pausa] Mas isso não anula o potencial, as condições objetivas existem. É a ação subjetiva que precisa ser combinada, que é de fato a gente conseguir implementar isso.

Hoje eu vejo o assentamento com vários embriões que estão nascendo. Temos muitas iniciativas. Criou-se cooperativas, associações, vários debates sendo feitos por vários grupos. Eles são pequenos, mas importantes embriões que poderão ser grandes referências para a gente poder desenvolver isso na prática.

Ali naquele assentamento você tem os dois extremos. Tem os limites por conta dessa pressão imobiliária que é muito forte, e muitos acabam cedendo por razões diversas, mas há também um potencial e muitas iniciativas sendo desenvolvidas. Não tenho dúvida que elas cumprirão um papel importante nessa nova fase da estratégia da luta pela terra-território-camponês-de produção de alimento. É isso que nós queremos como assentamento. Entre

aquilo que a gente quer, deseja, a orientação política e a sua materialização há um tempo, há um problema, não é tão simples. Não basta apenas a decisão política, a materialização disso depende do conjunto de outros fatores que são natureza política, econômica, cultural, estrutural. Mas, digamos assim, ali [Canudos] é muito mais fácil de resolver, temos muito mais condições que fosse numa região isolada.

[A localização de Canudos confere uma maior diversidade e liberdade aos sujeitos manifestarem suas demandas existenciais, compondo cartografias que reforçam, atualizam ou ressignificam a relação com a terra, não mais centrada tão e somente na produção agrícola. Mas é também uma proximidade maior com o fluxo de informações, imperativos sociais, e do consumo, que convidam a uma ação descolada da experiência. Essa situação espacial atravessa a moradia?]

Área de preservação. Isso é um fator que limita ou favorece?

Nunca é uma coisa só. Dialeticamente analisando as coisas, é isso. São situações opostas que estão aí convivendo juntas. Isso é da lógica funcional. O fato de ter uma área grande, mais de 50%, acho que 52% da área de reserva permanente, RPPN e reserva legal, isso demonstra que é possível você criar projetos de assentamento e conseguir preservar. Eu não tenho dúvidas de que se aquilo não fosse um assentamento, se tivesse permanecido como uma área particular privada, com essa ofensiva do agronegócio... [pausa] Quando nós ocupamos, iniciamos a luta por aquela área, era o primeiro ano de plantio de soja, primeira safra, em 1997, a soja estava em fase de desenvolvimento, recém plantada. A grande disputa lá foi com os arrendatários, tinham 7 arrendatários da fazenda, tinham contrato, demorou mais a área sair por causa do acordo com os arrendatários que tinham feito um bom contrato e não queriam abri mão. Eu não tenho dúvidas que se aquilo não tivesse virado assentamento, diante dessa fase de expansão [do agronegócio]... [pausa]. Se alguém questionar essa minha análise, que pegue uma área proporcional nas proximidade, 3.700 hectares, e analise. Eu não tenho dúvidas que vai concluir

que fora do assentamento, numa outra área, a questão ambiental sofreu impacto muito maior que no assentamento. Isso eu estou falando da vegetação, sem falar nos venenos, na contaminação. Então, isso mostra que não existe contradição entre produzir e preservar aquilo que existe. O assentamento mostrou essa possibilidade.

Tem um estudo que alguém fez e o que se perdeu de vegetação do total, em 10, 12 anos, foi insignificante. Praticamente ficou preservado. Não aumentou, mas também não houve impacto na destruição da vegetação. Claro que teve um problema ou outro, madeira tirada, essas coisas pontuais que acabam fugindo do controle. Mas não houve uma ação deliberada do assentamento “vamos destruir tudo”. Nunca houve, pelo contrário, as ações isoladas que houveram foram denunciadas e exigidas as providências por quem de fato deve fazer. Então esse é o aspecto positivo.

Mas, de novo, qual é o limite e o desafio? Como tem um potencial muito grande da vegetação, e a localização também ajuda, e como lá tem o rio, principal rio da região, que corta o assentamento, ela [a área verde] acaba sendo atrativo para gente de fora ir para lá, caçar e pescar. Houve problema, digamos, com a ação externa. Nós chegamos a ter muitos problemas lá, inclusive descobriu-se que policiais – civil, militar – formavam um grupo e iam pra lá, caçar e pescar. Pessoal tentava impedir e diziam “oh, nós acertamos lá na cidade”, quer dizer, faziam ameaça. Aí o pessoal, como iam enfrentar os caras armados? E vem com a “carteira”. Isso acaba sendo problema. Teve um período que o pessoal não conseguia segurar o pessoal que vinha de fora. Vinham com cachorro pra caçar, era tiro. E o pessoal sem força de reagir. A gente recorria aos órgãos responsáveis e não tinha resposta, era muito lento. Se fosse terra arrasada, não teria essa ação externa tão forte como teve. Então veja, você tem sempre os pós e os contra que precisam ser considerados. Por mais que você trabalhe... lá tem um TAC [Termo de Ajuste de Conduta] que foi assinado quando saiu aquela área. Nós temos uma responsabilidade, condição para o projeto sair. Então o pessoal sabe que se ele [um assentado/a] descumprir isso, corre o risco, inclusive, de anulação do assentamento. Então o pessoal

fica agoniado, porque vê as coisas acontecendo, ação externa, não tem força de segurar e sabe que ele pode sofrer as consequências disso, pode ser responsabilizado. Mas é melhor ter esse potencial do que se fosse terra arrasada, não ter nada.

AGROVILAS. Houve resistências da família?

Não, o problema lá não foi tanto entre a forma de parcelamento. É chamado, popularmente, de raio de sol. Aquela forma de distribuição que parte da questão de facilitar a convivência, a sociabilidade. Essa forma de distribuição não era o conflito maior, o pessoal tinha o interesse até de ficar perto, tem um parente, tem um conhecido, não tinha muito essa ideia do isolamento. Porque ali foi pensado, o que é uma outra marca do Canudos, que foi aquela ideia de distribuição e não de divisão. Foi muito forte isso. Não pegar um latifúndio e dividir em pedaços, mas de ocupação do espaço. Pensar uma ocupação mais racional, mais equilibrada do ponto de vista social principalmente. Não reproduzir uma lógica de isolamento.

O conflito maior ali era pelo tamanho da terra. Até então as parcelas [de outros assentamentos] eram muito maiores de quantidade de terras. As pessoas tinham como referência, em outros assentamentos, que cada família pegaria mais área que o Canudos. Canudos veio numa outra perspectiva, de diminuir o tamanho da parcela. As parcelas eram de 15,16 hectares, as pessoas queriam 25, 28. Aí é a tal da revelação de um aspecto da natureza humana, aquilo que eu chamo do aspecto negativo que se revela na divisão. Na hora de construir, está tudo beleza, na hora de dividir ele quer a fatia maior. Os conflitos se davam pelo tamanho da fatia. As outras coisas eram mais pretexto. No fundo no fundo, o cara não queria 16, queria 25 hectares de terra, porque o outro assentamento – em Itaberaí, por exemplo, que saiu um pouco antes – era 25. As pessoas não entendiam que o período era outro, que havia uma reorientação da própria política do governo, e que hoje reduziu significativamente. Nós temos um outro assentamento ali em Varjão que saiu posteriormente, a “Quinta da bicuda”, que ali veio pra 11 hectares, e inclusive,

a qualidade de solo era inferior ao Canudos, era mais arenosa. Só que saiu uns 7, 8 anos depois de Canudos. Agora, em Formosa, está para sair um assentamento, onde [as parcelas] vão ficar em torno de 9 hectares.

Canudos não é uma exceção, é comum esse tipo de conflitos na hora que sai a terra. A tendência é o cara querer o melhor pedaço, e o pedaço maior.

Do morar enquanto prática espacial (micro projetos – educação dos filhos, alimentação, mídia etc.). Essa dimensão é pontuada pelo movimento?

Você tem que alargar a sua análise. Vou sugerir para você convencer o seu orientador a permitir você extrapolar, fazer uma análise um pouco mais alargada. Veja que há uma diferença entre campo e cidade. A cidade você tem o lugar de moradia e o lugar de trabalho, totalmente diferente. Hoje, com o desenvolvimento das forças produtivas, o próprio capitalismo foi percebendo que tem que aproximar de novo, por isso tem muita gente terceirizando. Mas é ali ainda é diferente do campo, você está prestando serviço para alguém, está vendendo a sua força de trabalho para alguém.

O campo você tem as duas coisas juntas, o local da moradia e o local do trabalho. Eles se misturam. No assentamento é isso. O assentamento é um lugar onde você mora, onde você vive, e onde você trabalha no seu entorno. Inclusive, é uma das condições no contrato de assentamento, uma das exigências, e você pode perder a parcela se não estiver morando lá. Se exige que more lá. Só que não é apenas uma questão burocrática, apenas legal do contrato. A tendência é do assentado se identificar com o assentamento – e não é todo mundo que se identifica com o lugar e com o assentamento. E é da natureza humana migrar. Não existe “fixar alguém no assentamento”. A gente fixa estaca, gente você não fixa. Como se as pessoas fossem obrigadas a ficar lá. A gente tem que tomar cuidado com isso, para não culpar o sujeito por não querer ficar lá. Não é todo mundo que se adapta.

Quando eu vou para as áreas, para o assentamento, eu observo quando as pessoas se identificam com aquele lugar. Ele constrói o melhor ambiente possível. Quando você chega num lugar e vê que ele organizou o pomar, organizou a horta, fez uma casa aconchegante e você chega, encontra ele sorrindo, feliz, pronto: ele se achou naquele lugar, ali é o lugar dele. Ele cria raízes ali. Se você tirar dali, acabou. Agora tem gente que não se identifica, não fica bem, fica incomodado, fica um tempo e vai embora.

O cara quando sente saudade do lugar, é porque identificou com o lugar. Você tem um mundo no campo da subjetividade, não é só do ponto de vista econômico, material. Tem outras dimensões que precisam ser consideradas.

Uma das políticas que nós defendemos é a da habitação. Ela é uma variável, no conjunto das variáveis, importante. Porque se o cara fez uma casa boa, prazerosa, que ele sente bem em receber os amigos, a família, a tendência é dele não querer sair de lá. A casa em si cumpre um papel fundamental para criar as condições para ele se sentir bem e ficar naquele determinado lugar.

Outra coisa é a renda, que é determinante. Se as pessoas conseguem organizar uma renda, pois ninguém vive só de... [pausa] nós não podemos ver o campo com um olhar romântico. Isso é um desvio, um olhar enviesado. As pessoas são gente, tem demandas, tem necessidades afetivas. E se ele consegue organizar uma renda ali no seu entorno, ele não tem porque vender a força de trabalho fora. Ele até vende parte da força de trabalho em alguns períodos, esporadicamente, mas tudo visando desenvolver aquele lugar para ele ficar bem. Agora, se ele não tem perspectiva de renda, se ele não tem perspectiva dos filhos estudarem... isso é uma coisa que pesa muito. Para um pai e para uma mãe, a educação dos filhos pesa bastante.

Outro elemento que pesa bastante é a questão da saúde. Se tem um problema de saúde que precisa, numa crise, de um atendimento rápido... conheço muita gente que sai do campo e vai para a cidade porque tem que ficar perto do

recurso [médico]. A localização novamente cumpre um papel importante. Em tese, é um direito de todos ter acesso a essas coisas, não só a cidade.